

Dissertação intitulada “ ‘Com luz de ferreiro’: práticas do ofício nas Minas do ferro escravistas, século XIX”, de autoria da mestrandia Maura Silveira Gonçalves de Britto, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Francisco Eduardo de Andrade – Orientador

Prof. Dr. Douglas Cole Libby – FAFICH/UFMG

Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio - UFMG

Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araújo
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História
ICHS/UFOP

Mariana, de de 2011

Rua do Seminário, – Mariana, MG – 35420 -000– Brasil – Tel: (031) 3557-9423

AGRADECIMENTOS

O fim de uma jornada é sempre o início de outra. Por isso mesmo não podemos deixar de agradecer às pessoas que foram auxílio em nosso caminhar.

Agradeço a todos os professores que tive em minha vida escolar, desde as primeiras letras até a pós-graduação. Pelo empenho que dedicaram a formação de outra pessoa com a qual o único vínculo que tinham era o gosto pelo conhecimento.

À FAPEMIG e demais órgãos de fomento à pesquisa que tornaram possível a execução deste projeto.

Ao orientador deste trabalho, o professor Francisco Eduardo de Andrade, por todos os conselhos e apontamentos feitos em minha trajetória como historiadora. Desde um primeiro projeto de especialização em 2006, até a presente dissertação. Cresci muito como pesquisadora a partir de suas aulas e dos diálogos que tivemos durante o período de sua orientação. Não há uma única linha deste trabalho que não tenha sido rigorosamente lida por ele. De modo que todos os erros que permanecerem neste texto são de minha – e só minha – inteira responsabilidade. Muito obrigado, Francisco!

Aos professores da banca de avaliação, os professores Douglas Cole Libby e Renato Pinto Venâncio, pelas considerações feitas acerca desse trabalho no intuito de tornar maior e mais valiosa a sua contribuição para a produção historiográfica sobre as Minas Gerais oitocentista.

A meu pai, o professor Aluizio, agradeço, primeiro, por seu exemplo. E por deixar-me como doce herança o gosto pela História e pelo lado esquerdo das coisas ... com todas as suas implicações. Sei que ele esteve ao meu lado em todos os momentos de angústia, de dúvidas, de satisfação que tive durante o mestrado. Assim como estará em todos os momentos de minha vida.

A minha mãe, Rosa, agradeço pelo apoio e amor incondicional que sempre dedicou a mim. Sei que sua força, ainda que distante no espaço, estará sempre comigo. Que sempre poderei contar como o alento de suas palavras, mesmo quando os braços não a alcançarem. E peço desculpas por injustiças cometidas em outros tempos. O tempo é mesmo o maior de todos os mestres. Obrigada, Mãe.

As minhas irmãs, Thays e Renata, por todas as lições que experimentamos juntas pela convivência. Agradeço por serem exatamente como são, e por estarem sempre comigo, pois são as nossas diferenças e as nossas semelhanças que nos unem.

Ao Igor, companheiro de todos os dias desde a elaboração do projeto de pesquisa até a defesa dessa dissertação, por seu amor e compreensão, sem os quais, minha trajetória teria sido muito mais árdua.

A Deus, agradeço imensamente por ter colocado todos vocês em meu caminho.

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar a prática do ofício de ferreiro entre escravos e libertos nas Minas do ferro Oitocentista. As características demográficas e socioeconômicas serão também discutidas aqui. Interessa-nos desvendar o universo prático desses artífices de cor ligados ao ferro: suas características, suas peculiaridades em relação aos demais cativos artesãos identificados na área. Como se dava o processo de aprendizagem do ofício, as técnicas utilizadas, o mercado a que atendiam. Da mesma forma, compreender as relações que estabeleceram entre si, entre outros escravos e libertos, e entre os senhores brancos no âmbito dessa sociedade escravista.

Palavras-chave: Ofício de ferreiro – práticas e aprendizagem – escravos e libertos – Minas do ferro oitocentista.

ABSTRACT

This study seeks to analyze the practical craft of blacksmith among slaves and freedmen in the Iron Mines of the eighteenth century. The demographic and socioeconomic characteristics are also discussed here. Our focus is to unravel the practical universe of these colored craftsmen deeply connected to the iron: their characteristics, peculiarities in relation to other native craftsmen located in the same area. How the process of learning the craft was, the techniques used and the market they supplied for. Understanding about the relationships established between themselves, among other slaves and freedmen, and between the white masters of this enslaved society.

Keywords: blacksmith's craft - and learning practices - slaves and freedmen - Iron Mines of the nineteenth century

*“É ferriouro: jacutinga.
A perfeita combinação.
Raspa-se o ouro: ferro triste
na cansada mineração.
A jacutinga de hematita
empobrecida revoltada
perfura os jazigos do chão
despe o envoltório mineral
e voa.*

Até os metais criam asas.”

*(Jacutinga. Carlos Drummond
de Andrade. Boitempo I)*

*“Filho do ferro e da fagulha
fulgurando na forja formidável
o seu fole afrouxo e sua força
em face do fiscal e da folhinha
de papel.”*

*(Ferreiro. Carlos
Drummond de Andrade.
Boitempo II)*

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Produção referente às lavras auríferas em atividade em Itabira. 1852,1853 e 1854. pg. 32
- Tabela 2 – Listas Nominativas de 1831/1832 – população enumerada e o número de distritos integrantes de cada região em relação ao universo estimado da Província. pg. 41
- Tabela 3 – Distribuição Etária da População Branca do Distrito de Itabira/1833. pg. 45
- Tabela 4 – Distribuição da População crioula do Distrito de Itabira por idade, sexo e condição/1833. pg. 46
- Tabela 5 – Distribuição da população africana do Distrito de Itabira por idade, sexo e condição/1833. pg. 46
- Tabela 6 – Distribuição Etária da População Branca do Distrito de Santa Bárbara/1833. pg. 47
- Tabela 7 – Distribuição da população crioula do Distrito de Santa Bárbara por idade, sexo e condição/1833. pg. 48
- Tabela 8. Distribuição da população africana do Distrito de Santa Bárbara por idade, sexo e condição/1833. pg. 48
- Tabela 9 – População livre do Município de Itabira/1855. pg. 50
- Tabela 10 – População escrava do Município de Itabira/1855. pg. 51
- Tabela 11 – População da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira/1872. pg. 55
- Tabela 12 – População da Paróquia de Santo Antonio do Ribeirão de Santa Bárbara/1872. pg. 57
- Tabela 13 – Classificação das unidades produtivas por atividade econômica. pg. 62
- Tabela 14 – Classificação das unidades produtivas/Inventários Post-mortem. pg. 63
- Tabela 15 – Relação das fazendas, lojas, engenhos, fábricas e demais casas de negócio do Município de Itabira/1855. pg. 66
- Tabela 16 – Relação das casas de negócio e engenhos do Município de Santa Bárbara/1855. pg. 67
- Tabela 17– Distribuição da propriedade escrava. pg. 68
- Tabela 18 – Distribuição etária da população crioula por sexo.1813/1888. pg. 84

Tabela 19 – Distribuição etária da população africana por sexo. 1813/1888.	pg. 84
Tabela 20 – Distribuição população escrava maior de 15 anos por sexo e origem . 1813-1888.	pg. 98
Tabela 21 – Relação condição/estado civil dos ferreiros.Itabira/1840.	pg. 105
Tabela 22 – Relação de ferreiros por fogo, condição e estado civil.Itabira/1840.	pg. 106
Tabela 23 – Lista de ferreiros classificados para a Guarda Nacional. Distrito de Itabira. 1832	pg. 115
Tabela 24 – Lista de ferreiros classificados para a Guarda Nacional. Distrito de Santa Bárbara. 1832.	pg. 115
Tabela 25 – Ocupações escravas masculinas por origem e estado civil. Itabira/1813-1888.	pg. 116
Tabela 26 – Relação ferreiros/fogos: 1º e 2º quarteirões. Itabira/1840.	pg. 151
Tabela 27 – Relação ferreiros/fogos: 3º quarteirão. Itabira/1840.	pg. 151
Tabela 28 – Relação ferreiros/fogos: 4º e 5º quarteirões. Itabira/1840.	pg. 158
Tabela 29 – Relação ferreiros/fogos: 6º e 7º quarteirões. Itabira/1840.	pg. 160
Tabela 30 - Relação ferreiros/fogos: 8º e 9º quarteirões. Itabira/1840.	pg. 162
Tabela 31 - Relação ferreiros/fogos: 10º, 11º e 12º quarteirões. Itabira/1840.	pg. 164
Tabela 32 - Relação de escravos classificados pela Junta de Emancipação de Itabira – 1880.	pg. 194

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Representação das lavras de Itabira. s/d.	pg. 153
Imagem 2 – Esboço da Cidade de Itabira. s/d.	pg. 167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Árvore de descendentes de Constância crioula.	pg. 100
--	---------

LISTA DE ABREVIATURAS

APM – Arquivo Público Mineiro

APMI – Arquivo Público Municipal de Itabira

Cx. – Caixa

SP – Seção Provincial

**COM LUZ DE FERREIRO”: práticas do ofício nas Minas do ferro
escravistas, século XIX.**

Introdução	pg. 09
CAP. 1 - Que “Minas Gerais”?: aspectos geográficos, as gentes e a economia das Minas do ferro	pg. 20
1.1. Santa Bárbara à Itabira do Mato Dentro: minério de ferro, matas e águas	pg. 20
1.2. As gentes do lugar: aspectos da estrutura populacional	pg. 35
1.3. Os usos da terra, seus recursos e estrutura de posse de escravos	pg. 58
CAP. 2 – A população escrava e de cor	pg. 73
2.1. Brancos, mulatos e negros no âmbito da sociedade escravista mineira	pg. 73
2.2. Laços de parentesco e constituição da família escrava	pg. 88
2.3. Ocupações escravas a partir dos inventários	pg. 107
CAP. 3 – Escravos e forros ferreiros: as cores e os símbolos do ofício	pg. 118
3.1. Forjas e tendas: atividades de produção e transformação do ferro	pg. 118
3.1.1. Tradições africanas: o ferro e as esferas do poder	pg. 119
3.1.2. Experiências de produção e transformação do ferro em Minas Gerais	pg. 124
3.2. Escravos e forros ferreiros, mestres e aprendizes	pg. 133
3.3. Os significados do “saber fazer”: horizontes da liberdade e práticas do ofício	pg. 178
Conclusão	pg. 199
Referências	pg. 204
Anexos	pg. 210
Anexo 1 – Vista parcial de Itabira	pg. 210
Anexo 2 – Rua Direita e Casa de Câmara e Cadeia	pg. 211

INTRODUÇÃO

A proposta desta dissertação é discutir os elementos que fazem parte da prática do ofício de ferreiro entre escravos e libertos em uma das regiões de Minas Gerais em que a produção e transformação do ferro foram de grande importância no decorrer do século XIX: as Minas do ferro.

Chamamos aqui de Minas do ferro a região que compreende os atuais municípios de Santa Bárbara e Itabira, áreas cuja atividade ferrífera se desenvolveu em conjunto com a extração mineral do ouro no oitocentos e que deixou em seus núcleos urbanos e aspectos naturais os efeitos da atividade metalífera. Reflexos do passado ainda presentes hoje em dia. A delimitação de tal região na presente pesquisa se fez a partir de uma reconstrução histórica através de relatos de viajantes que estiveram em Minas Gerais durante o século XIX e pelos indícios da presença marcante de ferreiros nessa área. A pesquisa em inventários post-mortem presentes no Arquivo Público Municipal de Itabira, que se estendem pelo período de 1813 a 1888, e nas relações nominais de habitantes de 1840 indica grande número de artífices dessa natureza em Itabira e Santa Bárbara, núcleos centrais de povoamento de nossas Minas do ferro.

Nosso recorte espacial se refere ao período que se estende de 1830 a 1888. Esse marco foi estabelecido por se tratar de uma análise que tem como referências dois tipos de fontes principais: os censos provinciais e os inventários post-mortem. Dos censos de população da província, tivemos acesso a dois momentos do século XIX, na primeira metade e no último quartel. Trata-se da documentação referente aos anos de 1833 e 1872. O que nos permite identificar determinadas condutas de evolução da população das Minas do ferro em momentos distintos.

A partir desse marco temporal, podemos desanuiar um período que permanece obscuro a respeito desses núcleos principais das Minas do ferro. O século XIX, a exemplo do que se observou na década de 1980 para toda Província de Minas, continua sendo alvo de indagações e afirmações nebulosas a respeito de como se organizavam economicamente essas áreas de produção de ferro. No que se refere à Itabira, o passado aurífero do século XVIII foi imediatamente

continuado pela exploração do ferro em grande escala no século XX na bibliografia local. Um hiato de cem anos que apresenta-se, nas fontes, muito mais frutífero do que podia imaginar a tradição histórica itabirana.

Mas o que estamos chamando aqui de “tradição histórica itabirana”? Na bibliografia local consultada, especialmente nas que descrevem a Itabira em seu período de fundação como núcleo de povoamento, a partir das primeiras décadas do século XVIII, é costumeira a definição da cidade como uma descendente do chamado “ciclo do ouro” em Minas Gerais. Dessa premissa segue-se uma interpretação de que a extração mineral voltada ao mercado externo foi a principal atividade econômica da cidade em qualquer momento de sua história que se queira imaginar.

Uma visão parcial, equivocada e que tem sido institucionalizada como uma história oficial. A ponto de estar presente em material de divulgação da Cidade. O trecho a seguir foi retirado de um folder informativo distribuído pela Prefeitura Municipal de Itabira em 2003:

O ano de 1720 marcou o início da história de Itabira, terra do poeta Carlos Drummond de Andrade. Dois aventureiros, os irmãos Francisco e Salvador Faria de Albernaz, foram os primeiros a explorar as minas de ouro descobertas nos ribeirões que desciam do Pico do “Cauê”(irmãos, em língua africana).

A outra riqueza da cidade, o ferro, só veio a ser explorada em fins do século XVIII, pois estava agregado às minas auríferas das Serras de Conceição, Itabira e Santana. Com a vinda da Família Real para o Brasil, a partir de 1808, foi liberada pela Coroa a exploração de jazidas de ferro. Em 1942, com a fundação da Companhia Vale do Rio Doce, desencadeou-se de vez a extração ferrífera.¹

Neste trecho, tem-se uma visão que privilegia não só o predomínio de uma tradição metalífera na cidade, descartando a ocorrência e a importância de outras atividades econômicas na região, como uma total ausência de informações a respeito do século XIX – excetuando-se a referência à vinda da Corte portuguesa – e sobre o desenvolvimento da cidade neste período. Além disso, retrata uma

¹ Material informativo distribuído pela Prefeitura Municipal de Itabira em 2003.

periodização do poder local oficial que desqualifica, desmerece e/ou apaga as experiências múltiplas vivenciadas pela população branca, parda, crioula e africana na cidade de Itabira. Vê-se um hiato, como se a Itabira surgisse do ouro no século XVIII e só voltasse a existir com o minério de ferro e sua extração aos moldes capitalistas no século XX.

Esta lacuna do século XIX também buscamos preencher aqui. Para obter uma visão mais consistente da evolução demográfica e econômica das Minas do ferro no decorrer do Oitocentos, consultamos também os relatórios enviados ao presidente da Província pelas Câmaras de Itabira e Santa Bárbara em 1854. Tal documentação oferece-nos informações preciosas a respeito da organização econômica desses dois centros populacionais nas Minas do ferro, em um momento em que suas economias escravistas começam a sentir os efeitos da proibição do tráfico negreiro no Brasil, com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz.

Da mesma forma, permite-nos perceber as nuances da manutenção da atividade de extração do ouro na região, cada vez mais conjugada ao ferro. O que propiciava à essas Minas do ferro uma situação nada semelhante à visão da historiografia tradicional, de uma região marcada pelo abandono e involução econômica. Tais relatórios deixam clara a tendência à *agromineração* nessas áreas e destacam a importância que a mineração mantém para essas áreas durante toda primeira metade do século XIX. A existência de várias lavras ativas, das quais se obtém informações sobre a produção anual referente a 1852, 1853 e 1854, confirmam tal assertiva.

Apontam na mesma direção o número de lojas, vendas e tavernas para a cidade de Itabira, principalmente, evidências de um comércio ativo e de uma população capaz de absorver as mercadorias ali expostas. É importante lembrar que as Minas do ferro localizam-se em um ponto estratégico para dois caminhos importantes da Província no Oitocentos. É rota de passagem entre as vilas mineradoras, como Vila Rica e Mariana e o norte de Minas, onde a extração diamantífera no Tejuco e a lavoura algodoeira em Minas Novas estão em pleno desenvolvimento durante o século XIX. Localização que certamente seria aproveitada pelos negociantes locais.

A análise em conjunto dessas fontes nos permite ter uma visão panorâmica do período de 1830 a 1872. Identificamos assim o alvorecer do século XIX, marcado pelo estímulo à produção de manufaturas de ferro na região devido à presença da Corte no Brasil. É fato que tais atividades já teriam se iniciado ainda em fins do século XVIII. Contudo, a permissão da produção de manufaturas na Colônia decretada pela coroa portuguesa em 1808 permite que tais experimentos se tornem mais freqüentes e sistemáticos, englobando uma quantidade maior de mão de obra e resultando em melhorias nas técnicas até então conhecidas. Em seguida, podemos perceber os efeitos da legislação abolicionista em tal região, identificando assim os arranjos que se tornam necessários para a manutenção do escravismo. Da mesma forma, como já dissemos, podemos acompanhar a evolução econômica das Minas do ferro durante esse período. Por fim, os censos provinciais de 1872 propiciam o coroamento dessa análise, num momento em que o sistema escravista dava então seus últimos passos.

Paralelamente a essa documentação, analisamos também os inventários *post mortem*, testamentos e listas nominativas disponíveis à pesquisa no Arquivo Público Municipal de Itabira. A base documental se concentra nos inventários que se estendem ininterruptamente de 1813 a 1888, o que nos permite analisar todo o século XIX. São cerca de 700 processos de inventário, formando um amplo banco de dados. Acerca dessas fontes, Flexor (2005) salienta que

A vida social pode ser inferida a partir dos dados fornecidos por essas duas fontes. As relações familiares, o parentesco, compadrismo, protecionismo, e amizade podem ser buscados nas disposições testamentárias relativas aos inventariantes, testamenteiros, devedores, disposições relativas a doações da terça, legados especiais, inquirição de testemunhas. Essas testemunhas aparecem, por exemplo, em casos de petições de emancipação ou pedidos de licença para casamento, impedimentos, etc. Podem mostrar o conceito que se tinha de família, pois esta se tornou nuclear muito recentemente. A família ampla podia ser bem numerosa. A maior parte contava com agregados, que podiam ser parentes próximos ou afastados, ascendentes, descendentes ou colaterais, ou mesmo ex-escravos livres ou afilhados, etc., que viviam sob o abrigo do chefe da família. Ainda, alguns dados são fornecidos para acusar a situação da mulher e das crianças, dentro do contexto familiar e social. As inquirições, promovidas a partir de alguns impedimentos legais, por solicitações de um ou mais dos interessados, trazem informações extraordinárias, quer através

dos depoimentos das pessoas envolvidas, quer das testemunhas arroladas. As relações entre senhores e escravos, ou índios administrados, são extraídas a partir das disposições testamentárias, dotes e contratos de casamentos. A própria ocupação, na escala social e econômica, é concluída se comparar os dados de uma boa amostragem desses documentos.²

É preciso perceber, que embora os inventários sejam fontes riquíssimas para se identificar os elementos da cultura material de uma época, são também fontes lacunares. A partir deles podemos ter acesso a uma parcela restrita da população, isto é, somente aquela que deixa bens para partilha entre seus herdeiros. Grande parte de população que tratamos nessa pesquisa é encontrada nos processos de inventários somente de maneira indireta, isto é, quando são escravos inventariados ou quando consta alguma indicação de prestação de serviços no processo do inventário. Ainda assim, tais processos nos serviram como ponto de partida para estabelecer relações entre os escravos ferreiros ali encontrados, seus proprietários e outros indivíduos de Itabira e Santa Bárbara. Tendo sempre em vista a questão da experiência de liberdade que o ofício de ferreiro proporcionaria a esses homens de cor.

Cabe aqui fazer algumas observações no que se refere à organização dessas fontes no Arquivo Público Municipal. Trata-se de um arquivo que está sob os cuidados da prefeitura da cidade de Itabira e que até o momento da fase de pesquisa de fontes, não contava com pessoal qualificado para lidar com essa documentação. É um acervo riquíssimo e que ainda foi pouco explorado de maneira sistemática pelos historiadores. O fundo “Inventários” é um dos poucos que estão organizados de maneira que permita a pesquisa e levantamento de todos os processos, como fizemos aqui. Estão acondicionados cronologicamente e ininterruptamente entre os anos de 1813 a 1899 (referimo-nos apenas a documentação do século XIX).

² FLEXOR, Inventários e Testamentos como fonte de pesquisa.

Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_074.html.

Acesso em: 20/07/2009

Há ainda grande parte desse acervo a ser identificada e arquivada de maneira correta, como é o caso da documentação acondicionada como “Fundo da Câmara Municipal”. É claro que a atual organização demonstra uma preocupação dos responsáveis pelo arquivo em criar uma ordem, ainda que mínima, para essas fontes, para que elas possam permanecer em um estado de conservação que não as inutilize. São caixas e caixas de documentos identificadas apenas pelo ano de sua produção, sem o tratamento adequado ou reconhecimento por tipologia, isto é, se referem-se a atas da Câmara Municipal, se são processos civis, cartas de exame de ofício, entre outros. Tal situação dificultou bastante a consulta desse fundo, que acreditamos ser riquíssimo para a ampliação de nossa pesquisa. Consultamos uma parte dessa documentação, mas tal estado de sua organização impossibilitou nosso acesso a todo esse fundo em tempo hábil para conclusão desse trabalho.

Assim sendo, a partir do cruzamento das informações retiradas dos inventários, relatórios socioeconômicos e censos provinciais, tentamos identificar nessa região das Minas, marcada desde o início do século XIX pela extração ferrífera, os impactos que tal atividade, e a seqüente transformação do metal extraído, tiveram para a população de cor que se dedicou a tais atividades. Da mesma forma, a pesquisa nos conduziu a analisar algumas trajetórias de escravos e libertos que, ao longo do oitocentos, experimentaram uma vivência de liberdade através das artes do ferro.

A documentação trabalhada compreende uma área que se estende desde a freguesia Santa Bárbara, passando por Barão de Cocais, Termo de Itabira, São José da Alagoa até São Miguel. A escolha dessa área se refere ao fato da mesma possuir os elementos naturais indispensáveis para o desenvolvimento das manufaturas de ferro: minério de ferro, matas e fontes da água em abundância e mão de obra disponível para o trabalho. Trata-se de uma extensa área nos vales do Rio Doce e Rio Piracicaba, sendo este recorte espacial importante para gerar discussões acerca da prática do ofício de ferreiro entre escravos e libertos em Minas Gerais durante o Oitocentos.

Nesse sentido, tornou-se oportuno estabelecer os critérios usados para promover nossa regionalização, assim como caracterizar socioeconomicamente as

Minas do ferro oitocentista. A partir disso, poderíamos compreender melhor o impacto que o ofício de ferreiro teria para homens de cor que nele se envolveram, naquela região.

Analisando o período de todo o século XIX, podemos verificar de que maneira essa prática de produção e transformação do ferro foi se desenvolvendo no período, a partir de quais regiões, em que proporção e as características dos escravos praticantes desse ofício. A densidade das fontes e sua descrição cronológica nos permitiram também realizar uma análise quantitativa e qualitativa acerca da prática do ofício de ferreiro entre esses escravos. Interessa-nos desvendar o universo desses artífices de cor, em um mundo ainda muito marcado pelo sistema escravista. Quem foram esses ferreiros? Eram crioulos, africanos, livres, libertos ou escravos? Como aprenderam seu ofício? Onde, para quem trabalhavam? O que conseguiram a partir dele?

A análise das trajetórias desses escravos ferreiros e seus senhores, através das fontes cartoriais, pode nos auxiliar na identificação das relações estabelecidas entre os mesmos em função da prática desse ofício. Uma investigação dessa natureza é frutífera no intuito de identificar as nuances dessa prática, de sua transmissão e aprendizagem, assim como os efeitos que esse saber poderia ter gerado na vida desses agentes históricos no âmbito da sociedade escravista mineira oitocentista.

Uma vez que nosso recorte se refere ao oitocentos, a ampla regulamentação camarária setecentista que visava estabelecer normas para o exercício das artes mecânicas na Colônia serão abordadas aqui apenas a título de contextualização. Seja para evidenciar a permanência de determinadas práticas ou para destacar a ausência das mesmas.

A produção e transformação do ferro nas Minas Setecentistas teriam sido marcadas pela presença predominante de trabalhadores livres. O ofício de ferreiro, como todos os outros ofícios mecânicos, eram regulamentados pelas Câmaras Municipais, sendo exigida a realização de exames e o registro de licença nestes órgãos de justiça para se ter permissão de produzir, transformar ou vender peças em ferro. Em caso de escravos especializados, seus senhores teriam que levá-los a

Câmara para realizar o exame de ofício. Havia um regimento de cada ofício, nos quais constavam os serviços e preços praticados por esses oficiais mecânicos. Essa regulamentação teria permanecido até a primeira década do século XIX.

Contudo, é o século XIX que abre novas perspectivas para a extração ferrífera e a subsequente transformação do metal. A diminuição da extração aurífera, – pelo menos em parte da Capitania – a presença da Família Real no Brasil, as necessidades geradas pelo crescimento de um mercado interno nas Minas e a abundância do ferro no subsolo mineiro influenciariam tal processo. Eschwege, em visita às Minas nas primeiras décadas do oitocentos, já destacava a presença de pequenas fundições que funcionavam a partir de um “processo bárbaro” chamado de *cadinhos*.³ Com o tempo, essas práticas, segundo o engenheiro alemão, foram sendo melhoradas a partir de inovações trazidas pelos técnicos europeus ou mesmo pela engenhosidade dos moradores locais.

Nas Minas do ferro encontramos algumas das iniciativas apontadas por Eschwege. De acordo com os parâmetros da época tal área contou com significativas instalações: a Fábrica do Morro do Pilar, a Fábrica do Girau e a Fábrica do Onça, sendo a primeira de maior destaque. A ação de nossos ferreiros pode estar ligada à existência desses núcleos maiores, mas também pode ser um indício de que a prática do ofício de ferreiro também atendia a iniciativas de menor proporção, e/ou aos serviços prestados a terceiros através do trabalho por jornal. Enfim, aspectos do cotidiano desses artífices que buscaremos desvendar aqui.

Nesse sentido, temas ligados ao universo da prática desses artífices, o início das atividades de produção e transformação do ferro nas Minas Gerais, a relação desses artífices com os mestres europeus e com africanos, o aprendizado do ofício e as relações criadas entre esses homens de cor – cativos, libertos e livres - ligados a um ofício mecânico na sociedade escravista mineira oitocentista serão abordados neste trabalho.

³ Sobre este método e demais características dos processos de fundição empregados em Minas no século XIX, ver: CALÓGERAS, 1905, v. II; ESCHWEGE, 1978, vol. 1 e 02; GOMES, 1983; SENA, (1),1881.

Outro ponto a ser considerado é a característica da unidade produtiva em que se encontram escravos ferreiros. Estamos considerando aqui, a definição feita por Andrade entre *roceiros* e *fazendeiros* para classificar os proprietários de terras e escravos. Trataremos como roceiros aqueles indivíduos que nos inventários não declararam cativos ou que possuem até 10 escravos e como fazendeiros os que possuem um plantel superior a 10 cativos, o que indica uma propriedade agrícola com maior potencial produtivo.⁴

Esse critério de classificação leva em conta o fato de que um número pequeno de cativos caracteriza uma unidade produtiva que se volte para o autoconsumo, enquanto um número superior a 10 cativos indicaria que a unidade teria condições de produzir excedentes e se destinar ao comércio interno. Essa classificação é importante para tentarmos relacionar a existência de escravos ferreiros a tais características das unidades produtivas em que se encontravam. A partir disso podemos perceber de que forma esses escravos estariam inseridos na lógica de uma economia provincial, na medida em que pudermos comprovar os fluxos de produção de seu ofício, assim como o percentual de riqueza que a produção de ferro representa para a unidade, comparando seus valores como o monte-mor do inventário.

Precisamos também verificar se há ocorrência de ferreiros entre os homens livres para poder afirmar que o ofício exercia um papel específico entre os escravos. Por isso a importância de recorrer a fontes complementares, para que possamos preencher certas lacunas que surjam no decorrer da pesquisa. Para este aspecto, podemos utilizar as listas nominativas e os mapas de população. Essas fontes não estão, no arquivo pesquisado, em seqüência cronológica como os inventários e estão arquivadas como Fundo da Câmara Municipal, mas podem nos oferecer informações significativas acerca da estrutura ocupacional da região trabalhada, no decorrer do século XIX.

Na busca de compreensão acerca do trabalho dos oficiais ferreiros – entre escravos e libertos – nas Minas do ferro, a pesquisa foi dividida em três eixos

⁴ ANDRADE, 2008, p. 209-210.

temáticos: as Minas do ferro, sua população escrava e o ofício de ferreiro entre homens de cor nas Minas do ferro.

No primeiro capítulo *Que “Minas Gerais”?: aspectos geográficos, as gentes e a economia das Minas do ferro*, consideramos ser propícia uma reflexão acerca das características socioeconômicas das Minas do ferro. Buscamos esclarecer os critérios que nos conduziram para esse recorte espacial. Destacamos a presença nesta área dos elementos fundamentais para o desenvolvimento da produção e transformação do ferro: o subsolo ferrífero, fontes de água, matas para fornecer a lenha e mão de obra disponível e qualificada para tal atividade.

Através de extensa documentação serial fornecida pelos inventários post-mortem e dos dados populacionais dos principais núcleos de povoamento das Minas dos ferro, Itabira e Santa Bárbara, em três momentos distintos do século XIX (1833, 1854 e 1872), buscaremos estabelecer um panorama socioeconômico das Minas do ferro. O que nos permitiu compreender as especificidades dessa região que favoreceram o desenvolvimento do ofício de ferreiro entre a população de cor, livre, liberta e escrava.

No segundo capítulo *A população escrava e de cor*, discutiremos as características da população cativa das Minas do ferro. Nosso corpus documental engloba cerca de 700 processos de inventários, além de documentos referentes à população acondicionados sobre o rótulo de “Fundo da Câmara Municipal”, nos permite identificar alguns aspectos das relações entre brancos e negros (livres, libertos e escravos) nessa sociedade escravista, verificar a presença de relações de parentesco entre essa população, assim com os critérios que as regiam e o universo dos artífices entre esses escravos. A partir disso podemos estabelecer relações entre a formação de famílias escravas e a prática do ofício de ferreiro e comparar os dados referentes aos demais ofícios aos ofícios ligados ao ferro.

No capítulo terceiro, *Escravos e libertos ferreiros: as cores e os símbolos do ofício*, trataremos dos escravos e libertos ferreiros encontrados em nossa documentação. Considerando que estamos em busca das relações criadas em torno de uma prática cotidiana – o ofício de ferreiro entre “homens de cor” –, a partir dos dados dos inventários pretendemos perseguir as trajetórias desses artífices. Da

mesma forma, compreender os significados que o ofício de ferreiro poderia representar para esses homens no âmbito da sociedade escravista das Minas do ferro do século XIX.

CAP . 1 - Que “Minas Gerais”?: aspectos geográficos, as gentes e a economia das Minas do ferro.

1.1. De Santa Bárbara à Itabira do Mato Dentro: minério de ferro, matas e águas.

As Minas Gerais do Oitocentos, há algum tempo vem sendo palco de debates historiográficos acerca de sua organização social, estrutura econômica, e formas de poder nela vigentes. Questões como a evolução da escravatura na Província, as características do trabalho escravo e a transição deste para o trabalho livre, as características da economia, seus vínculos com o mercado externo ou sua capacidade de acomodação evolutiva num período em que os veios de metais e pedras preciosas tornavam-se escassos em grande parte da Província, tem sido os pontos fortes deste debate.

Contudo, quando se fala em Minas Oitocentista, muitas vezes utiliza-se uma terminologia geral para identificar uma extensa área sobre a qual se poderia utilizar outros tipos de qualificações. Nesse sentido, torna-se interessante para nosso trabalho trazer à tona alguns elementos para se pensar a que “Minas Gerais Oitocentistas” nos referimos. Chamamos para frente da discussão a questão da região, do espaço, numa perspectiva em que este só pode ser considerado enquanto parte de uma experiência vivida.

Para analisar o desenvolvimento das atividades de produção e transformação do ferro desenvolvidas por escravos e forros, nossos “homens de cor”, no decorrer do século XIX, buscamos tais experiências no espaço mineiro em que estas atividades tiveram maior destaque no período em questão. Ao nosso recorte demos o nome de Minas do ferro.⁵ Assim, o espaço em que buscamos

⁵ Existem outras propostas de regionalização para o espaço das Minas Gerais oitocentistas. Um dos mais recorrentes é o de Clotilde Paiva. Cf: PAIVA,. 1996. Paiva utiliza uma regionalização bastante abrangente para a Província de Minas. Seguindo sua proposta, nosso espaço de análise

visualizar a maneira como se desenvolveram as atividades ligadas ao ferro e as relações criadas em torno das mesmas, corresponde a Itabira do Mato Dentro e seus distritos (Antonio Dias, Joanésia, Santana do Alfié, Santa Maria de Itabira, São Domingos do Prata, São Gonçalo do Rio Abaixo, São José da Alagoa, São Miguel e Cuieté) e Santa Bárbara (cujos distritos são Cocais e São João do Morro Grande).⁶

Nesse sentido, nossa regionalização não se dá a priori por um limite administrativo. É antes resultado de um conjunto de espaços, ao mesmo tempo sociais, econômicos, políticos, naturais e culturais.

Se analisamos um fenômeno, um processo social, este fenômeno é localizado, ele ocorre em um “lugar” definido. Este lugar, contudo, tem relações (sociais, políticas, econômicas, culturais) com outros lugares. Qual intuito então de segmentar um espaço para análise? Como promover esta segmentação do espaço em uma pesquisa empírica?

O conceito de região e as maneiras de se definir uma região em uma pesquisa histórica já foram discutidos por diversas vertentes historiográficas. Há, nessa questão, uma preocupação que o historiador vem adotando de dialogar com outras áreas para melhor poder representar, definir seu espaço de análise, sem cometer anacronismos ou perder de vista o aspecto da historicidade. Neste intuito,

abrangeria uma extensa área das regiões Mineradora Central Leste e Mineradora Central Oeste. A partir de critérios que visam aproximações nas diversas áreas da Província, baseadas na interação de fatores como elementos naturais, atividades econômicas, dinâmica populacional, desenvolvimento do setor mercantil, entre outros, Clotilde Paiva aponta a existência de 18 regiões para a Província de Minas Gerais. São elas: Extremo Oriente, Vale do Alto-Médio São Francisco, Sertão, Minas Novas, Paracatu, Sertão do Alto São Francisco, Médio Baixo Rio das Velhas, Sertão do Rio Doce, Triângulo. Araxá, Intermediária Pitangui-Tamanduá, Diamantina, Mineradora Central – Leste, Mineradora Central – Oeste, Mata, Sudeste, Sub-Central e Sudoeste. Embora citemos as regiões de Paiva, ao apresentarmos os dados sobre as Minas do ferro, veremos que nossa proposta combina elementos geográficos e socioeconômicos, de modo a delimitar um espaço a partir das práticas culturais que nele se desenvolvem.

⁶ Alguns dados acerca da evolução administrativa desses espaços ao longo do século XIX: A povoação de Itabira do Mato Dentro data das primeiras décadas do século XVIII. Alguns atribuem a 1705 a instalação da Capela filial de Nossa Senhora do Rosário, pertencente ainda a Santa Bárbara. A freguesia de Itabira é criada em 1825, com criação da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira, já desmembrada de Santa Bárbara. O município, desmembrado de Caeté por resolução de 30 de junho de 1833, tem a posse de sua primeira Câmara em 30 de outubro de 1833. A elevação à Cidade de Itabira ocorre em 09 de outubro de 1848, pela Lei Provincial Nº 374. Ver: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1981; FRANÇA, s/d.; *O Recreador Mineiro*, 1845, p.146-147. APMI, Documentos Avulsos.

o diálogo com a Geografia econômica e cultural tem sido de grandiosa ajuda. Trabalharemos a seguir, algumas possibilidades, para então definir o critério de segmentação do espaço adotado em nossa pesquisa.

Pensar em segmentação do espaço para definir uma região de análise, implica em definir alguns critérios (social, natural, econômico, político, cultural) para tal. A noção de espaço associada exclusivamente a paisagem natural e a relação entre homem/natureza vem sendo discutida desde o fim do século XIX, quando a vertente determinista da escola alemã passa a ser relativizada. Vidal de La Blache, embora mantenha a relação entre homem/natureza como eixo de sua noção de espaço, apresenta algumas contribuições importantes que nos servem como parâmetro. Sua análise sobre os *gêneros de vida* nos permite considerar uma visão de espaço e região definidos por artefatos, que pode ser interessante.⁷

A partir disso, para definir o espaço das Minas do ferro, em nossa proposta, poderíamos seguir, por exemplo, um critério de presença de ferreiros. Isto nos possibilitaria evitar anacronismos que tendem a recorrer meramente a recortes administrativos da organização espacial do poder.

É fato que uma abordagem que defina região a partir de critérios naturais tende a romper com a historicidade do processo social. Para Bezzi, não se pode conceituar uma região a partir de um único aspecto. O recorte deve ser feito através de múltiplos critérios:

Propõe-se que a região possa ser vista e entendida por intermédio da totalidade da sociedade. Assim, a região pode ser percebida como uma dimensão espacial das especificidades sociais em uma totalidade espaço-social, ou ainda sob uma articulação dos modos de produção, determinados historicamente. A região é definida como a articulação concreta das relações de produção em um dado local em tempo. Destaca-se o papel fundamental da lógica da circulação do capital dentro do processo de diferenciação regional.⁸

⁷ DE LA BLACHE, 1954, p. 27-46.

⁸ BEZZI, 2004, p.231

Dentro da perspectiva apontada por Bezzi, nosso objeto – as Minas do Ferro – refere-se a uma área dentro da Província de Minas que estabelece relações sociais e econômicas dentro e fora do espaço mineiro. Relações estas que podem ser o eixo norteador da delimitação do espaço. Contudo, embora atraente em alguns aspectos, a proposta de Bezzi nos induz a um conceito de região econômica e como já dissemos, nossa proposta de regionalização considera também aspectos culturais ligados a experiência cotidiana dos atores em análise.

O mesmo cuidado deve-se ter em relação às perspectivas de tendência marxista, que para a segmentação do espaço, utilizam exclusivamente aspectos econômicos. Ao considerarem as características de um determinado espaço como resultado da lógica de funcionamento de um modo de produção, no caso, o capitalismo, estas perspectivas diluem o próprio conceito de região.

É preciso observar que colocar o estudo da região em foco, dentro das perspectivas que consideramos até aqui, é algo distinto de manifestar discursos regionalistas como resposta a ideia de “história macro”. Acerca disso, Castro salienta que

A preocupação com a região, enquanto problema de investigação e com regionalismo, enquanto conteúdo possível da primeira, deriva das suas possibilidades explicativas dos processos de transformação do espaço e dos atores mais destacados das mudanças. Na verdade, a identificação sócio-espacial, o espaço do cotidiano, o espaço da participação, da mobilização e da decisão política, o espaço da administração pública e outros mais, definem novas questões para a investigação e estabelecem o desafio metodológico da escala dos fenômenos que dão sentido ao território regional.⁹

Analisando as dificuldades de se considerar um conceito unívoco de região e de garantir historicidade ao espaço, Cunha observa que

Uma primeira consideração necessária, não obstante, é a de que não se pode partir para uma apreensão histórica do conceito de região sem se ter por base, essencialmente, o dado humano na produção/percepção do espaço. Ou seja, mesmo que respondendo dialeticamente ao que o ambiente apresenta, é a ação

⁹ CASTRO, 2002, p. 61.

transformadora nesse espaço, ou minimamente a forma segundo a qual ele é percebido e apreendido que confere, em um jogo dialético, a historicidade do espaço. A discussão acerca da região natural, essencialmente formalista, que por muito tempo marcou os estudos geográficos, não faz sentido (uma vez destacada essa importância do dado humano) senão muito marginal à reflexão histórica. Uma ponderação em paralelo é, todavia, fundamental. Uma vez que a região deve ser fruto não de atribuições “naturais” em exclusivo, mas da interação desta dimensão com a produção/percepção do espaço, é razoável pensar que isto não se dá de forma unívoca, e que, portanto, não se pode falar de um só recorte regional para um dado espaço.¹⁰

É preciso então perceber qual aspecto – ou quais – melhor se adequa(m) a proposta da pesquisa para definir o espaço da análise. Assim, o caminho a seguir para definir e segmentar o espaço de análise é ver a região como um problema teórico-metodológico, que o próprio objeto da pesquisa pode ajudar a solucionar.

Outra perspectiva que permite abrir nossos horizontes acerca da noção do espaço e com isso, lançar luz sobre o critério de regionalização a ser utilizado, é a de Doreen Massey. A autora nos alerta para o risco de considerar o espaço de forma estanque, considerando apenas qualquer limite administrativo como forma de segmentação do espaço. O espaço deve ser visto como algo aberto, percebido a partir da experiência daqueles que o ocupam; um espaço vivido. A esfera do vivido se realiza também através de relações invisíveis, a partir do cruzamento das trajetórias dos indivíduos. Para Massey, por exemplo, são essas trajetórias individuais reunidas em feixe, quando se cruzam com outras trajetórias individuais, que constituem a própria noção de espaço:

Pois tal espaço implica o inesperado. O especificamente espacial dentro do espaço é produzido por isso – algumas vezes por um acaso substancial, outras não: arranjos em relação um-com-o-outro, que é o resultado da existência de uma multiplicidade de trajetórias. Em configurações espaciais, narrativas de outra forma não conectadas podem ser conduzidas a entrar em contato, ou outras, previamente conectadas, podem ser descartadas. Há sempre um elemento de ‘caos’. Este é o acaso do espaço; o vizinho acidental é emblemático a esse respeito. O espaço com o sistema fechado do corte essencial pressupõe (garante o singular). Mas, nessa outra espacialidade, diferentes temporalidades e

¹⁰ CUNHA, et. al. , 2008, p. 497-498

diferentes vozes precisam descobrir meios de acomodação. O acaso do espaço tem que ser correspondido.¹¹

Neste âmbito de percepção do espaço como um feixe de trajetórias vivenciadas pelos indivíduos, como perceber o aprendizado e a transmissão deste “saber fazer” do ofício de ferreiro entre os agentes sociais investigados em nossa pesquisa? Teria sido este ofício apreendido na Itabira do Mato Dentro, na Província de Minas ou seria um saber exógeno, trazido pelos escravos africanos que ali estiveram? Em nosso recorte temporal, este ofício estaria mais presente entre crioulos ou africanos, entre negros ou mestiços, entre escravos ou forros? Ou teriam sido os engenheiros estrangeiros que implantaram nessa área tais técnicas, conjugando-as às práticas locais, num momento em que proliferavam pequenas e médias forjas na região das Minas? De que forma se dava a transmissão desses saberes? Estas perguntas podem nos ajudar a compreender a experiência vivida e as práticas culturais desses agentes. Auxiliam-nos a compreender melhor nosso espaço de análise.

A partir dessas considerações, problematizando nosso espaço, buscamos os vestígios de uma atividade econômica - a extração de minério de ferro – tendo em vista também seus aspectos sociais e culturais – a formas de produção e transformação do ferro realizadas por uma parcela da população escrava e liberta das Minas do Ferro.

Nesse sentido, recorreremos então a um critério natural – a existência de jazidas de minério de ferro e fontes água e lenha que possibilitariam essa atividade –, de um elemento sociocultural – a maneira como essa atividade foi desenvolvida (por quais agentes, através de que técnicas, sob quais valores e expectativas) para considerar nosso espaço de pesquisa.

Para tanto, buscamos elementos nos contemporâneos a tal atividade e nos relatos de viajantes estrangeiros para definir as áreas da Província que estiveram mais propícias a essas experiências.

¹¹ MASSEY, 2008, p.165-166.

A necessidade de se recorrer a novos critérios de regionalização que fossem capazes de captar as nuances das diversas realidades presentes na Província de Minas no século XIX, foi destacada por Paiva. A autora ressalta também o papel dos relatos de viagem dos naturalistas europeus que visitaram o Brasil a partir de 1808 como um profícuo instrumento de análise, capaz de promover, se visto com a devida cautela, o diálogo dos historiadores com o passado. Justificando os critérios adotados para definir seu recorte espacial, Paiva afirma que

Elementos físicos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos foram avaliados na construção da regionalização. É a presença, ou melhor, o grau de influência/determinação de cada elemento, sempre interligados, que conforma uma dada região. Esta proposta representa uma alternativa à adoção muitas vezes enviesada dos dados especializados.¹²

Assim, neste trabalho, é também nos relatos de viajantes estrangeiros que buscaremos estabelecer os limites do que ora chamamos de “Minas do ferro”. Nesse sentido, as observações feitas pelo naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire nos serão de valiosa contribuição.

Em viagem pela Província de Minas nas primeiras décadas do século XIX (1816-1822), Auguste de Saint-Hilaire apresenta- nos um instigante quadro dos aspectos naturais, da povoação, principais atividades econômicas e dos costumes que os habitantes das Minas tinham então. Certamente, devemos realizar sobre suas impressões uma crítica documental, uma vez que o olhar do viajante francês estava carregado de valores próprios do mundo europeu. De modo que algumas das suas observações sobre o que via nas Minas podem estar embebidas de certos preconceitos.¹³

Saindo de Vila Rica em direção à Vila do Príncipe, Saint-Hilaire segue por Mariana, Inficionado, Camargos, até chegar a Catas Altas. Durante todo percurso, descrito em minúcias, o viajante mostra-se assustado com os efeitos

¹² PAIVA, 1996, p.90.

¹³ SAINT-HILAIRE, 1974, p. 69-139.

maléficos que a febre do ouro causou ao modo de vida dos mineiros e ao ambiente que os cercavam:

Houve um tempo em que o ouro se encontrava com tanta abundância nos arredores de Vila Rica, Sabará, Vila do Príncipe, etc., que para descrever a riqueza dessas zonas, ainda hoje se repete com saudade que, quando se arrancava uma touceira de capim, e se sacudiam as raízes, caía ouro em pó de mistura com a areia. Os mineradores, deslumbrados, acreditavam que essas miríficas jazidas eram inesgotáveis; despendiam imprevidentemente todo o ouro que extraíam, e rivalizavam em luxo e prodigalidade. (...) Não conheciam mais que uma maneira de capitalizar: comprar, como meios de exploração, negros e burros, e esse emprego era precário. Á medida que o ouro era retirado da terra saía da província para nunca mais voltar, e ia enriquecer os comerciantes de Londres e de Lisboa: os pais viveram na opulência; os filhos são pobres. Sem dúvida, o ouro da província está ainda longe de haver esgotado; os primeiros habitantes legaram a seus sucessores a parte de mais difícil extração, e precisamente assim que se tornaram necessários mais escravos em grande quantidade, não se possuem meios de adquiri-los. Não se creia, porém, que a triste experiência do passado tenha tornado mais prudentes os atuais mineradores; se, às vezes, a fortuna ainda os favorece, mostram-se tão imprevidentes como seus pais, e não se preocupam igualmente com o que lhes deve suceder.¹⁴

Saint – Hilaire atribui ao sistema colonial, à falta de aplicação das leis, ao convívio com a escravidão e aos maus exemplos dos portugueses essa imprevidência dos mineiros. Observa também que, nesta área de exploração aurífera, não se tem cuidado em preservar as matas virgens, e que os sistemas de lavagem do ouro acabam muitas vezes prejudicando o leito dos rios, que tem suas margens repletas do cascalho das escavações.

Outro ponto destacado pelo viajante francês se refere às técnicas agrícolas empregadas nas Minas, que prejudicavam ainda mais a preservação das áreas de florestas. Afirma que não se utilizava nessas áreas fertilizantes ou o arado, e que o preparo do solo se limitava a atear fogo ao terreno a ser cultivado e cortar em altura conveniente as árvores que o cobrem. Tal prática, bastante disseminada, - assim como a extração mineral - foi responsável por uma grande transformação na

¹⁴SAINT-HILAIRE, 1974, p. 89.

paisagem natural das áreas mineradoras da Província. Saint – Hilaire é taxativo ao afirmar que “onde há matas não existe lavoura.”¹⁵

O quadro apresentado pelo viajante em seu trajeto de Vila Rica a Catas Altas, nos mostra algumas dificuldades que tais áreas teriam para o desenvolvimento de uma atividade de extração de minério de ferro e sua transformação, mesmo com o potencial ferrífero de seu subsolo. A tecnologia existente na época fazia ser necessária a presença de três elementos básicos para a produção de ferro: o mineral, matas para gerar lenha para a forja, e fontes de água como força motriz. A ferocidade da mineração aurífera e a prática da agricultura corrente teriam dificultado a presença dos dois últimos elementos.¹⁶

A paisagem descrita por Saint-Hilaire começa a modificar-se a partir de Catas Altas. Embora ainda vislumbre os efeitos das escavações do ouro e destacasse também a pobreza do lugar, ao passar por Santa Bárbara em direção a Itabira do Mato Dentro, oferece-nos outras informações:

Pela idéia sucinta que dei da Província de Minas, pode-se bem supor que estando situada ao oriente da grande cadeia interior, a região que se estende por um espaço de dez a nove léguas, entre Itajuru e Itabira deve ter sido outrora coberta por matas virgens, e que é cortada por montes e vales. Em vários lugares as matas ainda subexistem; em outros cederam lugar como sucede geralmente às capoeiras e aos campos de capim gordura. Comparado ao nosso país essa região poderia passar por deserto; não podíamos, porém, considerá-lo como tal relativamente a tantas outras zonas da Província de Minas. Deixando Itajuru, tornei a observar os lamentáveis efeitos das lavagens, mas depois de passar por um povoado situado em um vale a meia légua da morada do Capitão Gomes, deixei de avistar minas. (...) Entre *As Bicas* e Itabira, que de lá dista 4 léguas, o caminho costeia vales irrigados por arroios de água excelente. Nas regiões de mata virgem, em geral, as águas são ao mesmo tempo abundantes e puras (...)¹⁷

As descrições de Saint-Hilaire servem a nosso propósito de delimitar nossas Minas do Ferro, na medida em que nos oferecem os elementos naturais da

¹⁵ *Ibidem*, p. 90.

¹⁶ O viajante chega a sugerir ao guarda-mor Inocêncio de Catas Altas para abandonar a exploração do ouro e investir na de ferro. Mas o guarda – mor argumenta que a região circunjacente era desprovida de matas. Cf: SAINT-HILAIRE, *Ibidem*. nota. 121. p. 91.

¹⁷ SAINT-HILAIRE. *op. cit.*, p. 118-120

paisagem desta província de Minas oitocentista e de algumas características de práticas minerárias utilizadas no período. Como já foi salientado anteriormente, trabalhamos em uma perspectiva de região que não pode ser definida por um critério único, ou dada a priori por um recorte puramente administrativo. As informações do naturalista francês pautam – nos, por exemplo, de reconhecer na área descrita por ele a presença de elementos indispensáveis para a exploração e transformação do ferro: minério de ferro, água e matas, como já dissemos. Na mesma medida, não se limitam a simples descrição da paisagem. Os aspectos ligados às características dessa atividade, técnicas e mão de obra utilizadas que são outros critérios utilizados aqui para delimitação do espaço de análise da pesquisa, também podem ser identificadas pelo relato de Saint-Hilaire, e serão tratadas mais adiante.

Ao se aproximar de Itabira do Mato Dentro, o viajante depara-se mais uma vez com os impactos da mineração aurífera. Relata o aspecto das margens do córrego que costeia a estrada, tendo os morros revolvidos pela escavação. Contudo ao contrário do quadro que apresentou para as vilas encontradas no caminho, Vila Rica, Mariana, Catas Altas, Saint-Hilaire depara-se com uma povoação que chama de *florescente*, onde a mineração do ouro ainda é ativa e lucrativa e onde, após a permissão dada pela Coroa para a produção de manufaturas a partir das demandas criadas pela presença da corte portuguesa no Brasil, se encontravam também diversas forjas que fundiam o ferro e produziam dele instrumentos agrícolas e espingardas:

Apesar da diminuição que poderia ter sofrido nos produtos das minas, esse era ainda, por ocasião da minha viagem, um dos que mais ouro produziam; assim, a povoação de Itabira achava-se numa fase de notável esplendor. Nada aí fazia lembrar esse ar de decadência que aflige o viajante quando percorre os arredores de Vila Rica, ou mesmo quando atravessa as povoações de Inficionados, Camargos e Catas Altas. Havia aí muitas casas lindas de sobrado, e construíam – se novas, apesar dos enormes dispêndios que era necessário fazer retirar madeiras dos morros vizinhos. (...) Se três lavras, com trezentos operários, assim metamorfoseavam um miserável povoado em uma importante povoação, o que será quando se explorarem os morros do Rio de

peixe, do Piçarrão, do Piriquito e dos Doze Vinténs, que, segundo todos os indícios, são abundantíssimos em ouro?!¹⁸

Mesmo impressionado com o aspecto do povoado, Saint-Hilaire aponta para a efemeridade da riqueza do ouro, se não for bem empregada. E atesta a exploração do ferro no local, já presente em certa medida, como uma forma de manter o *esplendor* do momento de sua viagem, resultado da extração aurífera:

Essas minas, entretanto, atualmente ricas, esgotar-se-ão com as de Vila Rica, Catas Altas, etc., e se a exploração de ferro, que abunda no local, não se tornar uma fonte mais durável de riqueza, nada poderá reter os habitantes sobre um morro árido, cujos arredores, despojados de terra vegetal pelos mineradores, serão pouco próprios para a agricultura. Enquanto esperam, os mineradores de Itabira, confiantes em seu futuro incerto, gastam seu ouro à medida que o retiram da terra. Mais de uma vez o produto de suas minas foi insuficiente para prover as suas necessidades e caprichos, e, antes do desenvolvimento das forjas, vários deles tinham quebrado.¹⁹

É claro, todavia, que alguns aspectos do relato de Saint-Hilaire devem ser lidos com ressalvas. A noção de decadência que ele impinge às Minas com a escassez das jazidas auríferas tem sido há muito discutida pelos historiadores. Há uma extensa bibliografia com uma interpretação já consolidada, que apresenta elementos para contestar essa ideia de decadência das Minas oitocentista. A própria diminuição da atividade mineral não teve o mesmo impacto em toda província. Além disso, as atividades de transformação, entre as quais se distinguem o ferro e o algodão, têm grande desenvolvimento no período e teriam também sido responsáveis pela manutenção dos altos índices da população escrava das Minas no decorrer do Oitocentos.²⁰

Seguindo seu trajeto, o naturalista continua a nos fornecer informações acerca do povoado, assim como das condições presentes neste para a atividade de

¹⁸ SAINT-HILAIRE. *op. cit.*, p. 122

¹⁹ *Idem*, p. 123

²⁰ A respeito dessa discussão historiográfica sobre a suposta decadência das Minas no século XIX, ver: LINHARES, 1979; ALMEIDA, 1994; ANDRADE, 2008; FURTADO, s/d; GRAÇA FILHO, 2001; LIBBY, Douglas Cole, 2001. Sobre o mesmo processo para a Itabira do Mato Dentro, ver também BRITTO, 2007.

extração e transformação do minério de ferro. Percorre as redondezas em visita a uma das áreas de serviço mineral do povoado, descrevendo como se dá a extração em uma das minas, a da Conceição:

Continuando a caminhar, chegamos ao morro da Conceição, que se liga diretamente ao de Itabiruçu, sem separação por nenhum vale. Da primeira dessas montanhas, descobrem-se todos os morros cobertos de matas, mas nenhuma habitação se mostra ao longe. Conceição tem o aspecto muito árido. O solo é completamente ferruginoso e de um vermelho denegrido. (...) Não havia na montanha, mais que duas jazidas em exploração: visitamo-las uma em seguida à outra, começando pela menos elevada. A galeria desta última media então mais de seiscentos passos, e estava, em toda a sua extensão mais ou menos no mesmo nível da entrada. Fora começado há cerca de quatro anos, e noventa negros continuavam a perfurá-la. Atravessava uma mina de ferro quase sempre pulverulento, e podia ter de seis a sete pés de largura e cerca de seis de altura. Nos lugares em que o ferro é pulverulento, sustentava-se a galeria com espeques. Á medida que prosseguia a escavação, fincavam-se transversalmente, na parte superior da galeria, pedaços de pau bruto, que se tinha o cuidado de ajustar uns contra os outros.²¹

Nota-se que, no momento da viagem de Saint- Hilaire, a mineração aurífera em Itabira ainda estava ativa. Podemos observar essa presença de uma atividade aurífera ainda vigente na região nos dados do *Mapa das lavras minerais da cidade de Itabira, seus produtos e despesas nos anos de 1852,1853 e 1854*, sintetizados na tabela 1.

No documento original, consta ainda a seguinte observação: “*Extraíram-se nos 3 anos acima ditos: 253:479 oitavas e ¼ de ouro, vendido um pelo outro a 3:500 @. Espigão produziu 887:177\$375 e deduzindo-se 97:928\$266 de despesas que fez nos ditos 3 anos com a extração do ouro, fica de saldo a favor dos proprietários das mencionadas lavras a quantia de 89:249\$169*”. Isto é, não só a mineração aurífera continua ativa em Itabira no período (1852, 1853 e 1854), como apresentava resultados favoráveis.²²

²¹SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, p. 123-4.

²² APMI, Fundo da Câmara Municipal, *Mapa das lavras minerais da cidade de Itabira, seus produtos e despesas nos anos de 1852,1853 e 1854*.Cx. 06.

Tabela 1 - Produção referente às lavras auríferas em atividade em Itabira (1852,1853 e 1854)

Nºs	Lavras	Receita em 1852	Ouro extraído	Receita em 1853	Ouro Extraído	Receita em 1854	Ouro Extraído	Soma Total dos 3 anos		Despesa Total dos 3 anos
1	Lavra do Meio	24:028	1/12 L	16: 208	½ L	9:880	1/11 L	50:117	¼ L	35:604\$954
2	Lavra do Espigão	25:125	1/12 L	26:208	½ L	13:477	1/11 L	64:811	¼ L	40:000\$000
3	Lavra do S. Velho	2:257	1/12 L	12:078	½ L	11:216	1/11 L	25:551	¼ L	40:000\$000
4	Lavra das 5 Datas	6:183	1/12 L	12:078	½ L	11:216	1/11 L	6:183	¼ L	40:000\$000
3	Lavra do Retalho	6:183	1/12 L	12:078	½ L	41:032	1/11 L	41:052	¼ L	40:000\$000
6	Lavra de Sant'Ana	6:183	1/12 L	12:078	½ L	2:785	1/11 L	2:785	¼ L	10:323\$312
2	Engenhos do Major Miguel Ferreira da Rocha	1:000	1/12 L	1:000	½ L	1:000	1/11 L	3:000	¼ L	6:000\$000
	Lavras e outros engenhos e ouro extraído	20:000	1/12 L	20:000	½ L	20:000	1/11 L	60:000	¼ L	6:000\$000
Soma		78:594	1/12 L	75:494	½ L	97:390	1/11 L	253:479	¼ L	97:928\$266

Fonte: Mapa das lavras minerais da cidade de Itabira, seus produtos e despesas nos anos de 1852,1853 e 1854. Arquivo Público Municipal de Itabira. Fundo da Câmara Municipal. Cx. 06. O termo “L” se refere a libra: 1 L corresponde a 0,4536 Kg.

Nesse sentido, haveria nesta área uma conjugação da extração mineral de ouro e ferro e pelas características do subsolo, o ouro encontrava-se aglutinado ao minério de ferro. Sobre o início das atividades de transformação deste minério em Itabira, seu relato nos informa que

Domingos Barbosa foi o primeiro que, tendo visto fabricar o ferro perto de Mariana, ensaiou o de Itabira, e seu exemplo foi em pouco seguido pelos homens ricos e os ferreiros da povoação. Manoel Fernandes Nunes, homem muito indústrioso, mandou construir fornos e criou uma manufatura de espingardas. Suas forjas foram o modelo de doze outras depois estabelecidas na região. Pessoas, que outrora passavam a vida a mendigar, trabalham atualmente nessas fábricas, e aí encontram abrigo contra a ociosidade, o vício e a miséria.²³

²³ SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, p. 122.

Nos documentos pesquisados no Arquivo Municipal de Itabira, encontramos o inventário do Alferes Manoel Fernandes Nunes, ao qual Saint-Hilaire se refere. Seu inventário data de 1822 e nos apresenta dados importantes que nos auxiliam na definição de nosso recorte espacial, tendo em vista a ocorrência de atividades de produção e transformação do ferro e os elementos – água, matas e minério de ferro – necessários para o desenvolvimento da mesma. Entre os bens descritos, constam: uma roça de duas sesmarias no Ribeirão da Chapada em matas virgens; terras em pastos e capoeiras avaliadas em 1:750\$000; gado muar, cavalar e suíno; 20 praças em sociedade com outros na Serra da Conceição avaliadas em 2:000\$000 (onde explorava ouro e ferro); 10 praças em sociedade com outros nas terras minerais da Fazenda de Santana avaliada em 600\$000; malhos, martelos, forno, bigornas e cinco foles de ferreiro.²⁴

Entre seus 50 escravos, o Alferes Manoel Fernandes Nunes tinha 6 (seis) escravos com o ofício definido de “ferreiro”. São eles: Eufrázio, crioulo, de 22 anos, solteiro, descrito como “ferreiro”, avaliado em 240\$000; Manoel Sabará, crioulo, de 19 anos, solteiro, descrito como “com luz de ferreiro”, avaliado em 220\$000; João, crioulo, de 26 anos, solteiro, descrito como “com luz de ferreiro”, avaliado em 200\$000; Florentino, pardo, de 36 anos, solteiro, com papo, descrito como “com luz de ferreiro”, avaliado em 160\$000 (a expressão “com luz de ferreiro” nos indica o aspecto da aprendizagem do ofício); José, africano de nação Cassange, de 20 anos, solteiro, descrito como “com luz de ferreiro”, avaliado em 240\$000; Joaquim, crioulo, de 60 anos, solteiro, descrito como “ferreiro”, avaliado em 70\$000. Seu inventário tem um Monte-Mor de 13:118\$800.

Os dados desse inventário nos permitem identificar a necessidade dos elementos citados acima para a produção de ferro e descritos com maior frequência por Saint – Hilaire no trecho de seu percurso que vai de Santa Bárbara a Itabira. Trata-se do inventário de um grande proprietário de terras e escravos, cujos investimentos estão distribuídos em terras agrícolas e minerais, escravos e criação de animais. O termo “praça”, para descrever suas posses no serviço mineral nas Serra da Conceição e na Fazenda de Santana, tende a ser utilizado

²⁴ APMI, Inventários, *Inventário do Alferes Manoel Fernandes Nunes*, 1822. Cx. 02

para mineração aurífera e em alguns casos indica a concessão de exploração em terras minerais de outros proprietários. As descrições de Saint-Hilaire nos mostram que no subsolo desta região, o ouro encontrava-se agregado ao minério de ferro. Além disso, a presença de escravos ferreiros e os instrumentos utilizados para a fundição e forja do ferro, são referências claras da ocorrência desta atividade. Portanto, ainda que as praças citadas no inventário fossem de ouro, seriam também fontes de minério de ferro.

O fato de essas praças serem em sociedade com outros homens indica que outros indivíduos da região também dispensassem seus investimentos da mesma maneira que o Alferes Manoel Fernandes Nunes. A presença de grande quantidade de terras em matas virgens vai em acordo a nossa proposta de que era indispensável para a produção de ferro a existência de fontes de madeira para ser queimada e o carvão para o processo da fundição. Da mesma forma, auxilia no escoramento de minas internas subterrâneas ou internas, como é o caso da mineração na Serra de Conceição, conforme nos indica Saint-Hilaire em citação feita anteriormente.

Da mesma maneira, os investimentos feitos em terras em capoeiras, usadas no sistema de agricultura utilizado, e em criação de animais, apontam para a questão da diversificação das atividades produtivas que caracteriza a economia das Minas oitocentista, conforme afirma a bibliografia já referida.

Quanto às fontes de água, a área conhecida como Santana, além de veios auríferos e minas de ferro, era cortada por córregos e regatos.

Seguindo seu trajeto em direção a Vila do Príncipe, Saint-Hilaire depara-se ainda com duas áreas onde se encontram forjas. Uma delas, ainda nas proximidades de Itabira, a chamada Forja – ou Fábrica – do Girau, e as forjas descritas por ele nas redondezas de Gaspar Soares, próximo à Itabira do Mato Dentro. Nessa área, o Intendente Câmara tentou estabelecer uma grande fábrica de ferro no intuito de abastecer a Província e eliminar a necessidade da importação do metal. Saint-Hilaire, a respeito das forjas do Girau, relata-nos:

Tendo caminhado uma légua, atravessando a princípio a mina de Sant'Ana e em seguida grandes bosques, chegamos às forjas do

Girau. Esta está situada em uma baixada, à margem de um córrego, e rodeada por todos os lados de morros cobertos de imensas florestas. Um dos edifícios serve de abrigo aos operários; em outro, situado mais baixo, estão colocadas as forjas, e um último, que se estava então construindo, se destinava a receber os escravos. (...) Essa forja, como veremos, possuía todos os elementos de prosperidade: o governo concedera ao proprietário, para a fabricação de carvão, quatro sesmarias de matas; o ferro se encontra, por toda a parte, nos arredores, e a água, em grande abundância, fornece os meios de movimentar a maquinaria da fundição; finalmente, as terras da vizinhança, vermelhas e argilosas, parecem ser férteis, e podem fornecer víveres aos operários.²⁵

Enfim, todos esses elementos apontados aqui, reafirmam os critérios utilizados nesta pesquisa para delimitar as Minas do Ferro, indo além de um recorte puramente administrativo. E tendo em vista um conceito de região que considere vários aspectos e se pautar na experiência vivida, nas práticas e nas relações de trabalho dos agentes históricos em questão.

1.2. As gentes de lugar: aspectos da estrutura populacional

Uma vez esboçados os critérios de regionalização utilizados nesta pesquisa, passaremos a tratar dos aspectos demográficos que verificamos nas Minas do Ferro. A partir do banco de dados criado com as informações retiradas dos 776 inventários *post-mortem* consultados no Arquivo Municipal de Itabira, buscaremos pensar essa região pelas características de sua população. Os dados dos inventários serão complementados pelos Censos Provinciais de 1833 e 1872, além das informações retiradas da Resposta dos Presidentes das Câmaras Municipais de Itabira e Santa Bárbara ao Inquérito Provincial de 1854.²⁶

²⁵ SAINT-HILAIRE. *op. cit.*, p. 127-8.

²⁶ Para ter acesso a tais fontes, ver: APMI, Inventários, 1813/1888 Cxs 1 a 51; APM, Seção Provincial, *Relatório do Presidente da Câmara de Itabira ao Inquérito Provincial de 1854*. SP 570 [393-402]; APM, Recenseamento da População do Brasil de 1872, Minas Gerais, *Quadro Geral da População da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira*. Cx. 03 [160-165]; APM, Recenseamento da População do Brasil de 1872, Minas Gerais, *Quadro Geral da População da Paróquia de Santo Antonio do Ribeirão de Santa Bárbara*. Cx. 03 [136-138]; APM, Censo da Província de Minas Gerais, *Município de Itabira. Distrito da Vila*. 1833. MP - Cx.01 –

Da mesma forma, os dados serão comparados com aqueles fornecidos para o todo da Província pela bibliografia do período. Neste sentido, os trabalhos de Iraci Del Nero da Costa, Clotilde Paiva, Francisco Eduardo de Andrade, Laird Bergad e Douglas Cole Libby nos serão de grande valia. Esses trabalhos serão utilizados como comparação, uma vez que deve-se buscar padrões para identificar uma dinâmica demográfica.²⁷

Os dados relativos à composição da população, sua distribuição por condição, idades e sexos, assim como o tipo de atividades econômicas desenvolvidas em nossa área de análise são importantes na medida em que propiciam a verificação do quadro em que se desenvolviam as atividades de produção e transformação do ferro. O conhecimento dessa dinâmica populacional e das formas de utilização da terra e dos recursos da natureza pode esclarecer as formas de associação e simbiose dessas atividades com outros universos produtivos. A presença das fábricas de ferro, sua localização, características de seu proprietário, tipo e quantidade de mão de obra utilizada e o destino da produção são alguns dos elementos que podem ser observados a partir dessa análise demográfica.

Nesse sentido, afim de estabelecer comparações entre os dados dos inventários analisados nesta pesquisa e os padrões estabelecidos para a Província de Minas, trataremos aqui de algumas abordagens que são caras a nossa temática e podem elucidar nossa análise.

As características da economia mineira do século XIX, assim como sua dinâmica populacional, já há algum tempo vem sendo fonte de grandes debates na historiografia. As formas de organização econômica da Província após o *boom* minerador, quais atividades passaram a ser primordiais e de que forma estas se relacionavam – ou não relacionavam-se – ao comércio de exportação. A queda da produção aurífera nos grandes centros mineradores, visível já em fins do século XVIII, levou a certas interpretações que afirmavam a decadência das Minas no

Doc 17; APM, Censo da Província de Minas Gerais, *Município de Itabira. Distrito de Santa Bárbara*. 1833. MP - Cx.01 – Doc 17.

²⁷. COSTA, 1981; PAIVA, *op. cit.*, 1996; ANDRADE, *op. cit.*, 2008; BERGAD, 2004. LIBBY, *op. cit.*, 1988.

século XIX. Essa interpretação tem sido constantemente relativizada pelos historiadores do período, e o desenvolvimento de estudos regionais tem reforçado cada vez mais essa tendência. Um importante conceito apresentado por Libby para compreender as formas de organização da economia mineira oitocentista é o conceito de “acomodação evolutiva”. O século XIX mineiro de acordo com essa visão teria sido marcado por um processo de reordenamento econômico. Através deste, algumas atividades que em momento anterior eram apenas subsidiárias à mineração, passariam a ganhar maior vulto a partir do momento em que os lucros da mineração já apontavam ser insuficientes. Entre essas atividades, temos a agropecuária e alguns tipos de atividades de transformação, como a têxtil e a siderurgia. O objetivo do aumento dos investimentos nestas atividades seria garantir à Província a capacidade de auto-abastecimento e de reduzir a necessidade de importação de alguns bens de consumo:

Alguns estudiosos insistem na natureza ‘fechada’ da economia provincial, ou seja, numa produção escravista destinada a uma fracionada rede de mercados vicinais (...) Um dos críticos a tal visão aponta para a existência de determinados setores dinâmicos dentro da economia mineira, setores estes que além de participar direta ou indiretamente da economia de exportação, teriam servido de sustentáculo da agropecuária mercantil (e, portanto, da economia como um todo) através dos efeitos multiplicadores do consumo da massa de mão-de-obra engajada em atividades não agropastoris. (...) Têm-se também um estudo que revela a enorme importância dos setores de transformação da economia mineira. Na verdade, a Província teria passado por uma fase de protoindustrialização que, ao empregar dezenas de milhares de mulheres – livres e escravas – na produção caseira de fios e panos e ao fabricar ferro e toda sorte de ferramentas, estabeleceu uma relativa independência regional com relação à importação de toda uma gama de mercadorias estrangeiras.²⁸

Estas abordagens não negam a queda dos lucros da mineração, mas buscam compreender seus reais impactos para a economia mineira oitocentista.

Outro ponto polêmico de discussão se refere às razões apontadas para os altos índices da população escrava nas Minas durante o século XIX, período em que suas ligações com o comércio de exportação estariam mais restritas. Um dos

²⁸ PAIVA, et al., 1988, p. 23-24.

primeiros trabalhos que enfrentou tal problema foi o de Martins. Para este autor, os índices da população cativa das Minas oitocentista eram resultados de uma importação líquida de escravos, uma vez que este autor considera que as taxas de crescimento natural da população escrava foram sempre muito baixas para serem responsáveis pela reprodução dessa população. Para ele, a economia das Minas, mesmo que estivesse voltada para uma economia de subsistência – excetuando-se as regiões que continuaram ligadas a economia de exportação com a expansão da produção de café – continuava intimamente ligada ao sistema escravista.²⁹

A partir desse trabalho surgiram vários outros. Luna e Cano questionaram a proposta de Martins no que se refere à reprodução da escravaria. Apontam que, sendo a economia mineira oitocentista firmada em atividades que eram menos danosas a expectativa de vida dos escravos que a mineração, a hipótese de reprodução natural não poderia ser descartada.³⁰ Essa proposta ganha força quando a utilização de novas fontes de pesquisa e a busca por arquivos locais permite verificar – em inventários *post-mortem*, por exemplo – a existência de famílias escravas, podendo-se identificar, muitas vezes, mais de uma geração.

O trabalho de Clotilde Paiva foi de grande contribuição para tais discussões. Tendo como fontes um conjunto de listas nominativas referentes à Província de Minas Gerais nos anos de 1831/1832 a autora pode pontuar algumas questões a respeito da organização econômica e estrutura populacional da Província na primeira metade do século XIX. Atenta a questão do tratamento das fontes e formas de se delimitar o espaço de análise, Paiva propôs uma nova regionalização para Minas e, a partir dessa, estabeleceu alguns padrões para o todo da Província. A partir disso, pode identificar níveis de desenvolvimento para essas regiões que permitiram identificar em cada área graus de maior ou menor inserção no setor de exportação, dependência do trabalho escravo como mão de obra predominante, e a dinâmica populacional de cada área. Sua análise demonstrou a manutenção de algumas áreas da economia mineira com os setores de exportação, contrariando a proposta de Martins. Ainda assim, a autora aponta para a existência de uma economia extremamente diversificada e dinâmica, com

²⁹ MARTINS, 1980.

³⁰ LUNA & CANO, 1983.

uma produção de subsistência bastante mercantilizada que criava vínculos de comércio intra-provinciais, e um setor de transformação também disseminado por toda província.³¹ Para Paiva:

A tese da diversificação e do dinamismo da economia mineira é o ponto principal que este estudo reafirma. As evidências deste dinamismo são múltiplas. A presença de alargada e complexa base produtiva reflete uma economia que está em avançado estágio de reestruturação, a mineração a muito perdeu sua posição de atividade nuclear e o resultado não é o tão decantado fenômeno da decadência que se manifesta através da desorganização produtiva, fuga de população e o retrocesso para uma economia de subsistência. A dinamicidade manifesta-se também no crescimento populacional, na grande presença de escravos, na punjança das atividades mercantis e nos expressivos vínculos com mercados externos. A economia de subsistência mercantilizada não era a forma predominante em Minas, ainda que bastante disseminada e ocupando parcela significativa da população. O setor exportador mineiro não era inexpressivo ou pouco importante, ao contrário, ocupava a maior parte da população e constituía-se no centro dinâmico da economia; e era bastante complexo com uma pauta de produtos bem mais diversificada.³²

A partir das listas, Paiva chega a uma estimativa de população para a Província de Minas na primeira metade do século XIX.

No panorama regional proposto por Paiva para as Minas Gerais oitocentista, os municípios e distritos que compreendem nossas Minas do Ferro localizariam-se nas regiões Mineradora Central Leste e Mineradora Central Oeste na regionalização proposta pela autora. Os inventários consultados compreendem a área de alguns dos distritos classificados por Paiva. Na região Mineradora Central Leste temos os distritos de Antônio Dias Abaixo, Santana dos Ferros, São Domingos do Prata, Joanésia, Santa Maria, Arraial de Santana do Alfié e São José da Alagoa. Já na região Mineradora Central Oeste encontram-se os distritos de Cocais, Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Acima, São João do Morro Grande, São Miguel e Itabira do Mato Dentro. Esses distritos, no período em que foram

³¹ Outro estudo que analisa de forma mais elaborada o setor mercantil em Minas Gerais é o de Cláudia Chaves. Cf: CHAVES, 1999.

³² PAIVA, *op. cit.*, 1996. p.164-5.

analisados por Paiva através das Listas Nominativas de 1831/1832, faziam parte dos Termos da Vila de Caeté e da Vila Nova da Rainha.

Contudo, é importante destacar que nossa regionalização não obedece a proposta de Paiva. Nossos critérios de regionalização não seguem apenas aspectos econômicos que podem configurar espaços muito abrangentes para o objetivo de nosso trabalho. A metodologia e resultados da autora são postos aqui como forma de comparação de dados de uma dinâmica demográfica das Minas do Ferro, fazendo-se as devidas considerações quanto aos espaços em questão.

A região Mineradora Central Leste apresenta segundo Paiva, um nível de desenvolvimento médio e compreendia cerca de 1/3 dos habitantes da Província. Estes se concentravam na porção ocidental da região, que ainda apresentava muitas áreas de Mata Atlântica. Apresenta maior número de homens que mulheres entre a população livre. Entre as principais atividades econômicas, a autora aponta para o cultivo de algodão, em parte tecido na própria região e o restante comercializado em áreas próximas; exportavam víveres para a região de Diamantina. A mineração ainda era ativa em algumas áreas. Nesta área, a forma de trabalho predominante era o escravo.³³

A maior parte dos distritos analisados nesta pesquisa integra a chamada a região Mineradora Central Oeste. Trata-se das áreas de povoamento mais antigo, ligado ao período áureo da mineração no século XVIII, com rede urbana mais estruturada. Apresenta alto nível de desenvolvimento e os mais altos índices de população da Província.

Havia a predominância de mulheres entre a população livre e dos homens entre os cativos. A mineração ainda se faz presente, mas divide espaço com outras atividades, como o comércio, a produção agropecuária e atividades de transformação. Como a transformação do ferro, que é o foco deste trabalho. Neste sentido, via-se que o trabalho escravo ainda era importante nessa área, mas tais atividades complementares ou extra mineração poderiam abrigar também mão de obra livre.

³³ PAIVA, *op. cit.*, 1996. p. 145-50.

Tabela 2 - Listas Nominativas de 1831/1832 – população enumerada e o número de distritos integrantes de cada região em relação ao universo estimado da Província.

Regiões	Distritos 1831/1832		Distritos 1830/1835		(1)/(2) x 100	População 1831/1832		População 1830/1835		(3)/(4) x 100
	N(1) %		N(2) %			N(3) %		N(4) %		
Extremo Noroeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vale Alto-Médio São Francisco	2	0,8	12	2,9	16,7	2871 0,7	14220 2,0			20,2
Sertão	3	1,2	4	1,0	75	7891 1,9	8726 1,2			90,4
Minas Novas	7	2,9	24	5,9	29,2	12.981 3,2	56.242 7,8			23,1
Paracatu	2	0,8	7	1,7	28,6	2935 0,7	10.152 1,4			28,9
Sertão Alto São Francisco	2	0,8	8	2,0	25,0	5565 1,4	18.089 2,5			30,8
Médio Baixo Rio das Velhas	9	3,7	15	3,7	60,0	19.166 4,7	35.711 5,0			53,7
Sertão do Rio Doce	1	0,4	1	0,2	100,0	267 0,1	267 0,0			100,0
Triângulo	2	0,8	3	0,7	66,7	3942 1,0	10.287 1,4			38,3
Araxá	8	3,3	13	3,2	61,5	14.713 3,6	22.006 3,1			66,9
Intermediária Pitangui - Tamanduá	30	12,4	46 11,2		65,2	54.800 13,5	83.949 11,7			65,3
Diamantina	7	2,9	12	2,9	58,3	21.776 5,4	28.393 4,0			76,7
Mineradora Central Leste	9	3,7	17	4,1	52,9	17.748 4,4	33.619 4,7			52,8
Mineradora Central Oeste	93	38,4	126 30,7		73,8	117.339 28,9	169.074 23,5			69,4
Mata	13	5,4	28	6,8	46,4	16.701 4,1	42.364 5,9			39,4
Sudeste	25	10,3	46 11,2		54,3	39.788 9,8	69.098 9,6			57,6
Sul Central	19	7,9	36	8,8	52,8	47.163 11,6	88278 12,3			53,4
Sudoeste	10	4,1	12	2,9	83,3	20.628 5,1	27.716 3,9			74,4
Província	242	100	410	100	59,0	406.247 100	718.191 100			56,6

Fonte: Extraído de PAIVA, op. cit., 1996. p.70

É o que verificamos em Itabira, ao analisar a Lista de Serviços e Reserva para a Guarda Nacional, de 1833.³⁴ Neste documento, dos 33 (trinta e três) ferreiros e fabricantes de ferro descritos, apenas 3 (três) eram brancos. Isso demonstra a grande participação de homens de cor (descritos como pardos, crioulos ou cabras) nos processos de produção e transformação do ferro. Contudo, estes aspectos serão melhor discutidos no terceiro capítulo. Paiva também afirma que a região Mineradora Central Oeste apresentava um pequeno número de brancos entre seus habitantes, assim como os índices de população mestiça, crioula ou africana eram os mais altos da Província.

As observações de Paiva vão ao encontro do que Costa observa ao apresentar estimativas para a dinâmica populacional de Vila Rica no século XIX. O autor aponta que no ano de 1804 eram 8867 os habitantes de Vila Rica, entre os quais 68,61% eram livres e forros. Os escravos e coartados compunham 31,39% do total da população. Entre os escravos, os homens eram maioria no total da escravaria. Para o autor, a queda gradual verificada na razão dos sexos se deve a queda da mineração aurífera.³⁵

Quanto à estrutura etária da população de Vila Rica neste período, Costa apresenta dados para a população total e distribuída entre livres e escravos. Os jovens (homens e mulheres até 19 anos) correspondem a 37,4% da população de Vila Rica; adultos (homens e mulheres de 20 a 59 anos) 53,3% e velhos (homens e mulheres acima dos 60), 9,3% da população da vila no período. Para os dados relativos à distribuição etária dessa população por condição, observamos o predomínio de adultos tanto entre os livres (61,3%) quanto entre escravos (73,8%). Entre os jovens, Costa apresenta índices de 10,2% entre os livres e de 30,2% entre os escravos. Por último, os velhos livres correspondem a 28,5% da população total de Vila Rica, enquanto os velhos escravos perfazem 7,2% desta. Percentuais que ainda demonstram o impacto da extração aurífera para o povoamento de Vila Rica, isto é, a maioria de sua população era composta por homens e mulheres, entre livres e escravos, em idade produtiva.

³⁴ *Lista para Serviços e Reserva da Guarda Nacional*. Itabira – 1833. APMI, Fundo da Câmara Municipal. Cx. 02 A

³⁵ COSTA, *op. cit.*, 1981. p.65-80.

A partir dessas informações, podemos estabelecer relações entre essas abordagens e os dados extraídos a partir da análise dos inventários *post-mortem* do Arquivo Público Municipal de Itabira e dos Censos Provinciais de 1833 e 1872, além dos relatórios encaminhados ao presidente da Província pelos presidentes das Câmaras de Itabira e Santa Bárbara em 1854.³⁶ Quanto aos inventários, sabemos que o universo compreendido por este tipo de fonte é restrito, uma vez que apresentam informações sobre a parcela da população que tinha bens para declarar quando do falecimento de algum familiar.

Contudo, por ser uma documentação serial, que compreende todo o século XIX, e termos tido acesso a um número consistente desses processos (ao todo, foram consultados 776 processos de inventários *post-mortem*, que abrangem grande parte do espaço analisado neste trabalho) estes nos oferecem informações extremamente relevantes. Trata-se de uma fonte ainda desconhecida dos estudiosos, por fazer parte de um arquivo local pouco – ou nada – estudado antes dessa pesquisa, os dados destes inventários, vistos dentro de suas limitações e sendo comparados a outras fontes, podem contribuir para o profícuo debate sobre a economia e a sociedade das Minas Gerais Oitocentista. Os dados que apresentaremos daqui em diante, podem trazer novos elementos para tais discussões.

O primeiro conjunto de informações que traremos para análise faz parte dos dados extraídos do Censo da Província de Minas Gerais, de 1833. Há, no Arquivo Público Mineiro, quadros populacionais para todos os distritos que integram as Minas do Ferro. Apresentaremos aqui os que correspondem aos principais núcleos produtores de ferro, e onde se encontram o maior número de forjas e tendas de ferreiro. São eles os Distritos de Itabira e Santa Bárbara.³⁷

Para o Distrito de Itabira, os dados do Censo Provincial de 1833 nos mostram um total de 7471 indivíduos. Distribuída entre brancos, pardos e pretos,

³⁶ APM, *Censo da Província de Minas. Município de Itabira. Distrito da Vila. 1833*. MP – Cx. 01 – Doc. 17. Ver também: APM, *Censo da Província de Minas. Município de Itabira. Distrito de Santa Bárbara. 1833*. MP – Cx. 01 – Doc. 17.

³⁷ Para Itabira, encontramos dois mapas demonstrativos: um compreendendo o Município e outro com dados relativos à Vila de Itabira. APM, *Relatório do Presidente da Câmara de Itabira ao Inquérito Provincial de 1854. Seção Provincial, SP 570 [393-402]*.

a população deste Distrito é composta por 1354 indivíduos brancos, que correspondem a 18,13% do total da população da Vila. Entre homens e mulheres, temos 2653 indivíduos pardos e 3464 pretos. Conforme as observações de Paiva para a região Mineradora Central Oeste a qual este município pertence, os brancos representam uma pequena parcela da população, sendo significativa a participação de africanos, tratados na fonte como “pretos”. O censo nos informa ainda acerca da distribuição entre os sexos para cada um desses segmentos populacionais. Assim, teremos entre os brancos 669 homens (49,40%) para 685 mulheres (50,60%), o que implica em certo equilíbrio da razão de sexos para esta parcela da população.

Cabe aqui fazer uma observação. A fonte trabalhada nesse momento da pesquisa leva-nos a enfrentar um problema teórico a respeito do significado da terminologia “preto”. Tendemos a considerar aqui o termo “preto” como referente a população de origem africana. Sabemos das controvérsias que essa associação preto-africano pode gerar, mas baseando-nos em autores como Castro e Lara, assim como nos números relativos a esse segmento no censo – que mostra-se compatível com o que diz a bibliografia a respeito do contingente africano em Minas Gerais no oitocentos – consideramos ser essa identificação adequada em nosso caso de análise.³⁸

Assim, pardos e pretos apresentam-se divididos entre livres e escravos, correspondendo os primeiros a 35,51% da população. Há um forte predomínio de livres entre os pardos: 2414 pardos livres para 239 pardos escravos. Entre os pardos livres, 1166 são do sexo masculino e 1248 do sexo feminino. Também entre os indivíduos deste segmento a razão dos sexos parece relativamente equilibrada. Para os pardos escravos a proporção é de 124 homens para 115 mulheres.

Os pretos compreendem a maior parcela da população do Distrito (46,36%), sendo que entre estes, 880 são livres e 2584 são escravos. Entre os pretos livres, o censo estabelece 372 homens e 508 mulheres. Já os pretos

³⁸ Ver CASTRO, op. cit 1995; LARA, op. cit., 2007; BERGAD, op. cit., 2004. Esta questão das terminologias encontradas na bibliografia e sua relação com os segmentos sociais da população de cor serão retomados mais adiante neste trabalho.

escravos estão distribuídos entre 1719 indivíduos do sexo masculino para 865 indivíduos do sexo feminino. O que demonstra que entre a parcela da população escrava africana havia maior discrepância na razão dos sexos, o que sugere uma lógica de reprodução escrava em que o tráfico ainda tinha grande importância.

Os dados referentes a pardos e pretos escravos nos mostram que nas Minas do Ferro, durante a primeira metade do século XI, os pardos e pretos escravos perfaziam um total de 65,28% do total da população da Vila de Itabira em 1833. Isso sugere como característica da região uma escravidão predominantemente masculina. E reforçam o quanto a população de cor se fez presente nessa área, sendo uma das principais fontes de mão de obra para as atividades na lavoura, na mineração e na prática dos ofícios, como veremos em momento posterior.

O censo apresenta ainda cada um desses segmentos distribuídos por faixa etária e estado civil. Seguem dispostas abaixo:

Tabela 3- Distribuição da Etária População Branca do Distrito de Itabira. 1833 (números absolutos)

BRANCOS				
Idades	Casados		Solteiros	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 15 anos	0	04	217	251
15 a 30 anos	70	119	130	98
30 a 60 anos	180	145	28	36
Acima de 60 anos	33	08	21	24
Totais	283	276	386	409

Fonte: APM, Censo da Província de Minas Gerais, *Município de Itabira* . 1833. MP - Cx.01 – Doc 17.

Tabela 4 - Distribuição da População Crioula do Distrito de Itabira por idade, sexo e condição. 1833 (números absolutos)

Pardos								
Idades	Livres				Escravos			
	Casados		Solteiros		Casados		Solteiros	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0a 15	03	08	512	456	0	0	53	48
15 a 30	84	170	197	219	04	09	46	29
30 a 60	236	205	71	129	05	07	16	20
Acima de 60	49	16	14	45	0	0	0	02
Totais	372	399	794	849	09	16	115	99

Fonte: APM, Censo da Província de Minas Gerais. *Município de Itabira*. 1833. MP - Cx.01 – Doc 17.

Tabela 5 - Distribuição da População Africana do Distrito de Itabira por idade, sexo e condição. 1833 (números absolutos)

Pretos								
Idades	Livres				Escravos			
	Casados		Solteiros		Casados		Solteiros	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0a 15	0	0	148	155	0	0	238	240
15 a 30	18	40	58	75	76	102	649	232
30 a 60	69	72	36	89	264	117	426	147
Acima de 60	27	21	16	56	11	08	55	19
Totais	114	133	258	375	351	227	1368	638

Fonte: APM, Censo da Província de Minas Gerais. *Município de Itabira*. 1833. MP - Cx.01 – Doc 17.

Para a Vila de Itabira, ou, como descrito no censo, Distrito da cidade, temos 2539 habitantes, distribuídos entre 380 brancos (14,97%), 1023 pardos (40,29%) e 1136 pretos (44,74%). Os pardos compreendem 950 livres e 73 escravos. Entre os pretos, temos 306 livres e 830 escravos. Ao distribuímos tais segmentos populacionais da Vila de Itabira por sexo, temos o seguinte quadro: entre os brancos, 202 são homens e 178 são mulheres; pardos livres, 550 homens e 400 mulheres; pardos escravos, 39 homens e 34 mulheres; pretos livres, 131 homens e 175 mulheres; pretos escravos, 539 homens e 291 mulheres. Observa-se o aumento da população cor livre ao longo do século XIX.

O Distrito de Santa Bárbara também teve sua população contabilizada pelo censo de 1833. Apresenta índices populacionais mais modestos que os de Itabira, mas podemos identificar algumas semelhanças entre as duas áreas. Contando com uma população total de 1426 habitantes, Santa Bárbara apresentava 176 indivíduos brancos, 539 pardos e 711 pretos. Mais uma vez, verificamos o nítido domínio da população de cor. Entre os brancos, havia 80 homens e 96 mulheres, tendo, portanto, uma razão de sexos equilibrada. Os pardos livres dividiam-se entre 248 homens e 266 mulheres enquanto os pardos escravos por 14 homens e 11 mulheres. Entre os africanos livres, os homens representam 160 desses indivíduos e os outros 194 são mulheres. Entre pretos escravos: 190 homens e 167 mulheres.

Tabela 6 - Distribuição da Etária População Branca do Distrito de Santa Bárbara. 1833. (números absolutos)

BRANCOS				
Idades	Casados		Solteiros	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 15 anos	0	0	28	35
15 a 30 anos	03	10	18	15
30 a 60 anos	15	12	09	15
Acima de 60 anos	06	05	08	04
Totais	24	27	56	69

Fonte: APM, Censo da Província de Minas Gerais. *Município de Itabira*. Distrito de Santa Bárbara. 1833. MP - Cx.01 – Doc 17.

Tabela 7 - Distribuição da População Crioula do Distrito de Santa Bárbara por idade, sexo e condição. 1833 (números absolutos)

Pardos								
Idades	Livres				Escravos			
	Casados		Solteiros		Casados		Solteiros	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0a 15	0	01	102	129	0	0	06	05
15 a 30	12	29	42	40	0	0	05	04
30 a 60	51	43	12	11	02	0	01	01
Acima de 60	09	01	10	11	0	01	0	0
Totais	72	75	176	191	02	01	12	10

Fonte: APM, Censo da Província de Minas Gerais. *Município de Itabira*. Distrito de Santa Bárbara. 1833. MP - Cx.01 – Doc 17

Tabela 8 - Distribuição da População Africana do Distrito de Santa Bárbara por idade, sexo e condição. 1833 (números absolutos)

Pretos								
Idades	Livres				Escravos			
	Casados		Solteiros		Casados		Solteiros	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0a 15	0	0	70	58	0	0	44	58
15 a 30	06	11	27	34	06	12	66	51
30 a 60	26	32	09	35	12	08	39	28
Acima de 60	15	09	07	15	03	0	20	12
Totais	47	52	113	142	21	20	169	147

Fonte: APM, Censo da Província de Minas Gerais. *Município de Itabira*. Distrito de Santa Bárbara. 1833. MP - Cx.01 – Doc 17.

Na década de 1830, nota-se que nesta região a mão de obra escrava ainda tinha um papel acentuado na região. O alto índice de africanos – livres e escravos – mostra que os vínculos com o tráfico escravo mantinham-se altos. Outro aspecto que aponta para a manutenção do tráfico de escravos é a desproporção observada entre o número de homens e mulheres africanos, maior em Itabira do que em Santa Bárbara. Trata-se de uma região com elevados níveis populacionais, cujo povoamento teve início no período em que a mineração trazia maiores lucros, conforme observam Paiva e Libby.

Contudo, os números da população escrava descritos para o censo de Itabira demonstram que esses cativos teriam onde se empregar ali, e, conforme descrevemos no item anterior, Saint-Hilaire já nos mostrava que a mineração aurífera nesta área ainda estava ativa. Além disso, não podemos deixar de lado o impacto das atividades de transformação de ferro nesta área, nas várias forjas e tendas de ferreiro que se ali se encontram e que também seriam responsáveis por ocupar tal mão de obra escrava.

Por se tratar de um centro urbano mais estruturado, abrem-se também inúmeras possibilidades de trabalho para a mão de obra livre. Jussara França destaca o desenvolvimento das atividades manufatureiras na região, ao longo do século XIX:

Diversos fatores contribuíram para o incremento das atividades industriais, especialmente as têxteis, na segunda metade do século XIX. Em nível nacional, concorreram importantes mudanças estruturais: uma política de proteção aduaneira, por parte do Governo Imperial, e uma progressiva extinção do regime escravocrata, alterando as relações de trabalho e liberando parte considerável de capitais. Em nível local, contribuíram fatores como: o crescimento demográfico, proporcionando a ampliação do mercado consumidor; a distância em relação aos principais portos (Rio de Janeiro e Santos); o relativo isolamento decorrente do precário sistema viário e de transportes, protegendo as pequenas indústrias da concorrência estrangeira; e a reinversão, na incipiente indústria local, de capitais acumulados pela comercialização de excedentes agrícolas e artesanais.³⁹

³⁹ FRANÇA, *op. cit.*, p.16-7

No âmbito dessas atividades, a possibilidade do trabalho por jornais, como prestação de serviços variados é uma das oportunidades que a vida nas cidades oferece aos libertos. As atividades agropecuárias também poderiam empregar parte desta população livre e escrava. Acompanhando estas características demográficas, o relatório elaborado pelo Juiz Municipal e de Órfãos do Termo de Itabira, Manoel Ignácio Carvalho de Mendonça, em resposta ao inquérito provincial de 1855 oferece-nos mais informações. Neste documento, a população de Itabira apresenta-se disposta para cada uma das freguesias que a compõem: Cidade, Santana dos Ferros, Joanésia, Antonio Dias, Alfié, Prata, Lagoa, Cuieté. Para cada uma dessas freguesias, a população se divide em livres e escravos, brasileiros e estrangeiros, homens e mulheres, casados e solteiros. A população escrava, lamentavelmente não foi contada com os mesmos critérios de cor, idade e sexos, como no censo de 1833; divide-se apenas entre homens e mulheres. Podemos visualizar melhor esses dados nas tabelas abaixo:

Tabela 9 - População Livre do Município de Itabira. 1855 (nº absolutos)

Freguesia	População Livre									
	Brasileiros					Estrangeiros				
	Homens	Mulheres	Cas.	Solt.	Total	Homens	Mulheres	Cas.	Solt.	Total
Cidade	3697	3844	2372	5169	7541	11	0	07	04	11
Santana dos Ferros	2150	2211	1533	2828	4361	03	0	03	0	03
Joanésia	755	822	510	1067	1577	01	0	01	0	01
Antonio Dias	1147	1184	664	1669	2331		0	0	0	0
Alfié	1358	1577	0	0	2935		0	0	0	0
S. Domingos do Prata	768	780	0	0	1548	04	0	02	02	04
São José da Lagoa	1208	774	571	1411	1982	01	0	01	0	01
Cuieté	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	11.083	11.192		12.144	22.275	20	0	14	06	20

Fonte: APM, Seção Provincial. *Mapa Demonstrativo das Freguesias, Quarteirões, Lojas, Boticas, Tavernas, Engenhos e mais como do mesmo se vê pertencente ao Município de Itabira que presta o Juiz Municipal do mesmo Município á Excelentíssima Presidência da Província. 1855.* SP 570 [403].

Tabela 10 - População Escrava do Município de Itabira. 1855 (n° absolutos)

Freguesias	População Escrava	
	Homens	Mulheres
Cidade	1864	1807
Santana dos Ferros	591	575
Joanésia	145	124
Antonio Dias	204	184
Alfié	210	220
São Domingos do Prata	585	458
São José da Lagoa	446	398
Cuieté	-	-
Total	4.045	3.766

Fonte: APM, Seção Provincial. *Mapa Demonstrativo das Freguesias, Quarteirões, Lojas, Boticas, Tavernas, Engenhos e mais como do mesmo se vê pertencente ao Município de Itabira que presta o Juiz Municipal do mesmo Município á Excelentíssima Presidência da Província. 1855.* SP 570 [403].

A ausência de dados relativos à freguesia de Cuieté é justificada pelo Juiz Municipal em virtude da grande distância em que este se encontra da sede do município, de forma que uma viagem ao mesmo para coletar esses dados não seria possível de se realizar em tempo hábil de redigir e enviar o relatório ao Presidente da Província. Sobre tal freguesia, aponta que:

Este Distrito que pertencia a cidade de Mariana, foi do mesmo desmembrado e passou a pertencer a este Município pelo artigo 8º da Lei Provincial de número 271 de 15 de abril de 1844, ficando preservadas suas divisas, com a alteração de pertencer a Freguesia de Santana do Alfié os moradores do lugar chamado Matipó, no Rio Doce. Este Distrito, pela grande distância que o separa dessa cidade e pela difícil comunicação, por depender de viagem pelo Rio quase que nada de positivo se poderá dizer a seu respeito, ali jamais parece chegar a força da Justiça e quando chega não pode ter feliz resultado, quase que pode-se dizer que o povo deste Distrito vive sobre si, e quase em estado independente. Sou informado que existem ali alguns criadores de gado vacum, mas o gado é consumido no mesmo Distrito por falta de estradas por onde o possam tirar e levá-lo á venda, é assim insignificante o Distrito, e por isso pouco sei quase nada para adiantar e pouco desenvolvimento terá tido a todos os respeitos.⁴⁰

⁴⁰ APM, Seção Provincial, *Relatório...* SP 570 [400]

Antes de seguir nossa análise, torna-se oportuno tecer algumas considerações acerca das limitações dos números aqui apresentados. Utilizar esses dados em conjunto para apresentar os números populacionais referentes às Minas do Ferro, a princípio, pode parecer equivocado, uma vez que é preciso considerar as alterações ocorridas nas fronteiras administrativas destas áreas. Contudo, conforme observado anteriormente, o que segmenta nosso espaço de análise não são esses limites administrativos de municípios e distritos, mas as características geográficas e socioeconômicas que permitiram o desenvolvimento da produção e da transformação do ferro nesta porção do território da Província de Minas. Em outros termos, se uma dada freguesia que estava sob jurisdição de Itabira passa a pertencer a Santa Bárbara, uma vez que estamos utilizando os dados desses dois núcleos, continuamos cobrindo a região das Minas do Ferro. Trabalhando em conjunto estes três momentos, 1833, 1855 e 1872, podemos apresentar algumas estimativas quantitativas e qualitativas das características dessa área, tomando por base seus dois núcleos principais: Itabira e Santa Bárbara.

Podemos perceber as características da população livre de um dos pontos de grande concentração de forjas e tendas de ferreiro no século XIX; o município de Itabira (ver tabela 9). Num total de 22.295 habitantes, entre brasileiros e estrangeiros. Estes últimos, provavelmente ligados às companhias de mineração, como já observava Saint-Hilaire.⁴¹ Nota-se, reforçando essa ideia, que a maioria dos estrangeiros, 11 dos 20 apresentados pelo relatório, estavam instalados na sede do município.

Os números totais para a população de Itabira, no ano de 1855, indicam a presença de 30106 habitantes, entre livres e escravos.

Na cidade de Itabira, há certo equilíbrio entre os números relativos às populações do sexo masculino e feminino, com pequena maioria de mulheres (3697 homens para 3844). Como este conjunto não está dividido entre brancos, pardos e negros, conforme feito no censo de 1833, não podemos afirmar as proporções desses segmentos, mas podemos levantar algumas questões. Embora o

⁴¹ A serra da Conceição era umas das áreas exploradas por companhias estrangeiras, no caso, de ingleses. Cf: SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, p. 120-124.

equilíbrio das razões de sexos já pudesse ser observado em 1833 entre a população branca e entre os pardos livres, para os dados de 1855, o fim do tráfico internacional a partir de 1850, com a Lei Euzébio de Queiroz pode ter acentuado essa tendência. Considerando o que diz a bibliografia, poderíamos atribuir esses números às características comuns aos centros mais urbanizados. Paiva afirma que para as áreas de ocupação mais antiga, como é o caso do Município de Itabira, há o predomínio das mulheres entre a população livre. Isso pode indicar uma participação de pardas e negras livres na proporção final dessa população. Contudo, o fato da população livre estar descrita em conjunto dificulta maiores conclusões.

Ao compararmos os índices da cidade com as demais freguesias (tabela 9), observa-se certa similaridade entre os números de homens e mulheres na maioria das áreas. Embora com uma diferença pequena, as mulheres são a maior parte da população livre em praticamente todas as freguesias do município de Itabira. Na cidade, entre os brasileiros, que somam 7541 indivíduos, os homens perfazem 49,03% e as mulheres 50,97% desse contingente populacional. Em Santana dos Ferros, os homens são 49,3% da população e 50,7% da mesma se refere ao elemento feminino entre os 4361 indivíduos brasileiros indicados para este distrito (tabela 9). Em Alfíe, o terceiro maior índice de população livre do Município de Itabira, entre os brasileiros (2935 indivíduos) as mulheres também são maioria, sendo os índices relativos a população do sexo feminino maiores que em Itabira e Santana dos Ferros (46,3% da população é composta de homens e 53,7% de mulheres).

Difere deste quadro apenas a freguesia de São José da Lagoa, onde o número de homens é bem maior que o de mulheres (1208 homens para 774 mulheres, isto é 60,95% da população livre, entre brasileiros, é composta por homens e 39,05% por mulheres). Sobre esse distrito, o relatório aponta que “*o estado da indústria no distrito de São José da Alagoa é pouco lisonjeiro, constituindo a principal na feitura de chapéus de palha de Indaiá, contudo exporta 60:000\$000 e importa pouco mais ou menos 22:000\$000*”.⁴² O que

⁴² APM, Seção Provincial, *Relatório...* SP 570 [400].

sugere se tratar de um distrito pouco desenvolvido, mas pelos números de população do sexo masculino poderia estar recebendo migração de homens.

Entre os escravos há maior proximidade entre os números de homens e mulheres. Na cidade de Itabira os escravos do sexo masculino perfazem um total de 50,8% e as escravas são 49,2% dos cativos. Em Santana dos Ferros a razão de sexos entre os escravos permanece equilibrada: 50,7% desses são homens e 49,3%, mulheres. Para a freguesia de Alfíe, os homens são 48,84 do total da população cativa e as mulheres 51,16% da mesma. A maior diferença encontra-se na freguesia de São Domingos do Prata (onde os homens compreendem 585 indivíduos e as mulheres 458; uma diferença de 127 indivíduos do sexo masculino).

A Câmara Municipal de Santa Bárbara enviou ao inquérito provincial de 1855 uma relação nominal de lojas, engenhos, boticas e “outros negócios”, também separada por seus distritos.⁴³ Este documento será analisado no item seguinte deste capítulo, onde trataremos das formas de utilização da terra e dos recursos da natureza nessas Minas do Ferro.

O último conjunto de informações censitárias para a Província de Minas Gerais no século XIX faz parte do recenseamento de 1872. Deste, retiramos as informações referentes à paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira e da paróquia de Santo Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara.

O quadro populacional da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira, nos apresenta informações a respeito da composição dessa população por cor e condição. Acrescenta em relação aos levantamentos de 1833 e 1855, o fato de registrar o número de população cabocla, indicando a presença da miscigenação do elemento indígena. Para o total da população da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira, em 1872, temos 7810 habitantes. Não se trata da população do município, mas de seu núcleo urbano, na cidade de Itabira.

⁴³ São eles: Distrito da Vila de Santa Bárbara, Distrito do Brumado, Distrito de São Miguel do Piracicaba, Distrito de Catas Altas, Distrito do Socorro, Distrito de São João do Morro Grande, Distrito de Cocais e Distrito de São Gonçalo do Rio Abaixo.

Entre os livres, aponta um total de 5989 (3051 homens e 2938 mulheres), entre brancos (65,79%), pardos (24,5%), pretos (8,6%) e caboclos (1,1%). A população escrava, distribuída entre pardos e pretos compreende 1821 indivíduos (55,96% de homens e 44,04% de mulheres). Ao contrário do quadro apresentado no início do século, vê-se que a população desta paróquia é em sua maioria composta por homens e mulheres livres, entre os quais, temos 1467 pardos e 515 pretos.

Tabela 11 - População da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira. 1872. (números absolutos)

Condições	Sexos	Almas	"Raças"			
			Branco	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres	Homens	3051	1845	848	322	36
	Mulheres	2938	2095	619	193	31
	Soma	5989	3940	1467	515	67
Escravos	Homens	1019	-	267	752	-
	Mulheres	802	-	237	566	-
	Soma	1821	-	504	1317	-
Soma Geral		7810	3940	1971	1832	67

Fonte: APM, Recenseamento da População do Brasil de 1872, Minas Gerais, *Quadro Geral da População da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira..* Cx. 03 [160-165].

A possibilidade de alforrias aí se faz presente. Como não temos a distribuição etária dessa população de cor entre a camada dos livres, não podemos afirmar ainda a que se deve tal processo. Se resultado da legislação que ao longo do século tendeu a conceder a liberdade a crianças e idosos, como as Leis do Ventre Livre e dos Sexagenários, ou se fruto da possibilidade de compra de alforria que a vida na cidade permitia a esses escravos, sobretudo aos que estivessem envolvidos no trabalho nas atividades de transformação.

A razão de sexos aparece menos equilibrada entre a população livre neste levantamento (de 1872), em relação aos anteriores (1833 e 1855, já discutidos), embora o número de homens e mulheres se mantenha próximo entre brancos e pardos livres. Entre os escravos, os pretos – ou africanos- continuam sendo

homens em sua maioria. Os pardos escravos apresentam maior similaridade entre os indivíduos do sexo masculino e feminino.

Observa-se também a importância da população de cor (pardos e pretos) entre livres e escravos. Compreendem 3803 indivíduos, correspondendo a 48,70% da população. É claro que esses dados são relativos, pois compreendem uma área restrita do município. Ainda assim, são significativos, uma vez que demonstram que cerca da metade da população era composta por homens e mulheres de cor.

Trataremos agora os dados extraídos do recenseamento de 1872 para a Paróquia de Santo Antonio do Ribeirão de Santa Bárbara (ver tabela 12). A partir dela, observa-se o total da população da paróquia em 4382 indivíduos, entre brancos, pardos, pretos e caboclos. Entre os livres, temos um total de 3836 indivíduos, dos quais, 55,43% são brancos, 29,43% pardos, 14,03% pretos e 1,11% caboclos (42 pessoas).

Também nesta paróquia verificamos um grande percentual da população de cor (pardos e pretos). Perfazem 1663 indivíduos entre os livres (43,46% dessa população); tanto entre pardos como entre pretos existe a maioria de mulheres entre os livres. O que indica a tendência seletiva da prática de alforrias, como indica Lara.⁴⁴

A historiografia tende a considerar a existência de uma lógica para as manumissões no Brasil colonial e imperial. Schwartz aponta que as alforrias, na Bahia setecentista, eram mais acessíveis às mulheres que aos homens, aos crioulos que aos africanos, aos pardos que aos negros. Marquese reitera que esse padrão também pode ser identificado nas áreas mineradoras, onde “*quanto mais afastados da experiência do tráfico negreiro transatlântico, maiores seriam as possibilidades de os escravos e escravas ganharem a alforria.*”⁴⁵

⁴⁴LARA, op. cit., 2007. A autora também aponta para uma prática e seletiva para as alforrias, que seriam mais comuns entre mulheres crioulas e homens africanos.

⁴⁵ Cf: SCHWARTZ, op. cit., p. 165-212. MARQUESE, Rafael de Bivar. *A Dinâmica da Escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias. Séculos XVII e XVIII.* p. 116-7. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642.pdf> Acesso em: 20/03/2011

Tabela 12 - População da Paróquia de Santo Antonio do Ribeirão de Santa Bárbara. 1872.

Condições	Sexos	Almas	Raças			
			Brancos	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres	Homens	1943	1138	547	237	21
	Mulheres	1883	983	570	300	21
	Soma	3826	2121	1126	537	42
Escravos	Homens	286	-	132	154	-
	Mulheres	270	-	81	189	-
	Soma	566	-	213	343	-
Soma Geral		4382	2121	1339	880	42

Fonte: APM, Recenseamento da População do Brasil de 1872, Minas Gerais, *Quadro Geral da População da Paróquia de Santo Antonio do Ribeirão de Santa Bárbara*. Cx. 03 [136-138].

Mais uma vez, a presença significativa de homens e mulheres de cor entre a população livre reforça a tendência dos centros urbanos oferecerem a estes segmentos oportunidades de sobrevivência e de trabalho, seja em atividades comerciais, por jornal ou exercendo algum ofício.

Entre os pardos, o contingente de população livre é composto em sua maioria por mulheres (50,62% do total destes), embora haja certo equilíbrio. Entre os indivíduos de origem africana (os “pretos”), a diferença entre os sexos é maior entre a população livre, sendo as mulheres a maioria neste segmento.

1.3. Os usos da terra, seus recursos e estrutura de posses de escravos

Dadas as características da evolução demográfica das Minas do Ferro no decorrer do século XIX, buscaremos analisar a estrutura de posses de terras e escravos nesta área, investigadas através dos inventários. Da mesma forma, comparar tais dados com as interpretações para o todo da Província a partir da bibliografia referente ao período.

Andrade, ao analisar, também a partir de inventários e listas nominativas, a área do Termo de Mariana durante a primeira metade do século XIX, estabelece alguns pontos acerca deste complexo contexto produtivo, onde coexistiam áreas de predomínio da atividade mineradora e outras em que os setores agrícola e agropecuário ganhavam maior destaque. Aponta para a diversidade da Província, tecendo uma crítica a concepção de que as Minas oitocentistas tivessem passado, de maneira homogênea, de um complexo minerador a um complexo agropecuário:

A articulação/desarticulação entre a mineração e as atividades agropecuárias não foi um processo linear, que começaria com a interdependência econômica entre ambas no século XVIII (visão comum a maioria dos historiadores) e terminaria com a agonia minerária e a estreita vida agropastoril dos habitantes das Gerais do século XIX. Não se supõem aqui tal esquematismo. (...) Robert Slenes, relativizando a tão enfatizada decadência da mineração, chamou atenção para o fato de que a produção aurífera e de pedras preciosas, na Província de Minas Gerais, deveria ter sido maior do que se imagina. Além disso, cumpre lembrar, de acordo com as evidências apontadas por livres, que se extraía minério de ferro das ricas reservas dessa província desde meados do século XVIII. Portanto, está-se mais próximo da verdade se se considerar que o declínio da mineração (ouro, pedras preciosas, ferro), no Oitocentos, não foi tão acentuado quanto se pensa (no caso do ferro, a produção aumentou no século XVIII).⁴⁶

Atentos a tais aspectos da estrutura produtiva de Minas Gerais no século XIX, buscaremos nos inventários, nos dados do relatório de 1855 e do recenseamento de 1872 elementos que nos permitam caracterizar economicamente

⁴⁶ ANDRADE, *op. cit.*, 2008, p.19. Para as referências feitas aos trabalhos de Slenes e Libby, ver: SLENES, 198, p. 4-8; LIBBY, Douglas Cole. *op. cit.*, p. 134-47.

as Minas do Ferro. E a partir disso, identificar qual a importância das atividades agropecuárias, se eram subsidiárias ou coexistiam em grau de importância à produção e transformação do ferro.

Temos um breve panorama das principais atividades de cada um dos distritos do Município de Itabira ao observar as considerações feitas pelo Juiz Municipal de Itabira em resposta ao inquérito provincial de 1855. Disposto a fornecer dados acerca da população e indústrias de seu município, a respeito da Cidade de Itabira afirma que

Este distrito é por sem dúvida o mais populoso e rico do Município, o terreno aurífero e férreo de que é dotado prometendo- lhe um futuro mais lisonjeiro. [...] Além das Boticas, Engenhos em os quais se fabricarão açúcar e aguardente e o mais mencionado no mappa que a este acompanha, existem 11 engenhos de socar areias auríferas e mais 9 lavras em que se mineram e denominadas Espigão, Retalho, Serviço Velho, Cinco Dattas, Meio, Santa Anna, Guedes Pinto & Lage, Frans & Faost e Conceição, esta acha-se hoje abandonada; das seis primeiras lavras extrativão – se nos três anteriores anos 253479 $\frac{1}{4}$ de oitavas que vendidas a 3:500 cada oitava deo o capital de 887: 177\$ 375 e despendendo – se com as mesmas a quantia de 97: 928\$266,veio a ficar saldo a favor dos proprietários de 782:249\$109. Este cálculo pode – se arreverar sua exatidão; as demais lavras pouco produzem, apenas cobrem as despesas feitas, como mineiros, engenhos e mais utensílios necessários para a extração do ouro. Seo comércio é lisonjeiro, não só comerciando gêneros do Paiz a um ponto que adquire-se também fazendas secas e molhadas importadas da Praça do Rio de Janeiro com que entretem relações comerciais e na cidade central como este a devera [...] que importando a quantia de cerca de quatrocentos contos os quais repartidos pelas 32 lojas e 23 armazéns são em breve tempo consumidas, podendo-se dizer que esta importação é a de todos os anos. Sua exportação consiste em ouro e ferro. [...] ⁴⁷

A partir desses dados, verificava-se na Itabira um núcleo populacional onde os lucros advindos da mineração aurífera ainda eram significativos em uma

⁴⁷ APM, Seção Provincial, *Relatório do Presidente da Câmara de Itabira ao Inquérito Provincial de 1854*, SP 570 [393-394].

parte das lavras em exploração, sendo uma atividade que, além de pagar suas despesas, ainda rendia lucros aos proprietários. Este é o caso das lavras do Espigão, Retalho Serviço Velho, Cinco Dattas, Meio e Santa Anna, cujos rendimentos em 1852, 1853 e 1854 atingiram o saldo de 782:249\$109 a favor dos proprietários. Outras, como a lavra de Conceição, já apontavam para o esgotamento. Mas o esgotamento aurífero de parte dessas minas abre-se em outra possibilidade, por ser seu solo aurífero e ferrífero, como destacado no início da descrição. Ao mesmo tempo, vê-se grande articulação mercantil inter-provincial, destacando-se a importação de gêneros da praça do Rio de Janeiro. Um quadro que nada se assemelha a visão de declínio e estagnação minerárias criticada por Andrade.

As informações desse relatório nos permitem identificar a presença marcante das atividades agropecuárias em alguns dos distritos do município de Itabira. É o caso dos distritos do Carmo, Santa Maria, Joanésia e Santana dos Ferros. Em todos esses casos, no entanto, o relator queixa-se da falta de braços que atinge o município e que prejudica o desenvolvimento da lavoura. Esta escassez de mão de obra pode ser reflexo de dois processos: o predomínio de sua utilização da mineração ativa e nos trabalhos nas forjas e/ou pelos efeitos do fim do tráfico internacional de escravos em 1850. Houve um reordenamento do tráfico interno, com o comércio de escravos para as regiões que ainda mantinham maiores relações com a economia exportadora, como é o caso da Província de São Paulo, ou mesmo de algumas áreas dentro de Minas Gerais inseridas na produção cafeeira.⁴⁸

Para o distrito de Antonio Dias, as informações acerca do estado da produção agrícola são de outra natureza. Destaca-se o desgaste dos solos, já em nono ano de cultivo que interfere na qualidade e quantidade da produção. A principal atividade deste distrito é a criação de gado vacum, muar e cavalari:

A indústria principal, por que mais se distinguem os habitantes deste Distrito é a criação de gado vacum, cavalari, e muar, em 2º lugar a fatura de chapéus grossos de palha de indaiá, em 3º gêneros de cultura, e engenhos como feijão, arroz, açúcar, milho,

⁴⁸ CASTRO, 1995, p. 120 -160.

rapadura, e aguardente e em 4º, finalmente, o ferro. O único meio de esperança para o desenvolvimento e aumento deste Distrito é o mesmo lembrado quando tratado o Distrito de Joanésia, que torceando a metade da distância terão de resultar muito melhor os gêneros, aumentando assim a produção, como muito diferente os preços dos de importação, especialmente o sal, que tem extraordinário consumo. Existem 5 fábricas de fazer ferro, e fazem enxadas e outras obras grosseiras, seu desenvolvimento nos três últimos anos não é considerável talvez pela falta de braços de que como disse se faz sensível em todo o Município.⁴⁹

A partir disso, o panorama que surge do município é de uma economia mineradora (de ouro e ferro), cuja exploração ainda oferece bons resultados e prevê um “futuro lisonjeiro” – pelo menos são essas as expectativas do juiz municipal para a cidade de Itabira. Identifica-se também nas circunvizinhanças algumas áreas de produção agrícola e agropecuária. Essa produção agropecuária tende a abastecer o comércio local, embora não seja capaz de eliminar por inteiro a necessidade das importações.

Quanto ao tipo de atividades econômicas praticadas nas unidades produtivas em questão, os inventários nos forneceram o seguinte quadro descrito na tabela 13.⁵⁰

Os dados da tabela correspondem à ocorrência de cada tipo de atividade econômica nas unidades produtivas analisadas através dos inventários. Através deles, podemos perceber a importância das atividades agrícolas e pastoris para a área analisada em todo o século XIX. Mesmo nos anos iniciais, quando a mineração do ouro de aluvião e por veios ainda se fazia presente com grande vigor, e de acordo com os dados do relatório de 1855, as unidades produtivas que

⁴⁹ APM, Seção Provincial, *Relatório do Presidente da Câmara de Itabira ao Inquérito Provincial de 1854*, SP 570 [398]

⁵⁰ Para classificar a atividade predominante do inventariado, consideramos os elementos descritos em sua descrição de bens. Consideramos agricultura a atividade das unidades em que haviam descritas terras e suas colheitas, sem outra atividade relacionada. Pecuária, unidades que continham terras destinadas apenas para “sítios de criar”; agricultura e mineração, as que apontavam terras agrícolas cultivadas e terras minerais; e agropecuária, as unidades que continham terras de cultivo, de criação – e gado (vacum, muar ou cavalari) – e agropecuária e mineração as que apresentavam as características anteriores e terras minerais. Nesta tabela, não fizemos a separação do tipo de mineração empregada (se aurífera ou ferrífera).

se dedicam à agricultura e à pecuária são a maioria em todos os períodos analisados. O que nos permite afirmar também que as atividades de forja aí presentes se dedicavam a produção de instrumentos para a lide agrícola. Esses dados demonstram que a propriedade de terras minerais estava reservada a um pequeno número de habitantes e que grande parte dos senhores estava envolvida nos setores agropecuários.

Tabela. 13 - Classificação das unidades produtivas por atividade econômica. Itabira – 1813/1888 (nº absolutos)

Período	Agrícola	Pecuária	Mineração	Agropecuária	Agricultura e Mineração	Agropecuária e Mineração	Total de Inventários	Inventários sem Descrição de Bens
1810/19	01	0	0	0	0	0	08	05
1820/29	16	01	02	21	0	08	86	23
1830/39	17	03	03	32	02	06	136	43
1840/49	18	04	0	31	01	02	84	11
1850/59	19	10	01	62	03	06	167	41
1860/60	29	03	0	49	03	03	121	20
1870/79	20	04	02	69	01	03	120	14
1880/88	08	02	02	16	0	01	54	16

Fonte: PMI. *Inventários*. 1813/1888.Cxs. 1 a 51.

A partir disso, podemos estabelecer certas tipologias de classificação dos proprietários de terras e escravos. Utilizando a classificação de roceiros e fazendeiros, já feita para o termo de Mariana, que classifica a propriedade de escravos como um dos itens de distinção destes segmentos, trataremos como roceiros os não proprietários e proprietários de até 10 escravos, e como fazendeiros aqueles que possuem mais que 10 cativos.⁵¹

⁵¹ ANDRADE, *op. cit.*, 2008, p.102-112.

Tabela 14 - Classificação das unidades produtivas/Inventários post-mortem 1813-1888.
(n° absolutos)

Período	Unidade Produtiva de Roceiro	Unidade Produtiva de Fazendeiro	Roceiro com Tenda de Ferreiro	Fazendeiro com Tenda de Ferreiro	Total de Inventários	N° de Inventários sem Descrição de Bens
1810/19	03	0	0	0	08	05
1820/29	41	14	10	06	86	23
1830/39	49	22	05	06	136	43
1840/49	52	16	02	03	84	11
1850/59	88	27	04	08	167	41
1860/69	81	19	06	08	121	20
1870/79	61	32	03	08	120	14
1880/88	25	05	02	0	54	16

Fonte: APMI, *Inventários* – 1813/1888. Cxs. 1 a 51. **Obs:** As propriedades urbanas não foram contabilizadas nessa tabela. Nos inventários em que os instrumentos da tenda de ferreiro (foles, bigornas, forja, martelo, entre outros) vinham descritos em separado, para elaboração dessa tabela, considerou-se como “tenda de ferreiro”.

Essa classificação segue o princípio de que a ausência de escravos ou presença um número pequeno deles implica na existência de uma produção voltada para o abastecimento doméstico e/ou com limitadas possibilidades de mercantilização dos excedentes. Uma unidade produtiva com um número de cativos superior a 10 indivíduos, por sua vez, demonstra maior potencial produtivo.

Estabelecemos aqui dois tipos de classificações: nos inventários, verificamos década a década o número de proprietários caracterizados como roceiros ou fazendeiros. Em seguida, através da descrição dos bens identificamos entre esses proprietários aqueles que declararam possuir tenda de ferreiro – ou seus elementos em separado – entre os bens inventariados. Buscamos a partir disso, identificar em que tipo de unidade produtiva – se de roceiro ou fazendeiro – os elementos que indicam a ocorrência de atividades de produção e transformação do ferro se fazem mais presentes. Da mesma forma, verificar de que maneira as atividades de fundição e forja estavam disseminadas na região.

Os dados da tabela demonstram o predomínio dos roceiros entre as unidades produtivas analisadas. Um quadro que reforça a importância das atividades agropastoris nessa área. Por outro lado, a proporção entre o número de fazendeiros que apresentavam tenda de ferreiro é maior que o dos roceiros. Um

exemplo disso temos entre os inventários em que encontramos escravos ferreiros. Dos 21 proprietários que declararam entre seus bens escravos ferreiros, apenas 3 tinham menos de 10 escravos (todos com sete cativos); 8 possuíam entre 11 e 30 escravos e 8 declaram mais de 30 cativos .

Essa informação, contudo não exclui a participação dos ferreiros livres, que poderiam trabalhar por jornal em unidades produtivas que não apresentavam escravos ferreiros, ou mesmo sem nenhum cativo, mas tinham os objetos da prática deste ofício, - como foles, bigornas, martelo, forno, entre outros – indicando a prática da fundição e/ou forja do ferro.

Pode-se considerar que a fundição e forja do ferro eram uma das atividades praticadas no interior da unidade produtiva, apontando para o quadro de diversificação econômica da Província. É este o caso da região Mineradora Central Oeste, onde se localizava a maior parte dos distritos que, por critérios definidos anteriormente, chamamos aqui de Minas do Ferro. Para Paiva,

As atividades agropecuárias e os correspondentes setores de beneficiamento e transformação voltados para o atendimento do mercado interno da Província estavam disseminados por quase todo território, ainda que apresentassem maior desenvolvimento em algumas regiões. Quando ocorria a especialização nas regiões ou sub-regiões que não conseguiam atender com recursos próprios a estas necessidades, ou que tinham sua economia por demais centrada na produção de um gênero específico.⁵²

As conclusões de Bergad caminham no mesmo sentido. Ao analisar a partir de ampla base documental as características da economia e sociedade mineira oitocentista, acerca do município de Itabira, o autor observa que:

Os vastos distritos de Mariana e Itabira, na comarca de Piracicaba, eram extraordinariamente diversificados. Nessas municipalidades existiam 534 pequenos engenhos de açúcar e mais de 700 fazendas de lavoura e pecuária. Mariana, primeira cidade oficial estabelecida em Minas Gerais, no início do século XVIII, era um movimentado centro comercial e, ao lado de Itabira, continuava a produzir quantidade significativa de ouro.⁵³

⁵² PAIVA, *op. cit.*, 1996. p.160

⁵³ BERGAD, *op. cit.*, 2004. p.114

No que se refere à fabricação de ferramentas de ferro nessas Minas, parte integrante do quadro de sua diversificação econômica, o autor salienta que

A fabricação de ferramentas de ferro e aço deve ter sido um componente bastante importante da economia caseira de Minas Gerais. Pequenas forjas de tecnologia rudimentar trabalhavam o minério no século XVIII. (...) Depois da chegada da Coroa portuguesa em 1808 foram iniciados muitos projetos do capital estatal que visavam estimular a produção nacional de ferro. Na década de 1820 foram estabelecidas diversas fundições em Itabira, Caeté e perto de Ouro Preto. Segundo Eschwege (...) havia 31 oficinas operando em 1831 e entre 64 e 84 fundições funcionando na década de 1850.⁵⁴

Observa-se que, para todos os períodos, é restrito o número de unidades produtivas em que só foram declaradas terras minerais, fossem essas auríferas ou ferríferas. De modo que a questão da diversificação da base produtiva também está presente aí. O mapa demonstrativo do Município, descrito no Relatório de 1855, além de dados censitários, oferece também informações acerca do número de casas de negócio, engenhos (de serra e de açúcar, movidos por água e por boi), tavernas, lojas, enfim, um conjunto de estabelecimentos que nos permitem observar o grau de beneficiamento de produtos e de relações comerciais do município. O grande número de fazendas de lavoura e de criação de animais demonstra a importância da agropecuária para a região, mesmo com a manutenção da atividade mineradora e o desenvolvimento das forjas. Dessas fazendas, saíam os produtos agrícolas a serem comercializados nos armazéns e lojas, que também importavam gêneros de outras regiões da Província e do Rio de Janeiro.

Os animais de gado *vacum* e *muar* têm sua importância evidenciada também no tipo de motores predominantes nos engenhos de serra e de açúcar listados, onde a utilização de animais como força motriz é maior que os engenhos movidos a água em todos os distritos do município. Impressiona também o grande número de tavernas existente na cidade de Itabira, mesmo sendo este um núcleo urbano notável. O que demonstra a importância do beneficiamento da cana-de-açúcar para o comércio local, uma vez que a aguardente era um dos principais produtos comercializados neste tipo de estabelecimento.

⁵⁴ *Idem*, p. 88-9.

A presença das fábricas de ferro descritas evidencia mais uma vez o que seria o diferencial que compõe o recorte da região que chamamos “Minas do ferro”. As fundições e forjas ali existentes diminuía sensivelmente a necessidade da importação de ferro para esta área, assim como forneceria instrumentos a menor custo para as fazendas de cultura e de criação de animais da região e para a mineração do ouro. Somente na cidade de Itabira, constam 16 dessas fundições, destacando a importância dessa atividade para sua economia.

Tabela 15: Relação das fazendas, lojas, engenhos, fábricas e demais casas de negócio do Município de Itabira. 1855 (nº absolutos)

Freguesia	Loja	Botica	Armazém	Taverna	Fazendas de Cultura	Fazendas de Criar	Fábrica de Ferro	Ponte	Engenho de Serrar	Engenho de Açúcar	Motores	
											Água	Boi
Cidade	32	6	23	98	117	22	16	21	15	62	24	38
Ferros	10			19	114	3	2	1	3	48	6	42
Joanésia	1			3	22			1		10	1	9
Antonio Dias	4			5	37	34	5	3		10		10
Alfié	2			17	49	5		5		19	9	10
Prata	5	1		6	40	51	2	8	3	40	11	29
Lagoa	4			27	38		4	3	2	38	7	31
Cuieté												
Total	58	7	23	175	417	115	22	42	23	227	58	169

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial. *Mapa Demonstrativo das Freguesias, Quarteirões, Lojas, Boticas, Tavernas, Engenhos e mais como do mesmo se vê pertencente ao Município de Itabira que presta o Juiz Municipal do mesmo Município á Excelentíssima Presidência da Província. 1855. SP 570 [403].*

O relatório do presidente da Câmara de Santa Bárbara ao presidente da Província, em 1855, apresenta apenas a relação das casas de negócio e engenhos de açúcar do município de Santa Bárbara, não contendo informações acerca das fazendas de cultura e de criar e das fábricas de ferro ali presentes. Os dados seguem na tabela 16:

Tabela 16 - Relação das Casas de Negócio e Engenhos do Município de Santa Bárbara. 1854
(nº absolutos)

Freguesias	Vendas	Lojas de Secos Molhados	Boticas	Engenhos de Açúcar	
				Água	Boi
Santa Bárbara	15	01	06	02	01
Brumado	12	03			02
São Gonçalo do Rio Abaixo		12		04	05
São João do Morro Grande	07	05			04
São Miguel	24	06	04	02	27
Catas Altas	19	06		01	06
Cocais	06	10	01		02

Fonte: APM, Seção Provincial. SP570 [162-166]

Também nesse município podemos notar a produção e comércio dos derivados da cana-de-açúcar, através dos números de vendas e engenhos registrados. Os números são bem menores do que os descritos para Itabira, mas vale destacar que esta última cidade mostrava-se um centro populacional mais denso que Santa Bárbara, de modo que suas relações mercantis também tendem a ser mais dinâmicas. Mais uma vez tem-se o predomínio dos engenhos puxados por boi em relação aos movidos hidráulicamente.

Para ampliar nossas conclusões, podemos verificar a estrutura da posse de escravos à luz dos inventários. Para tanto, dividimos três grupos de proprietários: não proprietários e proprietários de até 5 escravos, proprietários de 6 a 10 escravos e proprietários de mais de 10 escravos.

Em um primeiro momento, vemos um predomínio de escravos sob as ordens de médios proprietários (66,70%), enquanto os pequenos proprietários eram 33,70%, não havendo para esse período grandes proprietários. Estes números podem estar subavaliados devido ao pequeno número de inventários que

continham descrição dos bens para o período de 1813-1819: apenas três dos oito processos investigados.

O período seguinte apresenta um crescimento do número de não proprietários e pequenos proprietários, que perfazem 60,30% do total destes. Proprietários de 6 a 10 cativos compunham 19,04% e grandes proprietários eram 20,66% do total dos donos de escravos.

Essa tendência se confirma para a década de 1830-1839. Mais da metade dos proprietários de escravos encontravam-se no primeiro grupo (1-5 escravos), contando 58,06% do total. Médios proprietários representavam 19,35% e grandes proprietários 22,59% do total.

Padrão semelhante verifica-se na década de 1840-1849. Pequenos proprietários, 57,50%; médios proprietários 19,17%; grandes proprietários, 23,33% do total dos donos de escravos.

Tabela 17 - Distribuição da Propriedade Escrava. Itabira – 1813/1888
(nº absolutos e relativos)

Período	Não Proprietários e Proprietários de até 5 Escravos	(%) do total de Proprietários	Proprietários de 6 a 10 Escravos	(%) do total de Proprietários	Proprietários de 11 ou mais Escravos	(%) do total de Proprietários	Total de Proprietários	Total de Escravos
1810-1819	01	33,30%	02	66,70%	0	0%	03	11
1820-1829	38	60,30%	12	19,04%	13	20,66%	63	487
1830-1839	54	58,06%	18	19,35%	21	22,59%	93	720
1840-1849	42	57,50%	14	19,17%	17	23,33%	73	581
1850-1859	85	67,46%	16	12,69%	25	19,85%	126	547
1860-1869	54	53,46%	20	19,80%	27	26,74%	101	845
1870-1879	55	51,88%	20	18,86%	31	29,26%	106	948
1880-1889	28	73,70%	05	13,15%	05	13,15%	38	180

Fonte: APMI, Inventários *post-mortem*. 1813-1888. Cxs. 1 a 51. Obs: Os inventários sem descrição de bens não foram contabilizados no total de proprietários dessa tabela.

Do quadro referente à primeira metade do século XIX, podemos inferir que nas Minas do Ferro a propriedade escrava estava bastante disseminada, dado o número de unidades produtivas de pequeno porte em que se verificou a presença do elemento cativo como mão de obra complementar. Os dados subseqüentes nos permitirão avaliar os efeitos que a proibição do tráfico internacional de africanos teve sobre a estrutura de posse de escravos nessa área.

A década de 1850-1859 ainda mantém um padrão semelhante ao da primeira metade do Oitocentos. Pequenos proprietários compunham 67,46%, médios proprietários 12,69 % e grandes proprietários 19,85% do total. Todavia, a partir de 1860 verifica-se uma diminuição do total dos pequenos proprietários e um aumento significativo entre os grandes proprietários. Isso demonstra que as limitações impostas ao acesso à mão de obra escrava pela Lei Eusébio de Queiroz tornaram a possibilidade do uso dessa forma de trabalho nas unidades produtivas de pequeno porte mais restrito. As altas dos preços dos cativos no mercado após 1850 teriam papel importante nisso. Além disso, a tendência ao reordenamento do tráfico interno teve impacto nessa estrutura de posses. O tráfico interno tendia a nortear a venda de escravos desses pequenos proprietários para os centros de expansão cafeeira que ainda mantinham forte conexão com o mercado externo e dependiam fortemente da mão de obra escrava. Desse quadro também podemos vislumbrar uma maior concentração da posse de escravos a partir de 1860, índice muito maior do que o verificado para a primeira metade do século XIX. Na década de 1880 há um aumento do número de pequenos proprietários e uma diminuição brusca dos grandes proprietários. Esses números podem estar refletindo o impacto da legislação abolicionista na segunda metade do século XIX, que tendeu a promover uma diminuição no preço dos cativos e, novamente, facilidade ao acesso. Mas também pode representar uma possibilidade maior das alforrias, que seria alcançada em maior grau pelos escravos das grandes unidades produtivas. Esses senhores tinham que, nestes últimos anos, se adaptar ao fim da escravidão, uma vez que a pergunta em pauta não era mais se ela ocorreria, mas quando ela ocorreria. Para o caso das regiões mineradoras

(...) diversos autores apontam que, dadas as condições particulares da atividade mineratória, os escravos tiveram aí maiores oportunidades para exercer sua autonomia e resistir ao

controle senhorial. A dispersão espacial das lavras auríferas, a possibilidade de os trabalhadores se apropriarem de parte dos resultados da extração ou o próprio controle que detinham sobre o processo de trabalho (como no caso notório dos pretos-minas, reputados como grande mineradores no período) ampliaram sobremaneira a autonomia escrava. Por essas razões, os senhores recorreram com frequência a meios não coercitivos para garantir a regularidade da extração, o que, por sua vez, facilitou o acúmulo de numerário e a compra da alforria pelos cativos. A existência de canais para o exercício da autonomia escrava não significou tão somente acomodação com os poderes senhoriais, mas também maiores possibilidades para a resistência.⁵⁵

Marquese demonstra que, no caso do escravismo brasileiro, e no caso específico das Minas, a prática de alforrias muitas vezes era uma forma de conter as tensões sociais entre senhores e escravos. Estavam inseridas em uma visão de que a liberdade se construía a partir da busca de espaços de autonomia por parte dos cativos.

Enfim, a partir de critérios guiados por uma noção de espaço pautada na perspectiva do espaço vivido, buscamos delimitar a área que apresentou grande importância nos trabalhos de produção e transformação do ferro em Minas Gerais do século XIX. Buscamos identificar, também como forma de delimitar esse espaço, os elementos que caracterizavam e viabilizavam as atividades do ferro nesse período: o subsolo ferrífero, a presença de matas disponíveis que forneceriam lenha para queima do carvão, a existência de fontes de água como força motriz para as forjas e a mão de obra qualificada disponível. Tratamos tal área por Minas do ferro, da qual os dois principais núcleos de povoamento são Itabira e Santa Bárbara.

Delimitado o espaço, buscamos informações nos censos provinciais de 1833 e 1872 e nos inventários *post-mortem*, entre 1813 e 1888, para tentar estabelecer um panorama socioeconômico e demográfico de nossas Minas do ferro. Isto porque, para entender os efeitos que o ofício de ferreiro teve sobre a experiência cotidiana dos escravos e libertos que o praticavam, é preciso

⁵⁵ MARQUESE, Rafael de Bivar. *A Dinâmica da Escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias. Séculos XVII e XVIII.* p.115.

Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642.pdf>

Acesso em: 20/03/2011

compreender as peculiaridades do local em que essas artes do ferro se desenvolveram com mais êxito. Nesse sentido, os relatórios apresentados pelos presidentes das Câmaras de Itabira e Santa Bárbara ao presidente da Província de Minas Gerais, em 1854, foram fundamentais para nossa compreensão desse espaço. A partir desses três momentos – 1833, 1854 e 1872 – pudemos perceber como se deu a evolução socioeconômica e demográfica das Minas do ferro no Oitocentos.

Das informações retiradas do primeiro desses censos, o de 1833, pudemos perceber a composição dessa população nos primeiros anos do século XIX, observando a presença africana e a tipologia das relações conjugais estabelecidas entre a população de cor. Nesse primeiro momento, já se nota o predomínio da população de cor para o todo da população nos dois núcleos (Itabira e Santa Bárbara), sendo significativa a participação do elemento africano em sua composição demográfica. Havia, entre os brancos, certo equilíbrio na razão dos sexos; situação não vivenciada pelos africanos, o que demonstra ser o tráfico negreiro ainda importante na reposição dessa escravaria. Entre a população de cor observa-se também maior incidência de livres entre as mulheres. Elementos que apontam para uma escravidão predominantemente masculina nas Minas do ferro, nos primeiros anos do Oitocentos.

Os relatórios de 1854 nos deram indícios para verificar de que maneira a extração aurífera foi afetada nas Minas do ferro, num momento em que se mostrava escassa em outros centros mineradores de povoamento antigo, como Vila Rica. O que se percebe é que, ainda na primeira metade do século XIX, a mineração do ouro continua remetendo lucros aos proprietários de lavras de Itabira e passa a disputar atenção e investimentos com a extração do ferro.

A diversificação das atividades econômicas também se mostra presente nessa área. É possível perceber a tendência à *agromineração* já apontada pela historiografia para outras regiões da Província. O grande número de vendas e tabernas aponta para a existência de um setor mercantil ativo e de uma população capaz de consumir os produtos ali expostos.

Analisando as características da estrutura de posse de escravos nas unidades produtivas dessa área, estas foram classificadas em unidades produtivas de roceiro (sem escravos ou com até 10 escravos) e unidades produtivas de fazendeiros (com mais de 10 escravos). A partir daí, nota-se que nas Minas do ferro as unidades de roceiros eram mais frequentes, indicando a tendência à difusão da propriedade escrava. Mas as forjas e tendas de ferreiros foram encontradas nas fontes dessa pesquisa em um número maior de unidades de fazendeiros. Estes, certamente buscavam através das atividades de produção e transformação do ferro, uma maneira de diversificar seus investimentos e fornecer a suas propriedades os instrumentos para a lide agrícola, diminuindo assim a necessidade de importação do produto.

A partir da segunda metade do século XIX, observam-se números mais próximos entre os índices de homens e de mulheres da população de cor, mas mantém-se o predomínio das mulheres entre os livres.

Nos dados do censo de 1872, percebemos uma inversão ao quadro apresentado no início do século para a composição de sua população: neste momento predominavam homens e mulheres livres. Efeito do fim do tráfico transatlântico e das alforrias, que certamente se fizeram presentes. A população africana mostra-se reduzida e envelhecida, reforçando o impacto que o comércio internacional de cativos teve para a composição desse contingente populacional nas Minas do ferro. Ainda assim, a população de cor é significativa, compreendendo quase a metade dos habitantes de Itabira: o que é um indício da reprodução natural dessa população.

CAP. II – A população escrava e “de cor”

2.1. Brancos, mulatos e negros no âmbito da sociedade escravista mineira

Feitas as primeiras considerações acerca da estrutura populacional das Minas do Ferro no decorrer do século XIX, através dos censos e relatórios discutidos no capítulo anterior, é momento de direcionar nossa análise para as formas de associação possíveis entre os escravos e libertos nesse espaço social. Os dados referentes à parcela cativa da população, além dos relatórios e censos citados acima, nos são fornecidos pelos inventários. A partir deles podemos identificar as relações familiares estabelecidas em cativo, e mesmo perseguir algumas trajetórias em que pudemos identificar a permanência de mais de uma geração de família escrava, com vários graus de parentesco – avós, pais, tios, irmãos, primos – sob o domínio de um mesmo proprietário.

A análise de trajetórias individuais e coletivas há algum tempo se mostra uma seara bastante proveitosa para os estudos históricos. Giovani Levi buscou identificar as relações criadas entre os habitantes da vila de Santena, entre 1672 e 1709, e o padre Chiesa, perseguindo nas ocorrências nominativas da vila os habitantes que teriam sido exorcizados pelo padre. Através da análise das trajetórias desses indivíduos (27 habitantes; 12 homens e 15 mulheres), o autor busca “*esclarecer o contexto cultural e social, a ordem de valores e acontecimentos vividos que explicam suas escolhas e seu recurso à atividade de Giovan Batista Chiesa*”⁵⁶.

Uma vez que o critério de regionalização utilizado para a definição das Minas do ferro se pauta por uma noção de espaço ligada às práticas cotidianas, as trajetórias dos agentes sociais em questão são elementos que não podem ser desconsideradas.

⁵⁶ LEVI, 2000, p. 91.

Identificando os padrões de comportamento demográfico e conjugal da população escrava e liberta das Minas do Ferro, podemos estabelecer relações entre esses dados e as características dos ferreiros encontrados nessa área através dos inventários e listas nominativas do século XIX.

Também a lógica de escolha dos cônjuges pode ser percebida através dessas fontes; se predominam entre esses escravos, africanos, pardos e crioulos, uniões endogâmicas ou exogâmicas. A percepção dessas relações familiares é importante no sentido em que podemos, através delas, estabelecer as condutas de comportamento entre os escravos que praticavam ofícios mecânicos, especialmente aqueles ligados à produção e transformação do ferro. Identificar quais os graus de sua inserção na comunidade cativa para buscar elementos que possam nos oferecer um quadro mais claro da organização de sua prática. De que forma esta é aprendida e transmitida a outros.

A apreensão do segmento dos libertos nesse tipo de fonte já é mais complexa. Os inventários nos dão algumas informações, quando ocorre de um cativo (ou cativa) ser casado com pessoa livre, ou quando consta no processo a concessão de alforria ou coartação para alguns escravos.

Para sanar essas lacunas, a documentação da Câmara Municipal de Itabira pode complementar nossas informações: cartas de exame de ofício, listas de reserva para a guarda nacional, listas nominais para o fundo de emancipação, entre outros documentos serão utilizados nesse sentido. Assim, é importante abrirmos espaço para discutir algumas questões referentes à prática da escravidão no Brasil, a maneira como ela tem sido vista pela historiografia e o sistema escravagista das Minas Gerais no século XIX.

Analisando a maneira como o tema da escravidão tem sido tratado pela historiografia brasileira, Silvia Hunold Lara atenta para os efeitos que uma visão unívoca da Colônia trouxe a algumas matrizes interpretativas.⁵⁷

⁵⁷ LARA, *op. cit.*, 2005.

Lara aponta para uma tendência que foi comum ao próprio movimento abolicionista e que permaneceu intrínseco – em maior ou menor grau – nos trabalhos sobre a escravidão no Brasil até meados das décadas de 1970-80:

Do ponto de vista historiográfico, essa concepção unívoca da colônia parece ter surgido do desdobramento das propostas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, especialmente, da primeira e grande História Geral do Brasil, publicada por Varnhagen em 1854. Para esse autor, a ação colonizadora portuguesa havia gerado uma nação independente e o Brasil surgia como resultado de um ‘caminho colonial’, que teria sido percorrido sob a tutela de Portugal. Sem estabelecer uma ruptura radical entre o Antigo e o moderno, como em outras interpretações contemporâneas, Varnhagen empreendeu uma avaliação política da passagem do tempo e tratou de opor ao moderno o colonial.⁵⁸

Dessa concepção, emerge uma visão que identifica o sistema escravista com barbárie, opondo sistematicamente escravidão e liberdade, arcaico e moderno, colonial e nacional. O mundo do trabalho livre é identificado a uma experiência pós-abolição, como resultado da inserção do Brasil no mundo dos países capitalistas, no mundo moderno. Tais antagonismos perdem de vista inúmeras possibilidades visíveis na experiência escrava de buscar alternativas ao sistema escravista que pudessem lhes garantir alguma autonomia e abrir-lhes, no âmbito do escravismo, um horizonte de liberdade.

Lara observa que o Oitocentos, por suas conjunturas específicas – fim do tráfico internacional, ampliação do comércio intra e interprovincial de cativos, - abre novas possibilidades a população escrava para a busca pela alforria. Da mesma forma, abre também novos significados para a liberdade. O aumento dessa população de cor geraria também maiores preocupações entre as autoridades para controlar suas ações, especialmente dos não brancos livres.

⁵⁸ *Idem*, p. 21.

Dentro dessa perspectiva, trabalhos como os de Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Emilia Viotti da Costa, entre outros, para Lara, mantinham a visão da colônia como precedente do nacional. A partir desse eixo de análise, a transição do trabalho escravo para o livre só se fez através da inserção da mão de obra assalariada, predominantemente imigrante, empregada nas grandes lavouras de café e nas fábricas das grandes cidades. Toda possibilidade de negociação e conflito inerente ao próprio sistema escravista é ignorada então. Ao seguirem por esse viés, tais autores acabaram por manifestar em seus trabalhos apenas a ótica senhorial.

A partir dos anos 1980, abrem-se novas perspectivas para os estudos sobre a escravidão no Brasil. A ampliação das fontes e o uso de novas metodologias permitem aos historiadores apreenderem dimensões da vida de outros sujeitos históricos que até então vinham sendo negligenciados pela historiografia. Novos temas começam a ser investigados: os significados das lutas escravas, esferas da vida cotidiana dos cativos, suas relações familiares e formas de associação em comunidade, as relações entre estes e seus senhores e entre a parcela da população livre, as práticas econômicas e estratégias de sobrevivência ao cativo, os projetos de liberdade antes e após a alforria.

Vários aspectos da experiência escrava começam a ser evidenciados. Juntamente a esse processo, desenvolvem-se também novos estudos sobre a estrutura e funcionamento do Antigo Regime português, assim como sua efetivação em diversas áreas da sua colônia na América. A visão da colônia como algo homogêneo no tempo e no espaço começa a ser rompida. Para Lara

[...] os estudos recentes sobre a escravidão e a experiência escrava afastaram-se do paradigma que opunha o mundo ‘colonial e arcaico’ do cativo àquele ‘moderno e capitalista’ do trabalho assalariado. [...] buscam compreender as dimensões da experiência histórica dos escravos e dos libertos e as relações entre escravidão e liberdade durante a vigência do escravismo e depois da abolição.⁵⁹

⁵⁹ LARA, *op. cit.*, 2005, p. 29.

Um dos trabalhos produzidos à luz da perspectiva de que a experiência da liberdade no mundo escravo é anterior a abolição e se mantém após 1888 é o de Hebe Maria Mattos de Castro. A autora, a partir de uma abordagem sociocultural, analisa os significados de liberdade vivenciados por escravos e libertos no sudeste escravista. O recorte espacial de sua análise refere-se a uma área que compreende o sul da província de Minas Gerais, a baixada e o norte do Rio de Janeiro e o Vale do Paraíba paulista. Enfim, áreas de expansão da produção cafeeira que continuavam, no século XIX, dependentes da utilização da mão de obra escrava e fortemente ligadas à economia de exportação.

Castro busca analisar as formas de distinção presentes neste espaço social, num momento em que a ampliação da população livre de cor relativiza a associação, outrora automática entre a cor da pele e a condição escrava.

A partir da análise de processos criminais de escravos, inventários *post-mortem* e processos cíveis de conflitos de terra, a proposta da autora é

[...] tentar entender as matizes culturais em relação aos significados da liberdade, que emprestavam inteligibilidade às relações sociais no Brasil escravista, e a partir delas, as estratégias, identidades e expectativas sociais, desenvolvidas pelos escravos e pelo conjunto de homens livres em resposta às transformações socioeconômicas e à crescente perda de legitimidade da instituição escravista, na segunda metade do século XIX.⁶⁰

Nesse sentido, quando falamos aqui em “homens de cor” é preciso definir quais “cores” foram utilizadas em nossa documentação para definir a população escrava. Utilizaremos aqui algumas das definições apresentadas por Castro nas fontes referentes ao sudeste escravista e que foram recorrentes nos inventários pesquisados no Arquivo Público de Itabira.

Os termos mais comuns utilizados para definir a população de cor, escrava ou forra, são “pardo”, “crioulo” e “preto”.

⁶⁰ CASTRO, 1995, p. 20.

A terminologia “pardo” indica a princípio, uma condição mestiça, mas pode representar também uma forma de distinção social entre todos aqueles homens e mulheres de cor que eram tidos como não-brancos. A autora acrescenta ainda que “*assim, todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, assim como todo homem nascido livre, que trouxesse a marca de sua ascendência africana – fosse mestiço ou não*”.⁶¹

O termo “crioulo” é usado para definir os escravos e forros nascidos no Brasil, enquanto “preto” é utilizado preferencialmente para identificar os africanos.⁶²

Outros termos identificados na documentação do Arquivo Público de Itabira para designar os escravos nascidos no Brasil foram “cabra” e “fula”.

Castro atenta que, nas fontes consultadas em seu trabalho sobre o sudeste escravista, há certa omissão por parte das autoridades em registrar a cor dos homens livres. Para ela, esse silêncio sugere uma resistência desses próprios segmentos sociais em submeter-se a tais qualificações, dificultando o trabalho dos historiadores para identificar os libertos nas fontes.

A questão dos significados da cor “fisionômica” da pele no âmbito dessa sociedade escravista ganha importância na medida em que esses podem representar certos entraves na inserção social do contingente da população liberta. Uma vez pertencente ao mundo dos livres, tal população buscava afastar-se cada vez mais dos elementos que pudessem associá-la ao passado do cativo. Relaciona-se à experiência de determinadas relações de trabalho e de cidadania.

⁶¹ *Idem*, p. 34.

⁶² Nos inventários *post-mortem* consultados, no ano de 1879, encontramos alguns casos em que a expressão “preto” foi utilizada, seguido-se a naturalidade do escravo. Por exemplo: Vicente, preto, natural das Minas; Felizarda, preta, natural de São Paulo; ou Benedita, preta, natural deste Município. O emprego da terminologia “natural de” pode significar oriundo de, reforçando a presença do tráfico interno de cativos após a proibição do comércio internacional. Nesse sentido, mantém-se a significação de “preto” para africano. Mas esses foram casos muito pontuais, presentes somente em dois processos de inventário: de Manoel Martins da Costa e Lucindo José Lima e Silva.

Para o sudeste escravista, Castro identifica dois aspectos que podem representar para os libertos uma forma de tentar se inserir no mundo dos livres: a mobilidade espacial e o acesso à propriedade. Enquanto os brancos livres tendiam a buscar novas áreas na tentativa de fugir do desenraizamento e de procurar novas possibilidades de ascensão econômica, os libertos se estabeleciam em áreas mais próximas aquelas em que viveram como escravos. Nesse sentido, a cor da pele ainda causava alguns inconvenientes para aqueles libertos que tentavam, através da mudança de cidade, ou mesmo de Província, estabelecer novas relações sociais enquanto homens livres.

O fato de ser um homem – ou mulher – de cor podia gerar a contestação da liberdade em áreas distantes daquela em o liberto teve sua experiência de cativo e onde conquistou a alforria. A autora afirma ser essa a razão para que a maioria dos libertos vislumbrados em sua documentação terem manifestado a preferência movimentar-se apenas em áreas próximas à de origem de seu antigo senhor, o que consolida relações de paternalismo e de subordinação.

Encontramos uma situação que exemplifica essa limitação à mobilidade espacial aos escravos, demonstrando que, de certa forma, a questão da cor criava para os libertos a necessidade de estar sempre confirmando a conquista de sua liberdade. Trata-se de um ofício da Câmara de Caeté, datado de 1831, impondo as condições de circulação impostas à população cativa do termo:

Art. 1 - He prohibido ao escravo, quer africano, quer crioulo de ambos os sexos, saber desta Vila, das povoações, fazendas e casas do Termo della, sem levar consigo huma cédula de seo senhor administrador, ou feitor, na qual se declarem seo nome, naturalidade, signaes, o lugar a que se encaminha o tempo que lhe concede.

Pena. Prisão por oito dias em casa de seo senhor ou na fazenda, fábrica ou lavra (...) e castigo com a devida indenização.

Art. 2 – Se o escravo que for achado fora do lugar de seo emprego sem cédula expedida na forma determinada no artigo antecedente, não declarar quem seja seo senhor, ou não for reconhecido pelos aprehendedores, será remetido ao Juiz de Direito pelo Juiz de Paz do distrito, o qual publicará por editais e pela imprensa o nome e signaes do aprehendido, para que possa ser procurado.

Art. 3 – He também prohibido aos pretos forros africanos sair da Aplicação das Povoações, fazendas ou casas em que residem a pretexto de negócio, ou de outro motivo sem passaporte do Juiz de Paz, que contenha o nome, naturalidade e signaes, o lugar o que se encaminha, e o tempo pelo qual for conhecido.

Pena. Prisão por oito dias e o dobro na residência.⁶³

A intenção da Câmara não se limita a regulamentação da mobilidade espacial dos escravos, mas também a de outro segmento muito específico: os africanos forros. Esses indivíduos deveriam estar de posse de um passaporte, concedido pelo Juiz de Paz, para que pudessem se ausentar do seu local de residência. O descumprimento dessas medidas poderia custar-lhe uma prisão por oito dias, seguida de prisão domiciliar pelo dobro do tempo. É importante perceber que só a existência de um artigo legal com o objetivo de controlar a circulação dos escravos e forros entre uma área e outra já evidencia o fato que essa circulação existia, e de forma tão intensa que desagradava as autoridades. Da mesma forma, apenas por essa fonte não temos como perceber até que ponto essa fiscalização era realmente eficaz.

Contudo, tais medidas faziam parte do interesse do poder público em controlar a ação dos libertos na sociedade. Uma vez que esses não estariam sob o controle doméstico e direto dos senhores, o poder público deveria agir sobre eles.

O acesso à propriedade seguia lógica semelhante. A aquisição de um escravo por um liberto era uma forma de mostrar para si e para os outros sua condição de livre. E de negar a condição anterior. Nesse sentido, a sociedade dividiria-se entre aqueles que vivem de si e aqueles que servem a alguém:

⁶³ APMI, Fundo da Câmara Municipal, *Posturas da Câmara de Caeté*. 1831., Cx. 03.

Esta representação da liberdade, enquanto perdurou o tráfico africano, tendeu não apenas a legitimar a propriedade escrava até mesmo para muitos forros, como também a priorizar nas representações sobre a liberdade o ideal de não trabalho. De fato, o homem livre o era enquanto proprietário de escravo ou rentista em potencial, mesmo que apenas uma minoria efetivamente o conseguisse.⁶⁴

A partir da segunda metade do século XIX, o fim do tráfico internacional de escravos interrompe a entrada maciça de africanos no país. A ampliação do tráfico interno e a necessidade de reorganizar o abastecimento de mão de obra cativa para as regiões de *plantation* geram um quadro que também causaria impacto nas relações estabelecidas dentro dessa sociedade.

Desse período em diante, verifica-se um número maior de alforrias tanto entre crioulos como entre africanos, de modo que a associação entre cor da pele e condição jurídica dos indivíduos não poderia mais ser feita de maneira tão direta⁶⁵.

Bergad aponta para a especificidade do sistema escravista de Minas Gerais, no qual a transição de estruturas de *plantation* para uma economia diversificada permitiu a manutenção da mão de obra escrava como elemento central dessa sociedade, além de permitir a expansão dessa população escrava.⁶⁶

A partir da análise de uma extensa documentação serial, o autor destaca que esse processo de acomodação evolutiva da economia mineira oitocentista foi fundamental para o aumento da população escrava da Província de Minas no século XIX.⁶⁷

⁶⁴ CASTRO, *op. cit.*, 1995, p. 37.

⁶⁵ *Idibem*; WISSENBACH, *op. cit.*, 1998

⁶⁶ BERGAD, *op. cit.*, p. 21. Para um estudo comparado dos sistemas escravistas implantados no Brasil, Caribe e nos Estados Unidos, ver: MARQUESE, *op. cit.*, 2009, p. 855-880.

⁶⁷ O termo acomodação evolutiva é utilizado por Libby para definir a transição econômica característica das Minas Gerais no século XIX. Cf: LIBBY, *op. cit.*, 1988.

Observa também um processo contínuo de “brasileirização” da população escrava das Minas, já visível no século XVIII, mas que assume maior vulto no decorrer do século XIX. Ainda assim, alerta que a ocorrência desse processo de criouliização da escravaria mineira não exclui a permanência da exportação de africanos para a Província no oitocentos, especialmente na primeira metade, quando o tráfico internacional ainda era permitido. Indica alguns períodos em que esse comércio de africanos ganhou novo ânimo, como entre 1805-1817.

Para explicar esse aumento das importações, Bergad sugere que ele seja resultado de uma reanimação econômica do Brasil em fins do século XVIII, que possibilitou uma expansão agrícola. Esse processo, por sua vez, gerou uma nova demanda de mão de obra escrava. Além disso, ressalta o impacto da vinda da corte portuguesa para o Brasil, causando uma necessidade de estruturação e abastecimento do Rio de Janeiro, o que fez com que este mercado se abrisse ainda mais para os lavradores mineiros.

Outro fator externo que interferiu nessa dinâmica das importações de africanos para as Minas, entre 1805-1815, foi o fim do comércio escravista nas colônias britânicas e nos Estados Unidos em 1807, que fez com que Brasil e Caribe permanecessem como os únicos grandes mercados para estas lucrativas transações mercantis do Atlântico.

Analisando regionalmente seus dados para tentar identificar as razões da expansão da população escrava das Minas, se resultado da reprodução natural ou das importações, Bergad oferece-nos um quadro diferenciado. Os inventários referentes à Ouro Preto, Mariana e São João Del Rei apontam para um aumento considerável do número de escravos brasileiros já no início de 1730; tendência que se mantém nos períodos subsequentes. Para São João Del Rei, afirma que em 1770 o número de brasileiros e africanos era quase o mesmo, e que entre 1805 e 1820 não houve aumento de africanos no total da população escrava para essa região.

Quanto à estrutura etária da população cativa, o autor observa em São João Del Rei uma porcentagem maior de escravos jovens, na faixa de 1 a 14 anos. Bergad atribui esses índices ao fato de ser essa uma área de expansão da lavoura de abastecimento e da criação de animais, sugerindo também taxas de reprodução mais elevadas que em outros distritos e uma presença menor da importação de africanos.

Em contraste a esse panorama estão os dados referentes aos inventários de Diamantina. Confirmando os números do censo de 1808 para a Comarca do Serro, o autor aponta um aumento na proporção dos homens sobre as mulheres, indicando uma alta razão dos sexos e conseqüentemente, maior ligação com o tráfico internacional de africanos. Observa que somente em 1820 a população escrava nascida no Brasil suplantaria os africanos nessa área, o que estaria relacionado à manutenção de uma economia primordialmente mineradora com o monopólio dos diamantes, ainda no século XIX. Reforça essa proposta a estrutura etária dessa população escrava: a porcentagem de escravos com idade inferior a 15 anos era menor em Diamantina que em outros distritos, demonstrando o papel relativamente menor da reprodução natural da escravaria nesta área.

Para estabelecer parâmetros de comparação com as conclusões de Bergad, apresenta-se então os dados referentes às Minas do Ferro. A partir dos inventários post-mortem, pudemos estabelecer década a década, a evolução demográfica dessa população escrava no decorrer do século XIX. Constam listados 4.319 escravos.

Observando os dados da tabela 19 podemos notar que no primeiro período de tempo considerado (1813-1819) temos a mesma proporção de escravos homens para as três faixas etárias consideradas aqui. Entre as mulheres há um predomínio de indivíduos na segunda faixa etária, isto é, de 15 a 39 anos, que indicam mulheres que se encontram em fase reprodutiva. Contudo, o número de crianças é inferior ao das mulheres em tal faixa etária, indicando baixos índices de fertilidade para o período.

Tabela 18 – Distribuição etária da população crioula por sexo. Itabira - 1813/1888

Períodos	CRIoulos							Total
	HOMENS			Total	MULHERES			
	0 -14 ANOS	15 – 39 ANOS	ACIMA DE 40 ANOS		0 -14 ANOS	15 – 39 ANOS	ACIMA DE 40 ANOS	
1813-1819	01	01	01	03	01	06	01	08
1820-1829	44	88	37	180	48	55	20	125
1830-1839	96	86	42	259	125	68	32	228
1840-1849	97	92	44	249	85	80	26	195
1850-1859	92	98	33	235	94	88	30	223
1860-1869	160	138	52	366	151	155	58	380
1870-1879	140	208	118	466	136	182	84	439
1880-1888	22	45	27	104	10	36	19	70

Fonte: APMI. Inventários, 1813-1888. Cxs. 1 a 51.

Tabela 19 – Distribuição etária da população africana por sexo. Itabira - 1813/1888

Períodos	AFRICANOS							Total
	HOMENS			Total	MULHERES			
	0 -14 ANOS	15 – 39 ANOS	ACIMA DE 40 ANOS		0 -14 ANOS	15 – 39 ANOS	ACIMA DE 40 ANOS	
1810 – 1819	0	0	0	0	0	0	0	0
1820 – 1829	10	88	42	145	02	25	09	37
1830 – 1839	06	107	50	171	04	49	07	62
1840 – 1849	01	63	38	112	01	13	02	25
1850 – 1859	0	18	48	68	0	09	12	21
1860 – 1869	0	21	51	74	0	02	23	25
1870 – 1879	0	04	27	31	0	0	12	12
1880 – 1888	0	0	04	04	0	0	02	02

Fonte: APMI, Inventários, 1813-1888. Cxs. 1 a 51.

Obs: Nessas tabelas, o campo total corresponde ao total de escravos para cada década. A diferença entre esses percentuais e a soma das faixas etárias para homens e mulheres em cada período, corresponde ao número de escravos em cada década que não continham a descrição quanto a sua idade e/ou origem.

Ainda assim, os dados desse período foram retirados de um número muito pequeno de inventários (03 processos) que contavam apenas com oito escravos inventariados. De modo que seus dados, para fazer sentido, precisam ser vistos com o todo das informações da tabela.

Na segunda década do século XIX (1820-1829), observa-se a manutenção da tendência anterior de desequilíbrio na razão dos sexos dos escravos crioulos listados. Consta um total de 125 homens para 75 mulheres, considerando apenas a população acima dos 15 anos. Nota-se também uma desproporção entre o número de mulheres em idade reprodutiva (55 escravas) para o número de crianças, (faixa etária de 0 a 14 anos) para ambos os sexos, que compreendem um total de 92 indivíduos.

Mais uma vez, temos um quadro indicador de baixos índices de fertilidade entre esta parcela da população cativa. Estes dados em conjunto dão mostras que nos primeiros 30 anos do século XIX, o comércio atlântico e interno de escravos ainda foi um fator predominante como forma de reprodução da escravaria nas Minas do Ferro.

Tais informações ganham mais consistência se compararmos os dados referentes à população escrava nascida no Brasil do período em questão à evolução demográfica do contingente africano dos escravos catalogados entre 1813 e 1849 (apresentada na tabela 20). De um total de 182 escravos africanos, listados no intervalo de 1820-1829, temos 145 homens e 37 mulheres. Já para os anos de 1830 a 1839 foram catalogados 223 escravos africanos, entre os quais 171 eram homens e 62 mulheres. Podemos verificar um pequeno aumento no total de africanos de um período para o outro, com a manutenção do predomínio masculino entre essa parcela da população escrava.

Na década seguinte, o total de africanos cai para 137 escravos, entre 112 homens e 25 mulheres. A partir disso, podemos afirmar que o predomínio da população do sexo masculino nas faixa etária que compreende a idade de maior vigor para o trabalho (15 a 39 anos), o desequilíbrio da razão dos sexos em todos os períodos e as baixas taxas de fertilidade – indicadas pela relação entre o número de mulheres em idade reprodutiva e o número de crianças – demonstram

que o tráfico internacional de escravos esteve presente como forma predominante de reprodução da população escrava de origem africana durante toda a primeira metade do século XIX.

Nossos dados indicam que a importação de escravos africanos teve uma importância significativa para as Minas de Ferro em um período um pouco maior do que Laird Bergad considera para a Província⁶⁸. Essa diferença pode ser explicada pelo fato desta região se manter ligada as atividades mineradoras, tanto de ouro como de ferro nestes primeiros anos do oitocentos de maneira mais lucrativa que Bergad observou a partir dos inventários de Ouro Preto e Mariana, por exemplo:

Da década de 1760 até a abolição em 1888, três importantes aspectos caracterizaram a mudança nas estruturas etárias entre os escravos de Minas Gerais. Em primeiro lugar, houve uma mudança gradual para as estruturas do tipo piramidal que caracterizam uma população formada pela reprodução natural. Essas estruturas emergiram muito claramente no início do século 19 e se tornaram mais claras graficamente nas décadas posteriores a 1810, apesar de curtos períodos de novas importações africanas. Em segundo lugar (...) entre essa população cada vez mais brasileira os homens continuavam mais numerosos que as mulheres, especialmente em categorias em idade de trabalhar, embora a proporção entre os sexos diminuísse bastante com o tempo. Terceiro – e talvez o aspecto mais importante a ser observado -, havia mais homens adultos, mas um número impressionante maior de crianças em relação às mulheres em idade de parir.⁶⁹

Seguindo a análise da tabela 19, na década de 1840-1849, os homens continuam sendo a maioria entre os escravos nascidos no Brasil. Entretanto, os números relativos aos homens e mulheres dos 15 aos 39 aproximam-se bastante; 92 homens para 80 mulheres. O número de crianças também se mantém alto, apontando para 177 indivíduos do total de 444 escravos contabilizados para a década, correspondendo a 39,89% do total destes cativos. O número de crioulos com idade acima de 40 anos também teve um aumento gradual ao longo das décadas.

⁶⁸ Para o autor, já nos primeiros anos do século XIX as taxas de importação de escravos seriam mínimas. BERGAD, *op. cit.*, p. 197 -223;

⁶⁹ *Idem*, p. 213.

A partir da década de 1850, vemos um quadro em que o número de homens e mulheres se mantém próximo do equilíbrio, o número de crianças também apresenta altos índices, configurando uma média de cerca de 2 filhos para cada mulher. Identifica-se também o envelhecimento dessa população, o que demonstra um aumento gradual da expectativa de vida dessa população cativa crioula.

Quanto aos africanos, a segunda metade do século XIX reflete os impactos sofridos pelas limitações ao tráfico internacional. Mantém-se o número superior dos homens em relação às mulheres, com a inexistência de africanos menores de 14 anos a partir de 1850 – na década anterior registrou-se apenas uma criança escrava desta origem. Ao mesmo tempo, observa-se o envelhecimento dessa população entre as décadas de 1840 a 1869, indicada pelo aumento do número de africanos maiores de 40 anos neste período. A década de 1870 marca uma queda nesse percentual tanto para homens quanto para mulheres, o que pode representar a morte ou a conquista da alforria de uma parcela dessa população. O índice mais alto de africanos corresponde aos anos de 1830-1839, quando foram registrados 233 escravos. As décadas seguintes assistiram a uma redução contínua desse contingente populacional.

A análise dos números referentes à composição etária da população africana, por origem e sexo, contudo, nos leva a ser mais cautelosos que Bergad quanto às possibilidades de reprodução natural da escravaria nas Minas do Ferro. Essa tendência realmente se mostrou possível durante todo o período, mas não podemos descartar a ocorrência e importância da importação de escravos para a reprodução da escravaria nesta área.

Os inventários também nos oferecem elementos que comprovam a ocorrência do tráfico interno, a partir da indicação da naturalidade de parte desses cativos, tendência que se acentua a partir da década de 1870. São frequentes descrições desses escravos como “natural dessa província”, ou “natural de São Paulo”. Dessa forma, consideramos que, nas Minas do Ferro, o século XIX configurou-se um regime demográfico para a população escrava baseado na convivência do tráfico de cativos com a reprodução natural dessa escravaria.

A presença da população de cor e o acesso a liberdade para esses indivíduos se fez presente nas Minas do ferro, em todo período analisado, em graus diferentes para cada segmento da população, dados que verificamos a partir dos números referentes aos crioulos e africanos livres, para homens e mulheres. Assim, pensar os impactos das relações estabelecidas entre brancos, escravos e forros na sociedade escravista de Minas do ferro nos permite identificar também alguns aspectos em que a ação desses agentes poderia representar uma forma de transpor as hierarquias sociais e vivenciar suas experiências de liberdade. Isto é, formas de buscar certa permeabilidade entre o mundo dos escravos e o mundo dos livres. Seja a partir do estabelecimento de relações familiares e outras relações comunitárias dentro do cativo, seja através da prática de ofícios mecânicos, com seu corolário de circulação de saberes.

2.2. Laços de parentesco e constituição da família escrava

A constituição de laços de parentesco entre a população cativa pode estar expressa através da constituição do casamento ou uniões não oficiais, pela presença de mães e pais solteiros ou viúvos com filhos no interior do cativo, pela busca de relações de compadrio no mundo dos livres.⁷⁰

Nesse momento da pesquisa, apresentaremos alguns aspectos dessas relações familiares que puderam ser identificados nos processos de inventários *post-mortem* consultados e que nos deram indícios para considerar a maneira como se davam tais relações entre a comunidade cativa das Minas do Ferro.

Contudo, é importante salientar que tais considerações não têm a pretensão de configurarem-se em um estudo sistemático sobre a família escrava nesta região. Em primeiro lugar, devido ao fato de não termos consultado registros paroquiais de casamento e batismo dessa população, o que ampliaria as informações a esse respeito – ainda que, conforme observam os estudiosos do

⁷⁰ Cf: SLENES, *op. cit.*, 1999; BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João Del Rey, 1730-1850*. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_119.pdf
Acesso em: 20/03/2011.

assunto, grande parte dessas uniões e famílias escravas não passavam pelo crivo da documentação oficial.

Em segundo lugar, porque a família escrava é analisada aqui como uma das formas possíveis de associação do percentual de cativos vislumbrados aqui, mas tendo sempre em vista sua relação – caso exista – com a prática do ofício de ferreiro entre escravos e libertos nas Minas do Ferro no decorrer do século XIX.

Em outras palavras, queremos observar as características dessas relações entre os cativos das Minas do Ferro, verificando a maneira como eles se desenvolvem entre os escravos que praticam ofícios mecânicos, em especial os ferreiros. Nesse sentido, os dados dos inventários podem nos oferecer elementos que nos permitam identificar se houve, entre esses homens de cor, a associação dessas duas formas de criação de uma comunidade e quais os efeitos essa tendência poderia ter provocado.

Para tanto, buscaremos trazer à análise alguns referenciais teóricos acerca da organização da família escrava no Brasil, para em seguida relacioná-las aos aspectos dessa experiência identificados nos inventários consultados. Assim, sob a perspectiva de história comparada, entre os trabalhos que podem ser considerados marcos da ampliação do estudo da família escrava no Brasil escravista está o debate entre as teses de Genovese e Gutman.⁷¹

Genovese, analisando as relações estabelecidas entre os senhores e escravos nas fazendas escravistas do Sul dos Estados Unidos, buscou eliminar a oposição entre os conceitos de resistência e acomodação, demonstrando que a experiência escrava podia configurar ambos os aspectos. Para ele, os escravos submetiam-se àquilo que não podiam modificar, mas, simultaneamente buscavam maneiras de sobreviver ao cativeiro, individual ou coletivamente, de modo que pudessem preservar ao máximo sua integridade física e moral.

Por sua vez, Gutman buscou analisar aspectos inerentes a organização cotidiana da vida dos escravos, minimizando o impacto que o poder senhorial teria sobre essas. Esse autor considera que certos valores, crenças religiosas,

⁷¹ GENOVESE, *op. cit.*, 1988; GUTMAN, *op. cit.*, 1977.

comportamentos sociais dos cativos, como a formação de família, por exemplo, foram incorporados à experiência escrava mesmo com todas as imposições do sistema escravista.

Os dois autores buscam identificar formas de sobrevivência dos cativos ao escravismo, mas, enquanto Genovese dá ênfase às relações entre os senhores e escravos, Gutman se atém às relações estabelecidas entre a comunidade escrava. Para Slenes, os dois autores demonstraram a existência inegável da família nuclear escrava nas *plantations* norte-americanas, como uma instituição forte e que era amplamente valorizada pelos cativos. De modo que, a partir de uma ampla documentação que permitiu estabelecer dados quantitativos, concluíram que, ao contrário do que afirmava uma historiografia tradicional, essas uniões escravas eram frequentes, e embora pudessem ser desconstruídas pela venda dos membros pelo senhor, pais e mães tinham papéis importantes na vida das crianças cativas. Quanto às divergências entre os trabalhos de Genevose e Gutman, o autor observa que

Onde os autores discordavam era em relação ao grau de autonomia atribuído à cultura escrava. Para Gutman, os mundos de senhores e escravos eram muito separados; apesar de certa proximidade física entre os dois grupos, as relações de poder desiguais entre eles, os antagonismos daí nascidos, e suas experiências contrastantes ao longo das gerações garantiam que não compartilhassem o mesmo universo simbólico.

Para Genovese, ao contrário, a proximidade física e a interação diária intensa entre senhores e escravos, num regime “paternalista” (entendido de forma diferente por dominantes e dominados), promoveram aproximações, acomodações e negociações culturais entre eles, apesar de, ou mesmo por causa de, seus profundos antagonismos. Essa diferença entre esses dois autores estabelece ainda a agenda de boa parte das pesquisas atuais sobre a escravidão e a família cativa nos Estados Unidos.⁷²

A partir desses autores, outros estudiosos buscaram analisar a família escrava dentro do viés das formas de reprodução da população escrava no Brasil.

⁷² SLENES, 1999. p. 39.

É o caso de Góes e Florentino que observaram certa articulação entre o tráfico de escravos e a recriação de laços de parentesco entre os cativos.⁷³ Os autores consideram que a manutenção desses laços pelos senhores, evitando a venda de integrantes de uma mesma família, ou estimulando sua formação, era uma forma de conter os ânimos de seus escravos. Uma forma de promover a paz social dentro do cativo. Assim, a família escrava tornava-se uma espécie de renda política no interior das relações entre senhores e escravos.

Nesse sentido, Góes e Florentino consideram que o estabelecimento de relações de parentesco entre escravos era também uma forma de manutenção do sistema escravista. Isto porque tais laços possibilitavam que conflitos e tensões inerentes ao regime, entre senhores e escravos e no interior das senzalas, pudessem ser amenizados.

Perspectiva distinta é apresentada por Robert Slenes. Para esse autor, a constituição de laços familiares no interior das senzalas era uma forma encontrada pelos escravos de preservarem espaços de autonomia independente da vontade senhorial. Constituíam assim, uma forma de resistência ao cativo. O autor busca identificar os efeitos que a instituição da família pode representar para o cativo, de forma a:

(...) recuperar a visão do escravo sobre questões aparentemente “miúdas”, mas na verdade cheias de significado: especificamente as implicações para ele do “casamento”, no que diz respeito ao espaço da “moradia”, o controle sobre um fogo doméstico, o acesso ao cultivo da terra em benefício próprio, a organização e o perfil de sua economia doméstica, e sua força e fraqueza perante as políticas de domínio senhoriais. O que emerge desse enfoque é a família como centro de um “projeto de vida”. (...) A “família cativa”, no entanto, não se reduzia a estratégias e projetos centrados em laços de parentesco. Ela expressava um mundo mais amplo que os escravos criaram a partir de suas “esperanças e recordações”; ou melhor, ela era apenas *uma* das instâncias culturais importantes que contribuíram, nas regiões de *plantation* do Sudeste, para a formação de uma identidade nas senzalas, conscientemente antagônica à dos senhores e compartilhada por uma grande parte dos cativos.⁷⁴

⁷³ FLORENTINO, & GÓES, 1997. p. 45.

⁷⁴ SLENES, *op. cit.*, p. 49.

Uma das críticas que se faz às conclusões de Slenes, diz respeito ao alcance de suas fontes. Embora o autor buscasse analisar a composição da família escrava e seus significados nas fazendas cafeeiras do Sudeste escravista, suas fontes limitam-se aos arquivos de Campinas e Vassouras.

Em trabalho já discutido nesta pesquisa, Castro salienta que, nas fazendas do sudeste escravista brasileiro do século XIX, a família escrava deve ser vista em conjunto com a formação de uma comunidade escrava. Para ela, a criação de laços de parentesco entre os cativos aproxima-se com uma visão da liberdade que poderia ser conquistada a partir da alforria.⁷⁵ Dessa forma, a constituição de família poderia representar para esses escravos uma forma de vivenciarem aspectos do mundo dos livres, configurando-se em possibilidades de conquistar os dois elementos que o caracterizavam: o acesso à alforria – que lhes permitiria a mobilidade espacial - e à terra – que os transformaria em proprietários.

Todos esses trabalhos citados acima fazem parte de um processo de revisão historiográfica que permitiu o desenvolvimento de novas abordagens acerca de vários aspectos da experiência escrava no Brasil. A respeito da mudança da perspectiva nos estudos sobre a família escrava na historiografia brasileira nas últimas três décadas, Botelho afirma que:

Da negação radical da existência escrava, passamos por uma crítica fundada dessas posturas. Da redefinição da família escrava, estamos passando para a compreensão do funcionamento dessa família, e até mesmo para a constatação da existência de modelos distintos de comportamento. Finalmente, estão sendo incorporadas novas abordagens à questão da família escrava, como o parentesco fictício e a economia fictícia do cativo.⁷⁶

Estes trabalhos podem ser utilizados como referências para se estabelecer padrões de comportamentos da família escrava nas Minas do ferro. Contudo, deve-se salientar que a composição e a organização das uniões escravas podem seguir modelos distintos, de acordo com o período e a região analisada.

⁷⁵ CASTRO, *op. cit.*, p. 141.

⁷⁶ BOTELHO, *op. cit.*, 2006, p. 197.

Assim, os trabalhos discutidos acima se referem à constituição da família escrava – e seus significados – em áreas de *plantation* durante os séculos XVIII e XIX. Dessa forma, é importante compará-los a estudos referentes a outras áreas do Brasil. Mais que isso, adentrar nossas considerações em torno do que diz a historiografia sobre a família escrava em Minas Gerais.

Um dos principais estudiosos do processo de organização familiar dos escravos em Minas Gerais é Afonso de Alencastro Graça Filho. Analisando a composição das famílias escravas em São José do Rio das Mortes, no período de 1743 a 1850, o autor busca estabelecer parâmetros entre as considerações de Slenes, Goés e Florentino, entre outros e os dados recolhidos nos inventários *post-mortem* e registros de casamento referentes à Vila mineira. Para ele,

(...) a construção de laços de parentesco serviria para amenizar as “dessemelhanças” entre os escravos, contribuindo com as “singularidades” que os uniriam e, assim, reiterariam as tensões étnicas resultantes do tráfico e dos casamentos endogâmicos. A formação de famílias escravas permitiria a socialização dos africanos nas senzalas e colaboraria na estabilidade do plantel, ainda que acentuasse as diferenças e a conseqüente ampliação da riqueza dos senhores, beneficiada pela reprodução das escravarias.⁷⁷

Os dados de Graça Filho sobre São José do Rio das Mortes, apontam para a ocorrência de uniões predominantemente mistas, embora se verificasse um baixo índice de casamentos endogâmicos, principalmente entre os grupos africanos identificados como benguelas e angolas. Da mesma forma, indicam fatores que reforçam as teses de estabilidade dessas famílias escravas. A análise dos inventários *post-mortem* demonstra uma tendência majoritária de manutenção dos laços conjugais dos cativos no momento da partilha dos bens do falecido entre seus herdeiros. Quanto a forma de reprodução dessa escravaria, os autores posicionam-se de maneira semelhante à esta pesquisa: enfatizam a ocorrência da reprodução natural, mas sem descartar o papel do tráfico de escravos nesse processo.

⁷⁷ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro et all. *Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento: o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850*. p. 189 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a11.pdf>. Acesso em: 15/09/2010.

Em números brutos, Graça Filho encontrou nos processos de inventário 754 escravos indicados como casados. Desses, identificou 362 casais nucleares, com ou sem filhos; 19 escravos casados cuja referência ao cônjuge não estava nos escravos listados no inventário – podendo indicar união com escravo de outro senhor ou mesmo com homem ou mulher livre; 170 mães sem referência ao pai das crianças; 7 (sete) pais com filhos e sem a identificação da mãe dos mesmos; 1 (um) viúvo e 2 (duas) viúvas. Identificou também 28 filhos cujo nome das mães não constava na escravaria, podendo ser forras, falecidas e escravas de outro senhor. Quanto à estabilidade dessas famílias, afirma o autor:

Para o caso dos 362 casais de cativos inventariados em S. José apenas 34 foram separados, ou seja, 90,6% dos casais de cativos foram mantidos juntos no período total da amostra. Este dado evidencia a grande preocupação dos senhores em respeitar a estabilidade dos laços familiares construídos no cativeiro.(...) A mesma preocupação não ocorria com o destino dos filhos, especialmente das mães sem referência ao cônjuge. De 865 filhos arrolados nos inventários, cujas idades variavam de recém-nascidos até os 24 anos e que representavam 12,35% dos escravos, 375 foram separados dos pais durante a partilha, o que significa 43,35% dos casos. Das 170 mães com filhos, sem referência aos pais, 92 foram separadas da prole (54,12%).⁷⁸

Para o autor, esse paradoxo – da manutenção dos casais e separação dos filhos no momento da partilha – exige estudos mais aprofundados sobre a organização das famílias escravas da região, cruzando dados dos inventários com listas nominativas e registros de batismo e casamento da Vila de São José das Mortes.

Tarcísio Botelho analisa as uniões entre escravos em Catas Altas do Mato Dentro no século XVIII. Uma área que, como grande parte das vilas mineiras, surgiu da extração aurífera, mas teve que se adaptar à escassez do ouro através da diversificação de sua economia. Sua análise é feita a partir de registros paroquiais de batismo e listas para cobrança dos impostos reais. Para o ano de 1725, esses registros indicam a existência na vila de 1828 escravos, em idade produtiva, distribuídos entre 213 senhores.

⁷⁸ *Idem*, p. 190.

Os africanos perfazem um total de 1582 cativos, entre 1438 homens e 144 mulheres. Configuram 94% do total da escravaria. Entre os escravos nascidos no Brasil, apenas 101, os homens também são a grande maioria: 77 homens e 24 mulheres.

Esses números indicam o predomínio do tráfico internacional como forma de reprodução dessa mão de obra escrava, num momento em que a mineração ainda registrava altos índices em Catas Altas do Mato Dentro.⁷⁹

Quanto aos registros paroquiais de batismo, para a primeira metade do século XVIII, esses documentos indicam apenas o nome das mães das crianças batizadas. Essa característica vai decaindo ao longo do século, o que o autor considera ser um reflexo de uma tendência a difusão entre os cativos da paróquia ao casamento oficial.

Botelho considera que para os senhores, essa prática era uma forma de assegurar a ampliação de sua escravaria a partir das uniões e reprodução natural desses cativos. Para os escravos, a constituição de laços familiares seria uma forma de acomodar-se melhor à nova realidade, amenizando os efeitos da vida em cativo e do trabalho nas minas.

Outro estudo dessa natureza, mas para outra área da Província, é o de Leonara Lacerda Delfino, a respeito da Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires, na região sul de Minas Gerais, pertencente ao Termo de Pouso Alegre, entre 1812-1873. Freguesia cuja economia ligava-se às redes de abastecimento interno da Província, sendo a área marcada por rotas de passagem de tropas de comércio que visavam promover a integração do centro-sul aos mercados do Rio de Janeiro.⁸⁰

Os dados dos Mapas de População de Pouso Alegre, referentes a 1833-1835, indicam que, entre os cativos maiores de 15 anos, 36,8% eram casados ou viúvos. Comparando os índices de uniões legítimas entre escravos para o Termo,

⁷⁹ BOTELHO, *op. cit.*, p. 199-202.

⁸⁰ DELFINO, Leonara Lacerda. *Em face da união legítima: aspectos conjugais da família negra, Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires – Minas Gerais, 1812-1873*. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/3p20.pdf>. Acesso em: 02/11/2010.

aos números de outras províncias⁸¹, a autora considera que

(...) o Sul de Minas, particularmente as localidades incluídas na amostragem para Pouso Alegre, demonstraram engajamentos instigantes da população cativa às uniões legítimas, mais similares às regiões de grande lavoura, que abrigavam grandes plantéis de escravos, do que às outras tradicionais economias de subsistência, como São Paulo (em período não dominado pela produção cafeeira) e Paraná.⁸²

A partir dos registros de casamentos arrolados entre 1810 e 1888, para a freguesia de São Bom Jesus dos Mártires, Delfino afirma que 1638 destes eram referentes a uniões entre casais livres; 187 referentes a casais escravos; 20 registros de casamentos entre forros e 9 casos de uniões estabelecidas entre cativos e livres/libertos, não havendo nenhuma ata de casamento referente a união entre escravos de senhores diferentes.

As uniões entre negros foram mais comuns no período de 1831-1835, quando foram identificados 61 casamentos, correspondendo a 43,2% do total dessas uniões em todo intervalo analisado.

A autora atribui esses índices ao fato de ser esse o período em que se acirram as pressões internacionais sobre o tráfico de africanos para as colônias da América. Esse processo teria sido acompanhado por um crescente incentivo dos senhores às uniões entre cativos, como forma de garantirem a continuidade de sua escravaria.

A presença de 40% de africanos identificados no período anterior a 1830, no arrolamento de inventários da Vila, evidencia que, apesar do predomínio crioulo, havia uma importância considerável da participação do tráfico no quadro de reposições destes plantéis. Nesse sentido, podemos cogitar certo impacto da

⁸¹ A autora utiliza os dados apresentados por Slenes, a partir do Recenseamento de 1804, para o Centro-Oeste e Vale do Paraíba, respectivamente 36,2% e 37,1%; por Vidal Luna, para 13 localidades paulistas a partir do Recenseamento de 1829, onde se verifica que “efetuou-se uma participação estimada a 27,5% de cativos casados ou viúvos, acima de 15 anos. Esta avaliação computada para cada município levantado, não ultrapassou a participação de 37,2%, atribuída à Sorocaba, dinâmico entreposto comercial de abastecimento, conhecido por sua tradicional ‘feira de muares. Enquanto a maior participação identificada para as localidades que compunham a Vila de Pouso Alegre, atingiu um percentual de quase 47%, no período aventado.” DELFINO, *op. cit.*, p. 23

⁸² *Ibidem*, p. 23.

proibição capaz de exercer algum incentivo a estes senhores levarem mais seus cativos ao altar.⁸³

Ainda a partir dos assentamentos de casamento referentes à Freguesia de Pouso Alegre, a autora buscou estabelecer os padrões do comportamento conjugal para os escravos dessa região. Nos 187 registros de casamento analisados, identificou que os casamentos exogâmicos foram predominantes, correspondendo a 53,7% do total das uniões entre cativos. Entre esses predomina o padrão de casamento entre homem africano e mulher crioula (74% das uniões exôgamicas). Os casamentos endogâmicos entre crioulos corresponderam a 38% das uniões conjugais, ficando, por último, as uniões entre africanos (23% dos casais).

A partir dos trabalhos citados anteriormente, podemos agora estabelecer comparações entre esses e os dados retirados dos inventários post-mortem do Arquivo Público de Itabira acerca das características das famílias escravas nas Minas do Ferro. Nossos dados já indicaram um elevado percentual da população de cor, tanto pelos inventários, quanto pelos censos populacionais trabalhados em nosso primeiro capítulo. A respeito da população crioula maior de 15 anos, isto é, em idade reprodutiva e capaz de estabelecer laços conjugais, foram listados 2050 escravos, entre 1110 homens e 940 mulheres.⁸⁴

Observa-se um predomínio dos homens, exceto no intervalo de 1869-1869, em que o número de mulheres superou o de homens (213 mulheres e 190 homens). Da mesma forma, o desequilíbrio entre sexos seguiu a tendência a diminuir ao longo do século, indicando a possibilidade de reprodução natural dessa escravaria, como já indicamos.

Quanto ao contingente de origem africana, temos 561 homens e 165 mulheres acima dos 15 anos, configurando um total de 726 escravos listados, com a identificação da origem e idade, para todo o período. Nota-se que a razão dos sexos é muito maior entre esses cativos que entre os nascidos no Brasil, demonstrando uma forte articulação entre os senhores das Minas do Ferro com o tráfico internacional para repor a mão de obra africana.

⁸³ DELFINO, *op. cit.*, p. 24.

⁸⁴ Estes números referem-se apenas aos escravos que tiveram sua origem e idade definidas nos inventários analisados.

Da mesma forma, o número de homens foi maior que o das mulheres em todos os períodos considerados. A partir da década de 1840, começa a decair bruscamente tanto o número desses cativos quanto a diferença entre homens e mulheres, indicando, mais uma vez, os reflexos do comércio internacional, neste caso, de sua proibição.

Tabela 20 - Distribuição da população escrava maior de 15 anos por sexo e origem . 1813-1888. (n° absolutos)

POPULAÇÃO ESCRAVA MAIOR DE 15 ANOS						
PERÍODO	CRIoulos			AFRICANOS		
	HOMENS	MULHERES	Total	HOMENS	MULHERES	Total
1813 – 1819	02	07	09	0	0	0
1820 – 1829	125	75	200	130	34	164
1830 – 1839	128	100	228	157	56	213
1840 – 1849	136	106	242	101	15	116
1850 – 1859	131	118	249	66	21	87
1860 – 1869	190	213	403	72	25	97
1870 – 1879	326	266	592	31	12	43
1880 – 1888	72	55	127	04	02	06
Total	1110	940	2050	561	165	726

Fonte: APMI, *Inventários*, 1813-1888. Cxs 01 a 51.

Os mapas de população de Itabira e Santa Bárbara, já indicavam a presença dos casamentos entre a população de cor. Distribuída entre pardos, crioulos e pretos, o mapa aponta as uniões estabelecidas entre esses segmentos para os indivíduos livres e escravos.

No mapa da Vila de Itabira, entre os pardos os índices de casamentos são muito maiores entre os livres que entre os escravos. De um total de 1435 homens e mulheres livres desse segmento com idade acima de 15 anos, foram indicados 506 indivíduos casados (285 homens e 221 mulheres). O que corresponde a 35,26% do total dessa população.

Entre os pardos escravos, os índices das uniões eram bem menores. Para os 138 homens e mulheres pardos escravos indicados no censo de 1833, com idade superior a 15 anos, apenas 25 eram casados isto é, 18,1% do total.

Entre os africanos, segue a tendência de casamentos mais frequentes entre os livres que entre os escravos. Entre 577 homens e mulheres acima de 15 anos, descritos no censo como pretos livres, 247 deles eram casados. O que perfaz 42,8% do total destes. Esse índice pode estar relacionado à tentativa de inserção dessa população a realidade que o tráfico lhes impingiu, como forma de criar raízes no novo território; inserir-se – de alguma maneira – àquela sociedade escravista. Para os africanos escravos, os números do censo apontam uma proporção bem menor de indivíduos casados. Entre os 2106 homens e mulheres pretos escravos com mais de 15 anos, 578 eram casados, ou seja, 27,4% do total.

Para o distrito de Santa Bárbara, o censo de 1833 indica entre os pardos livres maiores de 15 anos, 282 indivíduos, entre os quais, 146 eram casados (51,8%). Entre os pardos escravos, assim como em Itabira, há uma redução no índice de casamentos registrados pelo censo; para os 14 homens e mulheres acima de 15 anos listados, apenas 3 tinham união conjugal estabelecida; 21,4% . Quanto aos africanos desta faixa etária temos o seguinte quadro: dos 226 homens e mulheres descritos como pretos livres, 99 deles eram casados, perfazendo 43,8% dessa população. Já entre os pretos escravos (255 indivíduos), o número de casamentos era menor; apenas 41 desses homens e mulheres eram casados, ou seja, 16,07% deles.

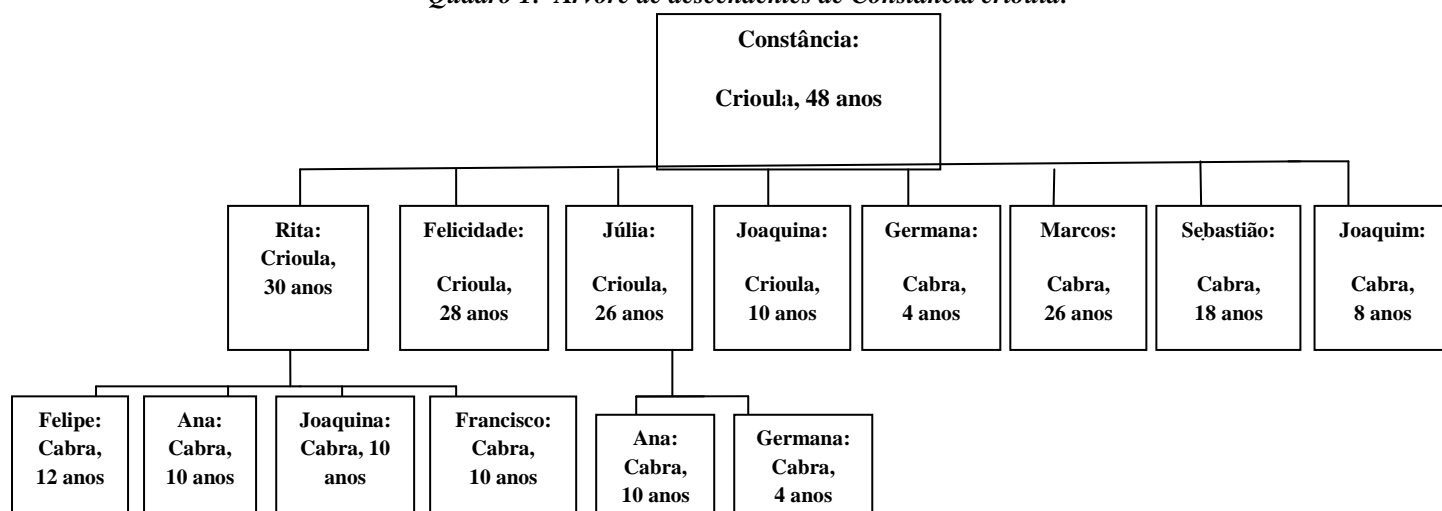
Esses números podem estar relacionados aos critérios de importação ainda muito presentes na década de 1830, sendo a razão de sexos ainda alta neste período. Também podem indicar certas preferências na escolha dos cônjuges, como a tendência a uniões hipergâmicas, isto é, a escolha de cônjuges com estatuto jurídico superior.⁸⁵

⁸⁵ Os recenseamentos de 1855 e 1872, como não têm a distinção da população de crioulos e africanos entre casados e solteiros, de maneira detalhado como nos mapas de 1833, não nos permitem fazer considerações acerca da presença de família escrava nesses dois períodos.

Entre os 2050 escravos casados entre os 4319 cativos listados nos inventários *post-mortem* do APMI, entre 1813 e 1888, foram encontrados 299 casais em que os cônjuges, estavam sob o domínio de um mesmo senhor, 4 escravos – 3 homens e 1 mulher – casados com escravos(as) de outro senhor, 9 casos de uniões com pessoas livre/liberta (s), sendo 6 homens e 3 mulheres, 38 mães com filhos sem a identificação do pai e 18 viúvos . Entre estes últimos, constavam 7 africanos (6 mulheres e 1 homem). Assim, os escravos com uniões estabelecidas, incluindo os viúvos, perfaziam 629 cativos, isto é, 30,6% do total dos escravos apresentados nos inventários. Índice mais baixo do que os apresentados por Delfino para São Bom Jesus dos Mártires, no sul da Província. O fato da maioria dos escravos descritos como casados terem seus cônjuges indicados no inventário, indica que tais uniões tinham certa estabilidade, o que pode indicar que esses casais não eram separados no momento da partilha dos bens.

Há um caso em particular, que é elucidativo, pelo número de parentes indicados na descrição dos escravos, compreendendo mais de uma geração e pelo fato das crianças descritas estarem indicadas a partir do nome da mãe, seguida da expressão “em litígio” ou “litigiosa”. Trata-se da família de Constância, mãe de oito filhos. A família compreende quase a metade dos escravos de Maria Joaquina do Espírito Santo; são 15 cativos da mesma família em uma posse de 31 escravos.

Quadro 1: Árvore de descendentes de Constância crioula:



Fonte: APMI, Inventários. *Inventário de Maria Joaquina do Espírito Santo*. 1863. Cx. 33.

Essa questão evidencia o fato, já apontado por Graça Filho, de que nem sempre a manutenção dos casais escravos no momento da partilha dos bens entre os herdeiros se estendia aos filhos, especialmente nesse caso que, embora “chefe” de uma extensa família, Constância não possui um cônjuge. A posse de todos os integrantes dessa família está em disputa no processo de inventário, de modo que, ao final do processo, eles não foram incorporados à herança de nenhum dos herdeiros, em virtude de sua situação litigiosa.

Pode-se promover também uma análise das uniões entre os escravos descritos nos inventários, buscando as condutas de escolha dos cônjuges. Observou-se que grande parte dos casais formava-se entre crioulos. Dos 299 casais com cônjuge identificado, 148 dessas uniões foram feitas entre homens e mulheres crioulos, o que equivale a 49,5% do total. Seguindo a tendência a endogamia, as uniões entre africanos foram identificadas entre 45 casais, ou seja, 15,05% do total. Entre os casamentos identificados, 106 deles eram uniões mistas (35,45%). Os casamentos entre homens africanos com mulheres crioulas foram a maioria entre as uniões mistas, configurando 33,8% dessas.

Nesse sentido, considerando as propostas de Gutman e Genovese acerca dos significados da constituição de família entre os escravos – se retratam uma forma de resistência ao sistema escravista ou tentativa de adaptar-se ao mesmo – nossa proposta é avaliar esses dois aspectos. A partir de outra perspectiva de análise desses dois trabalhos emblemáticos, também para a evolução da historiografia sobre a família escrava no Brasil, como a expressa por Wissenbach.

A autora considera que, embora tratem de movimentos diferentes da ação dos cativos frente a sua escravização, suas análises não são excludentes; enquanto Genovese “(...)evoca aspectos da vivência social interpretados pela energia, a um tempo, ofensiva e defensiva dos escravos em face dos senhores prepostos. Gutman,(...) abre espaço para uma outra dimensão: as estruturas socioculturais, por ele analisadas, não chegam a neutralizar a opressão escravista, mas são montadas e consolidadas apesar delas”.⁸⁶

⁸⁶ WISSENBACH, 1998, p.28.

Para a autora, os dois comportamentos podem ser identificados nas ações dos cativos. Contudo, é importante ressaltar que tais conceitos de acomodação e resistência são dos autores. Os escravos pensam em termos de cotidiano; agindo com o objetivo de melhorar suas condições de vida, dentro da realidade do cativo, acabaram por dar novos contornos ao sistema escravista.

Quanto à associação entre a prática de ofícios e o estabelecimento de relações conjugais entre os escravos listados, os dados indicam que dos 27 escravos indicados como “ferreiros”, ou que desempenhavam funções relativas aos trabalhos de produção e transformação do ferro, apenas 6 deles eram casados. Devemos identificar as relações existentes entre a formação de laços de parentesco no cativo e a prática de ofícios.

Carlos A. M. Lima discute a inserção dos artífices nas redes hierárquicas da sociedade escravista do Rio de Janeiro, entre 1790 e 1808. A partir da análise dos exames de ofícios, pedidos de licença para exercê-los enviados à Câmara, e de inventários *post mortem*, observa que no Rio de Janeiro os ofícios mecânicos cresciam mais que a população:⁸⁷

A produção artesanal da cidade voltava-se cada vez mais para os bens de consumo, ou seja, para ela própria. Esses bens de consumo eram, além dos mais, de tipo suntuário. Tinham valor unitário relativamente alto, dirigindo-se portanto aos setores mais abastados da população. Eram objeto de acúmulo que se destinava à ostentação ou ao entesouramento, dependendo do tipo do bem. Isso se atesta através da observação já feita de o crescimento dos ofícios ter sido maior que o da população, o que indica uma procura que não era determinada pela necessidade física, mas pelo impulso à ostentação e/ou ao entesouramento.⁸⁸

Vê-se que se tratava do crescimento de uma atividade artesanal ligada aos artigos de luxo. Lima aponta para uma possibilidade de ascensão social dos

⁸⁷ LIMA, 2008 . O autor observa que no Rio de Janeiro a regulamentação do trabalho dos artífices era feita pelas Câmaras Municipais, que recebia pedidos de licença, realizava os exames de ofícios e fiscalizava os preços de produtos e serviços prestados pelos oficiais mecânicos . Semelhante ao que Silva Filho apontava para os artífices nas Minas Gerais setecentistas e já discutido anteriormente. Cf: SILVA FILHO, 2008, p. 43 – 71.

⁸⁸ LIMA, *op. cit.*, p. 70-1.

artífices, que embora possível, seria restrita. Para ele, assim que conseguiram alguma ascensão com seu ofício, os artesãos livres tentavam se distanciar do trabalho manual, dedicando-se a atividades mercantis e deixando a produção artesanal a cargo de seus escravos. Nesse sentido, considera que, por ter passado por um processo de formação inferior ao de seu mestre, os escravos artesãos produziram artigos também de qualidade inferior. Afirma que o elemento da escravidão que era inerente ao trabalho artesanal, contribuiu para o enfraquecimento das corporações de artesãos no mundo colonial. Estes artífices livres que conseguiram alguma ascensão tornavam-se rentistas de seus escravos artesãos, na tentativa de se afastarem do estigma do trabalho manual. E isso provocava uma diminuição da perícia na execução das atividades artesanais.

Mais uma vez, o que está em cena são as redes hierárquicas numa sociedade escravista. Dentro da dinâmica da busca por distinção, o trabalho manual trazia uma aproximação indesejada para os brancos com o universo da escravidão. Para um artesão livre a distinção se torna possível quando, a partir do uso de escravos artesãos e da combinação do artesanato com o pequeno comércio, conseguir afastar-se do estigma do trabalho manual. A distinção que o escravo quer é aquela que o aproxima no mundo dos livres e o ofício poderia conduzi-lo a isso. O liberto ficaria então numa situação incômoda: ainda que seu ofício tenha lhe permitido acumular pecúlio para comprar sua alforria, enquanto forro, além da cor de sua pele, o trabalho manual que exercia também o aproximaria – novamente – de seu passado escravo.

Analisando as características dos escravos artesãos no Rio de Janeiro a partir dos inventários de artífices, Lima tece uma crítica a tendências que consideram a prática do trabalho artesanal entre eles como uma forma de criação de uma elite cativa:

Ao observar a idade dos dotados de ofícios, especialmente nota-se que estes são menos frequentes, proporcionalmente, nas faixas etárias mais avançadas que os sem ofício. Além do mais, percebe-se que isso era mais nítido entre as mulheres artesãs, o que é tanto mais significativo quanto se sabe que as mulheres escravas provavelmente tendiam a ter vidas mais longas que seus companheiros de cativeiro do sexo masculino. (...) Além disso, os ofícios artesanais não mostravam qualquer tendência a

concentrar-se entre os escravos nascidos no Brasil, dado que permite encarar criticamente muito do que foi escrito sobre escravos com ofícios como uma espécie de elite cativa. (...) ⁸⁹

Para ele, o fato de os escravos artífices se concentrarem entre os africanos recém chegados e de quase não haver oficiais mecânicos entre os escravos mais velhos demonstra que “*o que se tem é um foco direcionado para a abundância de escravos, para sua força física, mais que para sua perícia, e para a provisoriedade da relação que lhes era imposta com os ofícios artesanais*”.⁹⁰

Comparando preços de homens e mulheres artesãos e de escravos sem ofícios, argumenta que diferenciação dos valores seguia mais as flutuações de mercado e as práticas especulativas dos senhores, uma vez que o artesanato escravo era lucrativo para seus proprietários. Quanto às relações de parentesco criadas entre os cativos, Lima aponta para o fato de que a maioria dos escravos artesãos não era casada e estava praticamente excluída de relações familiares. Haveria então uma associação negativa entre a prática de um ofício e a constituição de laços de parentesco entre os cativos. Lima atribui essa tendência ao período de aprendizado, que afastava o escravo aprendiz da convivência com os demais e à especulação do mercado.

A partir desses elementos o autor afirma que os ofícios mecânicos entre escravos não só não criavam nenhum tipo de elite cativa, como também afastava o escravo artesão de seus companheiros de cativeiro. Desarticulava-o da vida em comunidade com os outros escravos. Para Lima, o escravo artesão tornava-se assim refém de seus mestres e das oscilações do mercado para aquilo que produzia.

De acordo com as proposições de Lima, no que se refere à perspectiva de nosso trabalho, cabe fazer algumas inferências. Consideramos que o ofício de ferreiro entre escravos e libertos nas Minas Gerais oitocentista poderia propiciar formas de distinção entre esses homens de cor, mas não se está falando em

⁸⁹ LIMA, *op. cit.*, 2008. p. 149.

⁹⁰ *Idem.* p. 149.

formação de uma elite cativa. Tratamos por distinção a possibilidade de se diferenciar dos demais, como uma forma de alcançar o universo da liberdade. E, uma vez alcançada essa, não retornar ao mundo da escravidão. Nesse sentido, o próprio argumento de Lima nos oferece alguns elementos. Nos inventários das Minas do ferro encontramos entre os escravos um número de escravos ferreiros solteiros maior do que o número de casados. Dos 27 ferreiros encontrados nos inventários, entre 1813 e 1888, apenas 07 eram casados. Nos dados da lista nominal dos habitantes de Itabira, de 1840, há certo equilíbrio entre o número de ferreiros casados e solteiros, com uma pequena vantagem para os primeiros. Do total de 105 indivíduos listados como ferreiros ou fabricantes de ferro, entre livres e escravos, constam 52 casados, 02 viúvos e 50 solteiros (01 indivíduo não tinha seu estado civil definido na documentação). Mas a situação é diferente quando separamos os indivíduos por condição:

Tabela 21 - Relação condição/estado civil dos ferreiros – Itabira/1840 (nº absolutos)

LIVRES				ESCRAVOS				TOTAL
Casados	Viúvos	Solteiros	Indefinido	Casados	Viúvos	Solteiros	Indefinido	105
48	02	33	0	04	0	17	01	

Fonte: APM, *Relação Nominal dos Habitantes da Vila de Itabira – 1840*. (MP – Cx 08. Doc 17)

Também na relação nominal dos habitantes de Itabira, em 1840, percebe-se o predomínio dos indivíduos solteiros entre os ferreiros de condição cativa, e de casados, entre os livres (tabela 22)

Entre os escravos ferreiros presentes na referida lista, assim como nos inventários, o casamento é uma experiência vivenciada pela minoria. De acordo com a perspectiva de Lima, isso aconteceria porque o escravo artesão, pelas próprias exigências do processo de aprendizagem de um saber mecânico, é afastado da vida em comunidade com os demais cativos da unidade produtiva. O que tem como consequência sua desarticulação junto à comunidade cativa a dificuldade de estabelecimento de laços conjugais.

Tabela 22 – Relação de ferreiros por fogo, condição e estado civil – Itabira/1840 (nº absolutos)

Q u a r t e i r r ã o	Nº de ferreiros	Origem/Condição/Estado Civil dos ferreiros													
		Branco		Crioulo				Pardo				Africano			
				Livre		Escravo		Livre		Escravo		Livre		Escravo	
		Cas.	Solt.	Cas.	Solt.	Cas.	Solt.	Cas.	Solt.	Cas.	Solt.	Cas.	Solt.	Cas.	Solt.
1º	01	0	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-
2º	05	0	-	-	-	-	-	03	02	-	-	-	-	-	-
3º	20	02	-	02	-	02	04	05	01	-	-	01	-	01	02
4º	07	-	-	01	02	-	-	03	01	-	-	-	-	-	-
5º	03	-	-	-	-	-	-	01	01	-	01	-	-	-	-
6º	12	-	-	-	-	-	-	02	08	-	-	-	-	-	02
7º	02	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	01
8º	04	-	-	01	01	-	-	-	01	-	-	01	-	-	-
9º	06	-	-	-	01	-	-	-	05	-	-	-	-	-	-
10º	12	01	-	01	-	-	01	04	05	-	-	-	-	-	-
11º	30	01	03	07	01	-	02	11	01	-	04	-	-	-	-
12º	03	-	-	01	-	-	-	01	-	-	-	-	-	01	-

Fonte: APM, *Relação Nominal dos Habitantes da Vila de Itabira – 1840*. (MP – Cx 08. Doc 17)

O que Lima desconsidera é que o predomínio de indivíduos solteiros entre os artífices no Rio de Janeiro, entre 1790 e 1808 pode ter suas causas relacionadas às características da vida em centros urbanos. Trata-se de uma cidade em pleno desenvolvimento comercial, em que predominam as pequenas posses de cativos. De forma que reduziriam-se também as possibilidades de escolha e de convivência com um possível cônjuge.

Outro ponto em que discordamos de Lima se refere aos efeitos que a experiência de trabalho em um ofício mecânico poderia representar para um cativo. Considerando que a prática de ofícios, devido ao tempo de aprendizado,

afastaria esses escravos artesãos da comunidade cativa, enfraquecendo suas possibilidades de articulação entre a escravaria – como conclui Lima – o ofício passa a ser então sua única forma de estabelecer relações sociais no âmbito da sociedade escravista. É então o seu ofício que aproxima-o da realidade vivenciada por outros escravos artesãos. Mais ainda: se o período de aprendizado o afasta dos demais cativos, dificultando a criação de laços de parentesco, esse aprendizado o aproxima do mundo dos livres, como algo a ser buscado. Mesmo que o tempo de aprendizado de um ofício por um escravo não seja o mesmo da formação de um artesão livre, este aprendizado passa a se integrar ao modo de vida do cativo. Pode proporcionar-lhe mais autonomia no exercício de suas práticas, pois o ritmo de seu trabalho passa a seguir o ritmo da produção artesanal. Permite-lhe vivenciar outras experiências pela convivência com seu mestre, que pode ser um artesão livre, seu senhor, ou outros escravos artesãos. Enfim, é a partir do ofício que esse escravo ou forro artesão irá se inserir nas redes hierárquicas da sociedade escravista da América portuguesa.

2.3. Ocupações escravas a partir dos inventários

Antes de analisar as práticas desempenhadas pelos escravos e forros das Minas do Ferro, verificadas a partir dos inventários *post-mortem* e dos documentos do Arquivo da Câmara Municipal de Itabira, torna-se oportuno tecer algumas considerações acerca do exercício e regulamentação dessas atividades na América Portuguesa. Isto porque embora nosso trabalho se dedique à maneira como a prática do ofício de ferreiro foi inserida ao modo de vida de escravos e libertos nas Minas do Ferro, no decorrer do século XIX, essa prática se dá no seio de uma sociedade escravista. Assim, as relações estabelecidas entre os artesãos brancos e esses homens de cor nos auxiliam a desvendar aspectos inerentes a este ofício. Parte dessa premissa nossa preocupação em compreender a legislação que envolvia a prática de ofícios mecânicos na América Portuguesa, sobretudo nas Minas Gerais oitocentistas.

A prática de ofícios mecânicos na América Portuguesa, em alguns aspectos, seguirá as estruturas existentes em Portugal para a regulamentação dos mesmos. Contudo, veremos que o trabalho dos artífices também seguirá as especificidades do “viver em colônias”. Libby argumenta que

Para compreender o papel dos artífices e das artes mecânicas nas sociedades escravistas, o historiador deve ficar atento para abordagens que lidam com os graus de desenvolvimento social e econômico, as forças do mercado, a divisão social do trabalho, a questão do gênero, as identidades raciais, étnicas e sociais, bem como os níveis diferenciados de liberdade e servidão tão característicos das colônias do Novo Mundo.⁹¹

Na América Portuguesa, pode-se afirmar que o processo de transmissão de saberes e a aprendizagem se deram de modo semelhante ao que ocorria na metrópole europeia. Contudo, algumas considerações devem ser feitas.

A prática de ofícios no mundo colonial e imperial, a princípio, teria uma regulamentação camarária que muitas vezes assumia características distintas conforme as espacialidades e temporalidades analisadas. Em um dos primeiros trabalhos referentes a esse tema, Flexor constatou, através dos arquivos da Câmara de Salvador referentes aos séculos XVI e XVII que diversos artífices atuavam e se organizaram na capital desde 1630.⁹² Eles se organizaram sob a forma de corporações e tinham representação no Senado, em moldes muito semelhantes às agremiações de oficiais presentes na metrópole. Contudo, a partir de 1713, a Câmara de Salvador desvincula de sua representação os assentos ligados aos ofícios mecânicos e passaria a tratar exclusivamente dos exames de entrada nos ofícios, licenças para atuar no espaço público e regulamentação de preços e taxas a serem pagos pelos mestres e oficiais. A autora observa ainda, em trabalhos posteriores, que a estrutura encontrada em Salvador não se verificou em outras áreas.⁹³ Nestas, as Câmaras tinham a responsabilidade apenas de regulamentar os preços e os exames de entrada no ofício. O que nos mostra que,

⁹¹ LIBBY, 2006, p. 22

⁹² FLEXOR, *op. cit.*, 1974.

⁹³ FLEXOR. *op. cit.* 1984.

de um modo geral, os artífices na América Portuguesa, na maioria das vezes, estiveram sem um meio de comunicação formal com as autoridades.

Libby, analisando algumas conclusões de Flexor, observa que o quadro encontrado pela autora em Salvador não se repete em outras regiões da América Portuguesa, como em São Paulo:

Em suas pesquisas posteriores sobre São Paulo no período colonial, Flexor (1984,1996) descobre que os artífices paulistanos nunca se organizaram na mesma escala que os companheiros de Salvador no seiscentos e que muito menos tiveram qualquer tipo de representação política no Senado da Câmara. Daí que, nos arquivos municipais paulistanos da época, a documentação majoritariamente trata dos exames de entrada, de licenças e das procissões. De um lado, tais achados parecem indicar que a emergência em Salvador do século XVII, de uma estrutura corporativa em conjunto com representação política formal tenha constituído uma exceção que provavelmente refletisse o *status* da cidade como sede do vice-reinado do Brasil e Capital da colônia. De outro lado, a ausência nas fontes paulistanas de evidências apontando para uma estrutura agremiadora formal sugere que a organização existente emanava do próprio Senado da Câmara.⁹⁴

Em trabalho acerca dos oficiais mecânicos em Vila Rica Setecentista, Silva Filho aponta que a prática desses ofícios era regulamentada pelas Câmaras Municipais, sendo exigida a realização de exames e o registro de licença nestes órgãos de justiça para se ter permissão de atuar no espaço público. Em caso de escravos oficiais mecânicos, seus senhores teriam que levá-los a Câmara para realizar o exame de ofício.⁹⁵ O que nem sempre acontecia, pois muitas vezes esses escravos atuavam somente no espaço privado, servindo apenas aos interesses e necessidades de seus senhores que por isso, não se dispunham a registrá-los como oficiais junto às Câmaras. Havia um regimento de cada ofício, no qual constavam os serviços e preços praticados por esses oficiais mecânicos. Essa regulamentação teria permanecido até a primeira década do século XIX. Silva Filho observa que

Em Minas Gerais dos setecentos, a organização do oficialato mecânico se dava da seguinte forma: todos os oficiais mecânicos eram convocados anualmente para, junto às câmaras municipais

⁹⁴ LIBBY, *op. cit.*, 2006, p. 61

⁹⁵ SILVA FILHO, *op. cit.*, 2008.

de cada vila e seu termo, elegerem os juizes e escrivães de seus respectivos officios mecânicos.

As convocações eram deliberadas nas vereações das câmaras municipais de cada vila e registradas nos livros de “acórdãos” daquelas instituições públicas. Ficava a encargo dos alcaides a notificação de todos os officiais mecânicos para o dia, o mês e hora do escrutínio.⁹⁶

Mais uma vez, não se verifica uma organização política dos artífices como a identificada por Flexor em Salvador. Em Minas, a atuação das Câmaras teria se limitado a regular os preços de produtos e serviços, assim como conceder licenças para exercício dos officios e o os exames de entrada. Essa ausência de organização formal dos artífices na maior parte da América Portuguesa pode indicar algumas questões. Para Libby

Pode-se apenas especular acerca desta aparente falta de preocupação do estado português em relação à estruturação das corporações de officio. É possível que alguns administradores mais esclarecidos já as mirassem sob a ótica de um incipiente pensamento liberal, considerando-as um sério obstáculo à livre circulação de mão de obra e outras mercadorias. O mais provável, não obstante, é que a formação das corporações não tenha sido estimulada por autoridades que temiam a coesão e conseqüente pressão política que tais coletividades poderiam exercer em eventuais situações de carestia e de desordem social ou política. No caso de Minas parece óbvio que o Estado deu preferência às irmandades e ordens terceiras e, neste caso seria interessante pesquisar se os artífices de determinados officios teriam se agregado em torno desta ou daquela irmandade.⁹⁷

Contudo, para a América Portuguesa, a prática de officios não se restringiu ao trabalho livre. Também escravos e libertos se envolveram nessas atividades. Silva Filho afirma ainda que, para o setecentos, os senhores de escravos que desejassem

⁹⁶ *Ibidem*, p. 71-2.

⁹⁷ LIBBY, Douglas Cole. *Metalurgia*. , 2003. p. 12.

Disponível em: http://mao.org.br/fotos/pdf/biblioteca/libbi_01.pdf. Acesso em 22/03/2009. A respeito da indicação de Libby acerca da participação dos officiais mecânicos em irmandades em Minas Gerais durante o domínio português, este não parece ter sido o caso em Vila Rica. A respeito da organização das irmandades em Vila Rica, ver: AGUIAR, 1993.

que seus cativos aprendessem um ofício, deviam notificar a Câmara. Da mesma forma, esse escravo artesão deveria passar por um exame de ofício. Se aprovado, teria licença para praticar o ofício. Com esse documento, ele poderia exercer sua atividade legalmente dentro dos limites da localidade para qual prestou o exame junto à Câmara. Caso desejasse exercer seu ofício em outra localidade, estes escravos artesãos deveriam procurar a respectiva Câmara para registrar sua carta de exame e ter a licença para iniciar seus trabalhos. Contudo, não se sabe ao certo em que medida essa determinação foi levada à cabo. Da mesma forma, o autor atenta para o fato de que, quando o escravo praticava o mesmo ofício de seu senhor, nem sempre este tinha interesse em registrar seu cativo frente às autoridades camarárias, uma vez que ele, senhor e oficial, poderia assinar os produtos e reger os contratos de seu escravo:

O escravo que trabalhava junto a seu senhor, oficial mecânico, teria chances reduzidas de tornar-se ele próprio, legalmente, em nível protocolar e com registro de carta de exame, um oficial mecânico. Conforme esse escravo atuasse junto a seu senhor, esse se encarregaria dos acertos dos contratos, negócios e serviços. Enquanto publicamente registrado junto à câmara municipal como oficial mecânico, ao senhor era reputado o reconhecimento e valor das peças produzidas em sua tenda, não interessando à clientela em geral saber se o mesmo possuía escravos ou aprendizes responsáveis pela confecção das mesmas, ainda que as câmaras municipais pudessem cobrar impostos desse senhor pela posse de cada um de seus escravos.⁹⁸

Este fato pode ser uma das causas para, entre os documentos da Câmara Municipal de Itabira, encontrar apenas algumas cartas de exame, mas todas elas ligadas práticas médicas; todas de pessoas livres.⁹⁹

Quanto à maneira como tais escravos se tornavam artesãos, acredita-se que o processo de aprendizagem dessas práticas muitas vezes se dava pela convivência com outros oficiais, fossem estes os senhores, outros escravos – da mesma ou de outra unidade produtiva - ou forros. Uma a aprendizagem associada ao modo de

⁹⁸ SILVA FILHO, *op. cit.*, p.100.

⁹⁹ São as cartas de exame para parteira, destinadas à Eugênia Roiz da Cruz (1820), para arte da sangria destinada à Antonio José de Araújo (1820) e para profissão de médico, destinada à Francisco José Pinheiro (1825). APMI, Fundo da Câmara Municipal. Cx. 01B.

vida dessas populações, às suas vivências cotidianas, estando ligada a um saber no qual a capacitação se dá principalmente pelo tempo que se dedica à sua práxis.

Na ausência das corporações com seus seculares costumes e rotinas, tais como o rígido sistema de aprendizagem e promoção na hierarquia ocupacional, bem como a prática de transmissão do ofício de pai para filho durante sucessivas gerações, fica difícil saber exatamente como os chamados mestres artesãos organizavam suas tendas e oficinas. Existem alguns registros de contratos de aprendizagem, indicando que tal modo de treinamento teve uma certa continuidade no Brasil colonial. Por outro lado, praticamente não se tem notícia da figura do oficial, ou seja, do jovem trabalhador livre que completou sua aprendizagem mas ainda não assumiu o *status* de mestre de ofício. Embora raramente fossem ricos, até meados do século XIX os artesãos brasileiros quase sempre eram donos de alguns cativos, os quais algumas vezes, eram todos treinados no ofício do senhor.¹⁰⁰

As considerações de Libby para Minas escravistas, a partir das Listas Nominativas de Vila Rica em 1804, nos conduzem a conclusões semelhantes. O autor observa que a maioria dos oficiais mecânicos eram homens de cor e que a ampla indistinção quanto à origem/raça de um grande número de artífice nessa documentação pode ter subestimado o número de forros envolvidos nesses ofícios. Nas listas, os brancos eram cerca de 1/5 dos ofícios descritos. Muitos artesãos eram proprietários de escravos. Entre esses escravos alguns praticavam o mesmo ofício de seus senhores. Os ofícios poderiam representar também um negócio de família. Assim, Libby considera que não haveria entre estes homens brancos livres uma aversão ao trabalho manual.¹⁰¹

A situação descrita poderá ser melhor compreendida na medida em que discutirmos algumas questões ligadas à dicotomia comumente apresentada na historiografia entre escravidão e liberdade. John French analisa a maneira como a historiografia vem inserindo nas discussões sobre história social do trabalho no Brasil a questão da escravidão. Observa que dicotomias como “escravidão como violência *x* trabalho livre determinado pelo mercado”; escravidão como “não livre *x* livre” em termos legais, mesmo que dependente, muitas vezes deixam ocultos os

¹⁰⁰ LIBBY, *op. cit.*, 2003, p. 13.

¹⁰¹ LIBBY, *op. cit.*, 2006, p. 66-70

reais significados da abolição em 1888. French argumenta que houve continuidades significativas em termos de escravidão antes e após 1888:

A dicotomia entre escravo e livre derivou de um entendimento da escravidão como *status* legal de não-livre, embora tal definição possa frequentemente mostrar-se de relevância duvidosa. Pode-se apontar para os estudos de escravidão urbana (...) que continuamente vem nos rememorando que o caminho para a liberdade individual para a alforria, não raras vezes, se mostrava cheio de obstáculos, tais como cláusulas que tornavam a liberdade condicional e mesmo, em alguns casos, revogável pelo testamento do antigo proprietário. (...) Assim, livre e não livre são categorias ambíguas na sociedade brasileira, na qual as delimitações não são fixas e os pequenos retrocessos em direção ao estigmatizado *status* de não livre são constantes.¹⁰²

Podemos considerar que a passagem da escravidão para a liberdade foi um caminho longo a ser percorrido pelos trabalhadores rurais e urbanos. Estes últimos, porém, pelas necessidades de produtos e serviços que o fenômeno urbano exigia, tinham a seu favor a possibilidade de, através da prática de um ofício, criar novas oportunidades em seu caminho.

A inserção de escravos nos ofícios mecânicos poderia ser um meio destes acumularem pecúlio para, com o tempo, comprar sua alforria. O aprendizado em cativo podia ser norteado pela especialização de seu senhor ou pela convivência com outros oficiais mecânicos, escravos, forros ou livres. E poderia garantir-lhes uma forma de conquistar a liberdade, a partir da compra da carta de alforria. Assim, poderiam viver de seu trabalho após se tornarem libertos.

É importante ressaltar que a liberdade é vista aqui, como

(...) um processo de conquistas, que podem ou não ser alcançadas durante o correr de uma vida. É o desdobramento de um conjunto de direitos que podem ser que podem ser adquiridos, ou perdidos, um a um, com o tempo. É, portanto, um caminho a ser percorrido, e não uma situação estática e definitiva.¹⁰³

¹⁰² FRENCH, 2006, p. 81. A esse respeito, ver também: CASTRO, *op. cit.*, 1995.

¹⁰³ CARVALHO, 2001, p.214.

A prática de ofícios mecânicos, realizada entre homens de cor, sendo um indício de que tais atividades podiam ser vistas por estes como um caminho para a liberdade, temos na Lista de Reserva para Guarda Nacional de Itabira, no ano de 1832¹⁰⁴. Neste documento, estão listados os cidadãos que deveriam, por determinação do Conselho de Qualificação do Distrito e Paróquia de Itabira, se apresentar aos serviços da Guarda Nacional. Constam entre esses homens ferreiros, mineiros, negociantes, carpinteiros, sapateiros, seleiros, pedreiros, tropeiros, ourives, alfaiates, caixeiros, roceiros e criadores. Além de duas indicações indefinidas: “proprietário” e “fábrica”. Embora o documento não tenha um campo “condição” para classificar os indivíduos listados, pela introdução do documento acreditamos tratar-se da população livre, uma vez que se emprega o termo “cidadãos”. Entre os que foram listados como ferreiros no Distrito de Itabira, encontramos 33 indivíduos, entre os quais, 26 pardos, 02 cabras, 02 crioulos e apenas 03 brancos. Para o Distrito de Santa Bárbara, a lista é menor e não consta a definição da cor para os ferreiros classificados.

Nos inventários post-mortem, encontramos indicações de algumas das ocupações descritas na tabela 22. Entre as mulheres, encontramos 23 costureiras e engomadeiras, 02 fiadeiras, 03 tecedeiras, 01 servente, 01 lavadeira, 01 parteira e 01 lavradora. Quanto às ocupações dos homens, para que esses dados possam ser melhor observados, apresentaremos algumas das características observadas em cada um dessas ocupações descritas. Tais informações podem nos auxiliar a entender os critérios que norteavam o universo dos artífices entre os escravos nas Minas do Ferro.

O quadro de ofícios dos escravos homens identificados nos inventários foi bem mais amplo, envolvendo também um número maior de cativos. Foram 27 ferreiros (entre os quais 03 foram declarados como oficiais de ferreiro e 04 como aprendizes), 22 carpinteiros (03 descritos como oficiais), 10 carreiros, 05 alfaiates (02 oficiais), 05 lavradores, 04 jornaleiros, 04 sapateiros, 03 arreeiros, 02 tropeiros, 01 feitor, 01 pagem, 01 hortaleiro, 01 chaveiro e 01 barreiro.

¹⁰⁴ APMI, Fundo da Câmara Municipal, *Cópia da Lista dos Cidadãos que em conformes da Lei de 12 de agosto de 1832 foram listados pelo Conselho de Qualificação do Distrito e Paróquia de Itabira para o serviço ordinário para ser enviada a Ilma Câmara Municipal do Termo*. Cx. 02A.

Tabela 23 – Lista de ferreiros classificados para a Guarda Nacional. Distrito de Itabira. 1832

<i>Nome</i>	<i>Cor</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado Civil</i>	<i>Local</i>	<i>Ocupação</i>
Antonio Coelho da Silva	Pardo	40	Casado	Arraial	Ferreiro
José de Magalhães Barbalho	Pardo	21	Casado	Arraial	Ferreiro
Francisco Ribeiro Santos	Pardo	34	Casado	Arraial	Ferreiro
Inocêncio Pereira de Souza	Pardo	23	Casado	Arraial	Ferreiro
Modesto José Barbalho	Pardo	22	Casado	Arraial	Ferreiro
Manoel José Ferreira	Pardo	39	Casado	Arraial	Ferreiro
José dos Reis Patrício	Pardo	33	Casado	Arraial	Ferreiro
Eduardo Soares	Cabra	25	Solteiro	Arraial	Ferreiro
Inácio de Oliveira	Crioulo	25	Casado	Arraial	Ferreiro
João de Miranda	Pardo	22	Solteiro	Arraial	Ferreiro
Joaquim Ribeiro Souto	Pardo	25	Casado	Arraial	Ferreiro
Manoel Bastião (?)	Pardo	30	Solteiro	Arraial	Ferreiro
Luiz Cruz de Freitas	Cabra	32	Casado	Arraial	Ferreiro
Melchiades Nunes da Pinha	Pardo	30	Casado	Arraial	Ferreiro
Francisco de Souza Pereira	Pardo	40	Casado	Arraial	Ferreiro
Justino Fri (?) Madeira	Pardo	48	Casado	Arraial	Ferreiro
José Fernandes moço	Pardo	40	Casado	Rio de Peixe	Ferreiro
Estevão Gonçalves Barcelos	Branco	21	Solteiro	Rio de Peixe	Ferreiro
Manoel José Gomes	Pardo	35	Casado	Rio de Peixe	Ferreiro
Manoel Augusto	Pardo	21	Casado	Palmital	Ferreiro
Francisco José de Almeida	Pardo	50	Casado	Palmital	Ferreiro
Inácio Marinho (?)de Figueredo	Pardo	40	Casado	Arraial	Ferreiro
Manoel da Costa Rocha	Pardo	21	Solteiro	Arraial	Ferreiro
Simplício Coelho Ferreira	Pardo	40	Casado	Arraial	Ferreiro
Antonio José de Carvalho	Branco	22	Casado	S. Abaixo	Ferreiro
Antonio Gomes Rabelo	Pardo	21	Solteiro	Arraial	Ferreiro
João Gomes da Silva	Pardo	40	Casado	Cutucum	Ferreiro
José Antonio Simões	Branco	22	Casado	Arraial	Ferreiro
Eusébio José de Miranda	Pardo	58	Casado	Arraial	Ferreiro
Francisco Teodoro Antunes	Crioulo	44	Casado	Arraial	Ferreiro
João Fri (?) Madeira	Pardo	30	Casado	Arraial	Ferreiro
Joaquim Fri(?) Madeira	Pardo	32	Casado	Arraial	Ferreiro
Francisco Sardinha	Pardo	25	Casado	Arraial	Ferreiro

Fonte: APMI, *Fundo da Câmara Municipal*. Cx. 02 A.

Tabela 24 – Lista de ferreiros classificados para a Guarda Nacional. Distrito de Santa Bárbara. 1832

<i>Nome</i>	<i>Cor</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado Civil</i>	<i>Local</i>	<i>Ocupação</i>
Manoel Muniz Gonçalves		33	Casado	Brumado	Ferreiro
Manoel Teixeira de Abreu		30	Casado	S. Bárbara	Ferreiro

Fonte: APMI, *Fundo da Câmara Municipal*, Cx. 02 A.

Tabela 25 – Ocupações escravas masculinas por origem e estado civil. Itabira – 1813/1888 (nº absolutos)

Ocupações	Origem/Estado Civil				Total
	Crioulos		Africanos		
	Solteiros	Casados	Solteiros	Casados	
Alfaite	05	0	0	0	05
Arreeiro	03	0	0	0	03
Barreiro	01	0	0	0	01
Chaveiro	0	01	0	0	01
Carreiro	06	03	01	0	10
Carpinteiro	19	01	02	0	22
Feitor	01	0	0	0	01
Ferreiro	17	08	02	0	27
Horteleiro	01	0	0	0	01
Jornaleiro	02	02	0	0	04
Lavrador	04	01	0	0	05
Pagem	01	0	0	0	01
Sapateiro	03	0	01	0	04

Fonte: APMI, *Inventários*. 1813/1888. Cx 01-51

É certo que as ocupações de lavrador e jornaleiro deviam ocupar um número muito maior de cativos. Listamos aqui apenas os que foram identificados dessa forma na descrição de bens dos processos de inventário. Em todos os casos há um predomínio de escravos nascidos no Brasil entre os artífices. Da mesma forma, predominam entre esses os indivíduos solteiros. O que reforça nossa proposta de que o ofício era a forma através da qual esses indivíduos poderiam estabelecer relações no âmbito da sociedade escravista. Era a partir de sua prática que esses escravos poderiam estabelecer conexões com outros escravos artesãos e com homens livres, e a partir de seu ofício poderiam buscar alternativas para sua experiência de cativo e até mesmo a liberdade. As idades em que se praticam estas ocupações vão desde a entrada ao mundo adulto, aos 14 anos, até fases mais avançadas da vida, o que se observa pelo número de escravos com idade superior aos 50 anos.

As várias ocupações dos escravos encontradas nos inventários atentam novamente para a questão da diversidade econômica da Província de Minas

durante o século XIX. A presença de escravos ferreiros, carpinteiros e lavradores em uma mesma fazenda, demonstram a preocupação de seus proprietários em abastecerem-se o máximo possível de gêneros alimentícios, produtos e serviços. Os escravos que possuíam ocupações mais especializadas, como os descritos aqui, além de servir ao cotidiano da propriedade à qual pertenciam, podiam trabalhar por jornal oferecendo seus serviços na cidade ou em outras unidades produtivas.

A análise dos dados dos inventários nos permitiram identificar determinadas condutas entre esses escravos artesãos das Minas do ferro. Aparentemente, não existia uma idade mínima para ingresso na aprendizagem do ofício, devido às diferentes faixas etárias em que encontramos aprendizes. Entre os escravos, observamos o predomínio de indivíduos solteiros, o que pode se explicar pelo período de aprendizado, que o afastava da convivência dos outros escravos de seu senhor.

Entre os livres, os casados são a maioria. Provavelmente o casamento é visto por esses ferreiros como uma forma de coroar sua liberdade, garantindo-lhes e demonstrando para os brancos livres certa estabilidade em sua situação. Mas essa hipótese ainda precisa ser verificada em outras fontes. Ainda sobre os ferreiros casados, encontramos uma postura de preferência a casamentos endogâmicos por cor da pele, condição jurídica e ocupação do cônjuge. A união entre ferreiros e costureiras se fez presente em várias situações. O que indicaria, mais uma vez, a busca por uma situação de estabilidade, junto ao mundo dos livres, mostrando-se capaz de gerir sua casa e sustentar sua família. A companheira seria uma auxiliar nesse propósito.

CAP. III – Escravos e forros ferreiros: as cores e os símbolos do ofício

3.1. Forjas e tendas: atividades de produção e transformação do ferro

A utilização do ferro nas sociedades humanas, remonta aos primeiros estágios do desenvolvimento de nossa espécie. A flexibilidade e a resistência do material contribuíram para a utilização do mesmo em vários setores da vida social: construção de instrumentos produtivos, de armas, na confecção de insígnias de poder e até mesmo nas artes.

O profissional envolvido nessa atividade, o ferreiro, também irá ter destacada sua importância, que pode variar de sociedade para sociedade. Eliade afirma que em cada parte do mundo, o trabalho dos ferreiros terá características distintas de uma região para outra, mas que ainda assim apresenta semelhanças, especialmente no que concerne aos elementos simbólicos referentes às ferramentas utilizadas e ao próprio processo de produção e transformação do metal.¹⁰⁵

Buscaremos aqui tratar de algumas referências que podem ter norteado a prática dos ofícios do ferro na área a que se destina nossa pesquisa – as Minas do Ferro no decorrer do século XIX. Nesse sentido, torna-se oportuno observar as características das atividades de produção e transformação nas regiões da África Ocidental e África Central. Isso porque foram dessas regiões que vieram a grande maioria dos africanos que atuaram na América Portuguesa como escravos, de modo que certos aspectos de sua organização poderiam ter sido refletidos também no mundo colonial. Trataremos o ofício de ferreiro entre essas sociedades africanas, como uma forma de investigar possíveis nuances de sua organização no âmbito das práticas do ferro desenvolvidas por escravos na área de análise de nossa pesquisa. É importante observar que consideramos as tradições africanas como uma das referências ao desenvolvimento dos trabalhos em ferro nas Minas

¹⁰⁵ ELIADE, *op. cit.*, 1979.

oitocentistas, como também traremos mais adiante as referências portuguesas e européias. Nessa discussão, não entraremos no âmbito de conferir a uma ou outra a responsabilidade pela introdução dos trabalhos em metalurgia na América portuguesa. Primeiro porque analisaremos as relações criadas em torno da prática, não necessariamente sua origem. Segundo, porque a nossa área de análise tem em sua organização socioeconômica alguns aspectos remanescentes da experiência colonial. O que implica que suas especificidades em tais atividades de produção e transformação do ferro, assim como suas referências - africanas ou européias - ao serem introduzidas na sociedade escravista do Brasil, na vivência cotidiana do exercício das atividades, deveriam se adequar à realidade do mundo colonial.

3.1.1. Tradições africanas: o ferro e as esferas do poder

A utilização do ferro pelas sociedades da África Ocidental e Central se rege pelos benefícios que o material pode oferecer nas práticas cotidianas (como a caça, pesca, o preparo dos alimentos, a arte da guerra), mas também é determinada por questões simbólicas. A grande abundância dessas minas no continente africano também contribuiu para a criação de uma mitologia em torno dos ferreiros em algumas dessas sociedades.

A criação desse imaginário em torno dos ferreiros se deve à visão de mundo vigente entre essas sociedades. Há entre eles uma concepção de que deve haver um equilíbrio entre os diversos mundos: o animal, o vegetal e o mineral. Da manutenção deste equilíbrio é que se pode garantir a existência e o êxito dos grupos humanos. Assim, a extração do ferro pelos homens, por ser uma interação entre os mundos animal e mineral, é cercada de uma aura mítica. Da mesma forma, a transformação do ferro, isto é, o trabalho dos ferreiros, resulta de um conhecimento adquirido em esferas não-humanas. Um conhecimento ligado a um saber mágico e que, por isso mesmo é um conhecimento destinado a homens privilegiados e distintos dos demais.

Em trabalho recente, Silva discute acerca das práticas e significados que envolvem a figura dos ferreiros na África Central no século XIX. Aponta uma série de referências de trabalhos anteriores que se dedicaram ao tema, afirmando a ligação mítica existente entre a prática de transformação do ferro, as relações sociais e a legitimação da autoridade entre essas sociedades:

Certamente, a importância mítica do ferreiro só pode ser compreendida através do reconhecimento de sua importância econômica e das modificações que a introdução da metalurgia trouxe para as sociedades. Jan Vansina afirma que logo que novos depósitos de ferro e cobre eram descobertos, esses lugares começavam a atrair pessoas muitas vezes ao longe para obter tanto minério de ferro quanto o metal bruto que era fundido no mesmo local. Esses locais reformularam a percepção que as pessoas tinham sobre regiões inteiras, possibilitando novos focos e novas rotas de viagem. Isso alterou os padrões de mobilidade espacial até então correntes na região. A nova atividade criou novos contatos entre diferentes comunidades por causa da nova interação necessária entre fundidores e forjadores. (...)

É fato que alguns sobas controlavam minas de ferro e o trabalho de ferreiros, tanto que muitas regiões da África Central passaram a ser povoadas por causa da existência dessas minas. Afinal, controlar uma mina significava agregar pessoas, não só os súditos em si, mas povos que não sabiam trabalhar o ferro. E é preciso lembrar que a idéia de poder na África não está ligada à extensão do território dominado, e sim a quantidade de pessoas submetidas à figura do chefe. Assim, fica clara a associação entre o ferro e a legitimação do poder. Além disso, o ferro, ao contrário da madeira e da pedra, por exemplo, pode ter sua produção controlada de forma mais sistemática.¹⁰⁶

Pode-se perceber que entre essas sociedades da África Central, muitas vezes a figura do ferreiro esteve associada à imagem do chefe. Essa ligação simbólica acabou dando origem ao mito do *rei-ferreiro* entre essas sociedades. Essa ideia deriva justamente da visão do trabalho dos ferreiros como algo distinto, como um conhecimento ligado a esferas não humanas.

¹⁰⁶ SILVA, Juliana Ribeiro da. *Homens de Ferro*. Os ferreiros na África Central no Século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. p. 34-6. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03092009-145620/>. Acesso em 23/09/2009.

Contudo, essa aura criada em torno dos ferreiros poderia fazer com que sua figura fosse mais valorizada que a do próprio chefe. A criação de uma imagem de um rei-ferreiro, atribuiria ao dirigente esse conhecimento mágico que somente alguns homens da sociedade poderiam adquirir. O poder, nessas sociedades africanas, estava ligado à certas capacidades de pessoas ímpares em exercer controle sobre os demais e garantir o domínio de processos de transformação que podiam propiciar bem-estar ao grupo. O domínio da metalurgia poderia permitir isso. Dessa forma, o chefe estaria legitimando seu poder em outras esferas. Teria assim autoridade para governar de maneira absoluta.

Silva afirma ainda que, embora o mito do rei-ferreiro seja recorrente entre várias populações da África Central, os estudos a respeito não reconhecem que essa tenha sido a regra. Houveram casos em que os chefes realmente tinham conhecimentos de metalurgia, mas isso não se verificou sempre. Observa que essa estreita ligação entre os chefes e os ferreiros fez com que o processo de trabalho desses fosse carregado de símbolos e rituais. No ritual de iniciação de um ferreiro, por exemplo, o indivíduo precisava cumprir uma série de normas durante seu período de aprendizagem. Ficava proibido, durante esse período, de comer as carnes proibidas aos chefes; deviam usar braceletes, entre outras ações. A autora relata a existência de um ritual que consiste na retirada de uma pedra do rio para ser colocada dentro da oficina do ferreiro. O tipo do trabalho exige que esses ferreiros entrem em contato com os espíritos da terra.

Talvez por essa importante ligação e interdependência, chefes e ferreiros possuem um grande respeito mútuo. De acordo com MacGaffey, os ferreiros são iniciados em circunstâncias similares às dos chefes. Os dois podem ainda fazer parte do mesmo clã. (...) Essa interdependência entre chefe e ferreiro, no entanto, era também marcada por tensões. O rei a todo tempo tinha de fazer valer seu domínio sobre o ferreiro. Afinal, o chefe não podia depender da boa vontade do profissional no momento de garantir o bem-estar da população.¹⁰⁷

Durante os trabalhos de fundição (que era um trabalho exclusivamente masculino), os ferreiros não poderiam manter relações sexuais, devendo manter

¹⁰⁷ SILVA, *op. cit.*, p.55 e 61.

seu estado de “pureza”. Da mesma forma, as mulheres em idade reprodutiva não podiam se aproximar dos locais de fundição. Não era um conhecimento necessariamente hereditário na África Central - ao contrário do que se verificava nas sociedades da África Ocidental. O trabalho das forjas era realizado em locais isolados, acompanhado de músicas e rituais. A mulher era excluída deste processo e também os ferreiros forjadores deviam fazer abstinência sexual. Muitas vezes, os trabalhos de fundidor e forjador eram realizados pelo mesmo indivíduo.

Em toda África, os ofícios que lidam com a transformação da natureza tem um status diferenciado e possuem formas de organização compatíveis com essa especificidade. É possível afirmar que ser ferreiro na África Central é muito mais que uma profissão, é um estilo de vida, ou seja, um modo de ser e viver bastante peculiar. Por isso, o trabalho de ferreiro envolvia uma série de regras e proibições que, se rigorosamente respeitadas, contribuía para o sucesso do trabalho. Isto é, a realização do ofício do ferreiro não dependia apenas de colocar em prática os conhecimentos técnicos ligados especificamente à metalurgia do ferro.¹⁰⁸

É importante lembrar que todos esses rituais retomam a questão do equilíbrio que deveria existir entre os mundos animal, vegetal e mineral.

A respeito do processo de fundição propriamente dito na África Central e Ocidental, Eduardo Spiller Sena aponta que a fundição artesanal compunha-se de seis etapas: garimpo; preparação do arenito; manufatura do carvão e outros combustíveis; construção do forno de fundição; refino e tratamento do ferro florado para a forja e a forja dos utensílios.

Essas etapas também se dividiam de acordo com as estações do ano. Enquanto a forja podia ser feita em todo ano, o garimpo e a fundição não podiam ser feitos em períodos de grande umidade, ficando restritos à estação da seca. O garimpo e a produção de carvão ficavam a cargo de assistentes escolhidos pelo mestre forjador, o que mostra seu grau de especialização e autoridade sobre os demais envolvidos no processo de fundição.¹⁰⁹

¹⁰⁸ SILVA, *op. cit.*, p. 97

¹⁰⁹ SENA, Eduardo Spiller. Notas sobre a historiografia da arte do ferro nas Áfricas Central e Ocidental. *Do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004.

A visão que os africanos tinham acerca do ferro e do trabalho dos ferreiros foi determinante também nas relações que se criaram entre esses e os portugueses, a partir do desenvolvimento e ampliação de relações comerciais entre os mesmos. Houve, por parte dos africanos, uma tentativa – que vai se mostrar bem sucedida até a segunda metade do século XIX – de evitar o acesso dos portugueses às minas de ferro e aos locais onde ficavam as forjas. Nessa postura, vemos os choques culturais que estão presentes nas relações entre portugueses e africanos. Enquanto a visão que os africanos tinham do ferro e das atividades ligadas a sua transformação era repleta de disposições simbólicas, estando o metal relacionado inclusive em processos e rituais de legitimação do poder do chefe, para os portugueses, as mesmas atividades apresentavam prioritariamente um valor econômico.

Somente a partir do século XVIII, com as medidas pombalinas, essa resistência dos africanos em apresentar aos portugueses as riquezas de seu território começa a ser vencida. Nesse período, será também importante a ação dos ferreiros, enquanto produtores de mercadorias solicitadas pelos europeus, como intermediários na ampliação do comércio entre portugueses e africanos.

As informações acerca do processo de produção do ferro na África, assim como o papel dado aos ferreiros naquelas sociedades, podem nos oferecer alguns aspectos a serem verificados sobre essa prática também em Minas Gerais, no século XIX. É importante destacarmos, que muitos dos ferreiros que atuaram nas minas, senão de origem africana, eram descendentes desses. De modo que torna-se necessário, ao nos confrontarmos com as fontes dessa pesquisa, observar se os aspectos simbólicos e as disposições ritualísticas que envolvem o trabalho dos ferreiros na África podem ser indiciados nas Minas do ferro.

3.1.2. Experiências de produção e transformação do ferro em Minas Gerais

A introdução das atividades de produção e transformação do ferro em Minas Gerais está intimamente ligada ao desenvolvimento das atividades mineradoras nessa região durante o período colonial. Os núcleos populacionais que surgiram ao redor das minas no século XVIII, com as notícias das descobertas que se tornavam cada vez mais frequentes, foram se tornando mais povoados. E esse contingente populacional abrigava indivíduos de vários segmentos: mineradores, agricultores, clérigos, artesãos, representantes da administração portuguesa, suas famílias e seus escravos. Uma população que passa a exigir uma demanda de produtos e serviços. Entre esses, os produtos de ferro – e os serviços daqueles que sabiam produzi-lo.

Essa situação provocou uma demanda de objetos de metal para diversos fins. Seja para a produção de ferramentas para a mineração, agricultura e demais ofícios, utensílios domésticos, seja para artigos de ornamentação dos templos religiosos e edificações que estavam sendo construídos.¹¹⁰

Todavia, a proibição da produção de manufaturas no Brasil Colonial decretada no Alvará de 1775, em certa medida inibiria a prática de tais atividades de transformação do ferro. Contudo, a partir das primeiras décadas do oitocentos, a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, fugindo do domínio napoleônico na Europa, e as ligações ampliadas no Centro-Sul, abre novas demandas para a produção de transformação do ferro em Minas Gerais.

Sobre os primeiros trabalhos de fundição do ferro em Minas Gerais, o processo mais primitivo consistia em abrir um buraco no chão ou fazer um forno aberto, no qual é introduzido o minério e o carvão para queimar. Produzia-se o

¹¹⁰ Sobre as atividades de oficiais ferreiros em Vila Rica setecentistas, ver também: ALFAGALI, *op. cit.*, 2009.

vento com um abano rudimentar¹¹¹. Mas o método mais comum era o chamado *cadinho*:

Os cadinhos são orifícios cilíndricos com cerca de 0,30 cm de diâmetro e 1,0 metro de altura, feitos com paredes de alvenaria, muitas vezes em séries até seis. O fundo é alargado. O ar é soprado com um fole tocado a mão ou por uma trompa hidráulica. O orifício contrário à entrada do ar é tapado com moinha de carvão e areia.

Esta mesma mistura se coloca no fundo do cadinho. Ateia-se fogo, sopra-se, e depois se introduz o carvão e em seguida o minério pulverizado, em pequena proporção, da ordem de dois quilogramas. A ganga que se forma em estado pastoso vai sendo acumulada no fundo, abaixo da chegada de ar.¹¹²

Durante esse processo, de duas em duas horas deve-se retirar a escória e a bola de ferro pelo orifício da frente. O ferro batido gera uma lupa de 10 a 15 Kg. O autor afirma que para cada tonelada de ferro, consumia-se de 2 a 2,5 toneladas de carvão.¹¹³ O que era um problema desse método. Apesar de simples e de não exigir muitos recursos, o consumo de carvão no processo dos cadinhos era muito

¹¹¹ GOMES, 1983, p. 24. Há uma extensa literatura acerca do início dos trabalhos de produção e transformação do ferro no Brasil. Ver também: BAETA, *Op. Cit.*, 1973. CALÓGERAS, *op. cit.*, v. II, 1905. ESCHWEGE, *op. cit.*, 1978, vol. 1 e 02.

¹¹² GOMES, *op. cit.*, 1983. p. 25. Em um dos relatórios dos *Annaes da Escola de Minas*, Costa e Sena afirma não conhecer a origem desses fornos, que encontra em vasta área da Província de Minas: “(...) não sei a que se pode atribuir a origem de semelhantes fornos; me parece, porém, muito provável que, depois da extinta grande fábrica fundada pelo Intendente Câmara no Morro de Gaspar Soares, os curiosos que desejavam continuar a indústria metalúrgica do ferro, não tendo conhecimentos bastantes para montar forjas no sistema catalão, chegaram finalmente ao sistema de preparação do ferro nos cadinhos. SENA, 1881, p.105. Já Bovet, em outro relatório, apresenta outras hipóteses sobre os cadinhos: “(...)Ele apresenta algumas analogias com processos primitivos, descritos pelo Dr. Percy, no seu tratado de metalurgia, empregados pelos indígenas da Índia ou pelos negros da África. Talvez tivesse sido introduzido no país por algum escravo africano e que tenha sido depois um pouco aperfeiçoado, talvez provenha de algum Stuckofen construído pelos operários suecos do Intendente Câmara e pouco a pouco transformado”. BOVET, 188, p.36.

¹¹³ Haviam dois sistemas de obtenção de carvão, o de *covas* e o de *medas*. O sistema de *medas* consiste na obtenção de carvão no qual a madeira é empilhada, coberta por folhas e ramos e queimada na superfície do solo. Já representava uma inovação frente a outro sistema, o de *covas*, no qual se abriam covas onde a madeira era queimada. Este último processo causava danos às raízes das árvores próximas, razão pela qual foi sendo abandonado.

alto. Nesse sistema, para a produção de tais quantidades de ferro, eram necessários dez dias de trabalho de um fundidor, um malhador e seus serventes.

No século XIX, o aumento das necessidades de produção e a introdução de técnicas de fundição trazidas por estrangeiros, o processo de produção e transformação do ferro em Minas Gerais foi assimilando novas características. O processo dos cadinhos foi aos poucos modificado para se adaptar aos modelos das forjas italianas e catalãs, principalmente. O século XIX presencia o desenvolvimento de diversas forjas nessa região, fato evidenciado pelos relatórios encomendados pelos estudiosos da Escola de Minas de Ouro Preto¹¹⁴. Em um desses relatórios, Bovet e Ferrand salientam os benefícios da utilização da forja catalã, que consumia uma quantidade menor de carvão para uma produção maior de ferro e necessitava de um menor número de mão de obra. Definem o consumo de carvão e o consumo de ferro para cada uma das técnicas empregadas:

	<i>Produção em 12 horas</i>	<i>Consumo por 1000kg de carvão</i>	
		<i>Carvão</i>	<i>Mão de Obra</i>
<i>Cadinhos</i>	100 Kg	700%	27 dias
<i>Forja Italiana</i>	120 Kg	500%	18 dias
<i>Forja Catalã</i>	320 Kg	309%	13 dias

Citado em : GOMES, *op. cit.*, 1983, p. 107.

O engenheiro alemão Eschewege também escreve sobre as forjas utilizadas para fundição de ferro em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. O engenheiro é também responsável pela introdução na região da Itabira do Mato Dentro do malho hidráulico, que acelerava o processo de fundição, representando uma importante melhoria técnica para a metalurgia local.

¹¹⁴ Esses relatórios foram publicados em forma de *Annaes da Escola de Minas*, e tinham o objetivo de descrever e sintetizar as práticas ligadas à mineração e metalurgia desenvolvidas na Província de Minas. Alguns desses relatórios pesquisados nesse trabalho são os de Joaquim Cândido da Costa Sena, já citado, Francisco de Paula Oliveira, A. de Bouvet e Paul Ferrand. Alguns aspectos desses relatórios também foram citados por Gomes. Cf: GOMES *op. cit.*, 1983, p. 91-129.

Desde esse tempo [século XVIII], muitos lavradores e ferreiros passaram a produzir ferro só em quantidade suficiente para as suas necessidades, não só porque antes da chegada da Família Real era proibido fabricar o ferro industrialmente, como também se desconhecia o processo de produzi-lo em grande escala. Por ocasião de minha chegada em 1811, era comum esse processo bárbaro de produção. A maioria dos ferreiros e fazendeiros que possuíam ferraria também tinham seu forinho de fundição, sempre diferente um do outro, pois cada proprietário. Na construção, seguia suas próprias idéias. Alguns fundiam simplesmente nas invariáveis forjas de ferreiro, fazendo a carga de minério com suas usuais colheres, outros levantavam um pouco a forja dos lados. Encontrei ainda fornos cônicos e cilíndricos, de três a quatro palmos de altura, e também os de seção quadrada, nos quais, na parte dianteira, havia um orifício, que após a extração das lupas, era fechado logo.¹¹⁵

Essas observações acima nos fazem perceber que as atividades de produção do ferro em Minas seguiam conhecimentos de várias vertentes culturais. O método dos cadinhos que, como vimos, alguns atribuem sua origem aos africanos, foi sofrendo modificações para se adequar aos métodos trazidos por técnicos europeus, como o próprio Eschwege ou pelos operários suecos do Intendente Câmara. Essas forjas também eram construídas a partir de intervenções de criação dos proprietários, como observou Eschwege. Trata-se então de uma técnica que contou com conhecimentos provenientes de várias fontes, estrangeiras – africanas, européias e intervenções locais.

Nesse sentido, cabe observar aqui as propostas de Gruzinski, em *O Pensamento Mestiço*. Para esse autor, o fenômeno da mestiçagem implica em um número muito grande de variáveis, considerando que a cultura se recompõe permanentemente. Em sua análise, o termo *mestiçagem* é utilizado para designar as trocas culturais que ocorreram na América Ibérica no século XVI entre seres humanos imaginários e distintas formas de vida, oriundas da América, África, Ásia e Europa. Para Gruzinski, a mestiçagem distingue-se, então de *hibridação*. Esta última é definida pelo autor como misturas que ocorrem dentro de uma mesma civilização ou de um mesmo conjunto histórico.¹¹⁶ A partir disso e do foi

¹¹⁵ ESCHWEGE, *op. cit.* 1978, vol. 02, p. 203.

¹¹⁶ GRUZINSKI, *op. cit.*, 2001.

observado na bibliografia a respeito das atividades de ferraria em Minas Gerais no século XIX, podemos defini-la então como uma prática resultante de um processo de mestiçagem de técnicas africanas, européias, que foram assimiladas e, em alguns casos, modificadas pelos habitantes locais.

Alguns autores apontam para o fato de os escravos oriundos da região da África Ocidental dominarem os conhecimentos técnicos referentes à metalurgia. E que tais habilidades teriam direcionado de alguma maneira a lógica de importação de cativos para as regiões mineradoras. Eduardo França Paiva aponta que

(...) a preferência dos mineradores não se restringia às escravas designadas Mina, mas incluía os escravos oriundos dessa região africana ou embarcados em algum porto dessa região, principalmente o de Ajudá. Associava-se aos Mina um grande poder de descobrir ouro, o que calhava perfeitamente com o maior dos desejos de boa parte da multidão de homens que começou a ocupar as ricas terras minerais do interior da América portuguesa a partir do século XVII. (...) Esses homens e mulheres africanos, embarcados na Costa da Minas para o Brasil, eram tradicionais conhecedores de técnicas de mineração do ouro e do ferro, além de dominarem antigas técnicas de fundição desses metais. (...) a opção dos traficantes luso-brasileiros por escravos da Mina, principalmente durante a segunda metade do século XVII e a primeira do século XVIII, fundou-se desse *know-how* mineratório e metalúrgico dos negros.¹¹⁷

Para Andréa Lisly, devemos ter cuidado com tais assertivas. A autora argumenta que as técnicas mineratórias empregadas nas Minas Gerais setecentistas são fruto de adaptações das condições geofísicas da região com influências diversas. À associação entre a preferência dos comerciantes de escravos frente aos africanos Mina para as regiões mineradoras do Brasil, Lisly rebate afirmando que nem todos os africanos oriundos dessa região ou embarcados em seus portos eram mineradores. E que o tráfico internacional também tinha flutuações que deveriam obedecer a demandas internas do

¹¹⁷ PAIVA, 2002, p.187

continente africano, como guerras entre tribos rivais, por exemplo. Mesmo que tais preferências dos traficantes apontadas por Paiva fossem verdadeiras.¹¹⁸

Nas Minas do ferro, a presença dos africanos entre os ferreiros encontrados na documentação é restrita. Nos inventários, entre os 27 indivíduos listados como oficiais de ferreiro ou aprendizes, apenas dois eram de origem africana: José, de nação Cassange, descrito em 1822, no inventário do Alferes Manoel Fernandes Nunes como aprendiz (identificado com a expressão “com luz de ferreiro” – o que demonstra que, neste caso, não são os africanos os responsáveis pela transmissão do conhecimento de transformação do ferro); e Tomé, descrito apenas como “preto” em 1878 no inventário de Gaspar José de Moraes¹¹⁹. Situação que se repete na relação nominal dos habitantes de Itabira, de 1840. Dos 105 indivíduos identificados na lista como ferreiros, apenas nove eram de origem africana. O que retrata, para as Minas do ferro oitocentista, o total predomínio dos crioulos entre os indivíduos praticantes dos ofícios ligados à produção e transformação do ferro.¹²⁰

A respeito da transformação do ferro, Eschwege aponta que a produção das forjas atendia a uma demanda local da Província por ferro e que deveria permanecer assim. Afirmava que o isolamento das Minas fazia com que o preço do produto importado na região fosse muito alto. Contudo, assim que se implantasse um sistema de transporte mais eficaz para o interior das Minas – o que provocaria uma redução no preço das mercadorias – a produção dessas forjas locais não resistiria à concorrência imposta pelo ferro produzido na Europa, que era de melhor qualidade. Dessa forma, o engenheiro alemão não recomendava a instalação de uma grande fábrica na Província. Para ele, o mercado mineiro seria

¹¹⁸ LISLY, Andréa Gonçalves Lisly. *Escravidão, Herança Ibérica e Africana e as técnicas de mineração em Minas Gerais no século XIX*.

Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A031.PDF>

Acesso em: 20/06/2009. A autora argumenta ainda que “*Como nem sempre é possível documentar cada uma dessas influências, a tentação por se desprender a realidade da mineração a partir daquelas presentes em regiões próximas, no caso, a América Hispânica, ou com as regiões da África que forneceram escravos para o Brasil é bastante atraente, mas deve ser mantida com cautela.*” p. 20-1.

¹¹⁹ APMI, *Inventários*. Cx. 2 e Cx.45.

¹²⁰ APM, Seção Provincial. *Relação Nominal dos Habitantes da Vila de Itabira – 1840*, MP – Cx 08. Doc 17.

melhor abastecido do metal com a existência de diversas pequenas instalações com um limite de produção anual, já que, por seus cálculos, o consumo de ferro anual em Minas não ultrapassaria a quantidade de 14.678 arrobas.¹²¹

Em Itabira do Mato Dentro, foi notável a produção e transformação do ferro desde as primeiras décadas do século XIX. Sobre essas atividades, Jussara França observa que

A atividade de exploração de jazidas de ferro itabiranas incrementou-se bastante no século XIX. Matéria prima abundante no local, sempre atraiu fortemente a população, mas seu aproveitamento manteve-se por muito tempo restrito ao fabrico de pequenos objetos para uso doméstico, já que a Coroa havia vedado a mineração do ferro afim de não desviar os esforços das minas do ouro.

Em 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil, sua exploração foi liberada. Surgiram então várias forjas em Itabira, que passaram a fabricar instrumentos para a mineração e para os trabalhos na lavoura, utensílios de uso doméstico e armas de pequeno porte. (...) Segundo Eschwege, um dos proprietários das forjas de Itabira foi o primeiro a estirar o ferro por meio de malho hidráulico, no ano de 1812 (sendo logo imitado por quatro pessoas do lugar, utilizando-se dos conhecimentos técnicos fornecidos por aquele mineralogista alemão). Apesar de sua atuação praticamente só para consumo, esses estabelecimentos foram muito relevantes para a economia local, e existiam em número considerável, contando Itabira em 1817 com treze forjas.¹²²

De acordo com os parâmetros da época, contou com duas significativas instalações: a Fábrica do Girau e a Fábrica do Onça, sendo a primeira de maior destaque. A respeito delas, afirma Gomes

A primeira fábrica descrita nessa região é a do Girau, muito conhecida pela sua boa organização e por ter sido uma das que maior duração tiveram. Ela estava situada a 6 Km da cidade. O ferro era preparado em 4 cadinhos, que davam oito lupas de 10kg cada uma. Estavam instalados dois malhos movidos por uma roda de calhas cada um, um com 90Kg, outro com 120Kg. O carvão era preparado em medas. A uma distância de pouco mais de um Km, existia a forja do Onça, que empregava o sistema italiano. Sua produção era de 135 Kg diários, com um consumo de carvão

¹²¹ GOMES, *op. cit.*, 1983, p. 89.

¹²² FRANÇA, *op. cit.*, s/d, p. 15.

de 720 Kg. Os dois malhos existentes, movidos por uma roda de Ariège, tinha respectivamente 105 Kg e 165Kg. O carvão era preparado em medas. Como minério se empregava o mesmo que o do Girau, isto é, o itabirito friável.¹²³

Quanto à mão de obra empregada nessas fábricas, Saint-Hilaire e Eschewege destacam a presença de escravos conjugado ao emprego de homens livres:

(...) As forjas do Girau compunham-se de oito fornos, construídos como o do Coronel Antônio Tomás, e nos quais se podia fundir, de cada vez, uma arroba de metal (32 libras). O fogo era entretido nas forjas por foles movidos a água. Como o minério se encontra em Girau em massas muito compactas, começava-se a triturá-lo com auxílio de pilão movido por uma roda hidráulica. Outra roda do mesmo gênero fazia mover o martelo destinado a malhar o ferro. As forjas do Girau davam trabalho a cerca de vinte e cinco operários, cuja metade se compunha de escravos. Os outros, livres, e quase todos brancos recebiam alimentação e cerca de meia pataca de salários. Essa forja, como vemos, possuía elementos de prosperidade; o governo concedera ao proprietário, para a fabricação de carvão quatro sesmarias de matas; o ferro se encontra, por toda parte, nos arredores, e as águas, em abundância, fornecem os meios de movimentar a máquina de fundição; finalmente, as terras da vizinhança, vermelhas e argilosas, parecem ser férteis, e podem fornecer víveres aos operários. O estabelecimento do Girau é ainda um dos que atestam a indústria dos mineiros. O Capitão Paulo, seu proprietário, jamais vira nada de semelhante, e não teve outra guia para suas construções senão um pequeno número de desenhos deixados aos habitantes da região pelo viajante Mawe.¹²⁴

Estão aí evidenciados os elementos necessários para o estabelecimento de fábricas de ferro: além do mineral, a abundância de florestas, que forneceriam carvão para o preparo do ferro e de fontes de água, como forja motriz para as forjas. Tais fatores naturais contribuíram para o desenvolvimento dessas forjas na área das Minas Gerais aqui analisada.

¹²³ GOMES, *op. cit.*, 1983, p. 96-7. É chamada de roda Ariège as rodas que possuem colheres planas voltadas para baixo.

¹²⁴ SAINT-HILARIE, 1974, p.128. Não encontramos nenhuma referência a esse episódio em MAWE. Cf: MAWE, *op. cit.*, 1922.

Houve outra instalação de maior importância: a fábrica que o francês João Monlevade instalou no distrito de Piracicaba, na década de 1830, apontada pelos estudiosos como a que obteve maior êxito. Esta empregava o método da forja catalã. O próprio engenheiro Monlevade treinava seus escravos para essa técnica de fundição. Sena observa que nesta fábrica

Existem 8 tendas onde o ferro é desmanchado, principalmente em enxadas, foices, machados, ferragens e outros objetos mais delicados, devidos ao trabalho de um escravo que, depois de ter feito 2 relógios de parede concluiu agora uma máquina de costura. Em cada tenda, um mestre ferreiro e um aprendiz fazem por dia 8 foices ou 15 enxadas. Fazem também puxavantes, bigornas, martelos, torquezes, freios, etc.¹²⁵

Após a sua morte em 1872, a família contratou um mestre italiano que converteu tal forja para o método italiano.

As informações sobre essas instalações maiores servem a nosso propósito, no sentido de verificar as características dessa atividade de fundição de ferro na região das Minas do ferro. Contudo, as pesquisas nos inventários nos apresentam um outro quadro que se insere na perspectiva do “espaço vivido”.¹²⁶ Essas atividades estariam tão difundidas nessa parte da Província que verificamos a presença de *tendas de ferreiro* ou *máquina da ferraria* em grande parte das unidades produtivas pesquisadas, sejam elas de roceiros ou fazendeiros.¹²⁷

Isso nos faz perceber o quanto a fundição e a forja do ferro estavam integradas ao sistema de produção das unidades produtivas. É fato que algumas instalações tiveram um investimento e produção maior, mas tais forjas, pela simplicidade de sua confecção, podiam estar presentes tanto em uma grande fazenda quanto em uma roça. Libby observa que

¹²⁵ SENA, *op. cit.*, 1881, p. 117.

¹²⁶ . Ver: MASSEY, *op. cit.*, 2008.

¹²⁷ Estamos considerando aqui, a definição feita por Andrade entre *roceiros* e *fazendeiros* para classificar os proprietários de terras e escravos. ANDRADE, *op. cit.*, 2008, p. 209-210. Trataremos como roceiros os não proprietários e aqueles que possuem até 10 escravos, e como fazendeiros os que possuem um plantel superior a 10 cativos, o indica uma propriedade agrícola com maior potencial produtivo.

Independentemente dos métodos empregados, dois fatores unificavam quase todas as fundições de ferro das Minas setecentistas e oitocentistas. Em primeiro lugar, as forjas representavam um dos elementos da estratégia de diversificação de investimentos de seus proprietários e, portanto, faziam parte das grandes fazendas típicas do período. Até mesmo Monlevade referia-se às suas propriedades como uma fazenda da qual a fundição era apenas um componente. Em segundo lugar, a siderurgia da época era quase inteiramente dependente do braço escravo. Quando há informações acerca da mão-de-obra empregada, a predominância do trabalhador escravo – inclusive entre os chamados mestres fundidores – fica muito clara. A fábrica de Monlevade, que produzia 50 arrobas de ferro por dia, contava com cerca de 100 escravos devidamente treinados, sendo que o único “trabalhador” livre envolvido nas operações era o próprio dono. Nas forjas de cadinhos a média de produção era de apenas 3,75 arrobas por dia, empregando cerca de nove trabalhadores, sendo a participação dos proprietários na operação das pequenas fundições muito incerta. Têm-se notícias de forjas que tiveram de fechar após a morte dos fundidores escravos, demonstrando que os donos, tal como seus antecessores de séculos anteriores, pouco ou nada entendiam da arte de fundir o ferro.¹²⁸

É importante destacar que tais informações sobre o modo como se deu o processo de produção e transformação do ferro em Minas Gerais, podem nos auxiliar no objetivo de desvendar as relações sociais criadas em torno de escravos e libertos artesãos do ferro. Relações que, como vimos, devem ser vistas no âmbito do processo de aprendizagem do trabalho manual e dos significados que a prática do ofício de ferreiro poderia ter para estes artífices no âmbito da sociedade escravista da América Portuguesa.

3.2. Escravos e forros ferreiros, mestres e aprendizes.

Para a compreensão dos processos de aprendizagem do ofício de ferreiro desenvolvido entre escravos e libertos nas Minas do ferro oitocentistas, e os seus significados, torna-se necessário refletir sobre a transmissão de saberes em sociedades que ainda se apresentavam baseadas em distinções de classe.

¹²⁸ LIBBY, *op. cit.*, 2003, p. 17

Especialmente sobre a maneira como as atividades manuais eram vistas em tais sociedades.

Apesar de sua importância no modo de vida das sociedades humanas, na tradição ocidental as atividades de produção e transformação do ferro estiveram sempre sob o estigma do trabalho manual.¹²⁹ Essa visão pejorativa das atividades práticas permaneceu durante toda Idade Média e Era Moderna, norteando a distinção feita também entre as artes. De acordo com o prestígio social que simbolizavam, foram divididas entre Artes Liberais e Artes Mecânicas ou Servis. As Artes Liberais eram vistas como aquelas que permitiriam ao homem a elevação do espírito, estavam relacionadas aos aspectos metafísicos e filosóficos, enquanto as Artes Mecânicas permaneceriam ligadas às necessidades mundanas. A partir dessa distinção, também se distinguiram as classes sociais que se dedicavam a cada uma dessas artes: as liberais destinadas aos nobres, as mecânicas, tão ligadas ao cotidiano, eram vistas com desdém, atividades marginais, praticadas por classes inferiores.¹³⁰

Nesse sentido, associada a essa visão acerca das artes, a questão da aprendizagem e da transmissão de saberes também deve ser levada em conta quando se trata de pensar o trabalho manual na tradição europeia, especialmente portuguesa. Discutiremos aqui o processo de aprendizagem em sociedades europeias características do Antigo Regime. Podemos adiantar que encontraremos dois pontos centrais que permeiam essa transmissão de saberes: a aprendizagem como modo de vida e a importância da oralidade.

¹²⁹ Pode-se dizer que a visão que a tradição europeia desenvolve acerca do trabalho manual, remonta à Antiguidade. Especialmente, ao conceito de *vida ativa* de Aristóteles. Para este autor, existem três modos de vida em que se pode viver livremente: os prazeres do corpo, a pólis, a filosofia (ligada à vida contemplativa). Ele não faz menção ao trabalho, uma vez que essas atividades seriam dedicadas aos artesãos e escravos na Grécia Antiga, e não permitiriam, por isso, o exercício pleno da liberdade nas ações. Com a decadência da pólis, o termo *vida ativa* passou a ser aplicado como uma forma de definir qualquer tipo de engajamento nas coisas do mundo terreno. A ação passa a representar uma necessidade mundana e a contemplação o único modo de vida realmente livre. Daí, a associação feita entre o trabalho manual às atividades de caráter inferior. Cf. ARENDT, 1981, p. 20-30.

¹³⁰ Silva estabelece para as Artes Mecânicas aquelas ligadas à agricultura, à fabricação de armas e produtos de lã, a medicina, a navegação e as artes cênicas. Por sua vez, a gramática, a dialética, a retórica, a geometria, a astronomia e a música foram consideradas como Artes Liberais. SILVA, 2005, p.123.

Para tratar da aprendizagem em sociedades de Antigo Regime, é necessário tocarmos em um tema referente ao período em que essa tinha início: a infância. Philippe Áries, em *História Social da Criança e da Família*, discute a maneira como era tratada a infância e a vida familiar durante o Antigo Regime. Demonstra que, durante esse período, havia uma visão negativa da infância. Passado os primeiros meses de papariação, em que a criança era tratada com maior esmero pelos adultos, a infância durava o tempo que fosse suficiente para que ela se tornasse capaz de realizar algumas atividades sozinhas, sem auxílio de outros. A partir daí, ela era lançada ao mundo dos adultos, como um pequeno “homenzinho”. Assim, tudo o que a criança deveria aprender desde então, ela aprenderia vendo os adultos fazer e auxiliando-os em seus afazeres. A aprendizagem se dava então no âmbito da prática.¹³¹

A brevidade da infância definia quais eram as ações esperadas para cada uma das idades da criança:

Até o meio do século XVII, tendia-se a considerar como término da primeira infância a idade de 5-6 anos, quando o menino deixava sua mãe, sua ama ou suas criadas. Aos sete anos ele podia entrar para o colégio e até mesmo para o 7º ano. Mais tarde, a idade escolar, ao menos a idade da entrada para as três classes de gramática, foi retardada para os 9-10 anos. Portanto, eram as crianças de até 10 anos que eram mantidas fora do colégio. Dessa maneira, conseguia-se separar uma primeira infância que durava até 9-10 anos de uma infância escolar que começava nessa idade.¹³²

Dessa forma, a partir dos 5-6 anos, a criança já era vista e tratada como um pequeno adulto. Até a idade de 10 anos, tudo o que ela precisava saber, aprenderia por meio do convívio com os adultos. Uma sociabilidade centrada na aprendizagem prática, por auxiliar os adultos no exercício das práticas cotidianas. Um aprender que se inseria ao modo de vida dessa sociedade. Uma vez que todo esse processo se dava antes do período de entrada na escola, para uma instrução formal – que se dava a partir dos 10 anos -, trata-se também de uma aprendizagem não calcada na cultura escrita, de onde se percebe o papel da oralidade.

¹³¹ ÁRIES, *op. cit.*, 2006.

¹³² *Ibidem*, p. 114.

Atento à importância do papel dos adultos na formação da criança, Alexandre de Gusmão sugere uma série de medidas a serem tomadas pelos pais para criar bem seus filhos. Seus conselhos se estendem também a tutores e mestres. Seguindo o viés formativo dos manuais e tratados de costumes que foram comuns no século XVII, *A Arte de Criar Bem os Filhos na Idade Puerícia* faz parte do projeto de reformulação da sociedade proposto pela Contrarreforma Católica. Dentro desse contexto, a criança passa a ser vista como uma tábula rasa, na qual poderia-se inscrever tudo o que se desejasse ensiná-la. E o que ela aprendesse na infância, levaria para toda vida. Gusmão tece conselhos para que pais e mães pudessem dar a seus rebentos uma boa criação. Crianças bem criadas se tornariam jovens virtuosos, bons cristãos e bons súditos. Por isso, os pais deviam educá-los dentro da doutrina da fé, pois nas crianças de boa criação estaria a salvação da humanidade:

(...) o bom menino, bem disciplinado, necessariamente há de ser de bons costumes, com os quais a vida da graça se conserva, conservando a vida da graça assegura a vida da glória, que só pela graça de Deus se assegura. (...) aquele que foi bem criado na puerícia, de ordinário, foi bem morigerado na mocidade; porque, como a experiência nos ensina, à boa puerícia se segue boa mocidade, assim como à boa vida, boa morte (...).¹³³

Inerente a esse processo de criação estava a figura do mestre. Visto como responsável pela formação do menino tanto quanto os pais, o mestre é reverenciado por Gusmão a partir de exemplos bíblicos e da Antiguidade Clássica. Cita sua importância na formação da virtude na criança, afirmando que “*como Alexandre Magno muitas vezes repetia que devia mais a Aristóteles, que a Felipe, seu pai; porque Felipe lhe dera o ser, e Aristóteles lhe dava o ser bom.*”¹³⁴

A imagem do mestre nesses trechos indica o modo como se esperava que devesse ser a aprendizagem. Gusmão destacava a necessidade de que os pais fizessem uma boa escolha acerca do mestre que ensinaria a seus filhos as primeiras letras, bons costumes e a fé católica. Nesse sentido, a aprendizagem se daria pela convivência com o mestre, já que, muitas vezes, o discípulo deixava o

¹³³ GUSMÃO, 2004, p.26.

¹³⁴ GUSMÃO, *op. cit.*, p. 71.

lar de sua família para viver com ele enquanto durasse o aprendizado. Justamente pensando nos efeitos que essa convivência podia causar nos pequenos aprendizes, Gusmão atenta para as duas competências fundamentais que um mestre deveria ter para que gerasse bons discípulos: as inteligências e o bom exemplo.

Perguntareis o que se deve buscar, em primeiro lugar, no mestre dos meninos: a ciência ou o exemplo? Respondo que, se pode ser, há de ser uma e outra coisa; porque (...) há de buscar o pai para os meninos mestre que seja como aquelas inteligências que Deus deu aos céus estrelados, espirituais e inteligentes. Porém, havendo se faltar uma de duas, antes seja menos ciência que o exemplo. Porque, com um bom mestre de bom exemplo e menos sabedoria, contanto que não seja completamente idiota, podem aproveitar os meninos melhor do que com um mestre muito douto e pouco exemplar.¹³⁵

A lógica é simples: bons mestres, bons discípulos. Embora não se refira especificamente a mestres e aprendizes no âmbito dos ofícios mecânicos, o tratado de Alexandre de Gusmão – que viveu na América Portuguesa entre 1646, até sua morte em 1724 – nos ajuda a pensar as relações criadas em torno do processo de aprendizagem. Nota-se que, ao considerar o exemplo mais importante que a ciência no trabalho de um mestre, Gusmão aponta para o papel desse na formação da virtude em seus discípulos. Aprende-se convivendo, vendo e repetindo as ações do mestre. O aprender faz parte de todos os aspectos da vida do menino.

Sobre o ensino dos ofícios na idade puerícia na América Portuguesa, Renato Pinto Venâncio discute a assistência a crianças abandonadas no Rio de Janeiro e em Salvador, entre os séculos XVIII e XIX. Observa que, para essas crianças que foram privadas dos cuidados dos pais, o ingresso no mundo dos ofícios era um dos destinos possíveis capazes de fazer com que as mesmas conseguissem sobreviver aos primeiros anos de vida. Demonstra como o Alvará de 1775 promove o trabalho doméstico e estimula o ensino dos ofícios mecânicos. Neste Alvará, o artigo oitavo determina que, no caso dos expostos, caberia ao Juiz de Órfãos escolher entre aqueles que mostrassem maiores habilidades em determinados trabalhos manuais para serem entregues a mestres que lhes

¹³⁵ *Ibidem*, p. 232.

ensinariam um ofício. O mestre passaria a ter obrigações legais para com o exposto aprendiz:

(...) o mestre ficava subordinado a um *termo de compromisso*. Os responsáveis pelo ensino deviam prestar contas ao juiz, que transferia a criança de domicílio caso a ocupação fosse “desproporcionada a idade do Exposto” ou então se o mestre comprovadamente não fosse de “bons costumes”.¹³⁶

Venâncio observa também que a criação das Casas Pias, em 1780 passa a oferecer outras possibilidades para os expostos aprenderem algum ofício, já que a instituição valorizava o trabalho manual. A partir dos ofícios mecânicos, as crianças enjeitadas poderiam ser instruídas e habilitadas “(...) *a fim de que venham depois a ser úteis à si e à nação, que muito lucra com seus bons costumes e trabalho*”.¹³⁷

Nesse sentido, para aqueles que foram privados do convívio com a família, sua formação para o mundo dos adultos seria feita através do aprendizado de atividades manuais. Os ofícios mecânicos dariam a essas crianças expostas valores de convivência e uma função na sociedade.

Destacando o papel educativo das atividades manuais no interior do mundo do artesão, Rugiu também destaca a importância da relação mestre-aprendiz no âmbito das corporações de ofício européias. Também aqui, tem-se a aprendizagem como resultado da convivência com os adultos e da observação das atividades realizadas pelos adultos. Segundo ele, “*os aprendizes, em essência, aprendiam fazendo*”.¹³⁸

O autor mostra que o aprendizado de ofícios implicava em relação que ia além do produto final alcançado pelo do trabalho. O artesanato promovia uma

¹³⁶ VENÂNCIO, 1999, p. 50.

¹³⁷ VENÂNCIO, *op. cit.*, p. 150. Nota 76. Venâncio observa que além do trabalho nas oficinas sob os cuidados de um mestre ou das Casas Pias, os expostos que tivessem mais de 7 anos podiam ingressar nos Arsenais da Marinha, onde o período de aprendizagem podia se estender por nove anos. Os mais novos eram introduzidos no estudo das primeiras letras, desenho ou no ofício em que demonstrassem mais habilidade.

¹³⁸ RUGIU, 1998, p. 30

formação integral do jovem aprendiz. A partir do artesanato, aprendia-se também como se deveria viver, sob quais valores:

Nenhuma outra forma de experiência formativa conservava em si os valores diversos do controle direto e progressivo, partindo da idéia originária até a realização final, da objetivação plena do subjetivo e da produção de bens aproveitáveis pela comunidade. Nenhuma outra forma, além disso, assegurava um desenvolvimento da natureza ativa do homem através de um exercício “prático moral”, graças principalmente ao exercício de auto controle, de concentração sobre um objeto e à consciência de um objetivo. Nem eram menos importantes os aspectos da organização do trabalho artesanal, por exemplo, aquele do ritmo coletivo. Nesse caso, o ritmo como divisão do tempo em operações determinadas, é vivido pelos trabalhadores com o respeito sistemático de um quê universal, quase de transcendental, catalizador de energia criativa que une em recíproca solidariedade a pequena comunidade artesanal.¹³⁹

Rugiu aponta para a importância das corporações de ofício como instituições formativas de ensino, cuja função se estendia às práticas pedagógicas de um determinado ofício. Adquiria-se comportamentos, aprendia-se a cooperar com os companheiros de trabalho, o respeito a normas comuns e aos comandos do mestre.

Essa formação se dava também através da convivência com o mestre em atividades que iam além da rotina das oficinas. Lembrando que muitas vezes os aprendizes iam morar nas residências de seu mestre, eles deveriam se integrar também às outras atividades desenvolvidas na casa. Isso promovia o desenvolvimento de rígido controle da disciplina e do tempo do aprendiz, em todos os aspectos de sociabilidade vivenciados por ele.

Na medida em que ocorrem mudanças nas formas de produção, devido ao desenvolvimento mercantil e industrial, as corporações começam a se desarticular. Com isso, o processo de aprendizagem estabelecido nelas sofre modificações e começa a se distanciar cada vez mais do ideal do aprender fazendo.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 156

Ainda sobre o contexto de desenvolvimento do processo de aprendizagem nas corporações de ofício no Antigo Regime europeu, as proposições de Sennett caminham no mesmo sentido que as de Rugiu:

Na guilda medieval, a autoridade masculina encarnava-se nos três níveis da hierarquia de mestres, jornaleiros e aprendizes. Os contratos especificavam a duração do aprendizado, geralmente sete anos, e o custo, em geral, assumido pelos pais dos jovens. (...) O trabalho apresentado pelo aprendiz centrava-se no princípio da imitação: a cópia como aprendizado. O trabalho apresentado pelo jornaleiro tinha um escopo maior. Ele tinha de demonstrar competência gerencial e dar mostras de confiança como um futuro líder. A diferença entre a imitação bruta e a compreensão mais ampla de como usar o que se sabe constitui, (...) uma marca de todo desenvolvimento das capacitações.¹⁴⁰

Mais uma vez, trata-se de uma aprendizagem baseada no convívio com os adultos fora da responsabilidade da família, como apontaram Áries e Gusmão. Esses elementos nos permitem afirmar que a transmissão de saberes e o processo de aprendizagem, nessas sociedades tradicionais, estão ligados ao seu modo de vida. Insere-se nele. Uma aprendizagem calcada na observação, na imitação e na capacitação de transpor essa imitação em coisas novas. Mas Sennett adverte quanto a uma visão simplista dessa imitação no processo da aprendizagem do artífice. Considera parte integrante desse contexto a questão da capacitação. O artífice está sempre envolvido em imaginar novas soluções para ferramentas imperfeitas e não resiste a inovações que possam melhorar sua *práxis*. Seu trabalho é guiado pelo desejo de fazer ainda melhor.

O bom artífice, além disso, utiliza soluções para desbravar novos territórios; a solução de problemas e a detecção de problemas estão intimamente relacionadas em seu espírito. Por este motivo, a curiosidade pode perguntar a respeito de qualquer projeto tanto “Porque?” quanto “Como?”. O artífice, desse modo, ao mesmo tempo está à sombra de Pandora e pode afastar-se dela.¹⁴¹

Assim, para ele, devemos encarar com certo receio talentos que se apresentam inatos e sem treinamento. Quando se revisa várias vezes uma

¹⁴⁰ SENNETT, 2009, p. 71-2

¹⁴¹ SENNETT, 2009, p.22.

determinada ação, realizamos, em contrapartida, uma maior autocrítica. Dessa forma, o desenvolvimento da capacitação depende de como se organiza a repetição; o número de vezes a se repetir uma peça, por exemplo, não deve ser maior que o alcance da atenção do músico. À medida que a pessoa desenvolve sua técnica, muda o conteúdo da repetição. Nesse sentido, quando afirmamos que a aprendizagem se dá pela observação e pela imitação, não se trata assim, da simples repetição de procedimentos. Deve-se refletir sobre o processo de feitura das coisas enquanto ele ocorre.

Considerando que o processo de aprendizagem em sociedades tradicionais, como dissemos, está ligado ao seu modo de vida, devemos pensar as atividades manuais como parte do cotidiano dessas populações. Uma análise do trabalho manual a partir de uma lógica das práticas cotidianas nos conduz, obrigatoriamente, às propostas de Michel de Certeau, em *A Invenção do Cotidiano*.¹⁴² Sua análise parte de uma interrogação sobre as operações dos usuários, comumente vistos como assimiladores passivos dos produtos impostos à eles pela ordem dominante. Para ele, nas práticas cotidianas pode se verificar a maneira como esses usuários, sem rejeitar completamente a ordem vigente, “jogam” com ela, alterando-a e imprimindo nela outros elementos. Em outras palavras, de que maneira as práticas cotidianas, entre elas o trabalho manual, permitem aos usuários responder a uma questão: “Como se criar?”. Essa pergunta visa descobrir como a sociedade, a partir das práticas cotidianas, interage com os mecanismos da disciplina e do enquadramento.

Ao se referir a termos como “disciplina”, “dispositivos”, “procedimentos” como parte do universo da prática, Certeau aborda a maneira como esses elementos são tratados na obra de Foucault.¹⁴³ Discutindo a organização dos procedimentos de vigilância carcerária, escolar e médica no século XIX, Foucault demonstra de que maneira a ideologia reformista da era das “Luzes” e seu aparelho judiciário vão sendo assimilados no interior do exército, de escolas, fábricas e hospitais. Neste ponto, mais uma vez Certeau insere a questão das

¹⁴² CERTEAU, *op. cit.*, 2008.

¹⁴³ FOUCAULT, *op. cit.*, 2008.

práticas cotidianas como uma forma dos usuários resistirem aos sistemas vigentes de controle impostos pela ordem dominante, sem negar a sua existência:

Mostrando, num caso, a heterogeneidade e as relações inequívocas dos dispositivos e das ideologias, ele [Foucault] constituiu em objeto histórico abordável esta região onde procedimentos tecnológicos têm *efeitos de poder* específicos, obedecem a *funcionamentos lógicos* próprios e podem produzir uma *alteração* fundamental nas instituições da ordem e do saber. Resta ainda perguntar o que é que acontece com outros procedimentos, igualmente infinitesimais, que não foram “privilegiados” pela história, mas nem por isso deixam de exercer uma atividade enumerável dentre as malhas das tecnologias instituídas. Este em particular é o caso dos procedimentos que não dispõem do elemento preliminar, sempre postulado por aqueles que Foucault elucida, a saber, um lugar próprio no qual possa funcionar a maquinaria panóptica. Essas técnicas, também operatórias, mas inicialmente privadas daquilo que fez a força das outras, são as “táticas”, a cujo respeito já esbocei a hipótese que forneciam um sinal formal às práticas ordinárias do consumo.¹⁴⁴

Analisando esse conjunto de procedimentos que fazem parte do cotidiano de pessoas comuns, Certeau desenvolve sua teoria das “artes de fazer”. Aponta que muitas vezes, essas práticas foram deixadas de lado pelos estudiosos, vistas através o véu do *habitus*. Buscando identificar nessas maneiras de agir dos homens comuns formas silenciosas de resistência à ordem estabelecida, ele aponta para a noção de *estratégias* e *táticas*.¹⁴⁵ Para ele, é um erro tratar o consumo de ideias, valores e produtos pelos sujeitos anônimos do cotidiano como uma prática passiva, de quem se submete sem restrições ao mercado, ao sistema vigente. Deve-se tentar enxergá-las sob outra ótica:

Uma sociedade seria composta de certas práticas exorbitadas, organizadoras de suas instituições normativas e de outras práticas sem-número, que ficaram como “menores”, sempre, no entanto presentes, embora não organizadoras de um discurso e conservando as primícias ou os restos de hipóteses (institucionais, científicas), diferentes para essa sociedade ou para outras. É nessa múltipla e silenciosa “reserva” de procedimentos que as práticas

¹⁴⁴ CERTEAU, *op. cit.* p. 116-7

¹⁴⁵ Certeau estabelece uma distinção entre os termos *estratégias* e *táticas*. Para ele, a existência de um lugar próprio e de práticas panópticas de controle da disciplina se referem às estratégias, que seriam então, próprias das instituições da ordem vigente. As táticas, ao contrário, por não contar com essas características, são vistas como a arte do fraco. Relacionam-se então às práticas cotidianas. p. 99-101

“consumidoras” deveriam ser procuradas, com a dupla característica, detectada por Foucault, de poder, segundo modos ora minúsculos, ora majoritários, organizar ao mesmo tempo espaços e linguagens.¹⁴⁶

Dentro dessa perspectiva, consideramos que o trabalho manual deve ser considerado, no âmbito dos sujeitos, como uma prática aos moldes de Certeau. Uma maneira de fazer que permite aos homens e mulheres comuns agir no seio de uma sociedade de acordo com uma lógica particular, que é própria do mundo prático.

Nesse ponto, novamente a análise nos leva às propostas de Sennett, em *O Artífice*.¹⁴⁷ Ligado a tradição filosófica do pragmatismo, ele desenvolve uma reflexão sobre o pensamento material. O autor apresenta duas teses centrais. A primeira, de que todas as habilidades, mesmo aquelas mais abstratas, principiam de práticas corporais, isto é, relacionam-se de alguma maneira a práticas manuais. A segunda tese é de que todo desenvolvimento técnico procede do pensamento. Dessa forma, a linguagem e o pensamento seriam responsáveis por orientar e direcionar a habilidade corporal.

A partir de uma renovada concepção de artesanato, o autor parte do pressuposto de que *fazer é pensar*. Sennett considera que podemos identificar no trabalho do artífice as reações de satisfação e frustração próprias das atividades manuais, provocadas pela vontade de fazer as coisas da melhor maneira possível. Parte de três exemplos aparentemente distintos de artífices – o músico, a técnica do laboratório e o carpinteiro – para demonstrar como as atividades manuais estariam comprometidas com valores éticos, e não se restringiriam a simples reprodução mecânica de determinados procedimentos. Assim, no processo de feitura das coisas, o artesão articula a melhor maneira de fazê-las, autonomizando, de certa forma, as motivações do sujeito. Como vimos anteriormente, essa visão assemelha-se a de Gusmão, que considerava ser de maior valia para o aprendiz um

¹⁴⁶ CERTEAU, *op. cit.*, p. 115

¹⁴⁷ SENNETT, *op. cit.*, 2009.

mestre com bons exemplos do que um mestre que só pudesse lhe oferecer os saberes da ciência.

A proposta de Sennett considera que, em todo período de tempo que se queira considerar, o trabalho manual esteve conectado a valores éticos como o do engajamento, isto é, o desejo de fazer da melhor maneira possível. Assim, seria possível refletir sobre si mesmo através do ato de produzir. Deve-se entender como as coisas são feitas, porque o processo de feitura das coisas concretas sempre revela algo a nosso respeito.

Dentro dessa perspectiva, a técnica precisa ser vista como uma questão cultural e não como um simples procedimento mecânico. Todo artífice tem o desejo de fazer alguma coisa bem feita pelo simples prazer da coisa bem feita e do plano antevisto. É a partir dessa premissa que se pode compreender a técnica de laboratório, tentando compreender porque o procedimento não atingiu o resultado esperado ao invés de transferir o problema para que seu superior o resolva. Ou do regente que afina sua orquestra à perfeição, mesmo que para isso exceda o número de horas pelo qual foi contratado. Ou do carpinteiro que poderia vender mais móveis se trabalhasse mais rápido. A preocupação primeira de todos esses artífices é com a qualidade daquilo que fazem. “*Com certeza, é possível se virar na vida sem dedicação. O artífice representa uma condição humana especial: a do engajamento*” .¹⁴⁸ O que determina um ritmo próprio do trabalho.

O autor sustenta que existe uma íntima ligação entre a mão e a cabeça, e que o artífice realiza um diálogo entre as práticas concretas e a ideia. Daí estabelecem-se hábitos prolongados que criam um ritmo entre a detecção de problemas e a solução de problemas. Cria-se uma cultura, uma mentalidade que o guiará no exercício de seu trabalho.

Em todas as proposições descritas até o momento, Sennett recupera parte do argumento surgido no século XIX, em que se lamenta o desaparecimento do artesanato como prática de trabalho, a partir da emergência da industrialização.¹⁴⁹ O autor defende que esse sistema de trabalho persiste, ainda que na era moderna

¹⁴⁸ SENNETT, *op. cit.*, 2009, p. 30

¹⁴⁹ Como vimos, essa idéia também está presente em Rugiu. Cf. RUGIU, *op. cit.*, 1998, p.127-164.

esse seja o artífice imperfeito. Imperfeito porque a era moderna promoveu uma constante desvalorização das atividades práticas. Desvalorização que se tornou ainda maior na medida em que se promoveu uma separação entre a mão e a cabeça:

A habilidade técnica foi desvinculada da imaginação, a realidade tangível, posta em dúvida pela religião, o orgulho pelo próprio trabalho, tratado como luxo. Se o artífice é especial por se engajar como ser humano, nem por isso suas aspirações e dificuldades deixam de espelhar essas questões mais amplas do passado e do presente.¹⁵⁰

Ao apontar para o fato de que o trabalho do artífice tem uma lógica que é própria do processo de trabalho que ele realiza, Sennett vai ao encontro da teoria das práticas cotidianas apontadas por Certeau. Se, no processo do trabalho manual, há uma ligação íntima entre a mão e a cabeça, de modo que para Sennett, fazer é pensar, também nessa assertiva temos que a proposta de que as práticas cotidianas constituem a maneira como as pessoas comuns podem experimentar e reagir à ordem estabelecida. Inserem-se no conjunto de táticas que os usuários têm em mãos para interagirem na sociedade e não se limitarem a ser apenas consumidores passivos.

As reflexões acerca do processo de aprendizagem propostas aqui a partir de Áries, Sennett, Certeau, Ruggie e de Venâncio, referem-se a transmissão de saberes no universo dos homens livres, de uma aprendizagem própria do Antigo Regime, especialmente o português. É preciso pensar de que maneira tais leituras podem contribuir para a análise da prática do ofício de ferreiro entre escravos e libertos nas Minas do ferro oitocentista. Não se trata de simplesmente aplicar tais conceitos ao mundo da escravidão no Brasil, mas eles podem ser elucidativos em nosso objetivo.

¹⁵⁰ SENNETT, *op. cit.*, p. 31.

Quando falamos em uma aprendizagem ligada ao modo de vida, isto também é possível no âmbito de vivência do escravo artesão. A prática de um ofício por parte de cativos inegavelmente segue a lógica de redução de custos e obtenção de lucros de um senhor de escravos. Permite ao mesmo obter produtos e serviços através de escravos hábeis e qualificados, minimizando sua dependência da disponibilidade de tais produtos no mercado.

Contudo, é preciso pensar, que, no universo da escravidão, os escravos não eram sujeitos passivos. Posicionavam-se na sociedade a partir dos elementos que ela os oferecia. Dessa forma, aprendizagem de um ofício podia representar para esses cativos uma alternativa ao trabalho na lavoura, uma maneira de ter mais autonomia no exercício de seu trabalho:

Negar aos escravos níveis de adestramento social e desenvolvimento de conceitos compatíveis ao trabalho livre é ignorar por completo tanto a realidade multifacetada da escravidão, quanto a capacidade dos cativos em criar artifícios de sobrevivência, que por certo, acompanharam os escravos no trajeto de integração ao universo dos homens livres.¹⁵¹

Isso significa que para o escravo ou liberto artesão a prática de um ofício mecânico não é vista por eles como um elemento de depreciação moral, mas constitui o cerne de uma experiência de liberdade. O saber fazer dá a esse cativo a possibilidade de criar uma rotina de trabalho diretamente ligada ao exercício de sua prática. O ofício permite-lhes uma autonomia que não é partilhada por outros escravos que não tenham a sua especialização.

Dessa forma, quando falamos em produção e transformação do ferro, é a própria atividade que dita o ritmo da produção. Desde a extração do minério de ferro, sua preparação, a fundição e forja, o ofício de ferreiro permite a esse escravo uma vivência de trabalho diferenciada dos demais cativos de sua unidade. É uma de suas maneiras de agir de acordo com os recursos que a ordem escravocrata oferecia.

¹⁵¹ WISSENBAACH, *op. cit.*, p. 29.

Cabe aqui, estabelecer uma breve discussão acerca dos conceitos de artesanato e manufatura, para que possamos identificar sob quais critérios estamos considerando as atividades de transformação praticadas pelos escravos e libertos ferreiros nas Minas do ferro.¹⁵²

Para as Minas Gerais Oitocentista, Libby trata por indústria mineira o “conjunto de atividades produtivas visando a transformação de matérias-primas em artigos acabados”.¹⁵³ Distinguindo ainda as etapas do sistema produtivo, considera o artesanato como a atividade desenvolvida na pequena oficina, onde o produtor e o dono da oficina geralmente são a mesma pessoa. O autor chama atenção para o fato de que, nas Minas Gerais do século XIX, esse trabalho podia ser realizado por escravos, podendo ser cativos tanto os mestres de ofício quanto os aprendizes – o que causaria uma distinção entre o produtor e o dono da oficina. Aponta ainda para o uso de ferramentas manuais e a inexistência de uma divisão técnica do trabalho.

O autor aponta como manufatura a atividade de transformação onde há clareza na separação entre o capital e o trabalho. Desenvolve-se em unidades produtivas médias, há ainda o predomínio da ferramenta manual e um início de divisão técnica do trabalho. Mais uma vez o escravismo estabelece novos arranjos para tais atividades, via de regra ser o trabalho assalariado o mais adequado aqui. Para Libby, a produção manufatureira é característica na siderurgia mineira oitocentista.

Por fim, trata por sistema fabril as grandes unidades produtivas com total separação entre capital e trabalho, que apresentam uma complexa divisão do trabalho e em quais a produção se desenvolve através do uso de máquinas.

¹⁵² Para uma visão mais ampla desses processos de produção e as alterações sofridas em sua estrutura pelo advento do capitalismo industrial, ver: HILTON, DOBB & SWEEZY. *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo: um debate*.

Disponível em: <http://blogdorusuca.files.wordpress.com/2011/04/maurice-dobby-outros-a-transic3a7c3a3o-do-feudalismo-para-o-capitalismo.pdf>. Acesso em: 14/03/2011

¹⁵³ LIBBY, *op. cit.*, 1988, p. 14

No contato com as fontes, pudemos perceber que essa distinção não se faz tão claramente no que se refere às experiências de produção de transformação do ferro desenvolvidas por escravos e libertos em nossa área de análise. Seguindo a proposta de Libby, encontramos situações que se enquadrariam em artesanato e manufatura.

Analisemos as tendas localizadas ao longo da cidade, que se destinavam não somente a produção do ferro, mas também a pequenos consertos em vasilhames, ferraduras, ferramentas agrícolas, enfim, remendos que o uso e a rotina de trabalhos sempre tornarão necessários. Essas tendas podem ser de propriedade de libertos, que por sua vez, empregavam escravos. Trabalhavam juntos, as ferramentas eram do dono da tenda. Ou ainda, ambos trabalhavam na tenda de um homem livre branco.

A prática do trabalho por jornal – para os escravos – dava-lhes grande autonomia; deviam pagar os rendimentos do dia a seu senhor, que não necessariamente era ele o proprietário da tenda onde o escravo prestava serviços. Podiam usar ferramentas que eram suas ou do dono da tenda.

Outra situação temos quando o engenho de ferro ou a tenda de ferreiro fazem parte de uma unidade produtiva. A questão da diversidade econômica da região já foi destacada aqui, de forma que a produção e transformação do ferro poderiam ser apenas mais uma das atividades desenvolvidas na fazenda, no intuito de supri-la do máximo possível de produtivos necessários à sobrevivência da família, assim como dos instrumentos de trabalho para a agricultura e/ou outras atividades. O proprietário da fazenda pode ser ferreiro e transmitir o ofício para seus escravos, afim de atender melhor a demanda da fazenda, trabalhando junto com seus cativos. E todos eles podem ser responsáveis tanto pela fundição quanto pela forja do metal. Nesse caso, não temos a separação entre capital e trabalho nem a divisão do trabalho, mas o engenho pode funcionar a partir de malho hidráulico, por exemplo, indicando uma importante melhoria técnica no processo de produção.

Da mesma forma, encontramos unidades de produção mais elaboradas, como a fábrica do Girau, que contava já com um investimento maior em produção, mão de obra e maquinário. Disponha de um malho hidráulico para a forja do ferro e cerca de vinte e cinco funcionários, metade livres e metade escravos. Funcionários que viviam no mesmo local da forja, já que, segundo consta em relato de Saint-Hilaire já citado anteriormente, um dos benefícios de sua localização – além de águas, matas e o minério – era sua terra vermelha, fértil para o plantio e criação de víveres que alimentariam os funcionários. O que indica que, mesmo com sua proporção, as forjas do Girau poderiam ser uma das atividades de uma grande fazenda.

Enfim, estamos chamando atenção para as peculiaridades que tais atividades de produção e transformação do ferro apresentavam em uma sociedade escravista como as Minas do ferro aqui discutidas. Peculiaridades essas que, na experiência prática do trabalho, podem fugir ao rigor dos conceitos de artesanato e manufatura. Contudo, manteremos a conceituação de Libby a princípio, fazendo as devidas considerações quando encontrarmos situação em que, a rigor, ela não se aplique.

Analisando as características sociais dos aprendizes de ferreiro identificados em nossas fontes, nota-se que a transmissão de saberes não tinha início nas fases iniciais da vida, como ocorria nas sociedades européias descritas por Àries e Ruggie.

Na verdade, nos dados dos inventários, não pudemos perceber a existência de um padrão etário para o início da aprendizagem do ofício. Entre os 27 ferreiros listados, quatro deles, todos de propriedade do Alferes Manoel Fernandes Nunes, – um dos proprietários da Fábrica do Girau – foram descritos pela inscrição “com luz de ferreiro”, evidenciando sua condição de aprendiz. São eles: Manoel Sabará, crioulo, de 19 anos; João, crioulo, de 26 anos; Florentino, pardo, de 36 anos; e Joaquim, crioulo, de 21 anos. Isto é, a condição de aprendiz é experimentada por indivíduos de faixas etárias distintas.

Ainda assim, podemos dizer que o ofício é comum entre os jovens, em torno dos 20 a 30 anos. Entre os escravos ferreiros, observamos o predomínio de indivíduos solteiros. Também pudemos observar que a presença de mais de um ferreiro por unidade produtiva investigada não foi a regra. Além do Alferes Manoel, apenas em mais um dos inventários encontramos mais de um escravo ferreiro, o de José Carlos Marques, que quando de sua morte era senhor dos escravos “oficiais de ferreiro” Custódio e Manoel.

Através disso, podemos sugerir algumas questões: que a transmissão desse saber mecânico se dava através dos senhores, ou que tais oficiais ferreiros pudessem trabalhar, por meio de jornal ou por sociedade entre seus donos, em mais de uma unidade. Ou ainda, que essa atividade era desempenhada de maneira rudimentar, servindo apenas para sanar a necessidade de pequenos reparos em instrumentos da lide agrícola e da mineração do ouro.

Ao confrontarmos esses dados com as características identificadas entre os ferreiros representados tanto na lista de reserva da Guarda Nacional de 1833 quanto na Relação Nominal dos Habitantes de Itabira de 1840, novas questões começam a ser evidenciadas. Nota-se um predomínio de pardos e crioulos entre os artífices dessa natureza: na primeira, temos 26 pardos, dois cabras, dois crioulos e apenas três brancos. Todos livres.

Também não podemos identificar a partir da descrição da lista de reserva diferenças quanto ao conhecimento do ofício, isto é, os indivíduos listados estão todos descritos apenas como ferreiros, não havendo possibilidade de distinguir os oficiais dos aprendizes.

Da mesma forma que nos inventários, os ferreiros descritos nas listas pertencem a várias faixas etárias, sendo a menor idade presente 19 anos e a maior sendo a de 58 anos. Contudo, ao contrário do observado nos inventários, a maioria dos indivíduos era casada (apenas seis eram solteiros); o que reforça nossa proposta de que a concepção de laços de parentesco entre os homens de cor praticantes do ofício de ferreiro foi mais comum entre os livres que entre os escravos.

Da segunda fonte obtivemos uma gama maior de informações. Distribuindo a população por quarteirões, a partir de seus dados pudemos identificar a localização desses ferreiros por quarteirão na cidade de Itabira. Tornam-se evidentes a composição dos domicílios de cada um desses ferreiros. Em 1840, o núcleo urbano de Itabira estava dividido em doze quarteirões. A título de consolidação de dados, a partir da relação nominal de seus habitantes, separamos os ferreiros nela presentes de acordo com o quarteirão em que residiam, como descrito nas tabelas abaixo:

Tabela 26 – Ferreiros/Fogos - 1º e 2º Quarteirões. Itabira/1840

Nome	Quart.	Fogo	Situação no fogo	Id.	Cor	Estado Civil	Filhos	Cond.	Descrição
Jerônimo	1º	22	Agregado	18	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Antônio José Ferreira	2º	32	Chefe do domicílio	31	Pardo	Casado	3	Livre	Ferreiro
José	2º	32	Agregado	25	Pardo	Casado	-	Livre	Ferreiro
Pantaleam Bento	2º	41	Agregado	21	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Antônio Correa	2º	50	Agregado	24	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Simplício Coelho	2º	52	Chefe do domicílio	50	Pardo	Viúvo	-	Livre	Ferreiro

Fonte: APM, *Relação Nominal dos Habitantes da Vila de Itabira – 1840.* (MP – Cx 08. Doc 17)

Tabela 27 – Ferreiros/Fogos - 3º Quarteirão. Itabira/1840.

Nome	Quart.	Fogo	Situação no fogo	Id.	Cor	Estado Civil	Filhos	Cond.	Descrição
José Vieira Roiz	3º	56	Chefe do domicílio	31	Crioulo	Casado	1	Livre	Ferreiro
Sebastião Cruz	3º	65	Chefe do domicílio	24	Crioulo	Casado	-	Liberto	Ferreiro
Joaquim Frz. Madeira	3º	66	Chefe do domicílio	27	Pardo	Casado	-	Livre	Fabricante de ferro
Eufrázio	3º	66	Escravo	39	Crioulo	-	-	Cativo	Ferreiro
José de Magalhães Barboza	3º	74	Chefe do domicílio	30	Pardo	Casado	3	Livre	Fabricante de ferro
Joaquim	3º	74	Escravo	44	Crioulo	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro
Gregório	3º	74	Escravo	48	Crioulo	Casado	-	Cativo	Ferreiro
João Coelho	3º	74	Escravo	36	Africano	Casado	-	Liberto	Ferreiro
Antônio Firmino Frz.	3º	81	Chefe do domicílio	32	Pardo	Casado	4	Livre	Ferreiro
Gabriel	3º	81	Agregado	18	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Bento Roiz	3º	85	Chefe do domicílio	23	Pardo	Casado	1	Livre	Ferreiro
D. Maria Luiza da Silva	3º	88	Chefe do domicílio	41	Branca	Viúva	3	Livre	Fabricante de ferro
Mariano	3º	88	Escravo	50	Crioulo	Casado	-	Cativo	Ferreiro
José	3º	88	Escravo	45	Africano	Casado	-	Cativo	Ferreiro
João	3º	88	Escravo	28	Africano	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro
Manoel	3º	88	Escravo	39	Africano	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro
Manoel Moreira de Figueredo	3º	90	Chefe do domicílio	22	Branco	Casado	-	Livre	Fabricante de ferro
Raimundo	3º	90	Escravo	24	Crioulo	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro
Theodoro	3º	93	Escravo	54	Crioulo	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro

Fonte: APM, *Relação Nominal dos Habitantes da Vila de Itabira – 1840.* (MP – Cx 08. Doc 17)

O esboço abaixo representa as lavras da área da cidade, sugerindo a disposição de seu núcleo urbano. Embora, lamentavelmente, o esboço não tenha a data definida, é uma referência do núcleo urbano da cidade de Itabira. Estão representadas as lavras de exploração mais antiga e as lavras de exploração recente, ao centro como “lavras da Serrade Itabira”.¹⁵⁴ Pode-se identificar o Pico do Cauê, a direção das fábricas do Girau e do Onça – que certamente empregavam alguns dos ferreiros aqui retratados – e a Serra de Santana.

No que se refere a identificação desses quarteirões e a divisão das ruas da cidade, não tivemos acesso a nenhum mapa detalhado. Há informações sobre esse arruamento em descrições de bens imóveis nos inventários e na bibliografia consultada. Segue abaixo uma pequena descrição da Itabira em fins do século XIX.

A cidade tem, normalmente, grande números de ruas fantasiadas pelas diversas edidades, que, como em toda parte, de quando em vez divertem-se com essas variedades; mas o povo rotineiro vai continuando a chamá-las por seus primitivos batismos, esquecendo-se facilmente das placas legais. O povo pois as denomina: de Sant’Ana, do Hospital, do Rosário, dos Padres, Direita, do Bongue, das Flores, do Corte, de São José, de Santo Antônio, d’Água Santa, da Saúde, de Traz, do Pará, dos Monjолhos, do Cascalho – dos Porcos – barros da Praia – do Campestre, do Areão, do Caminho Novo e Bom Jardim.¹⁵⁵

¹⁵⁴ Estas lavras foram descritas, com sua produção anual, no relatório do Presidente da Câmara de Itabira ao Presidente da Província de 1854, o que valida a utilização da imagem como referência a Itabira no século XIX, ainda que a fonte não apresentasse a data de sua produção.

¹⁵⁵ ENGRACIA, *op. cit.*, 1898, p. 337.

Imagem 1: Representação das lavras de Itabira. s/d

Fonte: APMI, *Diversos*, Cx. 02.

Alguns dos nomes descritos para ruas continuam dando nomes aos bairros que do povoamento inicial ali surgiram, como é o caso dos atuais bairros Pará, Campestre, Areão e Caminho Novo. As ruas de Santana e Água Santa permanecem como os mesmos nomes; as do Rosário e Saúde têm seus nomes derivados das matrizes que ali se encontram, o que nos permite fazer algumas aproximações.

A Rua Direita, que sai da Casa de Câmara e Cadeia (hoje sede do Arquivo Público Municipal de Itabira), chama-se atualmente Rua Tiradentes e é contígua a Rua Água Santa. Da mesma Rua Direita, ao lado do prédio da Câmara, descia uma ruela que nos conduz à Rua Santana. No topo desta rua encontramos a Rua do Campestre, que, por sua vez, nos indica os caminhos para as Fábricas do Girau e do Onça e da saída da cidade em direção à região Norte da Província.

A Rua do Bongue liga – de forma contígua – a Rua Direita à Rua Água Santa. A Rua das Flores (atual Rua Guarda-Mor Custódio) parte perpendicularmente à antiga Rua Direita e vai dar na Rua de Baixo (atual Rua dos Operários), que é cortada pela Rua dos Porcos (Rua 9 de Outubro).

Da Rua de Baixo, atravessamos a Rua do Matadouro (Praça Acrísio de Alvarenga) e seguindo dali para a Rua dos Monjolos (atual Rua Nova Era) partimos em direção ao Caminho Novo, que por sua vez, é uma área de saída da Itabira em direção a atual João Monlevade – cidade onde o engenheiro que lhe emprestou o nome tinha uma importante fábrica de ferro, já citada aqui .

Sempre que possível, faremos a identificação dos quarteirões dentro do espaço urbano da cidade.

Nos 1º e 2º quarteirões, a maioria dos ferreiros identificados são agregados no fogo, havendo apenas dois entre os seis indivíduos citados que são chefes de domicílio. O que indica que nestes quarteirões, entre os oficiais de ferreiro ali presentes, a aprendizagem não se fazia a partir da transmissão do conhecimento entre pais e filhos.

O terceiro quarteirão, com 19 ferreiros listados, nos apresenta uma distinção quanto à descrição desses indivíduos: 15 deles são ferreiros e 04 fabricantes de ferro. Acreditamos que essa última descrição se refere ao proprietário da forja ou do “engenho de fazer ferro”, mesmo que este não seja necessariamente ferreiro – termo que indica o domínio pessoal do ofício. É o caso de Dona Maria Luiza da Silva, chefe do domicílio 88, que certamente herdou de seu falecido marido a forja e 49 escravos, entre os quais, três eram ferreiros. Aqui podemos perceber um indício de distinção entre artesanato e manufatura. A expressão fabricante de ferro poderia ter sido usada, por exemplo, para identificar os proprietários das duas instalações maiores, as Fábricas do Girau e do Onça, que seriam qualificadas como manufaturas. As demais experiências de produção e transformação do ferro, disseminadas pelas diversas tendas de ferreiro espalhadas pela cidade poderiam ser entendidas como artesanato.

Acreditamos que esse quarteirão se localiza na área central da cidade: seria próximo à Rua de Baixo (uma rua que sai como bifurcação da Rua Flores, que, como já dissemos, é chamada hoje de Rua dos Operários. O nome, diziam os antigos, se deve ao fato de ali residirem vários mestres de ofício). Essa localização explicaria a concentração de ferreiros nessa parte da cidade: área de saída em direção a uma Fábrica de ferro de grande porte, de entrada de saída de comerciantes, de tropeiros, que poderiam precisar dos serviços oferecidos por tendas de ferreiros para consertos em utensílios da tropa.

É preciso lembrar que o trabalho com o minério de ferro compreenderia então algumas etapas: sua extração, a fundição do minério para se adquirir o ferro derretido e a forja, que se refere aos processos de produção da barra de ferro e de dar a esta a forma do produto desejado. Em nossas fontes, encontramos apenas essas duas distinções – ferreiro e fabricante de ferro. Não havendo distinção entre os trabalhos do fundidor – o que transforma o minério de ferro em ferro para ser trabalhado - e os do malhador - que daria a forma ao ferro fundido. O que implicaria na inexistência – ou precariedade – de uma divisão do trabalho aos moldes do conceito de manufatura aqui apresentado.

A relação das lojas boticas, fabricantes de ferro e demais negócios da Capela de Nossa Senhora do Socorro, em 1829, foi um dos poucos documentos em que percebemos alguma especialização. Nesta, os fabricantes de ferro Pantaleão Pessoa e José Pereira do Rêgo foram descritos com a observação “só de fundir”.¹⁵⁶ De modo que, na ausência dessa especificação, estamos considerando a descrição ferreiro abrangente aos dois processos, fundição e forja do ferro.

Ainda no que se refere aos ferreiros residentes no 3º quarteirão, temos uma presença maior de ferreiros em um mesmo fogo. Da mesma forma, já podemos identificar o chefe do domicílio descrito como ferreiro ou fabricante de ferro, (domicílios 74 e 88), partilhando a ocupação com escravos ou agregados.

Dos 19 habitantes trabalhadores do ferro deste quarteirão, seis são chefes do domicílio, sendo uma mulher, Maria Luiza da Silva, descrita como fabricante de ferro, que sendo viúva, é possivelmente herdeira da forja do marido, mantendo-a ativa. Era uma mulher rica, sabia ler, possuía 49 escravos, ente os quais quatro eram ferreiros (três deles africanos).

Nas outras casas em que encontramos chefe de domicílio e escravos ferreiros, os primeiros também são descritos como fabricantes de ferro (fogos 66, 74 e 90). Mais uma vez, a relação de hereditariedade na transmissão do ofício não se verifica. Para os escravos, a aprendizagem aqui apresenta-se como resultado da convivência com outros ferreiros, fossem eles outros escravos, seu senhor ou outros ferreiros livres. Uma aprendizagem ligada à experiência prática do cotidiano.

Quanto à origem desses ferreiros, temos o seguinte quadro: um branco, – não enumeramos D. Maria Luiza da Silva, uma vez que ela não pratica tal ocupação, apenas herdou os bens do marido que, ele sim, poderia ser ferreiro – cinco pardos, oito crioulos e quatro africanos. Mais uma vez, nota-se o predomínio da população de cor entre tais oficiais e aprendizes do ferro.

¹⁵⁶ APMI, Fundo da Câmara Municipal. *Relação de lojas, boticas, fábricas de ferro e casas de negócios da Capela de Nossa Senhora do Socorro. 1829. Cx. 01 A.*

No que se refere à relação entre cor e condição, identificamos entre os crioulos o predomínio de cativos (um livre, seis cativos e um liberto). Entre os pardos, todos são livres, chefes de domicílio e casados. Reforça-se aqui a presença minoritária dos africanos no grupo.

Temos aqui a situação de Sebastião Cruz, ferreiro de 24 anos, chefe do domicílio de 65, liberto. Sebastião é casado com Antonia Maria, crioula de 40 anos, livre, que trabalha como costureira e é mãe de Sebastiana, também crioula de 13 anos. Este domicílio representa uma situação clara em que a liberdade se fez presente. Não podemos afirmar, apenas por esses dados, que a alforria de Sebastião fora conseguida pelo fato de ser ferreiro. Mas é este ofício, sem dúvida, que permite a ele viver entre os livres como chefe de um domicílio, com outros crioulos livres, na área central da Itabira.

Outro liberto identificado é João Coelho, africano de 36 anos, casado, residente no domicílio de José de Magalhães Barboza. É possível que João Coelho tivesse sido escravo do mesmo José de Magalhães – uma vez que este tem ainda mais dois escravos ferreiros, Joaquim e Gregório, ambos crioulos – e tivesse permanecido junto a seu ex-senhor, proprietário da forja, para que pudesse continuar vivendo de seu ofício.

Em se tratando de uma área central, é provável que todos esses ferreiros tivessem ampla circulação uns com os outros. De modo que, assim como aponta Sennett, o aprender o ofício de ferreiro se dava a partir de sua prática, isto é, aprendia-se fazendo. Não havia um aprendizado longo, como no caso das corporações de ofício da Europa Ocidental, e nem mesmo esse era iniciado na tenra idade entre nossos homens de cor, dada a falta de um padrão consistente quando observamos a idade dos ferreiros identificados. Como nem todos eram proprietários de forja, poderiam trabalhar em conjunto nas instalações dos fabricantes de ferro ali presentes. Conviviam. Assim, a experiência da aprendizagem desse ofício, nas Minas do Ferro escravista, era inerente ao modo de vida dos escravos e libertos que nela se envolveram.

A disposição dos ferreiros dos 4º, 5º quarteirões está descrita na tabela abaixo:

Tabela 28 – Ferreiros/Fogos - 4º e 5º Quarteirões. Itabira/1840

Nome	Quart.	Fogo	Situação no fogo	Id.	Cor	Estado Civil	Filhos	Cond.	Descrição
Firmiano Moreira	4º	105	Agregado	37	Pardo	Casado	-	Liberto	Ferreiro
Francisco de Paula Veneza	4º	106	Chefe do domicílio	45	Pardo	Casado	1	Livre	Ferreiro
Manoel Barboza de Miranda	4º	139	Chefe do domicílio	40	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Manoel Policarpo	4º	142	Chefe do domicílio	30	Crioulo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Eleutério de Freitas	4º	149	Chefe do domicílio	40	Crioulo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
José Vicente Ferreira	4º	154	Chefe do domicílio	41	Pardo	Casado	2	Livre	Ferreiro
Luiz Frz. De Freitas	4º	159	Chefe do domicílio	41	Pardo	Casado	2	Livre	Ferreiro
Joaquim Leandro	4º	181	Chefe do domicílio	50	Crioulo	Casado	2	Livre	Ferreiro
Antônio Faustino	5º	214	Agregado	19	Pardo	Solteiro	-		Ferreiro
João dos Santos	5º	229	Escravo	40	Pardo	Solteiro	-	Cativo	ferreiro
Modesto da Fonseca	5º	238	Chefe do domicílio	24	Pardo	Casado	-	Livre	Ferreiro

Fonte: APM, *Relação Nominal dos Habitantes da Vila de Itabira – 1840*. (MP – Cx 08. Doc 17)

Nos 4º e 5º quarteirões, mais uma vez predomina entre os ferreiros a população de cor. Trata-se de domicílios pequenos, compostos pelos chefes do domicílio, seus familiares, outros crioulos e pardos livres, libertos ou escravos. Da mesma maneira, temos um predomínio de chefes de domicílios entre os ferreiros identificados nesses quarteirões. Homens de cor que a partir do ofício de ferreiro, buscavam se inserir no mundo dos livres e através dele, demonstrar sua condição liberta.

Encontramos também nesses quarteirões Maria Francisca de Assis, parda, de 53 anos, solteira, fazendeira, Jerônimo Machado Porto, pardo de 46 anos, livre, negociante e Fernando Antonio Drummond, branco, de 23 anos, casado, comerciante.

Maria Francisca divide seu fogo com mais dois indivíduos livres, dois libertos e dois escravos. Um dos libertos é o ferreiro Firmiano Moreira, pardo de 37 anos, casado, descrito apenas como ferreiro. Firmiano é casado com Francisca Rosa Mendes, também parda e liberta, de 27 anos, que vive de seu ofício de costureira.

Trata-se de um fogo formado predominantemente por escravos e libertos, que vivem de si a partir dos ofícios que prestam na cidade de Itabira. Não podemos afirmar se há laços de parentesco entre eles, embora seja possível, pela disposição dos nomes e pelas idades das mesmas, que Francisca, esposa de Firmino, seja filha de Maria Francisca. De toda maneira, buscam juntos uma forma de sobrevivência nesta sociedade escravista.

Também a presença de escravos entre eles demonstra uma prática comum entre os libertos: de, sempre que possível, a partir da propriedade de escravos, superar seu passado de cativo.

O ferreiro Firmiano e sua esposa são os únicos do domicílio que possuem um ofício definido. Como ferreiro, Firmiano pode oferecer seus serviços para as fábricas da região, como a do Girau e do Onça, ou mesmo, trabalhar por jornal junto a outros proprietários de forjas na cidade ou com outros ferreiros livres. Também poderia ter uma tenda, na qual trabalhariam com ele outros ferreiros, livres ou escravos das proximidades.

Observamos nesse domicílio uma situação que, como veremos, se repetirá em outros analisados adiante: o casamento entre ferreiros (livres, pardos ou crioulos), com crioulas ou pardas livres que praticam o ofício de costureira. Ou seja, situação de uniões entre indivíduos artesãos e autônomos, prestando serviços para os habitantes da cidade e/ou para viajantes que por ali passavam.

É preciso considerar também que, conforme já foi dito, a localização de Itabira é um ponto estratégico no caminho que liga as áreas de mineração antiga com o norte de Minas. A passagem de tropas poderia ser algo freqüente ali e que seriam uma demanda para os serviços das tendas de ferreiro que ali se localizavam. Consertos em utensílios desgastados pelo uso e pelas viagens poderiam ser feitos por ferreiros como Firmiano.

Da mesma forma, Francisca, como costureira, poderia fazer remendos em roupas poídas pelo tempo e pelo desgaste do uso, tanto desses viajantes como de habitantes da Cidade. O ofício é para ambos a maneira de consolidar a liberdade já conquistada.

Outro chefe de domicílio desses quarteirões que não é ferreiro é Jerônimo Machado Porto, pardo de 46 anos, negociante. Casado com a parda Beatriz Nunes, de 30 anos, costureira livre, Jerônimo vive junto a seus quatro filhos, dois escravos e o livre Antonio Faustino, pardo de 19 anos, que pratica o ofício de ferreiro. Faustino não é filho de Beatriz Nunes, o que sabemos ao comparar a idade dos dois. Também não existem outros ferreiros em seu domicílio. Dessa forma, a aprendizagem e o exercício de seu ofício ocorreria aqui através do trabalho em conjunto com outros ferreiros, isto é, uma aprendizagem marcada pela convivência, socializada pela prática.

Fernando Antonio Drummond, branco de 33 anos, casado com Tereza Miguelina, é negociante e proprietário de sete escravos, entre eles João dos Santos. João é pardo, tem 40 anos, é solteiro e descrito na relação nominal como ferreiro. É o único ferreiro do domicílio em que reside. Embora não fosse ferreiro, por ser um negociante, Fernando Antonio poderia ser proprietário de uma tenda na qual utilizava os serviços de João dos Santos para vender os artigos de ferro por ele produzido. Ali também poderiam trabalhar Antonio Faustino, Joaquim Leandro, Firmiano Moreira, entre os outros ferreiros que viviam nas proximidades de seu fogo. Na sequência, temos os ferreiros identificados nos 6º e 7º quarteirões:

Tabela 29 – Ferreiros/Fogos - 6º e 7º Quarteirões. Itabira/1840.

Nome	Quart.	Fogo	Situação no fogo	Id.	Cor	Estado Civil	Filhos	Cond.	Descrição
Antônio Coelho	6º	277	Chefe do domicílio	51	Pardo	Casado	-	Livre	Ferreiro
José Amaro	6º	277		22	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Antônio	6º	277		18	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Thomé	6º	277		20	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Manoel	6º	277		16	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Claudino	6º	277		14	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Pacífico Filho	6º	303	Agregado	22	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Luiz	6º	303	Escravo	46	Africano	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro
Luiz	6º	303	Escravo	26	Africano	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro
Archanjo Teixeira	6º	304	Chefe do domicílio	40	Pardo	Casado	-	Livre	Ferreiro
Manoel	6º	304	Agregado	21	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Francisco	6º	304	Agregado	18	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Narcizo Teixeira	7º	330	Chefe do domicílio	71	Pardo	Casado	-	Livre	Ferreiro
José	7º	330	Escravo	40	Africano	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro

Fonte: AM, *Relação Nominal dos Habitantes da Vila de Itabira – 1840*. (MP – Cx 08. Doc 17)

No 6º quarteirão encontramos um caso em especial deve ser considerado aqui, justamente por não se enquadrar no padrão de aprendizagem encontrado comumente nos fogos até aqui discutidos. Trata-se do domicílio 277, quem tem como chefe Antonio Coelho.

Antonio Coelho, pardo de 51 anos, casado com a parda livre Maria Joana, de 41 anos, é descrito como ferreiro. O casal divide a residência com mais cinco homens livres, todos ferreiros, que pela idade e disposição na lista, devem ser seus filhos. São eles: José Amaro, pardo de 22 anos; Antonio, pardo de 18 anos; Thomé, pardo de 20 anos, Manoel, pardo de 16 anos e Claudino, pardo de 14 anos. Todos eles são livres e solteiros. Nesse caso, a aprendizagem do ofício pode ter se dado pela transmissão do ofício de pai para filho, compreendendo uma prática exercida entre todos os homens membros da família. Há aqui uma aprendizagem que se assemelha a experiência européia apontada por Rugiu e Àries. A transmissão de saberes mecânicos por hereditariedade e tendo início na infância, uma vez que, o fato de encontrarmos na documentação os filhos de Antonio Pedro já crescidos não significa que o seu contato com o ofício de ferreiro tenha se iniciado no momento em que conseguimos apreendê-los na fonte. Tal aprendizagem certamente inicia-se bem antes disso. Aprendizagem realizada no ambiente doméstico e familiar, com instrumentos próprios, dominando todo processo de trabalho e da qual os frutos são revertidos para a manutenção da unidade produtiva familiar. Um exemplo típico do modelo clássico de produção artesanal.

Os outros oito ferreiros encontrados nos 6º e 7º quarteirões estão distribuídos em três domicílios, os fogos 303, 304 e 330.

José Filho Ferreira, pardo de 80 anos, solteiro, com a ocupação de negociante, é chefe do domicílio 303, onde residem mais dois homens livres e dois cativos. Entre esses, temos Pacífico Filho, pardo solteiro de 22 anos, ferreiro e que pode ser filho do dito José. Os escravos Luiz, africano de 26 anos e o também Luiz, também africano, de 26 anos, ambos solteiros, são descritos como ferreiros.

No fogo 304, o ofício de ferreiro é ocupação do chefe, Arcanjo Teixeira, pardo de 40 anos, casado, livre (sabe ler) e dois habitantes livres, Manoel e Francisco, que devem ser filhos do casal. Arcanjo tem 40 anos, é pardo, livre e casado. Manoel, de 21 anos e Francisco, de 18, partilham com o chefe do domicílio a cor, a condição jurídica e o ofício. Considerando Manoel e Francisco filhos de Arcanjo Teixeira, esse é mais um dos poucos casos em que temos a transmissão geracional do ofício para fogos formados por ferreiros de cor.

Narcizo Teixeira, ferreiro livre de 71 anos, casado com a parda Maria, de 39 anos, é chefe do domicílio de número 330. Com o casal moram mais 3 escravos, entre eles João, de origem africana, solteiro, também ferreiro, sem idade definida.

A estrutura dos domicílios de ferreiros dos 8º e 9º quarteirões, observa-se abaixo:

Tabela 30- Ferreiros/Fogos - 8º e 9º Quarteirões. Itabira/1840.

Nome	Quart.	Fogo	Situação no fogo	Id.	Cor	Estado Civil	Filhos	Cond.	Descrição
Francisco	8º	375		19	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Manoel	8º	386		22	Crioulo	Solteiro	-	Livre	Solteiro
Manoel Ferreira	8º	392	Chefe do domicílio	40	Crioulo	Casado	-	Livre	Ferreiro
José Coelho	8º	408	Chefe do domicílio	23	Africano	Casado	1	Liberto	Ferreiro
Francisco Romão	9º	485	Agregado	20	Pardaça	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Ângelo	9º	485	Agregado	20	Pardaça	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Manoel	9º	485	Agregado	20	Crioulo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
José	9º	485	Agregado	16	Pardaça	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
João	9º	486	Agregado	20	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Francisco	9º	495	Agregado	20	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro

Fonte: APM, *Relação Nominal dos Habitantes da Vila de Itabira – 1840.* (MP – Cx 08. Doc 17)

Trataremos aqui dois fogos em especial: de Manoel José dos Santos (fogo 375), e o de Felícia Fernandes (fogo 485).

Manoel José dos Santos, pardo de 61 anos, é um negociante livre casado com a parda livre Joana, de 42 anos. Nesta casa há também o ferreiro Francisco, pardo livre, de 19 anos, filho do casal. Moram ali apenas os três. O inventário de Manoel, datado de 1863, continha em sua descrição de bens parte em terras na Fazenda do Monjolo, na qual havia 120 alqueires de milho, avaliado tudo em 1:200\$000; terras de cultura no lugar denominado Chapadão, com 43 alqueires de milho, avaliadas em 516\$000.

Manoel deixava também quatro escravos sem ocupação definida.¹⁵⁷ O monte-mor de seus bens equivale a 3:646\$000. Ao que tudo indica, esses escravos trabalham nas terras ou da Fazenda dos Monjolos ou no Chapadão, uma vez que não foram listados na relação nominal de 1840 como integrantes do fogo 375.

Notadamente, não foi com seu pai que Francisco aprendeu seu ofício de ferreiro. O inventário de Manoel dos Santos não indicava elementos de ferro ou que pudessem indicar que em suas propriedades havia alguma tenda de ferreiro. Certamente, o processo de aprendizagem de Francisco nas artes do ferro se fez a partir da convivência com outros artesãos que trabalhavam nas vizinhanças. Contudo, o produto de seu trabalho poderia também atender a demanda por instrumentos agrícolas nas terras de seu pai.

Já Felícia Fernandes, parda de 40 anos, é livre e solteira, vivendo de seu trabalho de lavadeira. É chefe do fogo 485, do 9º quarteirão, onde estão descritos também mais cinco homens livres e solteiros. Destes, quatro são ferreiros: Francisco Romão, pardo de 20 anos ; Angelo, pardo de 20 anos; Manoel, pardo, também de 20 anos e o pardo José, de 16 anos. Possivelmente filhos de Felícia. Trata-se de um fogo composto por indivíduos de cor que vivem de seu trabalho, a partir dos serviços que prestam para os habitantes da cidade de Itabira. O ofício de ferreiro está presente como a atividade desenvolvida por praticamente todos os homens deste domicílio, pela idade, certamente eram aprendizes.

Possivelmente, esses ferreiros trabalham juntos, oferecendo seus serviços aos proprietários de forjas da cidade, juntamente com outros ferreiros livres, libertos e escravos. Há também a possibilidade serem eles autônomos, trabalhando em sua própria tenda de ferreiro.

A tabela 31 indica os ferreiros que ocupam os 10º, 11º e 12º quarteirões da cidade de Itabira, área em que encontramos a maior concentração de ferreiros:

¹⁵⁷ A Fazenda Chapadão localizava-se fora dos limites da Cidade, em direção a Caeté. Acabou dando origem a uma comunidade rural que por muito tempo chamou-se Chapada, onde haviam pequenas propriedades agrícolas e de criação de animais. Atualmente esta área foi rebatizada como Bairro Boa Esperança. Contudo, acreditamos que a residência descrita na relação nominal como fogo 375 do 6º quarteirão se refere a outra propriedade, devida a distância que a Fazenda Chapadão estava do núcleo da cidade.

Tabela 31 – Ferreiros /Fogos - 10º, 11 e 12º Quarteirões. Itabira/1840.

Nome	Quart.	Fogo	Situação no fogo	Id.	Cor	Estado Civil	Filhos	Cond.	Descrição
José Caetano	10º	506	Chefe do domicílio	40	Branco	Casado	4	Livre	Ferreiro
Domingos Teixeira	10º	516	Agregado	14	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Manoel Teixeira de Figueredo	10º	531	Escravo	25	Crioulo	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro
Cláudio Muniz Lopes	10º	539	Chefe do domicílio	49	Pardo	Casado	5	Livre	Ferreiro
Manoel	10º	539	Filho do chefe do domicílio	18	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Tomaz Francisco (Cardoso ou Cordeiro)	10º	564	Chefe do domicílio	25	Crioulo	Casado	2	Livre	Ferreiro
Joaquim Muniz Roriz	10º	574	Chefe do domicílio	24	Pardo	Casado	4	Livre	Ferreiro
Felisberto Ferreira dos Santos	10º	580	Chefe do domicílio	35	Pardo	Casado	6	Livre	Ferreiro
Rafael Frz. Silva	10º	583	Chefe do domicílio	25	Pardo	Casado	2	Livre	Ferreiro
Manoel	10º	585	Filho do chefe do domicílio	34	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Bento	10º	585	Filho do chefe do domicílio	16	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
José	10º	585	Filho do chefe do domicílio	15	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Manoel dos Santos	11º	587	Chefe do domicílio	52	Crioulo	Casado	3	Liberto	Ferreiro
Antônio Carreiro	11º	589	Chefe do domicílio	25	Crioulo	Casado	2	Livre	Ferreiro
Rufino	11º	593	Escravo	20	Pardo	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro
Antonio Justino Fernandes	11º	594	Chefe do domicílio	25	Pardo	Casado	3	Livre	Ferreiro
Manoel Justino Fernandes	11º	595	Chefe do domicílio	29	Pardo	Casado	1	Livre	Ferreiro
Camilo Roiz Pereira	11º	596	Chefe do domicílio	28	Pardo	Casado	2	Livre	Ferreiro
Antônio Ferreira da Rocha	11º	599	Chefe do domicílio	30	Pardo	Casado	2	Livre	Ferreiro
Lizardo	11º	602	Filho do chefe do domicílio	20	Branco	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Joaquim	11º	603	Escravo	37	Pardo	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro
Juvenal	11º	603	Escravo	25	Pardo	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro
Joaquim Frz. Muniz	11º	604	Chefe do domicílio	50	Pardo	Casado	1	Livre	Ferreiro
José Mendes de Brito	11º	605	Chefe do domicílio	30	Pardo	Casado	3	Livre	Ferreiro
Raimundo	11º	606	Escravo	50	Crioulo	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro

José Antônio Ferreira	11°	609	Chefe do domicílio	50	Pardo	Casado	-	Livre	Ferreiro
José dos Santos	11°	616	Chefe do domicílio	30	Crioulo	Casado	2	Livre	Ferreiro
Justino Nartão	11°	625	Chefe do domicílio	35	Crioulo	Casado	1	Livre	Ferreiro
Joaquim Ferreira Pinto	11°	628	Filho do chefe do domicílio	16	Crioulo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
José Pereira	11°	630	Chefe do domicílio	30	Crioulo	Casado	1	Livre	Ferreiro
Vitorino Nunes	11°	646	Chefe do domicílio	35	Pardo	Casado	1	Livre	Ferreiro
Manoel Antônio Nunes	11°	653	Chefe do domicílio	24	Pardo	Casado	1	Livre	Ferreiro
Miguel Vieira	11°	660	Chefe do domicílio	70	Crioulo	Casado	5	Livre	Ferreiro
Francisco Sardinha	11°	662	Chefe do domicílio	33	Pardo	Casado	6	Livre	Ferreiro
Joaquim	11°	688	Filho do chefe	19	Branco	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
José	11°	688	Filho do chefe	15	Branco	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Joaquim Gonçalves	11°	690	Chefe do domicílio	36	Branco	Casado	3	Livre	Ferreiro
Estevão Gonçalves	11°	691	Chefe do domicílio	38	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Felisberto Carneiro dos Santos	11°	696	Chefe do domicílio	24	Crioulo	Casado	-	Livre	Ferreiro
José Silvério de Souza	11°	697	Chefe do domicílio	24	Pardo	Casado	1	Livre	Ferreiro
Felipe	11°	699	Escravo	30	Pardo	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro
Ricardo	11°	699	Escravo	25	Crioulo	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro
Antônio Brandão	12°	756	Chefe	36	Crioulo	Casado	2	Livre	Ferreiro
Joaquim José	12°	769	Chefe	30	Pardo	Casado	1	Livre	Ferreiro
Francisco	12°	773	Escravo	36	Africano	Casado	-	Cativo	Ferreiro

Fonte: APM, *Relação Nominal dos Habitantes da Vila de Itabira – 1840*. (MP – Cx 08. Doc 17)

A partir dessa disposição por fogos dos ferreiros, podemos identificar que existem três focos de maior concentração desses artífices na Cidade de Itabira: os 3°, 10° e 11° quarteirões. O primeiro com 19 indicações (15 ferreiros e 4 fabricantes de ferro); o segundo com 12 indivíduos (todos ferreiros) e o último, com a maior quantidade de ferreiros em um mesmo quarteirão, com 30 indivíduos, todos eles descritos como ferreiros.

Observando a disposição geográfica destes dos 10º, 11º e 12º quarteirões, nota-se que a maioria dos oficiais e aprendizes ferreiros de Itabira residem nas saídas da cidade em direção ao Distrito de Santa Maria, nas proximidades da área denominada Campestre (ver imagem 2).¹⁵⁸ Também é este o caminho a se fazer para chegar a fábrica do Girau e para seguir em direção ao norte da Província de Minas Gerais.

Já apontamos para o fato de que, no século XIX, na região norte de Minas estava em desenvolvimento a lavoura de algodão, além dos núcleos diamantíferos, que requeriam de ferramentas e instrumentos de ferro que as tropas de passagem por Itabira poderiam ali adquirir.¹⁵⁹ Assim, podemos definir essa área como uma “rua dos ferreiros”.

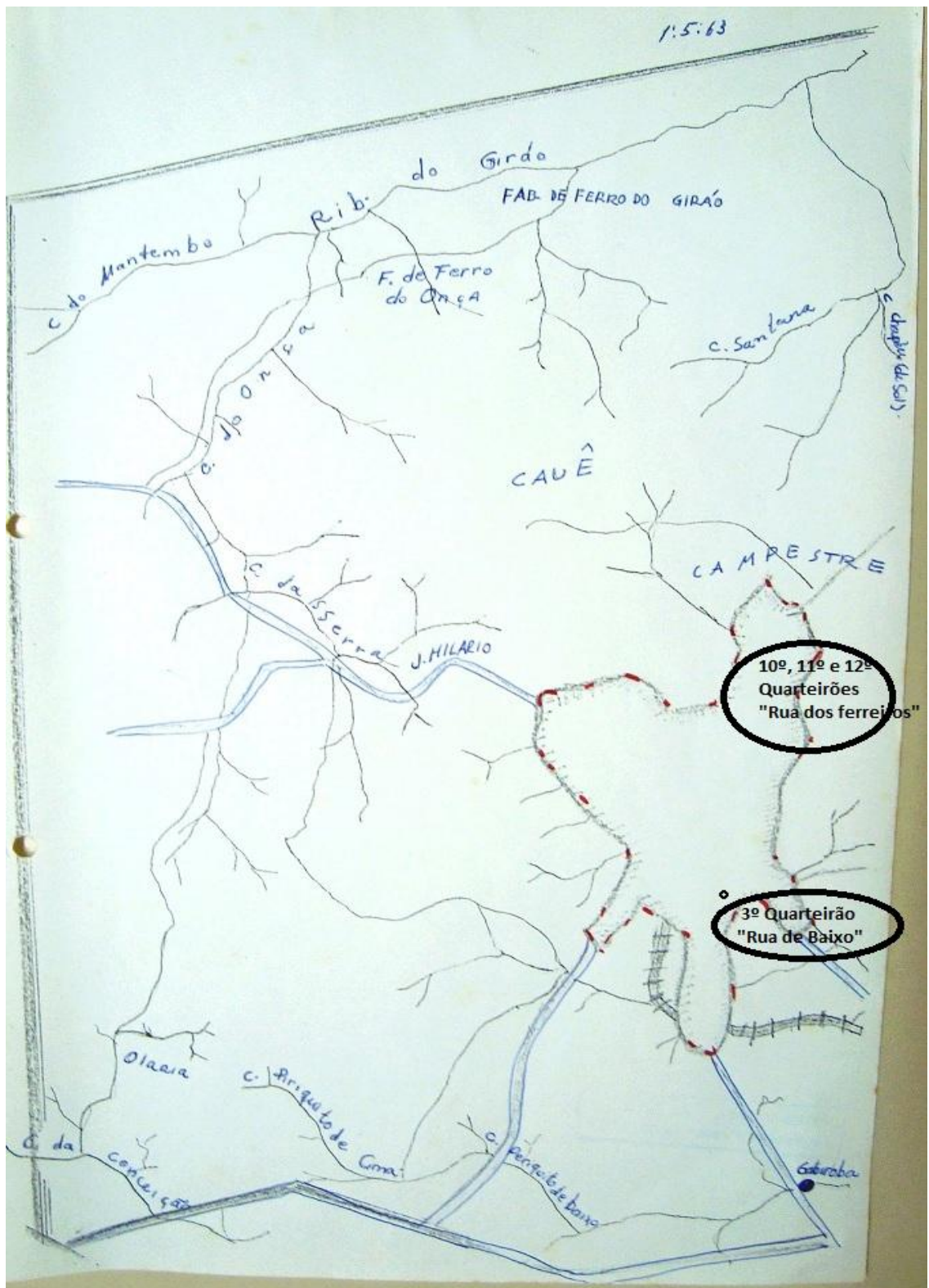
A imagem abaixo permite que visualizemos a área em que se localizam esses quarteirões, que chamamos a partir daqui de “rua dos ferreiros”. (Não se trata de uma rua apenas, mas uma área no espaço urbano da Itabira em que encontramos uma concentração maior desses artífices.)

A imagem a seguir apresenta um esboço do espaço urbano:

¹⁵⁸ A identificação da localização destes quarteirões se faz devido ao fragmento de documento encontrado, indicando a residência de José Evaristo da Cruz, morador no fogo 12 do 14º quarteirão, no Bairro Campestre. Cf: APMI, *Diversos*, Cx. 02.

¹⁵⁹ Sobre o Norte de Minas oitocentista ver: PAIVA, *op. cit.*, 1996, p. 118-127

Imagem 2: Esboço da cidade de Itabira – s/d



Fonte: APMI, Diversos, Cx. 02.

Trabalharemos as características desses oficiais e aprendizes ferreiros identificados na rua dos ferreiros a partir de seu posicionamento no fogo: fogos de homem branco chefe do domicílio e ferreiro; fogos de homem ou mulher brancos com livres ou escravos ferreiros; fogos de pardos e/ou crioulos chefes do domicílio e ferreiro; fogos de pardos e/ou crioulos com agregados, filhos ou cativos ferreiros.

Na primeira situação, isto é, fogos em que o chefe do domicílio é branco e ferreiro, temos os seguintes casos: José Caetano, residente no 10º quarteirão (fogo 506); Joaquim Gonçalves, residente ao 11º quarteirão (fogo 690). Além de três situações de homens brancos ferreiros que são filhos do chefe do domicílio: Lizardo, residente no 11º quarteirão (fogo 602), e os irmãos Joaquim e José (ambos no domicílio 688).

José Caetano Lima, branco, tem 40 anos, é casado com Izidora Maria, também branca, costureira de 30 anos. Com o casal residem seus quatro filhos menores, que estão na escola e mais um homem livre. José não tem outro ferreiro em seu domicílio, e provavelmente desenvolve seu ofício juntamente com outros ferreiros de sua redondeza. Poderia ser proprietário de uma tenda, atendendo a transeuntes e viajantes. Assim como também o faria sua esposa, Izidora Maria, prestando serviços como costureira.

O ferreiro Joaquim Gonçalves, de 36 anos, sabe ler e é casado com a branca Ignácia, de 30 anos. O casal tem três filhos, entre os quais nenhum partilha o ofício do pai.

Já Lizardo, jovem branco de 20 anos, é solteiro, e reside junto a seu pai, Joaquim José Carneiro, de 50 anos, de profissão lavrador, a sua mãe, a costureira branca de 40 anos, Maria Joaquina, a seus nove irmãos e a um cativo que serve a família. Nenhum de seus irmãos partilha a sua habilidade no trabalho com o ferro, e o único escravo de posse do casal, que não tinha ocupação definida na documentação, pode ser um aprendiz ou auxiliar nos demais serviços.

Os irmãos Joaquim, de 19 anos e José, de 15 anos, ambos solteiros, partilham o mesmo saber mecânico. O chefe do domicílio é o pai dos ferreiros, José Gomes da Silva, lavrador, de 50 anos de idade.

Residem ainda neste fogo a esposa de José Gomes, Rosa Maria das Neves, branca de 30 anos, que, pela idade, não é a mãe pelo menos do ferreiro Joaquim. É possivelmente um segundo casamento de José Gomes. Também ali moram os nove filhos menores do chefe do domicílio. Estes sim podem ser filhos também de Rosa Maria, além de seis escravos, nenhum deles com ocupação definida. Neste caso, observamos uma situação em que temos o saber direcionado pela convivência com outros artesãos aliado a um processo de transmissão de ofício realizado no seio da família, aos moldes da aprendizagem tradicional.

Embora a população branca não seja o objeto desta pesquisa, discutiremos aqui estes dados a título de comparação. Não verificamos em nenhum desses casos citados acima, referentes aos domicílios dos 10º, 11º e 12º quarteirões a transmissão hereditária do ofício de ferreiro, embora tenhamos verificado casos de familiares compartilhando o domínio de um saber artesanal.

Nos casos citados para estes últimos quarteirões, os dados indicam que a transmissão de saberes mecânicos se faz pela convivência com outros oficiais. A ausência de cartas de exame de ofício entre esses oficiais ferreiros demonstra que a organização e representação institucionalizada junto às Câmaras Municipais não se faz presente no século XIX como o foi no setecentos, conforme apontaram para Vila Rica, São Paulo e Salvador, Menezes, Libby e Flexor.¹⁶⁰

¹⁶⁰ Cf: MENEZES, *op. cit.*, 2003, LIBBY, *op. cit.* 2006, e FLEXOR, *op. cit.*, 1974, 1984. Não encontramos cartas de exame do ofício de ferreiro ou de nenhum outro na documentação do APMI. As únicas encontradas se referiam a profissionais da área médica, como parteiras e cirurgiões. É preciso considerar aqui o estado de organização do acervo do APMI. A documentação pertencente ao “Fundo da Câmara Municipal” não está organizada por tipologia de fontes, mas apenas por sequência cronológica. Trata-se de uma ampla documentação que, devido ao tempo necessário para um levantamento completo foi consultada apenas parcialmente. Podem haver cartas de exame de ofício nesta documentação, mas o estado de organização do acervo impediu que sua consulta fosse plenamente realizada em tempo hábil para conclusão deste trabalho.

Entre os domicílios de homens ou mulheres brancos com livres ou escravos ferreiros temos os de: Maria Joaquina de Jesus, no domicílio 531; D. Maria Joaquina de Jesus, homônima da primeira, mas residente no fogo 603; Antonio Pedro do Rego e Joaquim da Costa Lage.

D. Maria Joaquina de Jesus tem 30 anos, é viúva e vive de seu trabalho como costureira. Em seu domicílio estão ainda seus três filhos e seis escravos. Entre seus cativos, encontramos Adão, crioulo de 25 anos, solteiro, descrito na documentação como ferreiro.

Nas proximidades dessa, encontramos outra D. Maria Joaquina de Jesus. Esta, também viúva, tem 80 anos, sabe ler, é descrita com a ocupação lavradora. D. Maria Joaquina tem 11 escravos, entre os quais os ferreiros Joaquim e Juvenal. Ambos pardos e solteiros, o primeiro com 37 anos e o segundo com 25 anos.

Outro domicílio com as características do primeiro grupo destacado é o de Antonio Pedro do Rego. Residente no domicílio 606 do 11º quarteirão, Antonio Pedro tem 48 anos, é casado com Ana Thereza, de 40 anos. É lavrador, sabe ler e é proprietário de cinco escravos. Raimundo, um desses escravos, é crioulo, tem 50 anos, é solteiro e ferreiro.

A presença de Raimundo entre os cativos de Antonio Pedro se mostra ainda mais elucidativa ao encontrarmos o nome de seu proprietário entre os herdeiros dos bens de D. Maria Joaquina de Jesus, mãe de Antonio Pedro, cujo processo de inventário data de 1843.¹⁶¹ Trata-se da Maria Joaquina de Jesus, residente no domicílio 603, descrita anteriormente. Entre os bens da inventariada constam uma fazenda de cultura no Rio de Peixe avaliada em 1:800\$000, na qual existia uma pequena criação de porcos; moradas de casas no valor de 120\$000, paiol, monjolo, moinho, senzalas, terras minerais, um engenho de fazer ferro e metade de uma safra de ferro com 18 libras, avaliada em 2\$880.

¹⁶¹ APMI, *Inventário de Dona Maria Joaquina de Jesus*. Inventários. Cx. 15. Inv. nº 261.

Além disso, haviam oito escravos sem ocupação definida. Entre eles Joaquim e Juvenal que, curiosamente, não foram identificados na descrição de bens como ferreiros. É bastante provável que o escravo Raimundo prestasse seus serviços de ferreiros no engenho de ferro de D. Maria Joaquina, produzindo utensílios para a lavoura desenvolvida na dita fazenda do Rio de Peixe. A administração dessa fazenda coube, desde a morte do pai de Antonio Pedro em 1832, a seu irmão Domingos da Costa Rego. A quem também coube pela partilha dos bens de Maria Joaquina os escravos Juvenal e Joaquim.

A ausência de outros escravos ferreiros no domicílio de Antonio Pedro demonstra que a prática e aprendizagem do ofício se davam através da circulação desses saberes em unidades produtivas diferentes. Antonio Pedro não era ferreiro, não possuía outros escravos ferreiros, mas poderia manter Raimundo como mão de obra no engenho de fazer ferro das terras de sua mãe, onde sabemos que já trabalhavam Joaquim e Juvenal. Não era ele, enquanto proprietário, que ensinara a Raimundo seu ofício.

Possivelmente Raimundo aprendera o ofício com os escravos ferreiros de Maria Joaquina, na Fazenda do Rio de Peixe. Mas Antonio via no exercício dessa prática por parte de seu escravo um meio de obter determinados produtos e serviços que poderiam facilitar o trabalho na produção agrícola. Ou mesmo, apenas produzir o ferro para ser trabalhado por outros ferreiros nas vizinhanças. E Raimundo, por sua vez, teria junto aos demais cativos de Antonio Pedro uma posição mais destacada, já que possuía um ofício cuja aprendizagem lhe permitia circular com mais liberdade entre os outros artesãos da região. Seu trabalho era ditado pelo ritmo da produção do ferro. Ser ferreiro permitia a Raimundo muito mais autonomia que certamente tinham os outros escravos de Antonio Pedro.

Ao fogo 699, Joaquim da Costa Lage, viúvo de 62 anos, mineiro, é proprietário dos escravos ferreiros Felipe, pardo, solteiro, de 30 anos e Ricardo, crioulo, também solteiro, de 25 anos. Além desses escravos, Joaquim tem mais 119 cativos (a maioria tinha a ocupação de mineiro ou de roceiro).

Em sua casa foram listados ainda seus quatro filhos e oito indivíduos livres. Joaquim da Costa Lage é um dos grandes proprietários de terras minerais em Itabira, e já havia sido identificado como inventariante de Dona Senhorinha Maria Clara de Andrade, em processo de 1840, em que os bens compreendiam grande fortuna.¹⁶²

Entre esses bens, temos a Fazenda Engenho com oitenta alqueires de planta de milho, avaliada em 1:284\$000; uma roça no Ribeirão de São José com 92 alqueires de milho, avaliada em 523\$336. Um outro terreno de cultura na Fazenda Caxoeira com 12 alqueires de milho em 102\$000; terreno de cultura no Morro do Coelho com 25 alqueires de milho em 212\$500 e uma morada de casa de sobrado na Vila de Itabira com água por bicas em 1:400\$000. É importante ressaltar como um sobrado bem localizado na Vila de Itabira tinha um valor superior ao da fazenda, com seus alqueires de cultura e benfeitorias.

Em datas e praças nas Serras do Esmeril, Conceição, Piriquito e Itabira, a quantia 13: 575\$000.¹⁶³ Há ainda 104 escravos, entre eles, um ferreiro: João, crioulo de 64, aleijado dos pés, avaliado em 150\$000.

O inventário de Dona Senhorinha Maria Clara de Andrade, de quem Joaquim da Costa Lage fora herdeiro e filho inventariante, constava ainda de uma extensa lista de crédito por dívidas dos moradores da Vila, somando tudo a quantia de 1:959\$439.

Além disso, a quantia de 210\$000 referente à dívida vencida do preto forro José Antonio. A inventariada deixa em dinheiro a quantia de 1:461\$343 e 36:254\$080 no valor total de seus escravos. O monte-mor do inventário soma a invejável fortuna de 58:960\$073.

¹⁶² APMI, *Inventário de D. Senhorinha Maria Clara de Andrade*. Inventários. Cx. 13. Inv. n.º 232.

¹⁶³ Consideramos aqui como data a propriedade de terras mineiras e praça como ter a concessão de exploração de pontos de minas, sem ter a propriedade efetiva das mesmas.

Trata-se de um caso claro em que os serviços dos escravos ferreiros Felipe e Ricardo serviriam a Joaquim da Costa Lage como forma de atender as necessidades de suas lavouras e das terras minerais que possuía. Felipe e Ricardo poderiam não só fundir o minério de ferro retirado das lavras que seu proprietário tinha nas Serras do Esmeril, Conceição, Piriquito e Conceição, como também forjar ferramentas para a cultura de milho e para a mineração nessas mesmas terras minerais, sobretudo em Conceição, que, conforme nos relata Saint-Hilaire, nesse período já iniciava sua exploração subterrânea de ferro, na década de 1820.

Outro ponto a considerar é o fato de, em um plantel tão extenso, haver apenas 02 escravos ferreiros. Observa-se que a atividade que preenche os maiores interesses de Joaquim da Costa Lage é a mineração de ouro e ferro, dado ao grande número de seus escravos serem mineradores.

Dessa forma, Felipe e Ricardo fariam parte de uma atividade subsidiária nesta unidade produtiva. E estes muitos escravos mineiros de Joaquim também podiam auxiliar nos trabalhos de fundição, deixando a forja do metal a cargo de Felipe e Ricardo. Sendo os únicos ferreiros de propriedade de seu afortunado senhor, estes dois escravos artesãos também poderiam praticar seu ofício junto aos outros ferreiros dos 10º, 11º e 12º quarteirões. Também é provável que Joaquim da Costa Lage pagasse pelos serviços de outros ferreiros dessa área para atender a necessidade de utensílios de ferro em suas roças e minas, uma vez que o trabalho somente de Felipe e Ricardo pudesse não ser para tal demanda.

O segundo grupo de ferreiros identificados na lista nominal dos habitantes de Itabira se refere aos ferreiros pardos ou crioulos chefes de domicílio.

Neste grupo, temos: Manoel Ferreira de Figueredo; Claudino Muniz Lopes; Tomaz Francisco; Joaquim Muniz Roriz, Felisberto Ferreira dos Santos; Rafael Fernandes. Silva; Manoel dos Santos; Antonio Carreiro; Antonio Justino Fernandes; Manoel Justino Fernandes; Camilo Roiz Pereira; Antonio Ferreira da Rocha; Joaquim Fernandes Muniz; José Mendes de Brito; José Antonio Ferreira;

José dos Santos; Justino Nartão; José Pereira; Vitorino Nunes; Manoel Antonio Nunes; Miguel Vieira; Francisco Sardinha; Estevão Gonçalves, Felisberto Carneiro dos Santos; José Silvério de Souza e Antonio Brandão. Todos eles casados. Discutiremos aqui alguns casos individuais a fim de tentar identificar certas condutas comuns entre eles.

Próximo à residência de Joaquim da Costa Lage está o ferreiro Claudino Muniz Lopes. Claudino tem 49 anos, é pardo e casado com a também parda Silvéria Joana, de 44 anos, costureira livre – mais uma vez, a união de artesãos autônomos. Com o casal neste domicílio moram mais cinco filhos. Entre eles, Manoel, pardo de 18 anos, solteiro, ferreiro como seu pai. Aqui podemos observar, apesar de não ser o mais comum nas relações de aprendizagem entre homens de cor nas Minas do ferro, a transmissão do ofício de ferreiro entre pais e filhos. Certamente, Claudino e Manoel trabalham juntos e tiravam de seu trabalho o sustento da casa e da família. Em um domicílio formado apenas por pessoas de cor, integrantes de uma mesma família, é significativo o ofício de ferreiro ser a única ocupação definida para os homens, sendo identificado entre pai e filho. É possível também que Claudino e Manoel tenham sido aprendizes juntos, de outros artífices da rua dos ferreiros.

O domicílio 564 desse mesmo quarteirão tem como seu chefe Thomaz Francisco. Ferreiro, Tomaz é crioulo, tem 25 anos, sabe ler, e é casado com a também crioula Maria Jerônima, de 24 anos, sem ocupação definida, com quem tem dois filhos menores.

Situação semelhante é vivenciada por Felisberto Ferreira dos Santos, pardo de 35 anos, casado com a costureira Tereza, também parda, também com 35 anos. Do ofício de ferreiro Felisberto retira os rendimentos para sustentar sua casa na rua dos ferreiros e os 06 filhos que tem com Tereza.

Outro caso a ser considerado é o do ferreiro Francisco Sardinha (fogo 662). Com 33 anos, Francisco é casado com Ana Francelina, parda de 26 anos e com eles residem seis crianças, possivelmente filhos do casal.

Sardinha já havia sido identificado em nossas fontes na lista de reserva para a Guarda Nacional, em 1833. Neste ano, Sardinha já era casado, tinha 25 anos, já praticava o ofício de ferreiro e o local de sua residência foi identificado com a expressão “arraial”. Sabendo que a elevação de Itabira à categoria de Vila data deste mesmo ano de 1833, a expressão pretendia indicar que Francisco Sardinha tinha residência dentro do núcleo central da Itabira. Talvez na mesma casa e lugar. Único ferreiro de seu domicílio, temos mais uma vez o quadro da aprendizagem do ofício pela convivência com outros artesãos.

Analisando as características gerais dos artífices do ferro da rua dos ferreiros, que são pardos ou crioulos e chefes de família, observamos a existência de certo padrão entre eles. O casamento é uma realidade entre todos eles, e casamentos endogâmicos, tanto no que se refere à cor e condição jurídica quanto no que se refere a ocupação. Observamos o predomínio de casamentos entre crioulos e crioulas, pardos e pardas, assim como entre homens e mulheres artesãos. Já havíamos apontado anteriormente para a conjugação ferreiro – costureira, indicando a busca de um meio de vida autônomo que consolidasse a experiência da liberdade. O domicílio que chefiam é geralmente formado por outras pessoas de cor, em pequeno número, sendo freqüente a presença de crianças – na maioria das vezes, filhos. São comumente homens de 20 a 40 anos.

Notamos que entre os escravos ferreiros, há o predomínio de indivíduos solteiros enquanto entre pardos e crioulos livres o casamento se torna mais comum. Essa situação poderia representar as formas utilizadas por esses ferreiros de cor para conquistar e efetivar sua liberdade. Isto é, o ofício permitiria a eles uma experiência de liberdade determinada pelo ritmo de seu trabalho, podendo muitas vezes se configurar na conquista da alforria. A prática do ofício lhes garante autonomia e subsistência, de modo que a constituição de uma família seria uma forma de coroar essa inserção social. A manutenção de laços conjugais os faria aparentar estabilidade, para que esses homens de cor pudessem ser vistos como pessoas “respeitáveis” no mundo dos livres. Mas são hipóteses cujas fontes aqui trabalhadas não permitem que nos alonguemos demais nessa direção.

No último grupo de nossa análise sobre a composição dos fogos com presença de ferreiros temos os domicílios de pardos e/ou crioulos sem ocupação definida ou com outra ocupação, onde encontramos ferreiros, sejam estes filhos, agregados, ou escravos do chefe do domicílio. Nesta situação encontramos: José Roiz de Bragança, Justino Fernandes Madeira e Rafael Pinto Ferreira.

Chefe do domicílio de 585 do 10º quartirão, José Roiz de Bragança tem 70 anos, é pardo, casado com a parda Maria Silveira, costureira de 50 anos. Lavrador, José divide o fogo com seis livres – entre eles filhos - e dois escravos.

Encontramos entre os livres três ferreiros: Manoel, pardo de 34 anos, solteiro, filho do casal; Bento, pardo de 16 anos, também solteiro e José, de 15 anos. Nesse caso, encontramos o ofício de ferreiro sendo partilhado por três indivíduos no mesmo domicílio. Não podemos afirmar com certeza o grau de ligação existente entre José e os ferreiros de sua casa. Podem ser todos filhos do lavrador José Ruiz e da costureira Maria.

Nas vizinhanças encontramos Justino Fernandes Madeira. Com 56 anos, é lavrador, casado com Joaquina Dias de Freitas, parda livre de 41 anos. Junto ao casal moram um filho e seus quatro escravos. Entre estes, temos o ferreiro Rufino. Com 20 anos de idade, Rufino é solteiro e é o único artesão do domicílio.

Por último, temos o domicílio 628 do 11º domicílio, chefiado pelo lavrador liberto Rafael Pinto Ferreira, crioulo de 50 anos. Rafael é casado com Ana Maria, parda livre de 50 anos, com quem tem seis filhos. O crioulo ferreiro Joaquim Ferreira Pinto, de 16 anos, é um deles.

Conforme já assinalamos, a aprendizagem se faz a partir do convívio com outros ferreiros, havendo também a transmissão familiar a partir do convívio com outros parentes. Observamos certas características na conduta da prática e aprendizagem entre esses ferreiros, evidenciadas em praticamente todos os domicílios.

Não identificamos muitos casos em que transmissão desse saber se faz a partir do elemento africano. A tendência a se considerar tal prática resultante dos conhecimentos provenientes destes pode ter se verificado nos setecentos, mas nas Minas do Ferro do século XIX, esse saber mecânico ganha formas e significados a partir de mãos crioulas. Contudo, a predominância dos homens de cor nessa atividade é inegável e perceptível em todo o período.

Embora poucos, encontramos casos em que pai e filho partilham o domínio do ofício. Muitas vezes, há apenas um ferreiro na maioria dos domicílios pesquisados, o que indica que o trabalho poderia ser realizado em conjunto, quando vários ferreiros, produziam e forjavam o ferro, faziam remendos em utensílios domésticos e ferramentas, atendiam às necessidades dos moradores da cidade, em suas atividades agrícolas e na mineração. Ou mesmo atendendo a pedidos de produtos e serviços na região das Minas do Ferro. Atividades em que se destacavam crioulos e mestiços.

É importante lembrar que a rua dos ferreiros localiza-se na saída da cidade em direção ao norte; tal localização pode ser favorecida pela passagem de tropas, que poderiam representar uma outra demanda para essas manufaturas de ferro.

Assim, nota-se que a aprendizagem do ofício está ligada ao modo de vida desses crioulos pardos e mestiços – livres pobres, libertos e escravos - ferreiros das Minas do Ferro. É claro que não se trata de uma aprendizagem comumente formal, iniciada desde a infância, como no modelo europeu das corporações de ofício. Mas também é uma aprendizagem ligada ao mundo prático, onde o fazer se aprende fazendo.

O escravismo das Minas Gerais impõe outros arranjos e tratos de trabalho. E o domínio desse saber mecânico oferece outras possibilidades de sobrevivência num mundo marcado pela escravidão. A execução do trabalho articula autonomias, experiências de liberdade.

3.3. Os significados do “saber fazer”: horizontes da liberdade e práticas do ofício.

É preciso então pensar de que forma os escravos e libertos ferreiros foram inseridos em uma sociedade escravista, como as Minas Gerais – especificamente as Minas do ferro – do século XIX, aqui analisadas. Também deve-se investigar os efeitos que o trabalho manual pôde representar para todos os grupos sociais que nele se envolveram: homens livres, forros e escravos. Precisamos estar atentos para a natureza dessas relações no âmbito da sociedade escravista.

Silvia Hunold Lara responde a algumas dessas questões ao se ater aos significados da expressiva presença de escravos na América Portuguesa. Analisando as impressões deixadas nos relatos de viajantes e na documentação da administração colonial, a autora apresenta importante contribuição acerca de como a “multidão de pretos e mulatos” era percebida pelos homens brancos e que representações faziam de si mesmos esses homens e mulheres de cor. Reconhecendo as redes hierárquicas – aos moldes do Antigo Regime europeu – que se faziam presentes no mundo colonial, ao analisar a documentação oficial que remete às relações de poder no Brasil escravista, Lara não perde de vista as especificidades que caracterizavam a vida em colônias:

No caso português e de suas colônias na América, há pelo menos duas dimensões importantes a considerar: a das relações constitutivas do Império colonial português e das relações escravistas propriamente ditas. Certamente elas nos levam para universos distantes da nobreza e dos grandes pela distinção e pela fortuna, mas não alheios a eles. O desafio (...) é caminhar de uma dimensão a outra, mostrando como estavam articuladas. Partindo das análises que contemplam as distinções baseadas no nascimento e na distribuição de privilégios, pretendo discutir a diferença imposta pela presença da escravidão em terras coloniais.¹⁶⁴

Lara observa que para os administradores coloniais a grande quantidade de pretos e mulatos perambulando pelas ruas das cidades coloniais poderia ter

¹⁶⁴ LARA, 2007, p.81

resultados perniciosos. Para esses administradores, a situação tornava-se cada vez mais grave, devido ao aumento de homens de cor na América portuguesa. Aumento gerado pela própria demanda do tráfico atlântico e pelo fato de que a prática das alforrias se tornava recorrente entre os senhores.¹⁶⁵ A autora destaca que, nas fontes consultadas, não há em nenhum momento o questionamento acerca da instituição da escravidão em terras coloniais. Há, em alguns documentos, uma preocupação com a maneira como se deveria tratar os escravos, sejam por razões práticas, jurídicas ou cristãs. Mas a escravidão é vista como legítima e necessária ao desenvolvimento da colônia, desde que se praticasse o cativo justo.

Analisando a carta enviada pelo Conde de Resende ao Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Souza Coutinho, Lara destaca que a preocupação do remetente era maior quanto aos libertos. Para Resende, nada podia ser feito em relação aos escravos, uma vez que estes estavam sob o poder senhorial, pertencendo ao domínio doméstico. Mas os libertos que agiam no espaço público deveriam ser corretamente inseridos às normas de posturas da sociedade colonial. O enquadramento dos libertos, segundo Resende, era necessário para que se pudesse promover o bem comum. Para isto, ele propõe uma série de medidas que visavam submeter os libertos residentes nas cidades ao poder do Estado:

(...) os que não tivessem ofício, fossem solteiros e de idade competente seriam recolhidos em uma “casa de correção”, onde residiriam, aprenderiam um ofício e trabalhariam para seu próprio sustento; os “vadios e viciosos” seriam remetidos para o continente do Rio Grande, Santa Catarina e Cantagalo, para serem empregados na agricultura e na criação de gado; os casados também seriam empregados “fora da cidade”, a semelhança do procedimento adotado com os casais vindos das Ilhas e enviados para as regiões do sul. As mulheres seriam igualmente registradas. As que fossem honradas e estivessem ligadas a uma família poderiam permanecer como estavam. As que vivessem “sobre si” seriam enviadas para outra casa de

¹⁶⁵ Lara argumenta que, embora fossem alvo de preocupação freqüente na documentação, a prática das alforrias seguiam uma lógica seletiva. Mulheres vindas da África Ocidental, envolvidas no comércio urbano, eram as maiores agraciadas. Entre os homens, havia um predomínio dos libertos entre os crioulos. LARA, *op. cit.*, 200, p.128

correção, para aprender “alguma ocupação própria do seu sexo”.¹⁶⁶

Nota-se que a preocupação de Resende não se refere à escravidão em si, mas aos libertos, que deveriam ter um modo de vida adequado ao dos homens de condição superior, para que com eles pudessem conviver nas cidades. Pelas determinações de Resende citadas por Lara, podemos inferir que possuir um ofício mecânico era uma maneira desses libertos se adequarem às redes hierárquicas da sociedade escravista do Brasil. Isto porque as correções se destinavam, entre outras situações, para “*os que não tivessem ofício*”. Também aqui, observa-se uma associação entre os artífices e o universo dos homens livres, ainda que indiretamente. Isto é, o Conde Resende manifesta-se preocupado com as ações que o Estado deveria ter sobre os libertos, para que esses pudessem portar-se adequadamente no espaço público junto aos livres. Dessa forma, a solução encontrada para aqueles que não tivessem domínio sobre nenhum saber mecânico, seria o recolhimento a casas de correção, onde “*aprenderiam um ofício e trabalhariam para seu próprio sustento*”. Isto significa que o ofício é o que torna esse liberto apto a frequentar o mundo dos livres.

Outra questão levantada por Lara se refere aos significados implícitos e explícitos da cor pele nas relações sociais. A partir das definições encontrada no dicionário e Bluteau para termos como “branco”, “preto”, “negro”, “pardo” e “mulato”, comparando-as com a maneira como esses termos eram utilizados na documentação consultada, a autora busca compreender os nexos que se faziam entre a cor da pele e a condição social do indivíduo na sociedade colonial. Aponta que havia uma grande indefinição no significado desses termos, especialmente aos “homens de cor”. Ao mesmo tempo em que o termo “branco” implicava em uma identificação natural com o mundo dos homens livres, na distinção entre os termos “preto”, “mulato” e “pardo” não havia critérios muito bem estabelecidos, o que caracterizava a grande complexidade dessas classificações. Complexidade semântica que era refletida na diversidade de arranjos feitos por pretos, mulatos e pardos na sociedade do Brasil escravista.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 16

Mas Lara afirma que, ainda que a indefinição dos termos não promova uma distinção clara entre livre e não livre, o fato é que, nas falas coloniais, a cor da pele, direta ou indiretamente associava esses homens e mulheres não brancos ao universo da escravidão. Por isso, aqueles que conseguissem atravessar a linha tênue que separava escravidão e liberdade, precisavam buscar meios de se distinguir, se diferenciar para afastar de si a experiência do cativo. Uma maneira comum encontrada por esses libertos de se distinguir dos demais pretos, mulatos e pardos ainda presos à escravidão era o uso de certos símbolos, como elementos de vestuários, espadas, ou outros objetos que ficassem visíveis à sua exposição em público.

Dessa forma, ao proibir o uso desses tipos de insígnias pelos libertos, a administração portuguesa mostrava-se insensível aos significados que teriam tais símbolos de distinção em uma sociedade marcada pela diversidade, como era a América portuguesa. O uso desses elementos tornava-se necessário para homens e mulheres forros que tinham na cor da pele uma perigosa relação com a realidade do cativo.

Numa sociedade característica do Antigo Regime, na qual as redes hierárquicas implicam em formas visuais de distinção, da mesma maneira que os homens brancos buscavam se distinguir dos homens de cor, libertos tentavam se afastar dos escravos. Ainda que a cor de sua pele denunciasse sua ligação como um passado escravo, seu ou de seus ascendentes:

Evidentemente, os negros, pardos e mulatos, livres e ou forros, estavam bastante próximos da fronteira que separava a liberdade da escravidão; por isso, precisavam cuidar muito bem de suas roupas e adornos, para não serem identificados com os cativos. Os que se encontravam hierarquicamente mais acima exageravam nos trajes, nos gestos e nas distinções, para se afastarem ainda mais dos de menor qualidade e condição. (...) Se, por um lado, a presença massiva da escravidão, havia introduzido novas formas de distinção social, de outro, ela opera de modo a acentuar as desigualdades sociais. (...) no entanto, mesmo com tantos grupos intermediários entre a grande nobreza e os da mais ínfima condição, e apesar da superposição de critérios e marcas de distinção social, (...) para decodificar essa linguagem visual bastava fazer como aqueles homens que viviam nas colônias e associar a cor da pele das pessoas às marcas essenciais que separam os livres dos escravos. (...) aqui, as regras de exposição hierárquica precisavam incluir também as da dominação

escravista. Eis aqui uma diferença significativa, imposta pela experiência colonial.¹⁶⁷

Dentro dessa lógica, pensemos que efeitos tais redes hierárquicas da sociedade escravista teriam na prática dos ofícios mecânicos, como o ofício de ferreiro entre escravos e libertos nas Minas do ferro oitocentista. Trata-se de uma sociedade que ainda traz algumas das marcas das redes hierárquicas e da necessidade da distinção discutidas por Lara. Para o escravo, o aprendizado de um ofício pode possibilitar ao cativo uma forma de adquirir pecúlio, trabalhando por jornal, e abre condições para a compra de sua alforria. Além disso, uma vez que tal saber artesanal não era transmitido a todos os escravos de um mesmo proprietário, o ingresso em um ofício mecânico o torna distinto dos demais. Uma distinção marcada por uma possibilidade de se afastar do mundo da escravidão e lhe oferece uma perspectiva de liberdade que não se estendia a todos os outros cativos. Em caso da compra da alforria se confirmar, esse forro poderia utilizar-se do conhecimento técnico que adquiriu no cativo pra ganhar seu sustento e se inserir no mundo dos livres. Lembrando das orientações do Conde de Resende para se adequar os libertos na ordem da sociedade colonial, a prática de um ofício representaria para esse ex-escravo uma forma de se integrar ao modo de vida considerado pelas autoridades adequado aos centros urbanos.

Castro reforça nossa proposta ao considerar que, no mundo do escravismo brasileiro, os cativos tinham o interesse em buscar alternativas que garantissem-lhes melhores condições de sobrevivência dentro das possibilidades dadas pelo regime. Para além da discussão referente à formação de laços de parentesco, seguindo ou não as características étnicas, a autora aponta para a disputa existente entre os cativos para adquirir os recursos disponíveis para obter melhores resultados no enfrentamento da experiência do cativo. Assim, os escravos que possuísem tais recursos – a prática de um ofício mecânico pode ser vista como um destes recursos – não veriam os demais escravos como parceiros. Buscariam oportunidades de se aproximar do mundo dos livres, de acumular bem materiais que lhes permitissem buscar a alforria, mas, ao mesmo tempo,

¹⁶⁷ LARA, *op. cit.*, p. 124-5

atenuar seu caminho até esta. Sua identificação seria muito maior então entre outros escravos que dispusessem dos mesmos recursos.¹⁶⁸

Menezes discute a questão do trabalho manual na sociedade escravista das Minas setecentistas. O autor aponta para a criação de laços entre esses oficiais mecânicos, considerando também as relações surgidas entre senhores e seus escravos praticantes do mesmo ofício. Sua proposta considera que, embora em situação aparentemente contraditória, uns senhores, outros escravos, entre esses homens unidos pelo fato de possuírem uma especialização profissional, haveria uma relação menos desnivelada e mais solidária que entre outros senhores e seus escravos que não tinham nenhuma especialização.¹⁶⁹ Mais que isso, Menezes apresenta alguns elementos que nos levam a refletir sobre a experiência – vigente nas sociedades européias de Antigo Regime – das atividades manuais serem percebidas como práticas inferiores realizadas por gente inferior, também na América Portuguesa:

O trabalho mecânico ou os mesteres, como eram chamadas as atividades manuais no ambiente do Antigo Regime português, (...) construiu, no exercício de seus homens e de suas mulheres, forma de inserção e de representação no nível do poder local pouco consideradas pela interpretação historiográfica no Brasil. (...) A condição mecânica, evidente obstáculo à nobilitação dos indivíduos no Antigo Regime, não impossibilitou que as categorias ocupacionais dos diversos trabalhos manuais se posicionassem socialmente de forma a reservar para as suas atividades um status que não se limitava a importância econômica de seus afazeres. (...) Nas Minas Gerais ou nas vilas e cidades do Reino, os artesãos buscaram participação na vida política de cada urbe, evidenciada por farta documentação, em alguns casos, e presumida, devido à ausência documental, em outros. Além de tudo, forma indivíduos importantes na configuração do tecido social e na sustentação da vida dos aglomerados urbanos e seus entornos rurais. Nessa busca participativa, enfrentaram resistências, conciliaram interesses e forjaram identidades.¹⁷⁰

¹⁶⁸ CASTRO, 1988. p. 27.

¹⁶⁹ . MENEZES, *op. cit.*, 2006. Também deste autor, ver: MENESES, *op. cit.*, 2003. É preciso observar nessa solidariedade entre senhores e escravos oficiais mecânicos apontada por Menezes, se há relação com a própria dinâmica da oficina escravista, composta por poucos escravos.

¹⁷⁰ *Idem*, 2006, p. 212.

Verifica-se aqui que as atividades manuais nas sociedades escravistas eram realizadas por homens brancos, livres, por libertos e por escravos. Esta situação nos leva a considerar que, em tais sociedades, o trabalho manual, em si, não representaria uma depreciação social e moral de quem a praticava. Devemos considerar alguns aspectos nesse ponto. Uma visão pejorativa das artes mecânicas pode ter sido verificada em Minas Gerais no caso de um senhorio branco, envolvido com outras atividades. Ainda assim, o ponto de vista do autor é elucidativo nessa questão. Quando afirma que “*a condição mecânica não impossibilitou que as categorias ocupacionais dos diversos trabalhos manuais se posicionassem socialmente de forma a reservar para as suas atividades um status que não se limitava a importância econômica de seus afazeres*”, Menezes mostra-se atento para o fato de que o trabalho manual pode atender a interesses de diversos grupos no intuito de garantir-lhes distinção social. O que verificamos nos casos aqui analisados para as Minas do Ferro, é que os domicílios de ferreiros, em sua maioria, não continham muitos indivíduos praticantes desse ofício. De modo que, como enfatizado anteriormente, a prática e aprendizagem do ofício se dava pela convivência com os artesãos do ferro no exercício de seu trabalho. O ofício de ferreiro representava para os escravos, como vimos, uma maneira de conquistar autonomia frente à rotina de suas atividades. Da mesma forma, os libertos e crioulos livres ferreiros tinham a partir de seu saber mecânico de uma forma de reafirmar perante o mundo dos livres sua nova condição.

Assim, o argumento de Menezes de que existiria uma maior solidariedade entre os senhores e seus escravos praticantes do mesmo ofício do que entre ele e os outros escravos reforça a questão de que o trabalho manual, a prática de um ofício poderia representar para um escravo uma forma de se distinguir dos demais. Uma distinção ligada a autonomia do trabalho que a prática de um ofício permitia a esses cativos; seu trabalho passa a ser guiado pelo próprio ritmo da produção; a fundição e a forja impõem a esse cativo uma experiência de tempo e de trabalho que não é a mesma dos outros integrantes do seu cativeiro. Experiências que os aproximavam ao mundo dos livres, a partir de suas práticas e como um horizonte de expectativas.

Para evidenciar tais situações, trabalharemos aqui a trajetória de alguns desses ferreiros, identificados em algumas de nossas fontes em busca da liberdade. São eles: Custódio, Manoel, Cândido e Lauriano.

Os escravos ferreiros Custódio e Manoel foram encontrados no inventário do Capitão José Carlos Marques. Seus herdeiros do primeiro matrimônio são Manoel Carlos Marques, Joaquim Barboza Marques e José Carlos Marques. Do segundo casamento ficaram os filhos Antonio Jorge Marques e Vicente Ferreira Marques. Falecendo em 1835, o Capitão foi morador no arraial de São Gonçalo do Rio Abaixo e teve seus bens inventariados em 1837 por seu filho Antonio Jorge Marques.

Entre esses bens, encontramos: uma parte numa fazenda de cultura em Socorro, no valor de 120\$000, metade da fazenda Galega, avaliada em 500\$000. Outra fazenda denominada Christina pela quantia de 150\$000, uma morada de casas de sobrado no valor de 200\$000, três praças na fazenda Paiol avaliadas em 100\$000, doze escravos, entre eles, os oficiais de ferreiro Custódio e Manoel. Custódio, crioulo, tinha então 31 anos, era solteiro e foi avaliado em 600\$000. E Manoel, também crioulo e solteiro, de 38 anos, avaliado em 700\$000.

A dúvida sobre a quem caberia na partilha a posse desses dois escravos rende várias páginas de declarações e petições no processo de inventário do Capitão Marques.

O Capitão Marques era também proprietário de uma morada de casas de sobrado em São Gonçalo do Rio Acima, avaliada em 200\$000. Em terras minerais, declara a posse de 3 (três) praças na fazenda Paiol no valor de 100\$000.

O destino dos dois escravos é diferente, mas ambos são pivôs de disputas entre os herdeiros do finado Capitão. Entre esses herdeiros, temos Manoel Carlos Marques, Joaquim Barbosa Marques e José Carlos Marques, filhos do primeiro casamento do Capitão Marques e Antonio Jorge Marques – que foi o inventariante de seu pai – e Vicente Ferreira Marques, filhos do segundo casamento.

Custódio era crioulo, tinha 31 anos no momento do inventário de seu senhor, era solteiro, foi descrito como oficial ferreiro e avaliado na quantia de 600\$000. Ele seria um dos motivos pelos quais o herdeiro José Carlos Marques

promoveria uma execução contra seu irmão e inventariante de sue pai, Antonio Jorge Marques.

O herdeiro José Carlos exige no processo de inventário o pagamento de parte de sua legítima materna que ficara faltando no momento do inventário de sua mãe. Para tanto, exige receber na partilha dos bens os escravos Serafim e Ambrósia e o ferreiro Custódio. A respeito deste, nas palavras do reclamante José Carlos Marques:

Diz José Carlos Marques que promovendo uma execução contra seu irmão Antonio Jorge Marques pela quantia de 845\$000 que lhe ficou devendo o falecido pai comum o Capitão José Carlos Marques da legítima materna que coube ao Supll. como herdeiro de sua falecida mãe Antonia Maria de Jesus, se acha contratado e convencionado com o dito Jorge e outros seus irmãos do 1º e 2º matrimônio em receber do Supp. por conta da mesma legítima o escravo Custódio oficial de ferreiro no preço de 600\$000 em que foi avaliado no inventário e o resto que são 245\$200 e mais 160\$000 que concordaram lhe cabia na 4ª parte no valor de 2 escravos, Joam e Boaventura, que depois da morte de sua Mãe o Pai comum recebe como dote, que lhe prometera seu sogro, receberia em dinheiro das mãos de seus irmãos do 2º matrimônio Antonio Jorge e Vicente Ferreira Marques, adjudicando-se-lhe bens no inventário para indenização da referida quantia, logo, que nele apresentar recibo seo Suppl. e que assim mesmo lhe ficaria pertencendo uma praça e meia, metade da Fazenda do Gadejo, que foi inventariada no valor de 62\$188 em compensação do que o dito seu pai recebeu pelos jornais dos mesmos escravos, e que quanto a herança deste aceitaria a benefício do inventariante para que assim se observe e fique constando nos autos.¹⁷¹

A contenda entre os herdeiros se refere a bens que teriam sido adquiridos pelo Capitão Marques quando ainda era casado com Antonia Maria de Jesus: os escravos Joam e Boaventura, dos quais José Carlos requer também a parte dos jornais pagos a seu pai, parte em praças na Fazenda do Gadejo e o escravo Custódio. O interessante é que, na solução do conflito, Antonio Jorge paga a seu irmão 62\$499 pelas praças, 500\$000 pela metade da fazenda e um pecúlio de 308\$000, mas o escravo Custódio fica em sua propriedade. Isto é, mesmo fazendo parte da legítima materna dos herdeiros do primeiro casamento, Custódio, oficial

¹⁷¹ APMI, Inventários, *Inventário de José Carlos Marques*. 1837. Cx. 10. Fl. 38.

de ferreiro, na partilha, fica entre os bens que pertenceriam a Antonio Jorge. O inventariante prefere pagar em dinheiro a parte que cabia ao herdeiro José Carlos sobre o dito cativo que abrir mão de seus serviços. Não houve o mesmo interesse de Antonio Jorge em ficar com os outros escravos Joam e Boaventura, nem mesmo em relação às terras agrícolas e minerais que estavam em disputa. Certamente fora o ofício de ferreiro praticado por Custódio que direcionou a preferência do inventariante.

No mesmo processo de inventário, Antonio Jorge Marques, concede a alforria a Manoel, pagando o valor do escravo a seus irmãos para que esses não contestassem a liberdade do ferreiro:

Diz Antonio Jorge Marques e Vicente Ferreira Marques, herdeiros do casal dos falecidos seus pais Capitão José Carlos Marques e D. Antonia Maria de Jesus, que procedendo –se o inventário dos bens do mesmo casal foi avaliado o escravo Manoel crioulo, na quantia de setecentos mil réis, para que os Supll. tem motivos para o beneficiar lícita a quantia de cem réis sobre essa avaliação dele para forro, imputando-se o seu valor nos quinhões da herança dos Supll., e não duvida assinar o termo em que desde já o declaram forro e liberto. E para que assim se verifique.¹⁷²

Podemos apenas especular sobre as razões que os herdeiros Antonio e Vicente teriam para conceder a liberdade ao ferreiro Manoel, uma vez que no processo de inventário não encontramos nenhum elemento ou informação que explicasse claramente essa medida. Nenhum dos outros 12 escravos inventariados foram agraciados dessa forma. Daí também se justifica o empenho de Antonio Jorge em ficar com o ferreiro Custódio. Alforriava Manoel, mas continuaria tendo sob suas ordens e interesses outro oficial ferreiro.

É possível que os serviços prestados por Manoel através de seu ofício tivessem permitido a ele negociar com tais herdeiros sua liberdade. Não há indicações da existência de tenda de ferreiro entre os bens listados no inventário do Capitão Marques, o que nos permite considerar que Manoel exercia seu trabalho fora da unidade produtiva de seu proprietário. Podia trabalhar para um

¹⁷² APMI, Inventários, *Inventário de José Carlos Marques*.1837. Cx. 10. Fl. 35.

dos herdeiros do capitão. Também poderiam trabalhar por jornal para outros senhores, homens livres, convivendo no exercício de sua prática com diversos outros artífices do ferro, entre brancos, crioulos, livres, pardos e africanos, escravos e libertos. A experiência da liberdade, que já era algo vivenciado enquanto expectativa e pela autonomia de trabalho que seu ofício de ferreiro permitia, estava intimamente ligada ao seu modo de vida. Dava-lhes possibilidades que não estavam disponíveis para todos os outros escravos de seu senhor. E consolida-se a partir da alforria declarada pelos herdeiros Antonio Jorge e Vicente no referido processo de inventário.

Outro caso a ser discutido aqui é o do ferreiro Cândido, de cor preta, de idade de 44 anos, oficial de ferreiro. Trata-se de um contrato de locação de serviços e coartação, registrado junto à Câmara Municipal entre o locatário Joaquim Veríssimo de Barcellos e o locador, o escravo ferreiro Cândido, aos dez dias do mês de março de 1888. É importante destacar que a expressão locatário usada para identificar o senhor Joaquim Veríssimo, indica estar este alugando os serviços de um escravo que já era de sua propriedade. Situação um tanto peculiar. Se Candido era escravo de Joaquim Veríssimo, porque o senhor precisaria estabelecer um contrato para alugar seus serviços, suas habilidades como “perito oficial de ferreiro”, como descrito na fonte?

Por este contrato, Joaquim Veríssimo e Cândido assinam entre si um termo de concessão de liberdade, através dos qual o último seria libertado pelo pagamento da quantia de duzentos mil réis e por serviços prestados por dois anos a partir da data do contrato. Pelo termo de locação, Cândido poderia substituir os dois anos de serviços a serem prestados a Joaquim Veríssimo pelo pagamento em dinheiro de trezentos e setenta e seis mil réis. Essa condição é expressa no contrato de maneira bastante sugestiva:

Aos nove dias do mês de março de mil oitocentos de oitenta e oito, nesta Cidade de Itabira, em casas de residência do Senhor Pacífico Gusmão de Oliveira Lima, Juiz de Órfãos, onde eu escrivão vim e sendo ali presentes o Curador a ele nomeado, compareceu Joaquim Veríssimo de Barcellos, a companhia de seu escravo Cândido, de cor preta, de idade de quarenta e quatro anos, oficial de ferreiro, matriculado sobre os números hum mil

e quarenta e nove da nova matrícula e dous da relação e diz que tendo contratado com o dito seo escravo ali também presente conceder-lhe a liberdade mediante o adiamento da quantia de duzentos mil réis (...) de prestar-lhe o mesmo serviço pelo prazo de dous anos a contar se da data deste contrato, dos quais poderá remunerar se preferir pagar lhe em dinheiro a quantia de trezentos e setenta e seis mil réis e tendo o mesmo escravo declarado pela pessoa de seo curador a dote que aceita esse contrato ficando lhe saber o direito de resgatar desse em qualquer tempo, pagando a seo senhor em dinheiro o tempo que falta proporcionalmente a quantia estipulada para todo (...) que lhe concede a sua liberdade, salvo as cláusulas do contrato e requer ao Meretíssimo Juiz, ouvidos a respeito o dito escravo e o curador (...) se lavar esse termo passando por todos assignado e homologado pelo Juiz e pedindo se depois carta de liberdade. E pelo escravo Cândido que se achava ali presente foi dito que aceitava e promete cumprir o presente contrato, sujeitando se as penas legais se quebra lo e pelo curador deste foi dito que por sua parte concordava, pelo que ficou o Juiz por ser bom e válido esse contrato e por ter essa validade, mandou lavar esse presente termo, que assigno com as pessoas presentes e (...) do escravo por não saber assignar seu nome assigna o advogado. Eu, Antonio Cezario da Costa Lage, escrivão de Órphãos que escrevi.¹⁷³

Embora o contrato tenha sido assinado no ano da abolição da escravatura, e, portanto não tenha sido cumprido até o final, é inegável a importância que o ofício de ferreiro teve para que Cândido o pudesse assinar. A concessão de sua liberdade pode ser imediata desde que pague em dinheiro o valor de seus serviços pelo prazo de dois anos. Na verdade, Candido se compromete, sob às penas da lei, em trabalhar por esta período para Joaquim Veríssimo. Contudo, destaca-se que pelo contrato, *visto ser perito oficial de ferreiro*, Cândido teria condições reais de se tornar livre e sem vínculos com o seu antigo senhor no momento da assinatura deste. Visto ser oficial de ferreiro Cândido acumulou, a partir de seu saber mecânico, a quantia exigida por sua alforria neste termo de concessão de liberdade, a ponto de, após isso, seu antigo senhor torna-se seu locatário, alugando seus serviços. Serviços esses que Cândido prestaria então como homem livre.

¹⁷³ APMI, Fundo da Câmara. Documentos relativos à escravidão e outros, *Contrato de Locação de Serviços e coartação*. Cx. 03. O estado de conservação do documento impediu que algumas pequenas partes neste trecho não fossem transcritas. Contudo, a compreensão do documento não foi prejudicada por este inconveniente.

Outra situação instigante é a do ferreiro Lauriano. O escravo ferreiro Lauriano foi encontrado pela primeira vez em nossas fontes como parte dos bens listados no inventário do Alferes Manoel da Costa Lage, em 1853. Senhor de muitas propriedades, residente em Itabira, o dito alferes também deixou em seu inventário uma fazenda de cultura no valor de 3:500\$000, um terreno de cultura avaliado em 400\$000, um retiro de criar (400\$000), duas moradas de casas na Vila de Itabira, uma no valor de 600\$000, outra em 400\$000.

Em terras minerais, apresentou ser proprietário de três praças na Serra de Itabira no valor de 3:000\$000, uma praça na Serra de Itabira vista em 4:000\$000, cinco datas na Serra de Itabira, todas avaliadas na quantia de 3:000\$000 e 1 praça na Conceição descrita pelo valor de 180\$000. De seus 43 escravos, apenas Lauriano era oficial ferreiro. Não havia tenda de ferreiro ou elementos que pudessem indicar a existência de uma forja ou tenda de ferreiro em seu inventário, o que sugere que Lauriano exercesse seu ofício fora da unidade produtiva de seu senhor.

O conjunto dos bens do Alferes Manoel da Costa Lage atinge a invejável cifra de 52:421\$840. Sua atuação na Vila fica evidenciada pela rede de créditos que deixou em seu inventário: 12:936\$500 empregados em dívidas que moradores da cidade tinham com ele.¹⁷⁴

Nesta ocasião, Lauriano tinha 28 anos, era casado com a crioula Luzia, de 23 anos, também escrava do Alferes Manoel. Descrito como ferreiro, foi avaliado na quantia de 800\$000, um valor superior a média dos outros escravos em idade próxima a ele. Ao final do processo de inventário, Lauriano ficou como parte dos bens que couberam ao herdeiro José Felipe da Costa Lage.¹⁷⁵

Um ano depois, encontramos novamente Lauriano descrito entre os bens do mesmo José Felipe da Costa Lage.

¹⁷⁴ APMI, Inventários, *Inventário do Alferes Manoel da Costa Lage*. 1853. Cx. 24

¹⁷⁵ APMI, Inventários, *Inventário de José Felipe da Costa Lage*. 1854. Cx. 25.

José Felipe, quando de seu falecimento, morava em Itabira e era possuidor de terras agrícolas (entre elas: uma fazenda de cultura com 250 alqueires de milho avaliada em 2:044\$000, outra fazenda de cultura no valor de 2:330\$000; 30 carros de milho em 180\$000, 20 alqueires de feijão em 16\$000) e minerais (três praças na Serra de Itabira em 1:500\$000, uma praça na Serra do Espigão avaliada em 2:000\$000, cinco datas e uma praça na Serra de Itabira no valor de 1:500\$000, e uma praça na Serra da Conceição em 90\$000). Parte desses bens herdados do finado Manoel da Costa Lage.

Neste inventário, encontramos descritos entre os bens a serem partilhados um jogo de ferramenta de ferrar avaliado em 18\$000, dez panelas de ferro em 37\$200, nove machados, por 9\$000, duas cunhas 2\$500, três dúzias de ferraduras 4\$750, quatro arrobas e 12 libras de ferro velho no valor de 8\$250, sete arrobas e 10 libras de ferro em 9\$940, e uma tenda de ferreiro no valor de 16\$000. Esses dados indicam que, quando o Alferes Manoel ainda era vivo, Lauriano poderia exercer seu ofício de ferreiro na tenda existente nas propriedades de José Felipe, o que explicaria também o fato de Lauriano ter ficado como parte deste na herança de seu pai, mesmo sendo ele o sétimo filho. Além disso, pelo tipo de produto de ferro identificado neste inventário, confirma-se uma das aplicações do ofício de ferreiro nas Minas do ferro: a produção de utensílios e ferramentas para a lide agrícola.

A última das fontes em que encontramos Lauriano nos permite tecer algumas hipóteses sobre o significado que o ofício de ferreiro pode representar em sua busca por autonomia e experiência de liberdade na sociedade escravista das Minas do ferro oitocentista. Na lista dos escravos classificados para serem libertados pela Junta de Emancipação da cidade de Itabira de 1880, Lauriano aparece classificado pela mesma. Então com 57 anos, Lauriano pertence a Joaquim Lourenço da Costa Lage, irmão de seu falecido proprietário José Felipe da Costa Lage.

É descrito como ferreiro, com boa aptidão e boa moralidade. Tendo acumulado um pecúlio de 105\$000, era o 18º entre os 32 escravos classificados pela Junta para serem libertados.

Na mesma lista, estavam 13 mulheres – todas listadas primeiro que os homens – e 14 homens – entre os quais Lauriano era o quinto classificado. A maioria dos homens era formada por oficiais mecânicos (apenas dois deles eram pagens e outros dois exerciam serviços domésticos).¹⁷⁶

Da análise desses dados podemos inferir que a Junta de Emancipação tendeu a favorecer os escravos e escravas que já exerciam certa liberdade no espaço da cidade, a partir do trabalho mecânico. Muitos destes eram autônomos e tinham também uma família que sustentavam com os frutos de seu trabalho.

À primeira vista, pode-se questionar o impacto que o ofício de ferreiro teve para a conquista de alforria de Lauriano, uma vez que este viveu grande parte de sua vida como escravo e conquistou sua liberdade já nos anos finais da vigência do sistema escravista no Brasil, a partir de uma lista de emancipação financiada pelo governo do Império. Contudo, quando analisamos os critérios de classificação utilizados por essa lista e as características dos demais escravos nela presentes, outras informações são trazidas à tona. São esses os critérios de seleção utilizados pela Junta de Emancipação:

1º Que não pode ser classificado escravo pertencente à ordem dos indivíduos (art. 27 § 2º do citado decreto n. 5135), enquanto houver no município escravos pertencentes à ordem das famílias (citado artigo § 1º) excetuando unicamente o caso de estarem excluídos os restantes desta última ordem por virtude das disposições do art. 32 do mesmo decreto.

2º Que dentro da mesma ordem não é lícito passar da graduação superior a inferior da preferência em que a primeira seja esgotada, salvo a exceção declarada na regra precedente.

3º Que toda a vez que a Junta passar de uma a outra graduação de preferência, declarará na casa das observações que se acha esgotada a precedente, ou nomeará os escravos preferidos por força das disposições do art. 32, especificando-as.

4º Que na ordem das famílias compreendem-se guardada a preferência conforme a numeração seguinte:

¹⁷⁶ APMI, Fundo da Câmara. Documentos relativos à escravidão e outros, *Relação dos Escravos Classificados pela Respectiva Junta do Município desta Cidade de Itabira em o ano de 1880*. Cx. 03.

- I – Os escravos casados com pessoa livre;
 - II – Os cônjuges que forem escravos de diferentes donos, estejam ou não separados, pertençam aos mesmos ou a diversos condomínios.
 - III – Os cônjuges que tiverem filhos ingênuos menores de 8 anos.
 - IV – Os cônjuges que tiverem filhos menores de 21 anos.
 - V – Os cônjuges com filhos menores, escravos.
 - VI – As mães, viúvas ou solteiras, que tiverem filhos escravos menores de 21 anos.
 - VII – Os cônjuges sem filhos menores ou sem filhos.
- 5º Que na ordem dos indivíduos compreendem-se, guardada a preferência, conforme a numeração seguinte:
- I – A mãe, viúva ou solteira, com filhos livres.
 - II – O pai, viúvo com filhos.
 - III – os escravos solteiros até 50 anos de idade, começando pelos mais moços, no sexo feminino e pelos mais velhos, no masculino.
- 6º Que os filhos de escravos, maiores de 12 anos e menores de 21 anos, tendo pais legítimos ou mãe escrava, devem ser sempre classificados conjuntamente com eles na mesma ordem e número enquanto residirem no mesmo município, em estado de solteiro.
- 7º Que em igualdade de circunstâncias, as mulheres preferem aos homens na ordem da emancipação.
- 8º Que os motivos de preferência especificados na ultima parte do artigo 27 do decreto, pecúlio e moralidade do escravo, concorrem juntos ou separados para estabelecer a preleção das famílias ou indivíduos, compreendidos na mesma ordem e graduação dos §§ 1º e 2º do art.17 do dito decreto, mas não para alterar a ordem e graus de preferência neles prescritos e explicados na 4ª e 5ª regras.¹⁷⁷

Segue abaixo a lista com a classificação dos escravos feita pela Junta de Emancipação de Itabira em 1880:

¹⁷⁷ APMI, Fundo da Câmara. Documentos relativos à escravidão e outros, *Critérios para classificação dos escravos pela Junta de Emancipação*. Cx. 03.

Tabela 32

Lauriano estava incluído na categoria de família, uma vez que era casado com a crioula Luzia. Tinha preferência então junto aos escravos pertencentes à categoria de indivíduos. Luzia também era escrava e ambos pertenciam ao mesmo senhor. Ela não fora descrita na lista de classificação para emancipação e o casal não tinha filhos menores, o que os excluía de primazia na classificação segundo o 4º artigo.

Considerando os demais escravos classificados, há o predomínio de mulheres, sendo as primeiras classificadas mães de filhos menores, conforme os critérios já definidos. Apenas quatro homens são descritos antes de Lauriano: Crispim, preto de 20 anos, casado, pagem, escravo de José Antonio de Sá; Luciano, arreeiro, de 41 anos, casado; Antonio, de 62 anos, carreiro, também casado e Manoel, pardo de 35 anos, casado, cuja ocupação é a de pagem.

Não sabemos as condições que fizeram com que estes escravos fossem classificados antes de Lauriano, apenas há a indicação na lista de possuírem um pecúlio maior. Esse pode ter sido o critério de classificação desses escravos: o valor do pecúlio. Poderiam também ser casados com mulher livre ou escrava de outro senhor, ou por terem filhos menores, por exemplo, mas não consta essa informação no campo “observações” da tabela 32. Mas sabemos que Lauriano não atendia à maioria dos critérios de preferência utilizados pela Junta de emancipação. Sua situação o colocava inserido nos critérios do artigo oitavo: ele tinha pecúlio, boa moralidade e boa aptidão.

Que outros motivos poderiam ter colocado Lauriano entre os cinco primeiros dos 17 homens classificados pela lista de emancipação?

Podemos levantar algumas hipóteses a esse respeito. Pelo fato de ser ferreiro, Lauriano esteve em contato com pessoas influentes, grandes proprietários de terras e minas, a quem os seus serviços seriam bastante úteis.

Os três proprietários de Lauriano que encontramos pertencem a mesma família, herdeiros de uma das maiores fortunas da região. O próprio escrivão de órfãos da Cidade de Itabira que assina e registra a dita classificação, Antonio Cezário da Costa Lage, é irmão de José Lourenço, ambos irmãos do finado José Felipe da Costa Lage. Para o escrivão Antônio Cesário, Lauriano não era desconhecido, uma vez que o escravo servira a sua família desde antes de 1853, data do inventário do Alferes Manoel da Costa Lage, a primeira fonte em que o encontramos. Neste ano, Lauriano já aparecia entre os bens e escravos de Manoel da Costa Lage.

Assim, é possível que a família tenha intercedido pela classificação de Lauriano para ser alforriado pela Junta de Emancipação, mesmo que ele não atendesse aos principais critérios de seleção por ela utilizados. Interferência esta, fruto das relações que Lauriano teria conquistado pelos serviços prestados a pelo menos duas gerações da família Costa Lage como oficial de ferreiro. Não há outro escravo de propriedade de nenhum dos herdeiros do Manoel da Costa Lage na dita lista de classificação.

A partir dessas informações, podemos estabelecer algumas características do ofício de ferreiro praticado por homens de cor, entre escravos e libertos nas Minas do ferro do século XIX. Observamos haver o predomínio de indivíduos solteiros entre os ferreiros escravos e casados entre os ferreiros livres. Aparentemente, há uma tendência a casamentos endogâmicos entre esses ferreiros: casavam-se com mulheres da mesma cor, condição jurídica e que também exercessem uma ocupação ligada ao mundo prático. A conjugação ferreiro-costureira apareceu em nossas fontes em várias situações. Contudo, essa afirmação precisa ser verificada em fontes mais consistentes – como registros de casamento, por exemplo – mas já indicam uma preocupação por parte desses ferreiros de cor em criar em torno de si uma situação de estabilidade e plena autonomia que os tornasse aptos a viver como livres.

No que se refere à localização desses ferreiros no espaço urbano de Itabira, a relação nominal dos habitantes da cidade, para o ano de 1840 nos apresentou dois pólos principais de concentração desses artífices: o 3º e os 10º, 11º e 12º quarteirões.

Trata-se de áreas que estão nos caminhos que ligam Itabira a duas regiões importantes economicamente no período. Do 3º quarteirão, que fica nas proximidades da Rua de Baixo, segue-se ao Caminho Novo, rota de acesso para São José da Alagoa, São Miguel – onde havia uma das mais importantes Fábricas de ferro da região, a fábrica do alemão João Monlevade – e poderia conduzir também aos antigos centros mineradores, como Vila Rica e Mariana.

Por outro lado da cidade, em direção ao norte, os 10º, 11º e 12º quarteirões, nas proximidades do Campestre, localizam-se nos caminhos que levavam às fábricas do Girau e do Onça, as duas instalações que contavam como maior investimento e estrutura para a produção e forja do ferro em Itabira. Dali ia-se também para o Norte da Província de Minas, onde, ao longo do século XIX, a região de Minas Novas despontaria com a lavoura algodoeira. O que significa que esses ferreiros prefeririam fixar residência em pontos de grande trânsito de viajantes e tropeiros, que podiam precisar de seus serviços. É preciso lembrar que a atuação dos ferreiros não se dava apenas nas fundições e forjas. Havia uma infinidade de tendas de ferreiros na região, onde os ferreiros podiam fazer remendos em instrumentos agrícolas, utensílios domésticos, materiais da tropa desgastados pelo tempo e pelo uso. Seria produtivo para eles então estar próximos aos caminhos por onde esses tropeiros e ambulantes passavam quando estivessem em Itabira.

A aprendizagem do ofício de ferreiro apresentou dois tipos de situações principais, evidenciadas por nossas fontes: a aprendizagem ligada ao ambiente doméstico, partilhada por vários elementos de uma mesma família e a aprendizagem ligada ao modo de vida dos indivíduos, que se fazia pela prática, pela convivência com outros ferreiros. Este último foi o meio mais comum verificado. Conviviam, no exercício prático de seu ofício, brancos, crioulos, pardos, africanos, livres, libertos e forros.

Os casos analisados nesse capítulo reforçam a proposta de que o ofício de ferreiro proporcionava a esses artífices, escravos e libertos, uma maior autonomia de trabalho que muitas vezes se convertia em experiências de liberdade, antes mesmo da conquista da alforria. E consolidavam essa experiência quando se tornavam libertos.

Para os escravos, o ofício lhes permitia uma rotina de trabalho diferenciada dos outros escravos de seu senhor. A fundição e a forja do ferro tinham ritmos próprios que os escravos ferreiros seguiam; a partir disso, ganhavam autonomia. Pela prática do ofício conviviam com outros artífices, muitas vezes de condição jurídica superior, e na figura destes vislumbravam um horizonte de liberdade que o seu ofício poderia tornar possível. Para os libertos, o mundo dos livres permanecia cheio de armadilhas, onde a cor de sua pele poderia associá-lo perigosamente a seu passado escravo. Precisava mostrar-se apto ao convívio com os brancos, garantir às autoridades que era capaz de ganhar seu próprio sustento. O ofício de ferreiro abria-lhe essas possibilidades. A partir dele, a liberdade experimentada a partir do ritmo dos trabalhos com o ferro, enquanto era escravo, consolidava-se quando liberto.

CONCLUSÃO

Para compreender o universo dos escravos e libertos ferreiros das Minas do ferro foi necessário nos adentrar nesse espaço. Desvendar as características de sua população, as atividades que nela eram praticadas, do que essa população vivia. A definição de nosso espaço de análise se fez através da importância que a extração e transformação do ferro tiveram para a região no século XIX. As características naturais e sociais do local nos ajudaram a segmentar essa área. Se nosso objetivo primeiro é observar os trabalhadores de cor, livres, libertos e escravos, ligados ao ferro durante o Oitocentos, era preciso buscá-los em locais em que tal atividade tivesse condições de se desenvolver plenamente. Isto é, onde houvesse minério de ferro, fontes de água, matas em abundância. E, é claro, mão de obra disponível e apta para este trabalho.

Concentramos então nossa atenção em dois núcleos centrais de povoamento: Itabira do Mato Dentro e Santa Bárbara. Dois pólos em que as atividades de extração e transformação do ferro foram marcantes durante o século XIX. O número de ferreiros, as diversas tendas e forjas encontradas na documentação, assim como a existência de instalações maiores (como a Fábrica do Girau) são evidências disso.

Assim, através dos relatos de viajantes estrangeiros que visitaram a região no período, da ampla base de fontes primárias consultada, entre inventários, relatórios socioeconômicos e censos populacionais de vários momentos ao longo do século XIX, pudemos observar que a prática da transformação do ferro já era verificada na região desde o século XVIII. Contudo, o alvorecer do século XIX trouxe consigo novas possibilidades para a melhoria das mesmas. A permissão de produção de manufaturas na Colônia dada pela Coroa portuguesa a partir de 1808 dá um grande estímulo para que os habitantes da região ousassem mais em suas experiências com o ferro.

Os diversos engenheiros europeus que passam a viajar pelas Minas Gerais a fim de conhecer melhor sua topografia e suas potencialidades trouxeram novos conhecimentos para os habitantes da região. Estes, por sua vez, algumas vezes utilizavam-se dessas novas tecnologias, mesclando-as às técnicas que já utilizavam para fundir e forjar o ferro.

Da mesma forma, verificamos que nas Minas do ferro, a mineração aurífera ainda tinha grande importância para a economia da região. A tendência à agromineração e a diversidade econômica que se verifica em outras áreas de povoamento antigo e passado minerador do restante da província também é observada aqui. Mas deve-se destacar a permanência da exploração de lavras de ouro em conjunto com o ferro nessa área.

Outro ponto considerado neste trabalho foi a evolução demográfica dessa área. Os censos populacionais de 1833 e de 1872 foram fontes fundamentais nesse sentido. A partir de seus dados, observamos que, para os núcleos de Itabira e Santa Bárbara, sua população, desde o início do século XIX, apresenta um predomínio de crioulos e pretos em relação aos brancos. A população africana tendeu a diminuir ao longo do século, mas o tráfico de cativos permaneceu sendo uma fonte importante para a reprodução da escravaria.

Entre os escravos, os números de homens e mulheres variaram ao longo do século, mas nos três períodos analisados através de listas nominativas e censos provinciais (1833, 1854 e 1872), observa-se a constituição de laços familiares entre os cativos, demonstrando que a reprodução natural não pode ser desconsiderada como forma de reprodução da escravaria.

Entre os homens de cor ferreiros, livres e libertos, há o predomínio dos casados. Pode-se considerar que o ofício lhes permitia o acesso a uma experiência de liberdade, senão com a alforria, através de uma autonomia de trabalho. Contudo, uma vez livres, buscavam através da constituição de laços familiares, se adequarem aos padrões sociais impostos pela sociedade escravista.

A respeito da conduta adotada entre os ferreiros casados das Minas do ferro, a endogamia é uma tendência verificada tanto entre escravos africanos quanto entre escravos crioulos. Observamos uma endogamia que seguia critérios de cor, condição jurídica e ocupação do cônjuge. Casavam-se crioulos com crioulas, escravos com escravas, livres com livres, e a prática de ofício entre as mulheres de ferreiros foi verificada em muitos casos, sendo comum a união entre ferreiro e costureira. Homens e mulheres de cor que tentavam através do trabalho manual garantir sua sobrevivência, vivenciar e demonstrar autonomia de vida no universo dos livres.

A maioria dos(as) cativos(as) casados identificados nos processos de inventários tinham como cônjuge um escravo(a) do mesmo senhor. O que indica que tais famílias escravas tinham assim certa estabilidade. Da mesma forma, os casamentos eram mais freqüentes entre os africanos livres que entre os africanos escravos.

A razão de sexos tendia a ser maior entre os escravos de origem africana que entre os nascidos no Brasil, o que indica o impacto do tráfico transatlântico na composição dessa população. Os dados populacionais da população escrava, vistos em conjunto, nos permitem afirmar que a reprodução da mão de obra escrava nas Minas do ferro se fez através de duas vias conjugadas: a reprodução natural e a importação de cativos;

Ao longo do século, os números da população de cor livre tende a aumentar. A presença significativa de homens e mulheres de cor entre a população livre pode ser explicada pelo fato de se tratar de núcleos urbanos com certo dinamismo. Dessa forma, esses segmentos populacionais encontrariam em Itabira do Mato Dentro e Santa Bárbara boas oportunidades e trabalho e sobrevivência no âmbito de uma sociedade escravista.

Outra questão identificada nas fontes se refere às várias ocupações escravas encontradas nos inventários. Estes dados atentam mais uma vez para a questão da diversidade econômica da região. A presença de escravos ferreiros, lavradores, carpinteiros, hortaleiros, em uma mesma unidade produtiva demonstra

a preocupação de seu proprietário em abastecer-se de gêneros alimentícios, produtos e serviços necessários para a manutenção de sua fazenda.

A prática do ofício de ferreiro, como vimos, é amplamente maior entre escravos e libertos nascidos no Brasil do que entre a população branca. As atividades de forja e fundição de ferro se fazem predominantemente a partir de mãos crioulas.

Para essas práticas, não havia nas Minas do ferro a existência de regulamentação camarária para o ofício de ferreiro. As únicas cartas de exame e licença para exercício de profissão encontradas em nossa documentação de se referiam a parteiras e cirurgiões.

Assim, o processo de transmissão desse saber não se fazia a partir de uma regulamentação formal, mas ligado ao mundo prático. A aprendizagem do ofício de ferreiro estava integrada ao dia a dia desses homens de cor escravos e libertos. Se fazia a partir da convivência com outros artesãos, através da observação. O aprender e o saber se construíam pelo fazer.

A transmissão desse saber mecânico por meio da hereditariedade não é a regra verificada nas Minas do ferro, embora encontremos alguns casos, eles não se fizeram predominantes. Houveram alguns casos de homens de uma mesma família partilhando o ofício, mas a convivência com outros ferreiros foi o elemento mais comum identificado nas fontes para o processo de aprendizagem do ofício de ferreiro.

A disposição dos ferreiros na Cidade de Itabira, identificada na relação nominal de habitantes de 1840, nos permite afirmar que havia três pontos centrais de concentração desses artífices: os 3º, 10º, 11º e 12º quarteirões. O 3º quarteirão, mais próximo ao centro da cidade, provavelmente abrigava aos ferreiros que atendiam às demanda desse núcleo urbano.

Enquanto os 10º, 11º e 12º quarteirões localizavam-se nas saídas da cidade em direção ao norte da Província. Área próxima também às Fabricas do Girau e do Onça. Podiam atender por jornais essas duas instalações maiores, ou mesmo as fazendas da região. As tropas que circulavam pela Província transportando toda sorte de produtos também poderiam servir como demanda para os serviços desses ferreiros.

Na maioria das unidades produtivas em que foram identificados escravos ferreiros, esses estavam em pequeno número, quando não era o único da escravaria. Ao mesmo tempo, havia unidades produtivas que não tinham escravos ferreiros, mas apresentavam a forja. O que indica a existência da prática de aluguel desse tipo de escravos nas Minas do ferro. Era o ofício de ferreiro proporcionando ao cativo uma experiência de liberdade.

Grande parte dos escravos ferreiros identificados tanto nos inventários como nas listas nominativas e censos provinciais eram solteiros. Isso pode ser explicado pelo processo de trabalho desse tipo de artífice. A prática do seu ofício, desde sua aprendizagem até o pleno exercício poderia afastá-lo da convivência com os outros escravos de seu senhor, dificultando o estabelecimento de laços conjugais. Mas, ao mesmo tempo, seu ofício aproximava-o de outros escravos ferreiros e de outros ferreiros livres e libertos. O tipo de trabalho que exercia proporcionava-lhe uma autonomia de trabalho que não era partilhada pelos outros escravos de seu senhor. O seu dia de trabalho seguia o ritmo da fundição e da forja. Seu ofício de ferreiro oferecia-lhe então oportunidades e uma experiência de liberdade só partilhada como outros escravos ferreiros. Para os libertos, o ofício era uma forma de mostrar-se apto ao convívio com os homens brancos. O ofício já havia sido recomendado pelo Conde Resende como uma forma de disciplinar os libertos que se multiplicavam nas cidades coloniais. Nas Minas do ferro do século XIX, é o ofício de ferreiro que permite a ele consolidar sua liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Manuscritas:

Arquivo Público Municipal de Itabira:

- *Contrato de Locação de Serviços e coarctação*. APMI, Fundo da Câmara. Documentos relativos à escravidão e outros. Cx. 03.
- *Critérios para classificação dos escravos pela Junta de Emancipação*. APMI, Fundo da Câmara. Documentos relativos à escravidão e outros. Cx. 03.
- *Esboço Itabira*. s/s. APMI, Diversos, Cx. 02.
- *Inventários Post-Mortem*. 1813/1888 Cxs 1 a 51; APM, *Relatório do Presidente da Câmara de Itabira ao Inquérito Provincial de 1854*. Seção Provincial, SP 570 [393-402];
- *Lavras de Itabira*. APMI, Diversos, Cx. 02.
- *Lista para Serviços e Reserva da Guarda Nacional*. Itabira – 1833. APMI, Fundo da Câmara Municipal. Cx. 02 A.
- *Mapa das lavras minerais da cidade de Itabira, seus produtos e despesas nos anos de 1852, 1853 e 1854*. Arquivo Público Municipal de Itabira. Fundo da Câmara Municipal. Cx. 06.
- *Posturas da Câmara de Caeté*. 1831. APMI, Fundo da Câmara Municipal, Cx. 03.
- *Relação de lojas, boticas, fábricas de ferro e casas de negócios da Capela de Nossa Senhora do Socorro*. 1829. APMI, Fundo da Câmara Municipal. Cx. 01 A.
- *Relação dos Escravos Classificados pela Respectiva Junta do Município desta Cidade de Itabira em o ano de 1880*. APMI, Fundo da Câmara. Documentos relativos à escravidão e outros. Cx. 03.

Arquivo Público Mineiro:

- APM, *Censo da Província de Minas Gerais*. Município de Itabira. Distrito da Vila. 1833. MP - Cx.01 – Doc 17;
- APM, *Censo da Província de Minas Gerais*. Município de Itabira. Distrito de Santa Bárbara. 1833. MP - Cx.01 – Doc 17.
- APM, *Mapa Demonstrativo das Freguesias, Quarteirões, Lojas, Boticas, Tavernas, Engenhos e mais como do mesmo se vê pertencente ao Município de Itabira que presta o Juiz Municipal do mesmo Município á Excelentíssima Presidência da Província*. 1855. Seção Provincial SP 570 [403].
- APM, *Quadro Geral da População da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira*. Recenseamento da População do Brasil de 1872, Minas Gerais. Cx. 03 [160-165];
- APM, *Quadro Geral da População da Paróquia de Santo Antonio do Ribeirão de Santa Bárbara*. Recenseamento da População do Brasil de 1872, Minas Gerais. Cx. 03 [136-138];
- APM, *Relatório do Presidente da Câmara de Itabira ao Inquérito Provincial de 1854*. Seção Provincial, SP 570 [393-402].

APM, *Quadro Geral da População da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira*. Recenseamento da População do Brasil de 1872, Minas Gerais. Cx. 03 [160-165].

Bibliografia:

AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Vila Rica dos Confrades*. A sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo. Universidade de São Paulo, 1993.

ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. *Ferro em Obras: oficiais do ferro, Vila Rica (1750-1795)*. Monografia (Bacharelado em História). Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2009.

ALMEIDA, Carla. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana – 1750-1850*. Niterói. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, 1994.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a Roça e o Engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008.

ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Rio de Janeiro: Salamandra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

ÁRIES, Philippe. *História Social da Infância e da Família*. Trad. Dora Flaskman. – 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BAETA, Nilton. *A Indústria Siderúrgica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: Demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Trad. Beatriz Sidou. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BEZZI, Maria de Lourdes. *Região: uma (re) visão historiográfica*, 2004.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII*. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Junia Ferreira (orgs). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo: Brasil, Europa, sec. XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

BOVET, A. *A Indústria mineral na Província de Minas. Annaes da Escola de Minas*. Ouro Preto, (2), 1883.

BRITTO, Maura Silveira Gonçalves de. *Entre escravos, arrobas e alqueires: a Itabira do Mato Dentro na teia da economia mineira oitocentista*. 2007. 66 f. Monografia (Especialização em Cultura e Arte Barroca) – Instituto de Filosofia, Artes e Cultura, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2007.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João Del Rey, 1730*.

Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_119.pdf

Acesso em: 20/03/2011.

CALÓGERAS, João Pandiá. *As Minas do Brasil e Sua Legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. II, 1905.

CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. *A Cor Inexistente: os significados da liberdade no sudeste escravista*. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

CASTRO, Iná Elias de. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, Adélia A. et al (orgs). *Natureza e sociedade hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1882-1850*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. 14ª ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

COSTA, Iraci Del Nero. Populações Mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX. São Paulo: Publicado para o Instituto de Pesquisas Econômicas pela Fundação Institutos de Pesquisas Econômicas, 1981. (IPE/USP – Ensaios Econômicos, 7).

CUNHA, Alexandre Mendes et. al. História Econômica e Regionalização: Contribuição a um Desafio Teórico-Metodológico. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, 38(3): 493-524, jul-set 2008.

ENGRACIA, Julio. *Chorografia Mineira: município e comarca de Itabira*. Ouro Preto: Revista do Arquivo Público Mineiro, 1898, v.3.

ELIADE, Mircea. *Ferreiros e alquimistas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

DE LA BLACHE, Vidal. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1954.

DELFINO, Leonara Lacerda. *Em face da união legítima: aspectos conjugais da família negra, Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires – Minas Gerais, 1812-1873*. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/3p20.pdf>. Acesso em: 02/11/2010.

ESCHWEGE, Luding von Wilhelm. *Pluto Brasiliense*. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 1978, vol. 1 e 02.

FLEXOR, Maria H. Occhi. *Ofícios mecânicos na cidade de Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal, 1974.

_____. *O trabalho livre em São Paulo – século XVIII*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1984.

_____. Inventários e Testamentos como fonte de pesquisa.

Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_074.html

Acesso em: 20/07/2009.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 – c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história das violências nas prisões*. 13ªed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FRANÇA, Jussara. *No tempo do Mato Dentro*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, s/d.

FRENCH, Jonh. *As Falsas Dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil Moderno*. In: LIBBY, Douglas Cole e Furtado, Junia Ferreira (orgs.). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*, Belo Horizonte: Annablumme, 2006.

- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Itabira e política de recursos minerais*. Ed: FJP, 1981.
- FURTADO, Junia Ferreira. *Historiografia Mineira: tendências e contrastes*. In: *Varia História*. n°. 20. – Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais. s/d.
- GENOVESE, Eugene. *A Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- GOMES, Francisco Magalhães. *História da Siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte; Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1983.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro et all. *Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento: o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a11.pdf>. Acesso em: 15/09/2010.
- _____. *Estudos Agrários nas Minas Oitocentistas*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, et. all. (orgs.) *História Agrária e da Escravidão no Brasil*. – Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2001.
- GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de criar bem os filhos na idade puerícia*; edição, apresentação e notas Renato Pinto Venâncio, Jânia Martins Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção Clássicos).
- GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedon, 1750-1925*. New York: Vintage Books, 1977.
- HILTON, DOBB & SWEEZY. *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo: um debate*. Disponível em: <http://blogdorosuca.files.wordpress.com/2011/04/maurice-dobby-outros-a-transic3a7c3a3o-do-feudalismo-para-o-capitalismo.pdf>. Acesso em: 14/03/2011.
- LARA, Silvia Hunold. *Fragments Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- _____. *Conectando Historiografias: a escravidão e o Antigo Regime na América Portuguesa*. In: BICALHO, Maria Fernanda, FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português, sec. XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIBBY, Douglas Cole. *Habilidades, artifícios e ofícios na sociedade escravista do Brasil colonial*. In: LIBBY, Douglas Cole e Furtado, Junia Ferreira (orgs.). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*, Belo Horizonte: Annablumme, 2006.
- _____. *Metalurgia.*, 2003. P. 12.
Disponível em: http://mao.org.br/fotos/pdf/biblioteca/libbi_01.pdf. Acesso em 22/03/2009.
- _____. *O apelo de Maria Yedda e a História Econômica das Minas Gerais*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, et. all. (orgs.) *História Agrária e da Escravidão no Brasil*. – Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2001.
- _____. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX*. Editora Brasiliense, 1988.
- LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Artífices no Rio de Janeiro (1790-1808)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. LINHARES, Maria Yedda L. *O Brasil no século XVIII e a Idade do Ouro: a propósito da*

problemática da decadência. Seminário sobre cultura mineira no período colonial. Belo Horizonte, Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979.

LISLY, Andréa Gonçalves Lisly. *Escravidão, Herança Ibérica e Africana e as técnicas de mineração em Minas Gerais no século XIX.*

Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A031.PDF>

Acesso em: 20/06/2009.

LUNA, Francisco Vidal e CANO, Wilson. *Economia Escravista em Minas Gerais.* Cadernos IFCH. Campinas: UNICAMP, n.10, out., 1983.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *A Dinâmica da Escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias. Séculos XVII e XVIII.* P. 116-7. Disponível em :

<http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642.pdf>

Acesso em: 20/03/2011.

_____. *A Ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada.* História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Impresso), v. 16, p. 855-880, 2009.

MARTINS, Roberto Borges. *Growing in the silence: the slavery economic of the nineteenth century in Minas Gerais (Brazil).* Nashvill. Tese (Doutorado). Vanderlitt University, 1980.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: Uma nova política pela espacialidade.* Bertrand Brasil, 2008.

MAWE, Jonh. *Viagens ao Interior do Brasil.* Coletânea de cientistas estrangeiros. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.

MENEZES, José Newton Coelho. *Saberes, Petrechos e Escravos: Mecânicos e senhores no corpo social das Minas Setecentistas.* In: PAIVA, Eduardo França e Ivo, Isnara Pereira (orgs.). *Escravidão, Mestiçagem e Histórias Comparadas.* Belo Horizonte: Annablume, 2006.

MENESES, José Newton Coelho. *Artes Fabris e Serviços Banais: ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime. Minas Gerais e Lisboa (1750-1808).* Niterói (RJ): Tese (Doutorado em História)–UFF, 2003.

O RECREADOR MINEIRO, 1845, p.146-147. APMI, Documentos Avulsos.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX.* Orientadora: Eni de Mesquita Samara. 1996. 228f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAIVA, et al. *Crescimento da população escrava: uma questão em aberto.* Anais/ IV Seminário sobre a economia mineira, 1988.

PAIVA, Eduardo França. *Bateias, Carumbés, Tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo.* In: PAIVA, Eduardo França e ANASTACIA, Carla Juno (orgs.). *O Trabalho Mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX.* São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002.

RUGIU, Antonio Santoni. *Nostalgia do Mestre Artesão.* Trad. Maria de Lourdes Menon. – Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Coleção Memória e Educação).

SAINT-HILAIRE, Auguste.: *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.* Livraria Itatiaia. Ed. Belo Horizonte: 1974.

SCHWARTZ, Stuart. *A Alforria na Bahia.* 1684-1745.

- SENA, Eduardo Spiller. Notas sobre a historiografia da arte do ferro nas Áfricas Central e Ocidental. *Do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004.
- SENA, Joaquim Cândido da Costa. Viagem de Estudos Metalúrgicos no centro da província de Minas Gerais. *Annaes da Escola de Minas*. Ouro Preto, (1), 1881.
- SENNETT, Richard. *O Artífice*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- SILVA FILHO, Geraldo. Oficialato Mecânico e Escravidão Urbana em Minas Gerais no Século XVIII. São Paulo:Scortecci, 2008.
- SILVA, Juliana Ribeiro da. *Homens de Ferro*. Os ferreiros na África Central no Século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. P. 34-6. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03092009-145620/>. Acesso em 23/09/2009.
- SILVA, Georgina dos Santos. *Ofício e Sangue: a Irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa Moderna*. Lisboa: Colibri, 2005.
- SLENES, Robert Wayne. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Cadernos IFCH/UNICAMP, Campinas, n.17, jun.1985.
- SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Sudeste, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias Abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: Papyrus, 1999. (Coleção Textos do tempo).
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-188)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.